



Planejamento Estratégico 2016 - 2021



Planejamento Estratégico 2016 - 2021

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

2º Trimestre de 2021

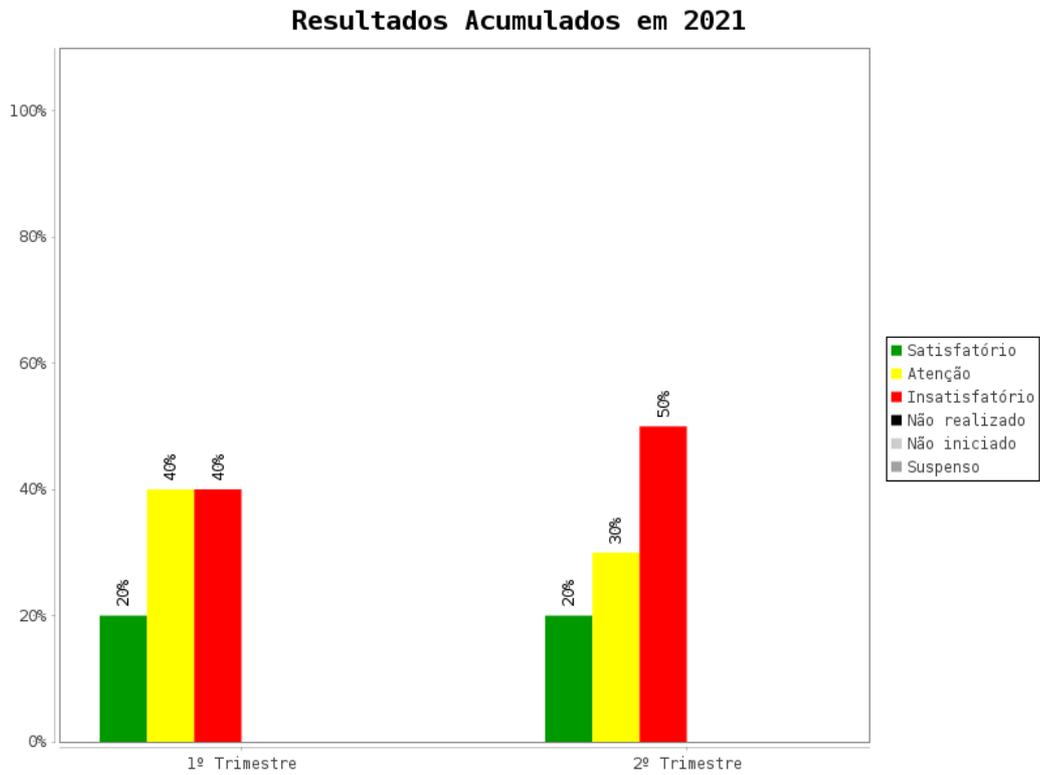
1. Mapa Geral

Insatisfatório Plano Estratégico 2016-2021

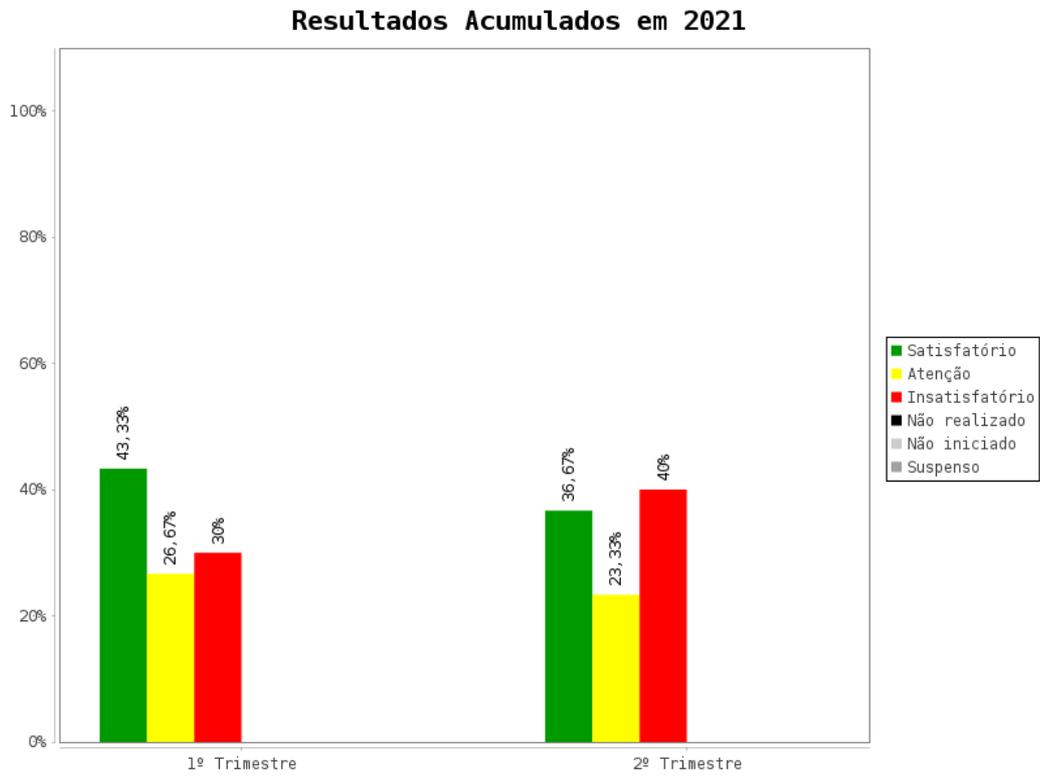
Sociedade	Garantir os Direitos da Cidadania				
	69,79%				
Processos Internos	Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional	Combater os ilícitos eleitorais	Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Aprimorar a comunicação com o público externo	Estimular o exercício consciente da cidadania
	91,17%	74,69%	84,09%	91,88%	0,04%
Recursos	Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas	Fortalecer a governança institucional	Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos
	59,57%	83,94%	71,97%	85,42%	55,17%

2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

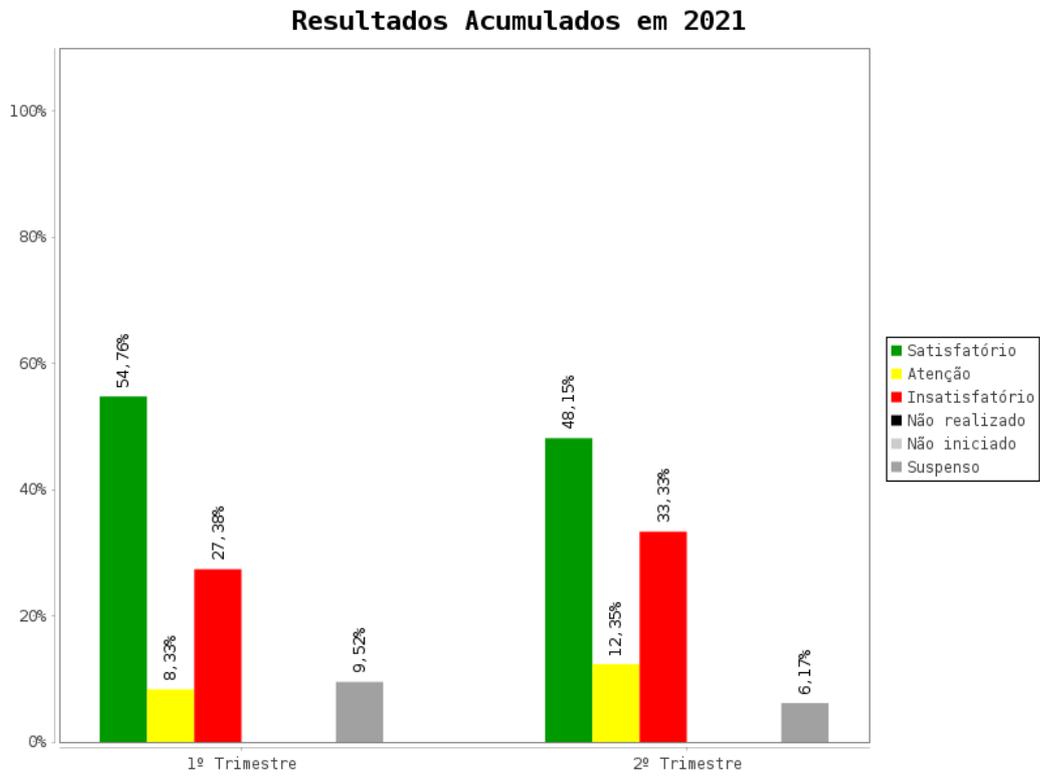
2.1. Objetivos Estratégicos



2.2. Indicadores Estratégicos



2.3. Indicadores de Apoio



3. Resultados 2º Trimestre de 2021.

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2016-2021				69,79%	Insatisfatório
OE 02 - Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional				91,17%	Satisfatório
IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau			50	86,70%	Atenção
IA 01 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 1º grau	65,03%	51,37%	1	73,40%	Insatisfatório
IA 03 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 1º grau	98,78%	85,42%	1	115,63%	Satisfatório
IA 05 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo 1º grau					Suspensão
IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau			50	95,63%	Satisfatório
IA 08 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 2º grau	73,53%	65,00%	1	86,88%	Atenção
IA 09 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 2º grau	95,30%	65,00%	1	146,61%	Satisfatório
IA 10 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo - 2º grau	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais				74,69%	Insatisfatório
IE 07A - Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais			50	97,14%	Satisfatório
IA 104 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários	20,32%	21,00%	1	96,77%	Satisfatório
IA 105 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das ações penais eleitorais	23,03%	24,00%	1	95,96%	Satisfatório
IA 106 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e da unidade de contas	19,74%	20,00%	1	98,68%	Satisfatório
IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários			50	52,24%	Insatisfatório
IA 22A - Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo	13,18%	40,17%	1	32,81%	Insatisfatório
IA 23A - Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo	30,86%	43,06%	1	71,68%	Insatisfatório
OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral				84,09%	Atenção
IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição			20	49,02%	Insatisfatório
IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições					Suspensão
IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições					Suspensão
IA 26 - Índice de aderência ao PIE	25,00%	51,00%	1	49,02%	Insatisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 10 - Índice de segurança da votação			30	89,07%	Atenção
IA 27 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico	58,97%	74,60%	1	79,04%	Insatisfatório
IA 29 - Percentual de urnas não substituídas	98,10%	99,00%	1	99,10%	Satisfatório
IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral			20	87,81%	Atenção
IA 30 - Percentual de mesários voluntários	47,67%	75,00%	1	63,56%	Insatisfatório
IA 31 - Percentual de mesários capacitados	65,76%	75,00%	1	87,68%	Atenção
IA 32 - Percentual de participação de magistrados em ações de atualização em matéria eleitoral	82,56%	41,13%	1	200,72%	Satisfatório
IA 33 - Percentual de zonas eleitorais capacitadas em registro de candidatura, representações, fiscalização	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IE 12 - Índice de promoção da transparência			30	100,00%	Satisfatório
IA 36 - Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos	100,00%	95,00%	1	105,26%	Satisfatório
OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo				91,88%	Satisfatório
IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo			40	91,73%	Satisfatório
IA 37 - Índice de estruturação dos canais de comunicação	94,00%	97,00%	1	96,91%	Satisfatório
IA 38 - Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação	58,62%	73,96%	1	79,25%	Insatisfatório
IA 39 - Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação	99,04%	100,00%	1	99,04%	Satisfatório
IE 14 - Índice de gestão da comunicação			40	87,97%	Atenção
IA 40 - Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo	72,14%	95,00%	1	75,94%	Insatisfatório
IA 41 - Índice de inserções positivas na mídia	97,18%	95,00%	1	102,29%	Satisfatório
IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia			20	100,00%	Satisfatório
IA 42 - Índice de estruturação da relação institucional com a mídia	83,33%	83,34%	1	99,99%	Satisfatório
IA 43 - Índice de aderência ao plano de relacionamento com a mídia	100,00%	95,00%	1	105,26%	Satisfatório
OE 06 - Estimular o exercício consciente da cidadania				0,04%	Insatisfatório
IE 16 - Número de pessoas alcançadas por ações de cidadania			60	0,07%	Insatisfatório
IA 44A - Taxa de Estudantes alcançados por ações socioeducativas conduzidas por magistrados e servidores					Suspense
IA 46A - Consultas realizadas e ações informativas sobre o processo e a memória eleitorais	0,02%	23,00%	1	0,07%	Insatisfatório
IE 17 - Índice de aderência ao planejamento de ações de cidadania			40	0,00%	Insatisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 47 - Índice de aderência ao plano de ações socioeducativas	0,00%	100,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 48 - Índice de aderência ao plano de ações de divulgação do processo e da memória eleitorais	0,00%	100,00%	1	0,00%	Insatisfatório
OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas				59,57%	Insatisfatório
IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências			30	36,08%	Insatisfatório
IA 49A - Índice de implantação da gestão por competências	16,67%	27,50%	1	60,61%	Insatisfatório
IA 50 - Índice de aderência do PAC à estratégia	16,67%	35,00%	1	47,62%	Insatisfatório
IA 51 - Índice de conhecimento eleitoral básico	0,00%	20,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança			40	60,53%	Insatisfatório
IA 53 - Índice de capacitação na matriz gerencial	7,37%	35,00%	1	21,05%	Insatisfatório
IA 54A - Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional			30	81,79%	Atenção
IA 55 - Índice de satisfação dos servidores com o Clima Organizacional	70,87%	80,00%	1	88,59%	Atenção
IA 56 - Índice de implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional	60,00%	80,00%	1	75,00%	Insatisfatório
OE 08 - Fortalecer a governança institucional				83,94%	Atenção
IE 21 - Índice de gestão participativa			30	96,44%	Satisfatório
IA 101 - Índice de realização de reuniões de gestão participativa	85,71%	70,00%	1	122,45%	Satisfatório
IA 102 - Índice de participação nas reuniões de gestão participativa	117,50%	90,00%	1	130,56%	Satisfatório
IA 103 - Índice de participação do público interno na construção/avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário	13,40%	15,00%	1	89,33%	Satisfatório
IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança			20	92,54%	Satisfatório
IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos	95,00%	95,00%	1	100,00%	Satisfatório
IA 61 - Índice de estruturação do sistema de governança	59,23%	69,62%	1	85,08%	Atenção
IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia			30	63,66%	Insatisfatório
IA 62 - Índice de execução das iniciativas estratégicas	0,00%	63,05%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 63 - Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IA 64 - Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica	37,50%	41,22%	1	90,98%	Satisfatório
IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle			20	86,99%	Atenção
IA 65 - Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos	35,56%	49,00%	1	72,56%	Insatisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 66 - Índice de processos críticos monitorados	50,00%	42,98%	1	116,33%	Satisfatório
IA 67 - Índice de aderência ao Plano Anual de Auditoria	100,00%	93,00%	1	107,53%	Satisfatório
IA 68A - Índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria	41,46%	55,00%	1	75,39%	Insatisfatório
IA 69A - Índice de conformidade dos cartórios					Suspensão
OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ				71,97%	Insatisfatório
IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura			40	71,94%	Insatisfatório
IA 70A - Índice de unidades com instalações padronizadas	10,67%	14,78%	1	72,22%	Insatisfatório
IA 71A - Índice de unidades com instalações acessíveis	27,53%	24,30%	1	113,28%	Satisfatório
IA 72A - Índice de células de atendimento biométrico com mobiliário ergonomicamente adequado	0,00%	5,00%		0,00%	Insatisfatório
IA 73A - Índice de unidades com condições adequadas de segurança	75,84%	97,19%	1	78,04%	Insatisfatório
IA 74A - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis	66,29%	81,46%	1	81,38%	Atenção
IA 75A - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados	46,07%	46,07%	1	99,99%	Satisfatório
IE 26 - Índice de eficiência da gestão da infraestrutura imobiliária			30	45,59%	Insatisfatório
IA 76 - Índice de desenvolvimento do modelo de gestão imobiliária	70,00%	85,00%	1	82,35%	Atenção
IA 77A - Índice de execução do plano de obras	0,00%	100,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 78 - Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações	48,98%	90,00%	1	54,42%	Insatisfatório
IE 27 - Índice de atendimento às demandas de serviços			30	98,39%	Satisfatório
IA 79 - Índice de atendimento à demanda de manutenção da Sede	93,26%	98,00%	1	95,16%	Satisfatório
IA 80 - Índice de atendimento à demanda de manutenção dos Cartórios	97,70%	90,00%	1	108,56%	Satisfatório
IA 81 - Índice de atendimento à demanda de transporte	100,00%	96,50%	1	103,63%	Satisfatório
OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC				85,42%	Atenção
IE 29 - Índice de governança em TIC			30	74,70%	Insatisfatório
IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC	87,50%	89,75%	1	97,49%	Satisfatório
IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação	66,50%	63,04%	1	105,49%	Satisfatório
IA 85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC	22,44%	84,36%	1	26,60%	Insatisfatório
IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos			20	70,59%	Insatisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 86 - Índice de adequação dos equipamentos aos padrões	43,91%	100,00%	2	43,91%	Insatisfatório
IA 87 - Índice de satisfação com a quantidade de recursos tecnológicos	83,06%	80,00%	1	103,83%	Satisfatório
IA 88 - Índice de satisfação com o desempenho dos recursos tecnológicos	75,64%	80,00%	1	94,55%	Satisfatório
IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC			30	96,29%	Satisfatório
IA 89 - Índice de aderência a requisitos mínimos de nivelamento da infraestrutura de TIC	80,00%	90,00%	2	88,89%	Atenção
IA 90 - Índice de disponibilidade de sistemas e serviços essenciais de TIC	99,67%	99,67%	3	100,00%	Satisfatório
IA 91 - Índice de satisfação dos usuários internos de TIC	96,69%	94,00%	1	102,86%	Satisfatório
IE 32 - Índice de modernização das soluções			20	100,00%	Satisfatório
IA 92 - Índice de atendimento da demanda por sistemas e automação de rotinas	47,92%	47,14%	1	101,65%	Satisfatório
OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos				55,17%	Insatisfatório
IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária			20	88,16%	Atenção
IA 93 - Índice de execução planejada do orçamento de custeio (exceto iniciativas estratégicas e despesas de pessoal)	68,77%	78,00%	1	88,16%	Atenção
IE 34 - Custo de manutenção da estrutura			40	93,84%	Satisfatório
IA 95 - Custo de manutenção das instalações por eleitor	859,24	813,99	1	94,44%	Satisfatório
IA 96 - Custo de serviços de comunicação por eleitor	104,62	128,42	1	118,53%	Satisfatório
IA 97 - Custo de material de consumo por eleitor	11,30	12,47	1	109,41%	Satisfatório
IA 98 - Custo de serviços de transporte por eleitor	97,75	86,64	1	87,18%	Atenção
IA 99 - Custo de apoio administrativo por eleitor	271,14	241,21	1	87,59%	Atenção
IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia			40	0,00%	Insatisfatório
IA 100 - Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas	0,00%	22,36%	1	0,00%	Insatisfatório

Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2016-2021

Insatisfatório

Desempenho do Período: 69,79%



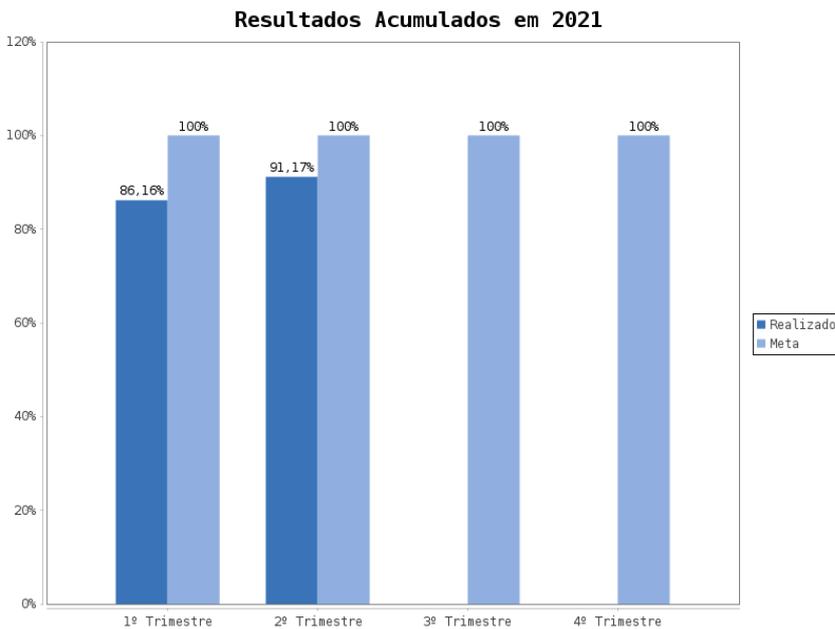
Responsável: SEDEST.

Fechamento em 02/08/2021 pela SEDEST.

OE 02 - Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional

Satisfatório

Desempenho do Período: 91,17%



Responsável: ASESPR.

Análise de contextoO OE 02 é composto por dois indicadores estratégicos, isto é, IE 01 – Índice de agilidade no 1º grau e IE 02 – Índice de agilidade no 2º grau. Com o satisfatório desempenho de 91,17% no segundo trimestre de 2021, observa-se sensível melhora do OE 02 em relação ao primeiro trimestre de 2021, quando atingiu o desempenho de 86,16%.

O IE 01 alcançou o desempenho de 86,70% neste segundo trimestre, superior, portanto, ao observado no período anterior, de 72,51%. Já o IE 02 apresentou uma pequena queda de desempenho (1º trim = 99,81% e 2º trim = 95,63%).

Em relação ao IE 01, atribui-se o melhor desempenho neste segundo trimestre de 2021 à significativa melhora de desempenho do IA 01 (Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 1º grau). No primeiro trimestre de 2021, a taxa de congestionamento foi de 84,71%, reduzindo para 65,03% neste segundo trimestre. Observou-se, no período, a redução do quantitativo de processos em tramitação, que passou de 37.662 para 33.018, e, ainda, o incremento no número de processos de conhecimento não-criminais baixados, passando de 6.276 para 8.554.

Ressalta-se que a COAJUR observou, por ocasião da análise do IA 01, inconsistência no PortalBr relativamente à variável "casos novos", sendo identificadas diversas AIJEs já sentenciadas. Nesse viés, foi aberto chamado junto à STI com vistas à identificação da causa e solução do problema no próximo período.

Quanto ao IE 02, verifica-se pequena redução de desempenho neste período em relação àquele alcançado no 1º trimestre de 2021, isto é, 99,81%, o que se atribui à redução do desempenho da taxa de congestionamento no segundo grau, mensurada pelo IA 08. Embora esse dado, isoladamente, nos leve a crer em um pior resultado, na verdade, a taxa de congestionamento reduziu de 85,47% para 73,53%. A queda de desempenho e a involução do patamar (de satisfatório para atenção) devem-se à significativa redução de meta, visto que no primeiro trimestre a meta era de 85% e no segundo trimestre a meta foi reduzida para 65%.

Conforme se pode depreender da análise do IE 02, as classes processuais relacionadas a prestações de contas eleitorais e anuais são as que mais impactam a taxa de congestionamento. Nesse viés, cumpre destacar o trabalho que vem sendo realizado no âmbito da CPEFJU com vistas à criação de indicadores específicos para monitoramento de tais classes, os quais deverão compor o novo Plano Estratégico, e que, embora relacionados ao atual OE 03, guardam grande potencial para contribuir positivamente para o OE 02.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNo curso do processo de construção do Plano Estratégico 2021/2026 houve deliberação quanto aos novos indicadores, inclusive em relação à adoção da taxa de congestionamento líquida no lugar da taxa de congestionamento bruta, atualmente utilizada por este Tribunal, e quanto à adoção da Taxa de Atendimento à Demanda, em substituição aos atuais IA 03 e IA 09, que medem o índice de celeridade processual.

Especificamente em relação aos atuais IA 03 e IA 09, as respectivas unidades responsáveis vêm reiteradamente registrando que da forma como são medidos não contribuem para a avaliação da celeridade dos feitos.

Nesse contexto, embora as reuniões e minutas de revisão das fichas dos indicadores que integram o OE 02 tenham sido realizadas no âmbito da CPEFJU, resta realizar o alinhamento final, agora considerando o que foi definido no processo de construção do plano estratégico, a fim de possibilitar a adoção dos novos indicadores, se possível, a partir do terceiro trimestre deste ano e o início de nova série história do novo ciclo estratégico.

Reitera-se o que foi mencionado no tópico anterior, sobre o trabalho que vem sendo realizado no âmbito da CPEFJU com vistas à criação de indicadores específicos para monitoramento das classes relacionadas às prestações de contas anuais e de eleição, os quais deverão compor o novo Plano Estratégico, e que, embora relacionados ao atual OE 03, guardam grande potencial para contribuir positivamente para o OE 02.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O principal desafio apontado nas análises anteriores remontava ao impulsionamento dos feitos judiciais físicos, situação agravada em função da pandemia. A tendência, hoje, com os esforços envidados pela Corregedoria em atuação conjunta com a SJD, é de melhora do cenário existente, tendo em vista a migração dos referidos processos. Uma análise mais precisa desse necessário procedimento só vira com o desdobramento da ação implementada.

Estima-se, ainda, um melhor desempenho do objetivo no âmbito do primeiro grau, uma vez que, se sanadas as inconsistências no PortalBR relativamente à variável "casos novos" e excluídas de seu cômputo as AIJES já sentenciadas, tal revisão importará no melhor desempenho do IE 01 e, via de consequência, do objetivo estratégico em questão.

Ressalta-se, também, que caso venha a ser adotada a taxa de congestionamento líquida a partir do terceiro trimestre deste ano, em substituição ao IA 01 e ao IA 08, o desempenho do objetivo poderá melhorar.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Ainda em função da pandemia, foi apontada a necessidade de traçar-se uma estratégia para a migração de processos prioritários, havendo deliberação oriunda da 1ª RAE de 2021 para que fosse elaborado um plano de ação para efetivação da migração o que, no entanto, perdeu seu objeto, tendo em vista a superveniência da Resolução TRE-RJ nº 1.166/2021.

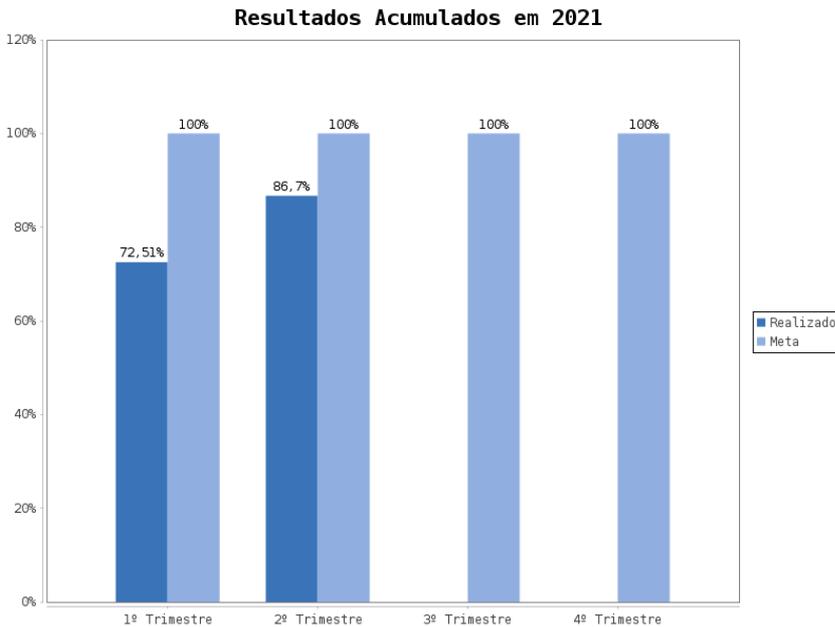
Com o advento das Portarias DG nºs. 38 e 52/2021, prevendo a criação de grupo de trabalho para elaborar o Plano de Ação para efetivar a migração dos processos físicos que se encontram em tramitação no SADP para o Sistema PJe (GTMigração), resta concentrarem-se os esforços no trâmite de migração dos processos de 1º grau, sobretudo nos feitos prioritários e ações penais – neste caso tendo por desiderato evitar a prescrição – bem como no monitoramento dessa migração, prevista no normativo. No âmbito da VPCRE, o acompanhamento se tem verificado através dos dados do MetaBase. Por fim, a manutenção do monitoramento das Zonas Eleitorais tem se mostrado efetiva na consecução dos objetivos, o que se pretende intensificar, na medida das necessidades, e aprimorar.

Riscos associados ao objetivoO descumprimento dos prazos estabelecidos para migração dos processos físicos, o que poderá importar em prejuízo à celeridade processual e prescrição dos feitos.

IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau

Atenção

Desempenho do Período: 86,70%



Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto Em análise anterior, em decorrência das deliberações da 1ª RAE de 2020, o CGE deliberou a suspensão do IA 02 e do IA 04 e a continuidade da medição desses indicadores, devido à falta de confiabilidade dos dados de suas variáveis e, principalmente, diante da impossibilidade de extração dos dados relativos aos processos administrativos em tramitação no 1º grau, tendo como fonte de dados o PJE, o SADP e o SEI. Por ocasião da 2ª RAE, datada de 24/05/2021, houve votação para sua exclusão, o que também já havia sido deliberado pelos integrantes da CPEFJU e servidores da VPCRE.

Nesta esteira, O CGE, para além da suspensão anteriormente deliberada, acabou por aprovar a exclusão dos IAs 02 e 04, ficando por ela responsável. Outrossim, a implementação desta exclusão ficou a cargo da SEDEST, até 05/07/2021, prazo que foi observado, tendo em vista o estado de desativação dos referidos indicadores neste GERIR.

Quanto ao acervo de processos judiciais, pouco se tem a acrescentar com relação aos processos administrativos já em trâmite no PJe, sendo medidos como casos novos. Quanto ao acervo de processos judiciais físicos dos cartórios, a VPCRE, em atendimento à deliberação oriunda da 4ª RAE de 2020, juntamente com a SJD, apresentou relatório com o levantamento dos processos mais antigos, assim considerados os que tenham sido distribuídos até 2015, pendentes de baixa, no caso do 1º grau de jurisdição – o que aqui nos pertine mencionar – por falta de julgamento ou ausência de lançamento de movimento adequado de baixa. No que toca à análise do IA 01, um dos desdobramentos do indicador em comento, apesar de ainda constar como insatisfatório, apurou-se, junto à COAJUR, redução do percentual de processos em tramitação, que passou de 37.662 para 33.018. Além disso, segundo informado, houve um pequeno aumento no número de Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados, que no 1º trimestre era de 6.276, passando para 8.554. Em relação aos casos novos, a Servidora Caroline Siqueira Pacheco, coordenadora da COAJUR, apontou inconsistência no PortalBr, em sua análise, relativamente à variável “Casos Novos”, tendo em vista que, por amostragem, foram verificadas nessa situação diversas AIJEs já sentenciadas. Os exemplos estão reportados na análise pormenorizada. Na situação existente hoje, foi aberto chamado junto à informática, a fim de verificar o porquê da referida inconsistência, o que se espera já solucionado quando da oportunidade da posterior análise.

Com relação ao IE 03, o posicionamento da VPCRE, desde 2020, inclina-se pela extinção das variáveis de medição T BaixCNCrim1º<1ano, T BaixExtFisc1º<1ano e T BaixCCrim1º<1ano, sobretudo por orientação da COAJUR, ao argumento de que a fórmula, nos moldes em que utilizada, não contribui para a medição da agilidade dos feitos judiciais. Sua modificação, no entanto, ainda resta pendente de verificação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Com relação ao trimestre anterior, temos como informação relevante a solicitação de mudança nas fichas dos IA's 01 e 03, pois se encontram defasados e não possibilitam a obtenção de um resultado efetivo sobre a agilidade dos processos judiciais, sobretudo em relação ao IA 01, que mede a taxa de congestionamento

líquida. A questão, já levantada em RAEs anteriores, foi submetida à CPEFJU, que aprovou a nova ficha, restando ainda pendente sua submissão ao Comitê Gestor da Estratégia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O principal desafio apontado nas análises anteriores remontava ao impulsionamento dos feitos judiciais físicos, situação agravada em função da pandemia. A tendência, hoje, com os esforços envidados pela Corregedoria em atuação conjunta com a SJD, consoante referido alhures, é de melhora do cenário existente, tendo em vista a migração dos referidos processos. Uma análise mais precisa desse necessário procedimento só vira com o desdobramento da ação implementada

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAinda em função da pandemia, foi apontada a necessidade de traçar-se uma estratégia para a migração de processos prioritários, havendo deliberação oriunda da 1ª RAE de 2021 para que fosse elaborado um plano de ação para efetivação da migração o que, no entanto, perdeu seu objeto, tendo em vista a superveniência da Resolução TRE-RJ nº 1.166/2021.

Com o advento das Portarias DG nºs. 38 e 52/2021, prevendo a criação de grupo de trabalho para elaborar o Plano de Ação para efetivar a migração dos processos físicos que se encontram em tramitação no SADP para o Sistema PJe (GTMigração), resta concentrarem-se os esforços no trâmite de migração dos processos de 1º grau, sobretudo nos feitos prioritários e ações penais –neste caso tendo por desiderato evitar a prescrição – bem como no monitoramento dessa migração, prevista no normativo. No âmbito da VPCRE, o acompanhamento se tem verificado através dos dados do MetaBase. Por fim, a manutenção do monitoramento das Zonas Eleitorais tem se mostrado efetiva na consecução dos objetivos, o que se pretende intensificar, na medida das necessidades, e aprimorar.

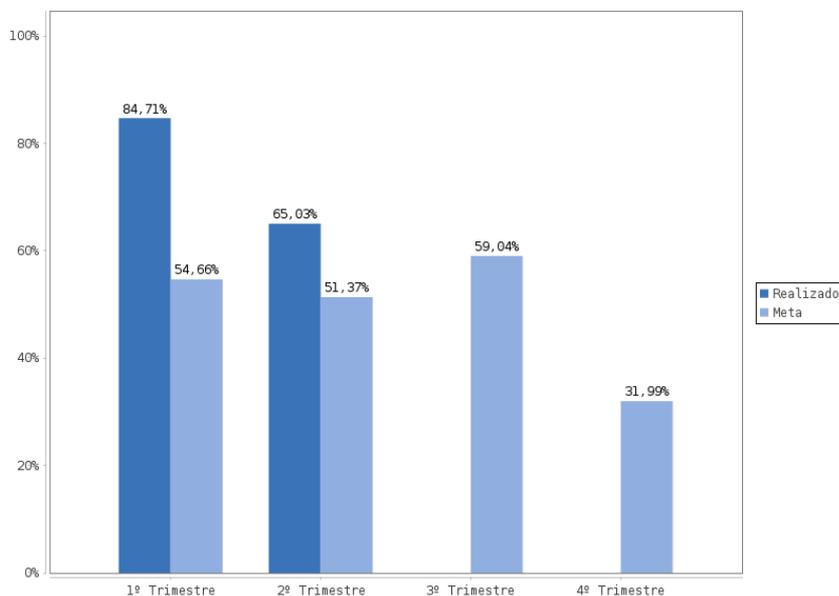
Riscos associados ao objetivoPrejuízo à celeridade processual.

IA 01 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 1º grau

Insatisfatório

Desempenho do Período: 73,40%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto

Apesar de o indicador ainda se mostrar insatisfatório, verifica-se que houve relativa redução do percentual de processos em tramitação, que passou de 37.662 para 33.018.

Além disso, houve um pequeno aumento no número de Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados, que no 1º trimestre era de 6.276 e no 2º passou para 8.554.

Todavia, em relação ao Casos Novos, observei que há inconsistências. Baixei a planilha dessa relação que aparecia no PortalBr e, por amostragem, vi que as AIJEs lá apareciam, mas já haviam sido sentenciadas faz tempo. São elas:

- Nr processo
- Dt distribuição
- Dt primeira ocorrência
- 0000793-29.2016.6.19.0134
- 19/05/2021
- 10/06/2021
- 0000066-46.2018.6.19.0184
- 23/06/2021
- 25/06/2021
- 0000081-17.2018.6.19.0054
- 23/06/2021
- 01/07/2021
- 0000609-52.2016.6.19.0141
- 06/04/2021
- 09/06/2021
- 0000708-23.2016.6.19.0076
- 21/05/2021
- 22/06/2021

0000488-88.2016.6.19.0055

31/05/2021

18/06/2021

Diante disso, abri chamado (n.º 21070273) na Informática para que a inconsistência seja detectada.

No mais, dos 1345 casos novos, 1295 pertencem à classe Composição de Mesa Receptora, que antes era administrativa e não aparecia nesta variável, mas que foi nela incluída.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Diante da defasagem do indicador, a fim de adequá-lo aos novos parâmetros do CNJ, que mede a taxa de congestionamento líquida, foi solicitada a mudança em sua ficha.

A CPEFJU aprovou a nova ficha e estamos aguardando a sua submissão ao Comitê Gestor da Estratégia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é o cenário melhorar, pois os processos que estavam paralisados eram físicos e estão sendo migrados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Os esforços devem ser concentrados na migração dos processos, notadamente em relação aos feitos prioritários e nas ações penais, a fim de que se evite a migração.

Sem prejuízo, deve-se continuar com o monitoramento das zonas, enviando e-mail ou entrando em contato diretamente com a zona eleitoral, quando for o caso.

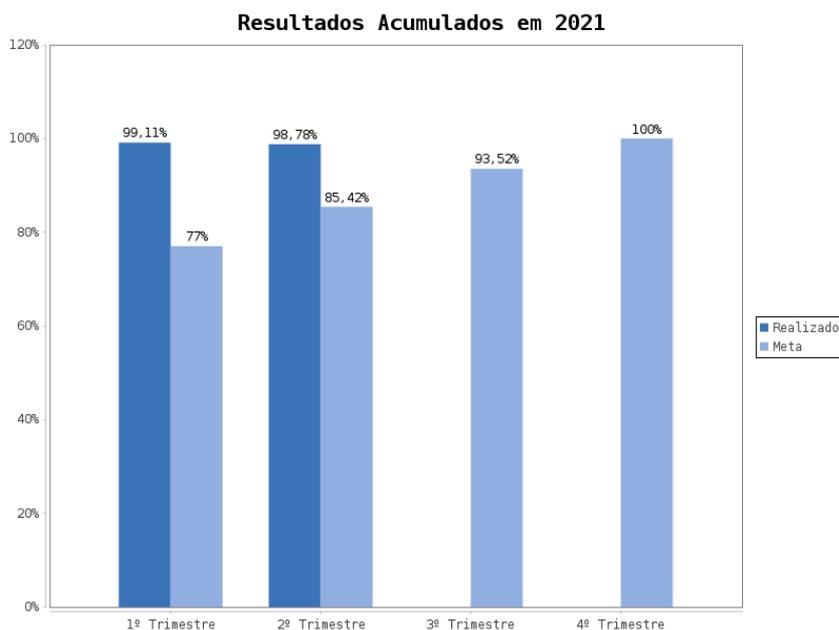
Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual.

IA 03 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 1º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 115,63%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto

Conforme afirmado em análises anteriores, a COAJUR, por ser a área que acompanha de perto a tramitação de tais processos, entende que a medição das variáveis T BaixCNCrim1º<1ano, T BaixExtFisc1º<1ano e T BaixCCrim1º<1ano em nada contribui para a medição da agilidade dos feitos judiciais.

Muito pelo contrário, por serem informações inúteis, apenas destoam o real quadro de como anda a agilidade de tais feitos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi solicitada mudança na ficha deste índice, pois se encontra defasado e não possibilita a obtenção de um resultado efetivo sobre a agilidade dos processos judiciais.

A questão já foi levantada em RAE, bem como em reuniões da CPEFJU, que aprovou a nova ficha. Estamos aguardando que ela seja submetida ao Comitê Gestor da Estratégia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a nova ficha do indicador poderemos ter uma melhor noção deste item.

Sem prejuízo, o principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, mas isso tende a melhorar, pois eles estão sendo migrados.

Quanto aos eletrônicos, como passaram a representar a maioria, isso permitirá a regular tramitação, ainda que remotamente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Os esforços devem ser concentrados na migração dos processos, notadamente em relação aos feitos prioritários e nas ações penais, a fim de que se evite a migração.

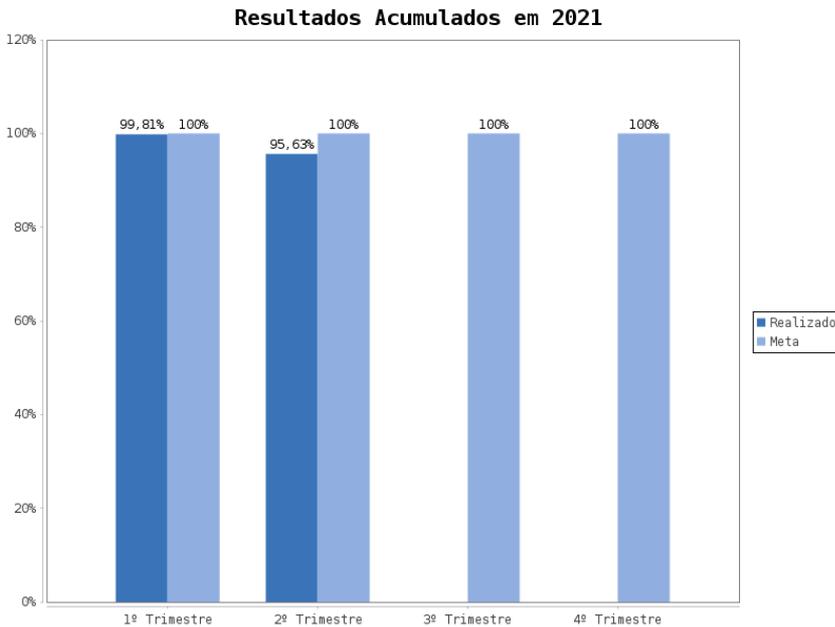
Sem prejuízo, deve-se continuar com o monitoramento das zonas, enviando e-mail ou entrando em contato diretamente com a zona eleitoral, quando for o caso.

Riscos associados ao objetivo
Prejuízo à celeridade processual.

IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 95,63%



Responsável: SJD.

Análise de contexto O indicador estratégico Índice de Celeridade apresentou um resultado satisfatório, apesar de uma redução no percentual do alcance da meta estabelecida, atingindo neste trimestre 95,63% contra 99,81% no primeiro trimestre, o que representa um declínio de 4,8%. Nesse sentido, cumpre-me informar que referido desempenho foi impactado pelo indicador Taxa de Congestionamento no 2º grau cujo resultado merece atenção. Foi identificada uma leve queda na quantidade de casos novos, sendo 287 processos no 2º trimestre contra 300 no 1º, o que corresponde a uma redução de 0,96%. Tivemos mais processos baixados no mesmo período, sendo 224 baixas no 2º trimestre contra 180 no 1º, correspondendo a uma elevação da produtividade da ordem de 24,4%. Porém, iniciamos o 2º trimestre com mais processos pendentes: 1121 em abril contra 939 em janeiro. Listamos abaixo, as classes processuais que mais impactam na taxa de congestionamento no 2º grau: Classe Qtd de PRESTAÇÃO DE CONTAS (DE 2018 a 2020) 256 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (DE 2014 A 2021) 62 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (de 2018 a 2021) 50 RECURSO ELEITORAL em PCE/PCA (de 2020 a 2021) 288 Essas classes representam um acervo de 656 processos de um total de 1184 pendentes, equivalendo a 55,4%. Dessas classes, a prestação de contas, unificando todos os tipos, representaria, proporcionalmente, 56,1%. Outro ponto digno de destaque é com relação à metodologia adotada para o cálculo dos processos pendentes, que já foi objeto de questionamento por esta SJD. O método utilizado considera a quantidade de processos pendentes no início dos períodos para o cálculo da taxa de congestionamento, o que, a meu ver, estaria equivocado. Considero, s.m.j., que esta forma de cálculo deveria ser repensada e passasse a adotar o final do período base para apuração dos processos pendentes, o que faria mais coerência tendo em vista que só podemos apontar o que resta pendente após a concretização de um determinado lapso temporal.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Esta Secretaria acompanha de forma sistemática a tramitação dos processos judiciais de sua competência agindo de forma pró ativa sempre que necessário e, no que diz respeito às questões de sua alçada, realiza o adequado monitoramento de estatísticas processuais, sobretudo, na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Mesmo na ausência de um prazo normativo para julgamento dos processos de prestação de contas pelo 1º grau, referente às eleições de 2020, diferentemente do que ocorreu nas eleições de 2018 quanto, então, o TSE determinou o último dia útil de novembro daquele ano para julgamento de todas as prestações de contas de campanha, identificamos como um dos principais desafios a ser enfrentado nos próximos períodos é o provável gradual aumento do volume de recursos em prestação de contas provenientes do 1º grau, especialmente, no final deste exercício. Assim sendo, reiteramos a importância de que seja colocado em discussão um prazo final para julgamento das prestações de contas eleitorais de 2020 ainda neste exercício, sob o risco

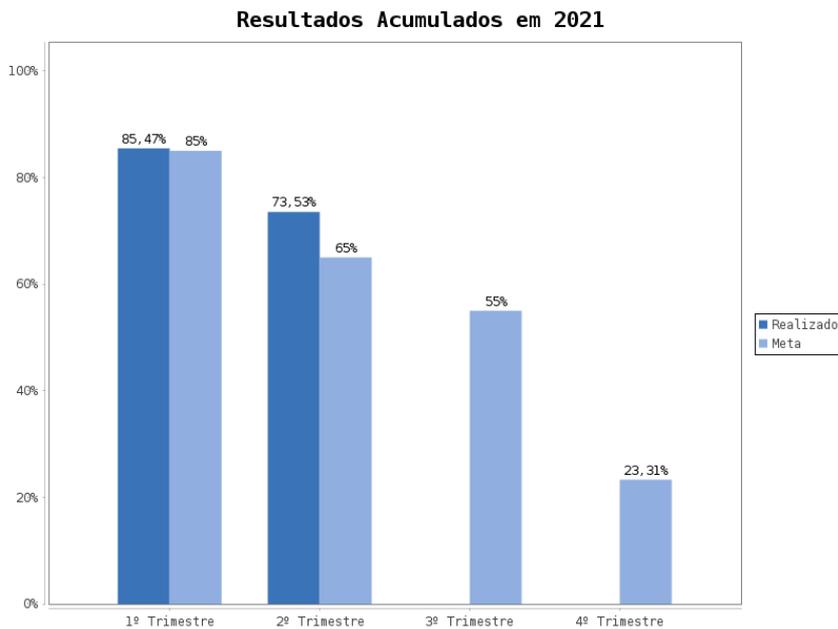
de termos um congestionamento processual transcendendo o ano de 2020, o que, s.m.j., poderia comprometer não somente as metas nacionais, mas, sobretudo, impactar negativamente o ano de 2021 que é um ano em que serão realizadas eleições gerais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasEsta SJD adota, como rotina, o monitoramento de dados estatísticos processuais, com curvas de tendências e comportamentos para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento dos seus indicadores.

Riscos associados ao objetivoEspera-se que o volume de recursos em prestações de contas eleitorais (eleições 2020), acima mencionados, possa causar impactos negativos sobre a taxa de congestionamento no 2º grau, Metas CNJ e, conforme explicado acima, levar para 2021 um volume de processos que poderiam comprometer a capacidade produtiva do TRE, tendo em vista tratar-se de eleições gerais cujo volume de processos vem aumentando significativamente nos últimos anos.

IA 08 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 2º grau

Atenção Desempenho do Período: **86,88%**



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

O desempenho no período (2º trimestre) apresentou um resultado que merece atenção. Foi identificada uma leve queda na quantidade de casos novos, sendo 287 processos no 2º trimestre contra 300 no 1º, o que corresponde a uma redução de 0,96%. Tivemos mais processos baixados no mesmo período, sendo 224 baixas no 2º trimestre contra 180 no 1º, correspondendo a uma elevação da produtividade da ordem de 24,4%. Porém, iniciamos o 2º trimestre com mais processos pendentes: 1121 em abril contra 939 em janeiro. Listamos abaixo, as classes processuais que mais impactam na taxa de congestionamento no 2º grau: Classe Qtd de PRESTAÇÃO DE CONTAS (DE 2018 a 2020) 256 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (DE 2014 A 2021) 62 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (de 2018 a 2021) 50 RECURSO ELEITORAL em PCE/PCA (de 2020 a 2021) 288. Essas classes representam um acervo de 656 processos de um total de 1184 pendentes, equivalendo a 55,4%. Dessas classes, a prestação de contas, unificando todos os tipos, representaria, proporcionalmente, 56,1%. Outro ponto digno de destaque é com relação à metodologia adotada para o cálculo dos processos pendentes, que já foi objeto de questionamento por esta SJD. O método utilizado considera a quantidade de processos pendentes no início dos períodos para o cálculo da taxa de congestionamento, o que, a meu ver, estaria equivocado. Considero, s.m.j., que esta forma de cálculo deveria ser repensada e passasse a adotar o final do período base para apuração dos processos pendentes, o que faria mais coerência tendo em vista que só podemos apontar o que resta pendente após a concretização de um determinado lapso temporal.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Esta Secretaria acompanha de forma sistemática a tramitação dos processos judiciais de sua competência agindo de forma pró ativa sempre que necessário e, no que diz respeito às questões de sua alçada, realiza o adequado monitoramento de estatísticas processuais, sobretudo, na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Mesmo na ausência de um prazo normativo para julgamento dos processos de prestação de contas pelo 1º grau, referente às eleições de 2020, diferentemente do que ocorreu nas eleições de 2018 quando, então, o TSE determinou o último dia útil de novembro daquele ano para julgamento de todas as prestações de contas de campanha, identificamos como um dos principais desafios a ser enfrentado nos próximos períodos é o provável gradual aumento do volume de recursos em prestação de contas provenientes do 1º grau, especialmente, no final deste exercício.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta SJD adota, como rotina, o monitoramento de dados estatísticos processuais, com curvas de tendências e comportamentos para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento dos seus indicadores.

Riscos associados ao objetivo

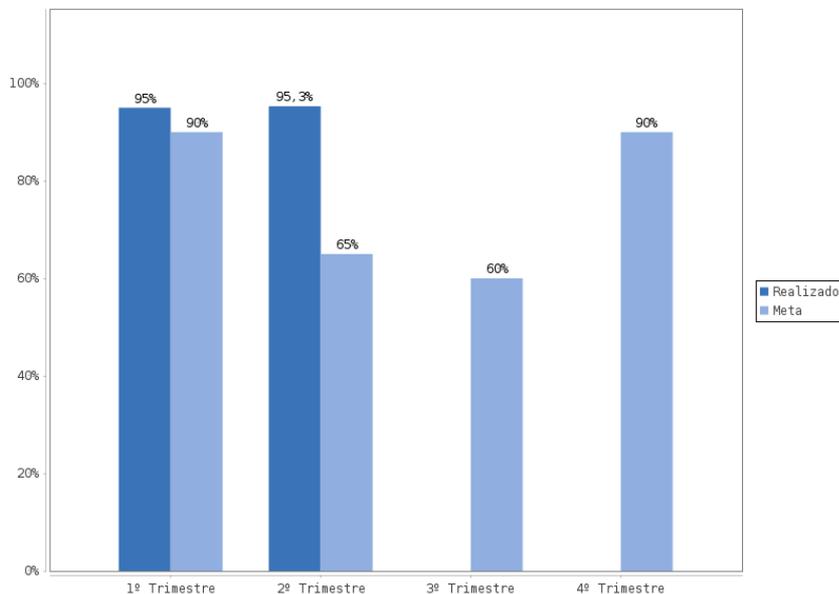
Espera-se que o volume de processos, acima mencionados, possa causar impactos sobre a taxa de congestionamento no 2º grau, bem como nas Metas CNJ.

IA 09 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 2º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 146,61%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto

O desempenho no período (2º trimestre) apresentou um resultado dentro das expectativas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Esta Secretaria acompanha de forma sistemática a tramitação dos processos judiciais de sua competência agindo de forma pró ativa sempre que necessário e, no que diz respeito às questões de sua alçada, realiza o adequado monitoramento de estatísticas processuais, sobretudo, na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Mesmo na ausência de um prazo normativo para julgamento dos processos de prestação de contas pelo 1º grau, referente às eleições de 2020, diferentemente do que ocorreu nas eleições de 2018 quando, então, o TSE determinou o último dia útil de novembro daquele ano para julgamento de todas as prestações de contas de campanha, identificamos como um dos principais desafios a ser enfrentado nos próximos períodos é o provável gradual aumento do volume de recursos em prestação de contas provenientes do 1º grau, especialmente, no final deste exercício.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

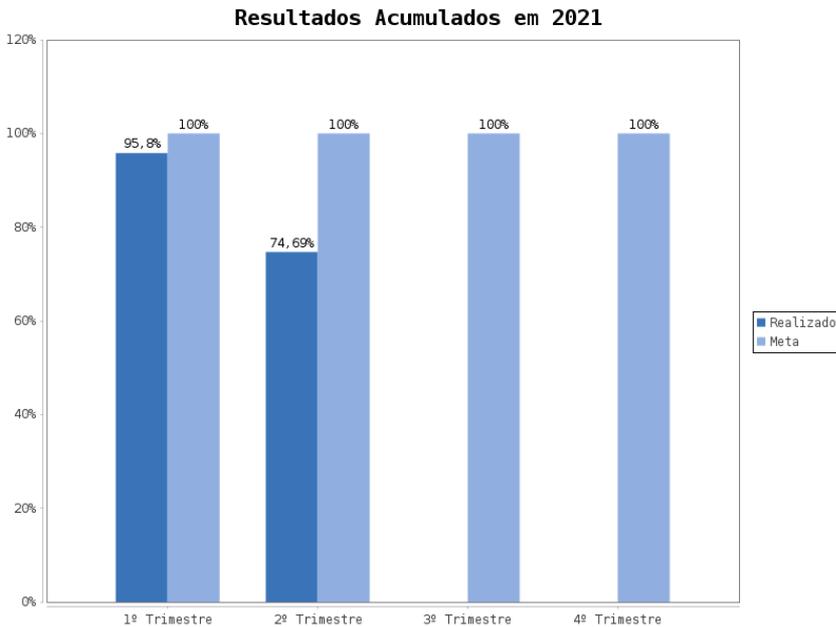
Esta SJD adota, como rotina, o monitoramento de dados estatísticos processuais, com curvas de tendências e comportamentos para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento dos seus indicadores.

Riscos associados ao objetivo

Espera-se que o volume de processos, acima mencionados, possa causar impactos sobre a taxa de congestionamento no 2º grau, bem como nas Metas CNJ.

OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais

Insatisfatório Desempenho do Período: **74,69%**



Responsável: ASESPR.

Análise de contexto Preliminarmente, cabe observar que os resultados apurados no primeiro trimestre de 2021 e que subsidiaram a análise do OE 03 (Combater os ilícitos eleitorais) foram alterados em 21/06/2021. Nessa esteira, o desempenho do objetivo, inicialmente divulgado como de 75,55%, foi alterado para 95,80%. A modificação decorreu da revisão do desempenho do indicador estratégico IE 08 (Índice de celeridade de processos prioritários), que passou de 54,06% para 94,58%.

Assim, a análise do objetivo OE 03 relativa ao primeiro trimestre de 2021 resta prejudicada.

O OE 03 é composto por dois indicadores estratégicos, que alcançaram neste segundo trimestre de 2021 os seguintes desempenhos:

IE 07A - Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais = 94,14%

IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários= 52,24%

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Em relação ao IE 07A, a CPEFJU, unidade gestora do indicador, tem realizado reuniões periódicas com as unidades responsáveis pelos IA 104 (ASJUPR), IA 105 (COAJUR) e IA 106 (ASCEPA) para tratar das iniciativas a serem desenvolvidas e priorizadas para impulsionar o desempenho do indicador estratégico em questão.

Das reuniões realizadas, destacam-se as dos dias 16 e 22 de junho de 2021, com a presença do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal, Desembargador Cláudio Luís Braga dell'Orto e do Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Luiz Márcio Victor Alves Pereira, que tiveram como pauta a definição de diretrizes para construção dos planos de ação destinados à implementação de Juízos Especializados. O Presidente do TRE-RJ deliberou pela realização de mais uma reunião, para a qual deverão ser convidados,, dentre outros, o Exmo. Sr. Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral e a Diretora-Geral, para deliberação final acerca das diretrizes que orientarão a elaboração dos planos de ação.

Foram realizadas, ainda, reuniões para deliberar sobre as diretrizes iniciais para elaboração do plano de ação destinado ao estabelecimento de mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outras instituições. A minuta de plano de ação foi elaborada e submetida aos titulares da ASJUPR, COAJUR e ASCEPA. Restam pendentes os ajustes finais para submissão ao Presidente do Tribunal e início da execução do plano.

Outra ação realizada foi a elaboração de exposição de motivos para submeter ao CGOVtIC a reavaliação da priorização dos sistema SIROPI. A implantação do sistema SIROPI, conforme abordado nas reuniões da CPEFJU realizadas nos dias 19 e 31 de maio, reveste-se de grande importância para o impulsionamento das ações penais, especialmente pelo que prevê o item de controle XI do indicador de apoio IA 105: "O Tribunal dispõe de sistemas de informação que provejam, de forma satisfatória, servidores e magistrados que atuam nas ações penais de informações rápidas e confiáveis para subsidiar os processos de análise e decisão".

A exposição de motivos trouxe à luz, ainda, a novidade trazida no Prêmio CNJ Qualidade 2021, que apresenta novo requisito no Eixo da Produtividade, que é a avaliação sobre a celeridade no julgamento das ações penais (art. 6º, inciso XII, do anexo II, da Portaria CNJ n.º 135/2021). A inovação trazida na premiação patrocinada pelo CNJ corrobora a relevância de uma ferramenta específica para monitoramento dos processos criminais, sem a qual torna-se muito difícil o efetivo controle de tais feitos.

Em que pese a detalhada exposição de motivos e a inclusão na pauta da última reunião do CGovTIC, não houve deliberação conclusiva do Comitê quando à priorização da solução.

Sobre o IE 08, com a finalidade de impulsionar os processos prioritários, foi aberto SEI (2021.0.000018359-2) com a lista de 17 AIJEs físicas pendentes, visando ao monitoramento da migração e julgamento de tais feitos.

Afora a aprovação, no início do mês de março, da Resolução TRE-RJ nº 1.166/21, que estabeleceu parâmetros de prioridade na migração dos processos que ainda tramitam em meio físico para o PJe, também foram concluídos o plano de ação e o cronograma de migrações, conforme Processo SEI nº 2021.0.000020003-9, id's 1753344, 1749052 e 1749062.

Tal cronograma prevê a possibilidade de que as migrações dos processos físicos em trâmite no Tribunal para o PJe possam vir a ser ultimadas pela SJD até o final de julho, expectativa que, mesmo se não confirmada em sua integralidade, haverá de permitir a retomada do curso regular de inúmeros processos hoje paralisados, eis que os feitos eletrônicos não estão sobrestados.

Convém salientar que os ditos processos prioritários terão preferência nos procedimentos de migração (art. 2º da Resolução TRE-RJ nº 1.166/21).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Estima-se a estabilidade do bom desempenho do indicador IE 07A nos próximos dois trimestres, considerando as atividades coordenadas e sistemáticas entre CPEFJU e as unidades responsáveis pelos indicadores de apoio que integram o IE07A.

Ressalta-se, no entanto, que plano anual da CPEFJU para implantação das ações relativas ao IE 07A contemplou a expectativa de implementação do SIROPI até o final do exercício, por tratar-se de demanda formalizada em 2019 e agora, ainda mais premente, inclusive pela inclusão de novo requisito relativo às ações penais no Prêmio CNJ da Qualidade. Caso a solução não venha a ser priorizada e implantada até o final do exercício, existe a possibilidade de piora de desempenho do objetivo.

Em relação ao IE 08, a tendência é de melhora do indicador, na medida em que se espera que todos os processos serem migrados para o PJe.

No âmbito do primeiro grau, apesar da migração, persiste o desafio de impulsionar os feitos judiciais, diante do impacto da pandemia, que ainda afasta muitos servidores. Além disso, muitos processos demandam a realização de audiência, havendo, no cenário da covid-19, certa dificuldade na marcação das oitivas. Já no segundo grau, conforme última informação obtida junto à SJD, todos os processos físicos foram digitalizados, restando a etapa subsequente, na qual é realizada a migração propriamente dita que, uma vez ultimada, deve permitir que muitos processos sem movimentação possam vir a ser julgados nos próximos meses.

Considerando o cenário de aumento de imunização da população com o incremento da vacinação contra a covid-19, a sistematização dos procedimentos de migração dos processos em meio físico para o PJe, e, ainda, o empenho da CPEFJU para impulsionamento das ações que visam a estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais, a expectativa é de que o OE 03 apresente melhor desempenho nos próximos seis meses.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas 1. Manutenção das reuniões periódicas com representantes da CPEFJU, gestora do IE 07A, e as unidades responsáveis pelos IAs 104, 105 e 106, com foco na construção conjunta de soluções para a estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e das unidades de contas, dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários e dos juízos competentes para o julgamento das ações penais eleitorais

2. Priorização do SIROPI pelo CGovTIC, em vista da relevância da implantação da solução para viabilizar o monitoramento efetivo dos feitos criminais e o impulsionamento do item XI do IA 105.

3. Sistemático controle do cronograma de migração de processos em meio físico para o PJe.

4. Que o sistema GERIR passe a armazenar e disponibilizar a visualização de dados alterados, bem como exigir que o solicitante da retificação consigne no sistema os motivos que geraram a retificação dos parâmetros, a fim de viabilizar interpretações e análises mais consistentes.

Riscos associados ao objetivo 1. Indisponibilidade dos servidores das diversas áreas para participação nas reuniões destinadas à elaboração dos planos de ação que visam a impulsionar o desempenho do IE 07A, os quais, em maior parte, dependem de contribuição multidisciplinar;

2. Alterações nas normas eleitorais que venham a impactar na estrutura planejada para os indicadores de apoio que integram o IE 07A;

3. Recrudescimento da pandemia e conseqüente prolongamento de limitações às atividades presenciais, o que poderá prejudicar as migrações dos processos físicos para o PJe e a implementação das ações que visam ao aprimoramento do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais

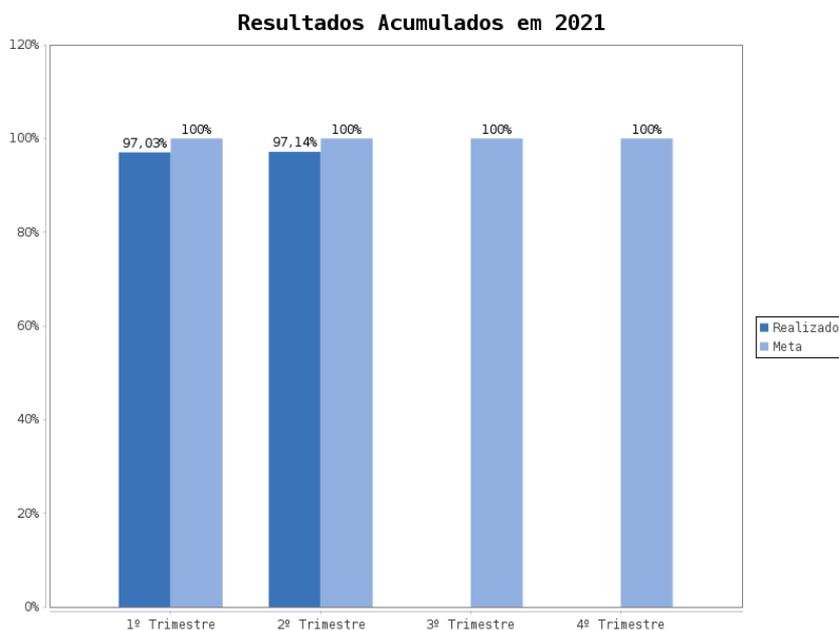
4. Demora na disponibilização do painel de BI - tal ferramenta permitiria um diagnóstico mais preciso dos entraves ao julgamento dos feitos, no entanto, há sempre a incerteza em relação ao momento em que passaremos a contar com esses controles, sendo certo que as unidades encarregadas de produzir o sistema têm de atender a outras demandas, por vezes mais urgentes (como ocorrido em relação ao Balcão Virtual), circunstância que naturalmente compromete a sua entrega.

5. Prejuízo à celeridade processual e deficiência na prestação jurisdicional, com a prescrição das ações e anulação das sentenças.

IE 07A - Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais

Satisfatório

Desempenho do Período: 97,14%



Responsável: GABPRE.

Análise de contexto Análise registrada pela Sedest a pedido da Presidência, por impossibilidade técnica.

O IE 07A (Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais) alcançou neste segundo trimestre de 2021 o desempenho de 97,14%, equivalente ao observado no primeiro trimestre deste ano (97,3%), mantendo-se no patamar “satisfatório”.

O IE 07A é composto por três indicadores de apoio, a seguir elencados, que alcançaram os seguintes desempenhos:

IA 104 (Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários: 96,77% (20,32% / 21%);

IA 105 (Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das ações penais eleitorais): 95,96% (x%/y%); e,

IA 106 (Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e da unidade de contas): 98,68% (x%/y%).

O melhor desempenho decorre das ações implementadas no período e descritas no tópico a seguir. As ações impactaram as pontuações totais de cada indicador que, majoradas, deram ensejo ao seguinte quadro ao final do segundo trimestre de 2021:

IA 104 – 63 pontos, do total de 310 – dos 13 itens de controle, 7 são parcialmente adotados (I, VI, VII, IX, X, XI e XII). Os demais itens ainda não foram iniciados.

IA 105 – 76 pontos, do total de 330 – dos 13 itens de controle, 1 é integralmente adotado (I), 3 são parcialmente adotados (VI, VII e X) e 3 têm planos iniciados (VIII, IX e XII). Os demais não foram iniciados.

IA 106 – 75 pontos, do total de 380 – dos 17 itens de controle, 8 são parcialmente implementados (I, VI, VII, VIII, X, XI XII e XIII).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos A CPEFJU, unidade gestora do IE 07A, tem realizado reuniões periódicas com as unidades responsáveis pelos IA 104 (ASJUPR), IA 105 (COAJUR) e IA 106 (ASCEPA) para tratar das iniciativas a serem desenvolvidas e priorizadas para impulsionar o desempenho do indicador estratégico em questão. Foram realizadas reuniões nos dias 19 e 31 maio de 2021 e nos dias 16, 22 e 23 de junho de 2021.

Realização de reuniões entre os representantes da Presidência na CPEFJU, o Presidente do Tribunal, Des. Cláudio Luis Braga dell’Orto e o Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Luiz Márcio Victor Alves Pereira, nos dias 16 e 22 de junho de 2021, para tratar das diretrizes para a construção dos planos de ação destinados à implementação de Juízos Eleitorais Especializados. O Presidente deliberou pela realização de mais uma reunião, para a qual deverão ser convidados, dentre outros, o Exmo. Sr. Vice-Presidente e

Corregedor Regional Eleitoral e a Diretora-Geral, para deliberação final acerca das diretrizes que orientarão a elaboração dos planos de ação.

Assim, uma vez iniciadas as atividades para implementação do item de controle I dos indicadores de apoio IA 104 e IA 106, ambos passaram do estágio “não iniciado” (0 ponto) para o estágio “iniciou plano” (2 pontos)

Realização de reuniões para deliberar sobre as diretrizes iniciais para elaboração do plano de ação destinado ao estabelecimento de mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outras instituições. A minuta de plano de ação foi elaborada e submetida aos titulares da ASJUPR, COAJUR e ASCEPA. Restam pendentes os ajustes finais para submissão ao Presidente do Tribunal e início da execução do plano.

Assim, uma vez iniciadas as ações com vistas a implementação do item X dos las 104 e 105 e item XI do IA 106, os três itens de controle passaram do estágio “não iniciado” (0 ponto) para o estágio “iniciou plano” (2 pontos).

Elaboração de exposição de motivos para submeter ao CGOVtic a reavaliação da priorização dos sistema SIROPI.

A implantação do sistema SIROPI, conforme abordado nas reuniões realizadas nos dias 19 e 31 de maio, reveste-se de grande importância para a evolução do IA 105, especialmente pelo que prevê o item de controle XI do aludido indicador: “O Tribunal dispõe de sistemas de informação que provejam, de forma satisfatória, servidores e magistrados que atuam nas ações penais de informações rápidas e confiáveis para subsidiar os processos de análise e decisão”.

A exposição de motivos trouxe à luz, ainda, a novidade trazida no Prêmio CNJ Qualidade 2021, que apresenta novo requisito no Eixo da Produtividade, que é a avaliação sobre a celeridade no julgamento das ações penais (art. 6º, inciso XII, do anexo II, da Portaria CNJ n.º 135/2021). A inovação trazida na premiação patrocinada pelo CNJ corrobora a relevância de uma ferramenta específica para monitoramento dos processos criminais, sem a qual torna-se muito difícil o efetivo controle de tais feitos.

Em que pese a detalhada exposição de motivos e a inclusão na pauta da última reunião do CGOVtic, não houve deliberação conclusiva do Comitê quando à priorização da solução.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Estima-se a estabilidade de desempenho do indicador nos próximos dois trimestres, considerando as atividades coordenadas e sistemáticas entre CPEFJU e as unidades responsáveis pelos indicadores de apoio que integram o IE07A.

Ressalta-se, no entanto, que plano anual da CPEFJU para implantação das ações relativas ao IE 07A contemplou a expectativa de implementação do SIROPI até o final do exercício, por tratar-se de demanda formalizada em 2019 e agora, ainda mais premente, inclusive pela inclusão de novo requisito relativo às ações penais no Prêmio CNJ da Qualidade. Caso a solução não venha a ser priorizada e implantada até o final do exercício, existe a possibilidade de piora de desempenho do objetivo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas1. Manutenção das reuniões periódicas com representantes da CPEFJU, gestora do IE 07A, e as unidades responsáveis pelos IAs 104, 105 e 106, com foco na construção conjunta de soluções para a estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e das unidades de contas, dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários e dos juízos competentes para o julgamento das ações penais eleitorais 2. Priorização do SIROPI pelo CGOVtic, em vista da relevância da implantação da solução para viabilizar o monitoramento efetivo dos feitos criminais e o impulsionamento do item XI do IA 105.

Riscos associados ao objetivoIndisponibilidade dos servidores das diversas áreas para participação nas reuniões destinadas à elaboração dos planos de ação, os quais, em maior parte, dependem de contribuição multidisciplinar.

Deficiência na prestação jurisdicional, com a prescrição das ações e anulação de sentenças.

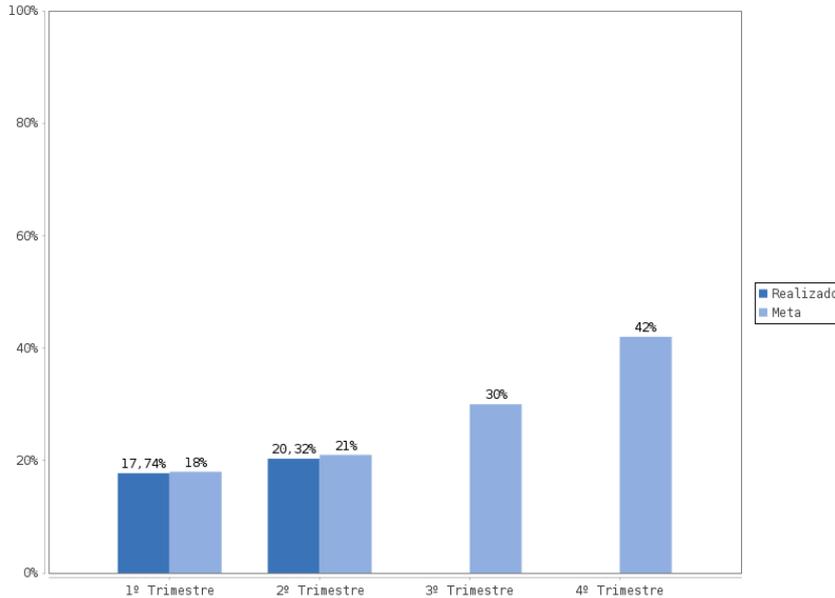
Alterações nas normas eleitorais que impactem na estrutura planejada

IA 104 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários

Satisfatório

Desempenho do Período: 96,77%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUPR.

Análise de contexto

O novel indicador "IA 104 – Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários" está sendo mensurado pela segunda vez neste segundo trimestre de 2021, tendo obtido o resultado de 20,32%. Considerando a meta estabelecida para o período, isto é, 21%, o percentual de alcance da meta foi de 96,77%, atingindo o patamar satisfatório.

Trata-se de indicador composto por 13 (treze) itens de controle, ponderados de acordo com o nível de esforço e complexidade das respectivas implementações.

A implementação de cada item é avaliada conforme o estágio em que se encontra, considerando os seguintes critérios:

0 ponto - Não Iniciado.

2 pontos - Iniciou plano (iniciou planejamento para adotar, fez reuniões com vistas à adoção, iniciou processo de compra), multiplicado pelo peso do respectivo item.

5 pontos - Adota parcialmente (primeira implantação, piloto, equipamento instalado), multiplicado pelo peso do respectivo item.

10 pontos - Adota integralmente (todas as entregas previstas já foram concluídas), multiplicado pelo peso do respectivo item.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ação 1: Realização de reunião para deliberar sobre plano de trabalho destinado a mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outros órgãos, visando ao intercâmbio de conhecimentos e a colaboração recíproca para o aprimoramento da prestação jurisdicional em relação aos processos prioritários, com o objetivo de impulsionar o item X, elevando o critério de pontuação de 0 para 2 - Atas dos dias
Ação 2: Realização de reuniões entre membros da CPEFJU e com o Presidente do TRE-RJ com vistas a estabelecer as diretrizes para elaboração dos planos de trabalho destinados à implementação da especialização permanente dos Juízos Eleitorais com competência para processar e julgar as ações prioritárias, com o objetivo de impulsionar o item I, elevando o critério de pontuação de 0 para 2 - Atas dos dias.....

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Estima-se a gradual melhora de desempenho do indicador no próximo do trimestre.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Prosseguimento com as atividades para a elaboração e o início da execução de plano de ação destinado a institucionalizar a especialização permanente dos Juízos Eleitorais com competência para processar e julgar as ações prioritárias, com o objetivo de impulsionar o item de controle I.

2. Propor à CPEFJU a estruturação de processos de trabalho que possibilitem o monitoramento sistemático das rotinas relacionadas aos processos prioritários, com o objetivo de impulsionar o item de controle IX.

3. Prosseguimento com as atividades para elaborar e dar início à execução de plano de ação destinado a identificar e implementar os mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outros órgãos, visando ao intercâmbio de conhecimentos e a colaboração recíproca para o aprimoramento da prestação jurisdicional em relação aos processos prioritários, com o objetivo de impulsionar o item de controle X.

4. Identificar e elaborar plano de ação visando à implementação dos sistemas de informação que provejam, de forma satisfatória, servidores e magistrados que atuam nos processos prioritários de informações rápidas e confiáveis para subsidiar os processos de análise e decisão, com o objetivo de impulsionar o item de controle XI.

5. Identificar e avaliar a viabilidade de disponibilização de conteúdos voltados à atualização de magistrados e servidores nos temas afetos aos processos prioritários, com o objetivo de impulsionar o item de controle XII.

6. Elaborar e formalizar as rotinas administrativas necessárias para estabelecer e padronizar a forma de operacionalização dos processos de trabalho relacionados ao processamento dos feitos prioritários e seus recursos no âmbito da SJD, com o objetivo de impulsionar o item de controle XIII.

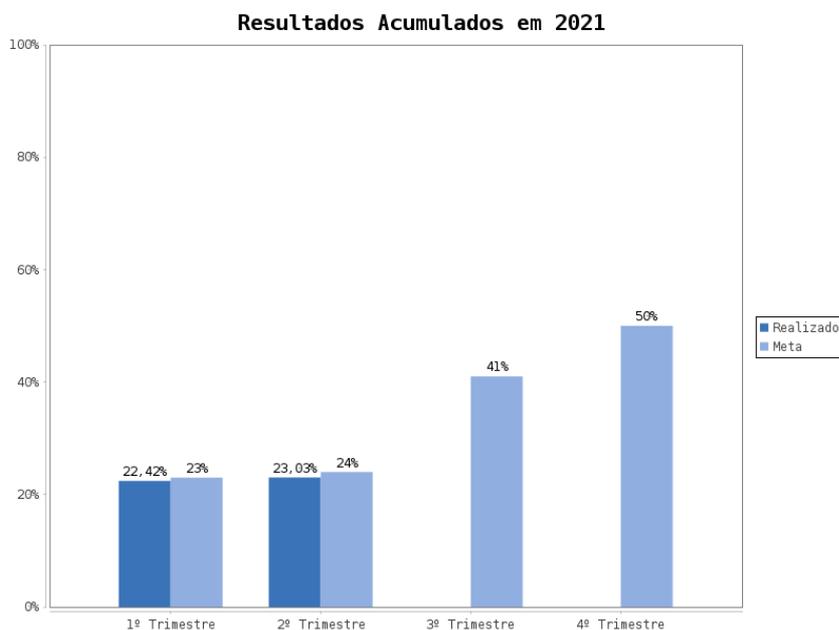
Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade dos servidores das diversas áreas para participação nas reuniões destinadas à elaboração dos planos de ação, os quais, em maior parte, dependem de contribuição multidisciplinar.

IA 105 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das ações penais eleitorais

Satisfatório

Desempenho do Período: 95,96%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto

Trata-se de índice criado a partir da elaboração do novo plano estratégico, notadamente a reestruturação do IE-07.

Nesse contexto, identificou-se que as ações penais eleitorais mereciam especial atenção no âmbito desta Justiça Especializada, sobretudo após a decisão do STF, proferida no Inquérito n.º 4435, no qual foi firmado o entendimento de que, em caso de conexão entre crime de competência da Justiça comum (federal ou estadual) e crime eleitoral, os delitos deveriam ser julgados conjuntamente pela Justiça Eleitoral.

Diante disso, a VPCRE e a Presidência, em parceria, discutiram quais medidas poderiam ser adotadas para que, de fato, houvesse uma qualidade da prestação jurisdicional eleitoral no âmbito criminal, e elaboraram este indicador estratégico.

Mais recentemente, o Prêmio CNJ Qualidade 2021 trouxe um novo requisito no Eixo da Produtividade, que é a celeridade no julgamento das ações penais (art. 6º, inciso XII, do anexo II, da Portaria CNJ n.º 135/2021), o que corroborar ainda mais a necessidade de se dar atenção a tais feitos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi realizada reunião entre membros da ASCEPA, Presidência e VPCRE a fim de deliberar sobre a criação de plano de trabalho destinado a mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outros órgãos, visando ao intercâmbio de conhecimentos e a colaboração recíproca para o aprimoramento da prestação jurisdicional em relação aos processos prioritários.

Além disso, a CGOVtíc, por meio da CPEFJU, foi novamente provocada, com vistas à implementação do SIROPE. Em que pese a realização da reunião, não se chegou a uma conclusão, pois havia outros sistemas também com pedidos de implementação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A ausência de uma ferramenta específica que monitore, de perto, os processos criminais é algo que em muito dificulta o real controle de tais feitos.

Há muitos processos penais ainda tramitando em meio físico e um grande desafio hoje é fazer com que todos sejam migrados ao PJe, a fim de impedir a ocorrência da prescrição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Aguarda-se nova reunião do CGovTic, a fim de que seja dada prioridade à implementação do SIROPI, o que permitirá o monitoramento dos feitos criminais.

Também será realizada reunião para deliberar sobre plano de trabalho, já criado, destinado a mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outros órgãos, visando ao intercâmbio de conhecimentos e a colaboração recíproca para o aprimoramento da prestação jurisdicional em relação às ações penais, com o objetivo de impulsionar o item X deste indicador.

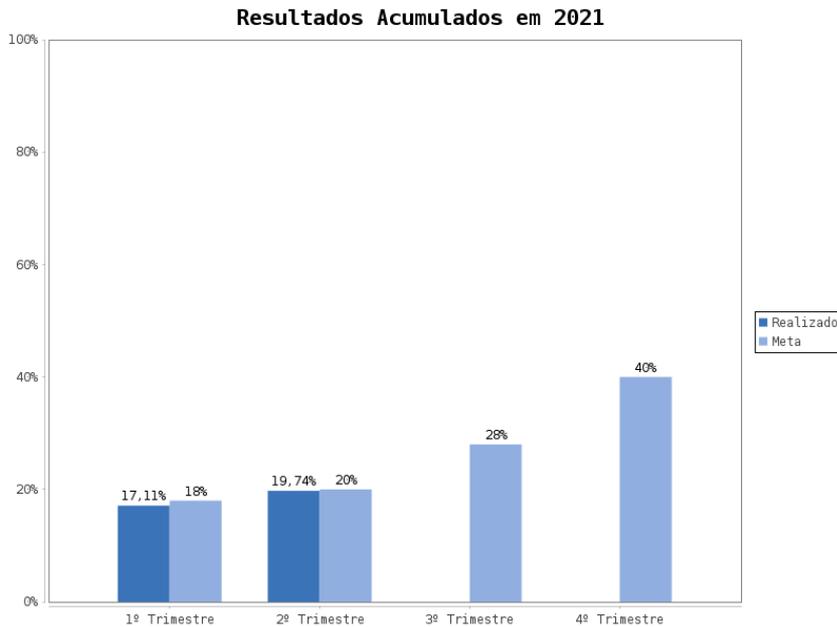
Riscos associados ao objetivo

Deficiência na prestação jurisdicional, com a prescrição das ações e anulação de sentenças

IA 106 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e da unidade de contas

Satisfatório

Desempenho do Período: 98,68%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASCEPA.

Análise de contexto

O indicador de apoio IA106, medido trimestralmente, apresentou índice de desempenho com status satisfatório, tendo sido alcançados 98,68% da meta, que ficou estabelecida em 20%.

O referido indicador compõe, juntamente com mais dois indicadores de apoio, o indicador estratégico IE07 - Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate à ilícitos eleitorais, este relacionado ao Objetivo Estratégico OE03 – Combater os ilícitos eleitorais, que busca contribuir para a integridade das eleições, fortalecendo os instrumentos e ampliando a efetividade do sistema de prevenção e de repressão a ilícitos eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Com o objetivo de impulsionar o item I do IA106, elevando sua pontuação de 0 para 2, foram realizadas reuniões entre os responsáveis pelos indicadores de apoio IA104, IA105 e IA106 e representantes da CPEFJU e entre representantes da CPEFJU e o Presidente do TRE-RJ, com vistas a estabelecer as diretrizes para elaboração dos planos de trabalho destinados à implementação da especialização permanente dos Juízos Eleitorais com competência para processar e julgar as prestações de contas. Para o desenvolvimento do item XI do IA 106, foram realizadas reuniões entre os responsáveis pelos indicadores de apoio IA104, IA105 e IA106 e representantes da CPEFJU para deliberar sobre o plano de trabalho destinado a estabelecer mecanismos que contribuam para fomentar a integração e a realização de iniciativas, internamente ou em parceria com outros órgãos, visando ao intercâmbio de conhecimentos e a colaboração recíproca para o aprimoramento da prestação jurisdicional em relação aos processos de prestação de contas, elevando o critério de pontuação de 0 para 2. Do total de 17 quesitos propostos para o IA106, para a completa implementação da estrutura necessária para promover maior efetividade das prestações de contas de campanha, como forma de contribuir para o aprimoramento do sistema de prevenção e repressão de ilícitos eleitorais, 8 quesitos já foram iniciados e se encontram parcialmente estruturados, o que resultou a medição realizada de 19,74%.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência continua sendo de evolução na implementação da estrutura adequada para ampliar a efetividade das prestações de contas eleitorais, mantendo-se o desempenho alcançado para o indicador nesse trimestre. Devemos manter a prática implementada no último trimestre, de reuniões periódicas com representantes da CPEFJU, com o objetivo de darmos andamento aos IAs 104, 105 e 106 em conjunto. Algumas ações deverão ser implementadas para as eleições de 2022, enquanto outras somente serão necessárias para as eleições de 2024.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

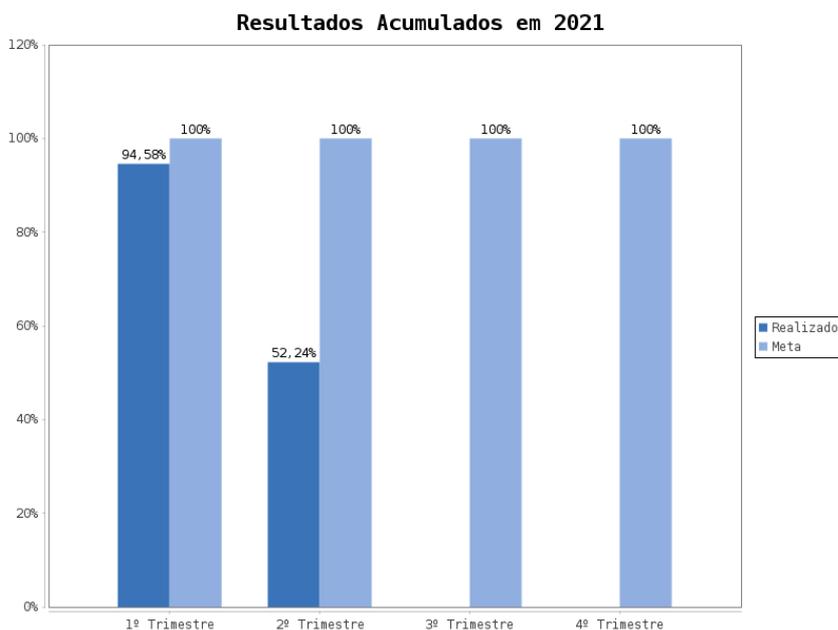
Foco na construção conjunta de soluções para a estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e das unidades de contas, dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários e dos juízos competentes para o julgamento das ações penais eleitorais.

Riscos associados ao objetivo

Alterações nas normas eleitorais que impactem na estrutura planejada implementações de outros projetos estratégicos do Tribunal em detrimento das implementações previstas nesse indicador de apoio.

IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários

Insatisfatório **Desempenho do Período: 52,24%**



Responsável: GABPRE.

Análise de contexto Preliminarmente, cabe observar que os resultados apurados no primeiro trimestre de 2021 e que subsidiaram a análise do IE 08 (Índice de celeridade de processos prioritários) foram alterados em 21/06/2021. Nessa esteira, o desempenho do indicador, inicialmente divulgado como de 54,06%, foi alterado para 94,58%. A modificação decorreu da revisão do desempenho dos dois indicadores de apoio que integram o IE 08, como segue:

IA 22A - Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo - revisado de 65,68% para 89,15%

IA 23A - Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo - revisado de 42,43% para 145,39%

De fato, o CGE houve por bem prorrogar a oriunda da 1ª RAE 2021, que assim dispunha: “Revisar os dados das variáveis impactadas, no GERIR, após o ajuste das fichas dos IA 22A (Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo) e IA 23A (Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo), retroativamente ao início do ano de 2021, adotando-se como base a nova parametrização do IE 07A”.

Assim, a análise do indicador IE 08 relativa ao primeiro trimestre de 2021 resta prejudicada.

Neste segundo trimestre de 2020, observa-se a significativa queda de desempenho do IE 08, que atingiu 52,24% de alcance da meta. Os desempenhos dos IA22A e do IA 23A foram de, respectivamente, 32,81% e 71,68.

No que se refere ao IA 22A, a COAJUR ressalta que grande parte dos processos físicos computados nesse indicador já foram migrados e, agora, a maioria tramita no PJE. Ressalta, contudo, que mais uma vez foi constatado erro no parâmetro extraído do PJe pelo Metabase, tendo sido computadas 2 petições cíveis, que não fazem parte dos processos prioritários. A solicitação de correção será formulada à STI.

Em relação ao IA 23A, a ASJUPR destaca que, em princípio, a parcela mais expressiva dos processos não julgados remonta a um período anterior ao início do corrente ano, a indicar que são aqueles que ainda tramitam em autos físicos, circunstância que, como destacado na análise anterior à presente, inviabiliza sua apreciação, tendo em vista a suspensão do cômputo dos prazos processuais imposta pelo regime de plantão extraordinário a que estão submetidos, em função da pandemia do Novo Coronavírus, nos termos da Resolução TSE nº 23.615/19.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Em relação ao IA 22A, com a finalidade de impulsionar os processos prioritários, foi aberto SEI (2021.0.000018359-2) com a lista de 17 AIJEs físicas pendentes e, a partir daí, entrou-se em contato com os juizes titulares, a fim de que efetuem a migração e julguem tais feitos.

Quanto ao IA 23A, afóra a aprovação, no início do mês de março, da Resolução TRE-RJ nº 1.166/21, que estabeleceu parâmetros de prioridade na migração dos processos que ainda tramitam em meio físico para o PJe, também foram concluídos o plano de ação e o cronograma de migrações, conforme Processo SEI nº 2021.0.000020003-9, id’s 1753344, 1749052 e 1749062.

Tal cronograma prevê a possibilidade de que as migrações dos processos físicos em trâmite no Tribunal para o PJe possam vir a ser ultimadas pela SJD até o final de julho, expectativa que, mesmo se não confirmada em sua integralidade, haverá de permitir a retomada do curso regular de inúmeros processos hoje paralisados, eis que os feitos eletrônicos não estão sobrestados.

Convém salientar que os ditos processos prioritários contemplados pelo indicador de apoio em comento terão preferência nos procedimentos de migração (art. 2º da Resolução TRE-RJ nº 1.166/21).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Em relação ao IA 22A, a tendência é de melhora do indicador, na medida em que se espera que todos os processos sejam migrados para o PJe. Persiste, contudo, o desafio de impulsionar dos feitos judiciais, diante da ausência da maioria dos servidores no cartório e da pandemia ainda vivenciada. Como muitos demandam a realização de audiência, há certa dificuldade na marcação das oitivas das pessoas.

Em relação ao IA 23A, a última informação obtida junto à SJD é a de que todos os processos físicos foram digitalizados, restando a etapa subsequente, na qual realizada a migração propriamente dita que, uma vez ultimada, deve permitir que muitos processos sem movimentação possam vir a ser julgados nos próximos meses.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas 1. Sistemático controle do cronograma de migração

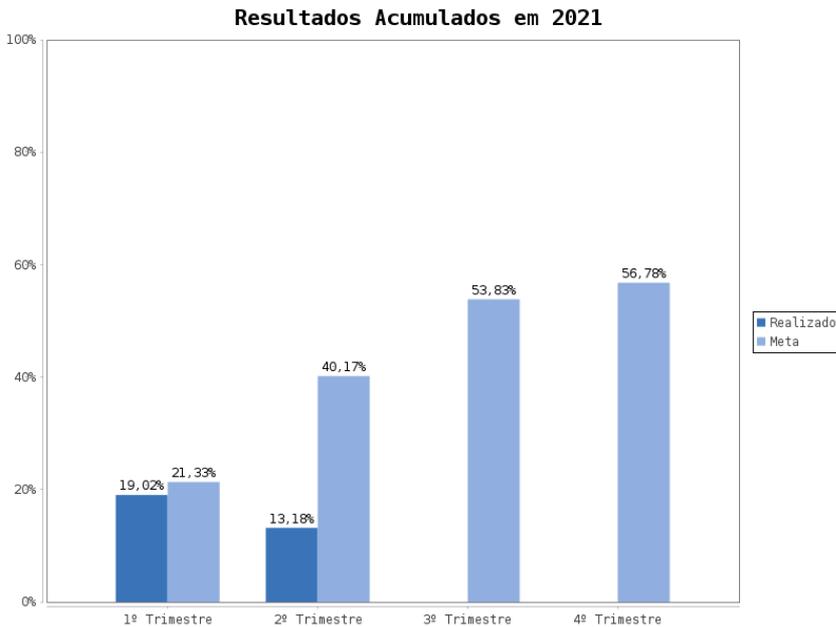
2. Que o sistema GERIR passe a armazenar e disponibilizar a visualização de dados alterados, bem como exigir que o solicitante da retificação consigne no sistema os motivos que geraram a retificação dos parâmetros, a fim de viabilizar interpretações e análises mais consistentes.

Riscos associados ao objetivo Impedimento do incremento das atividades presenciais, ainda hoje limitadas em função da pandemia.

Quanto à disponibilização das ferramentas de TI - que permitiriam um diagnóstico mais preciso dos entraves ao julgamento dos feitos - há sempre a incerteza em relação ao momento em que passaremos a contar com esses controles, sendo certo que as unidades encarregadas de produzir o sistema têm de atender a outras demandas, circunstância que naturalmente compromete a sua entrega.

IA 22A - Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo

Insatisfatório Desempenho do Período: **32,81%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto

Trata-se de indicador que mede os processos prioritários, assim definidos como aqueles que possam resultar em cassação de registro ou de diploma, bem como perda de mandato eletivo.

Grande parte dos processos físicos foram migrados e a maioria é de eletrônicos neste índice.

Também percebi que continua havendo erro no parâmetro extraído do PJe pelo Metabase. Foram contabilizadas 2 PETIÇÕES CÍVEIS, que, na verdade, não fazem parte dos processos prioritários. Em relação a esta classe, a questão será levada à Informática.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de impulsionar os processos prioritários, foi aberto SEI (2021.0.000018359-2) com a lista de 17 AIJEs físicas pendentes e, a partir daí, entrou-se em contato com os juízes titulares, a fim de que efetuem a migração e julguem tais feitos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é todos esses processos serem migrados e sentenciados.

O principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais, diante da ausência da maioria dos servidores no cartório e da pandemia ainda vivenciada. Como muitos demandam a realização de audiência, há certa dificuldade na marcação das oitivas das pessoas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A VPCRE continuará monitorando essas 17 AIJEs mais antigas, sem prejuízo dos demais prioritários eletrônicos.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual.

IA 23A - Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo

Insatisfatório

Desempenho do Período: 71,68%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUPR.

Análise de contexto

Inicialmente, convém esclarecer que as considerações expendidas na análise do primeiro trimestre restaram comprometidas em função da ulterior modificação das variáveis correlatas, medida que, ao fim e ao cabo, alterou substancialmente o desempenho para o período, que passou a ser qualificado como satisfatório, diversamente do que registrava o sistema à época da avaliação.

De fato, o CGE houve por bem prorrogar a oriunda da 1ª RAE 2021, que assim dispunha: “Revisar os dados das variáveis impactadas, no GERIR, após o ajuste das fichas dos IA 22A (Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo) e IA 23A (Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo), retroativamente ao início do ano de 2021, adotando-se como base a nova parametrização do IE 07A”.

Em suma, a revisão dos dados do primeiro trimestre gerou o descompasso sobremencionado.

Especificamente em relação ao segundo trimestre, tenho que uma parcela mais expressiva dos processos não julgados remonta a um período anterior ao início do corrente ano, a indicar que são aqueles que ainda tramitam em autos físicos, circunstância que, como destacado na análise anterior à presente, inviabiliza sua apreciação, tendo em vista a suspensão do cômputo dos prazos processuais imposta pelo regime de plantão extraordinário a que estão submetidos, em função da pandemia do Novo Coronavírus, nos termos da Resolução TSE nº 23.615/19.

Deveras, como se depreende da variável P1PPrior2ºG – que mede o número total de processos prioritários no 2º grau, distribuídos antes do período de referência e não julgados antes do período de referência -, tínhamos no primeiro trimestre um acervo com 22 processos pendentes de julgamento, número que permaneceu inalterado até julho do corrente ano, pelo incremento de dois novos feitos - provavelmente baixados do TSE para novo julgamento, em função da anulação dos acórdãos regionais anteriormente prolatados.

Seja como for, tais causas somente podem ser julgadas acaso implementadas as providências previstas no art. 14 da Resolução TRE/RJ nº 1.131/20, que permitem o cadastramento de um processo dessa natureza no Pje e sua apreciação pela Corte, em sessão por videoconferência.

Não se trata de migração, a pressupor a transformação de uma causa originariamente veiculada em autos físicos em processo digital, mas tão somente de um mecanismo para viabilizar o seu julgamento virtual, por meio de plataforma digital.

O problema é que a quase totalidade dos processos físicos hoje paralisados não permite a adoção do mesmo expediente, uma vez que os feitos ainda não estão prontos para julgamento, e não podem atingir tal estágio com os prazos sobrestados, em razão da pandemia.

No mais, deixo de reproduzir as reiteradas críticas antes expendidas quanto às impropriedades para aferição do indicador, na medida em que já registradas em outras análises (medição de um tempo irreal para julgamento de processos complexos (3 meses para recursos e 6 meses para ações originárias), ausência de controle direto, em tempo real, de onde os processos têm permanecido paralisados por mais tempo etc.).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Afora a aprovação, no início do mês de março, da Resolução TRE-RJ nº 1.166/21, que estabeleceu parâmetros de prioridade na migração dos processos que ainda tramitam em meio físico para o PJe, também logrou-se a conclusão do plano de ação e do cronograma de migrações, aprovados pelo Excelentíssimo Sr. Presidente, Desembargador Cláudio Luís Braga dell'Orto, em 31 de maio do corrente (Processo SEI nº 2021.0.000020003-9, id's 1753344, 1749052 e 1749062).

Tal cronograma prevê a possibilidade de que as migrações dos processos físicos em trâmite no Tribunal para o PJe possam vir a ser ultimadas pela SJD até o final de julho, expectativa que, mesmo se não confirmada em sua integralidade, haverá de permitir a retomada do curso regular de inúmeros processos hoje paralisados, eis que os feitos eletrônicos não estão sobrestados.

Convém salientar que os cognominados processos prioritários contemplados pelo indicador de apoio em comento terão preferência nos procedimentos de migração (art. 2º da Resolução TRE-RJ nº 1.166/21).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A última informação que obtivemos da SJD é a de que todos os processos físicos foram digitalizados, restando a etapa subsequente, na qual realizada a migração propriamente dita que, uma vez ultimada, deve permitir que muitos processos sem movimentação possam vir a ser julgados nos próximos meses.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como já mencionado na análise anterior, além da regulamentação da migração, a Comissão de Eficiência da Prestação jurisdicional já tem buscado alternativas, inclusive mediante a formalização de pedido de ferramentas de TI que permitam a identificação dos gargalos que interferem diretamente nos números do indicador, e que não necessariamente traduzem uma ineficiência do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

Por fim, a única ressalva que se pode fazer em relação às diz respeito à eventual necessidade de um incremento das atividades presenciais, ainda hoje limitadas em função da pandemia.

Quanto à disponibilização das ferramentas de TI - que permitiriam um diagnóstico mais preciso dos entraves ao julgamento dos feitos - há sempre a incerteza em relação ao momento em que passaremos a contar com esses controles, sendo certo que as unidades encarregadas de produzir o sistema têm de atender a outras demandas, circunstância que naturalmente compromete a sua entrega.

OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral

Atenção

Desempenho do Período: 84,09%



Responsável: ASESPR.

Análise de contexto Preliminarmente, cabe observar que os resultados apurados no primeiro trimestre de 2021 e que subsidiaram a análise do OE 04 (Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral) foram alterados em 21/06/2021. Nessa esteira, o desempenho do objetivo, inicialmente divulgado como de 70,99%, foi alterado para 75,88%. A modificação decorreu da revisão do desempenho do indicador estratégico IE 09 (Índice de aprimoramento da gestão da eleição), que passou de 24,51% para 49,02%.

Neste segundo trimestre de 2021, observa-se a evolução do desempenho do OE 04, que atingiu 84,09% de alcance da meta, o que se atribui ao ótimo resultado do IE 12 (Índice de promoção da transparência), que alcançou 100% de desempenho. Por outro lado, destaca-se que o futuro impulsionamento do OE 04 depende, principalmente, do melhor desempenho do IE 09, atualmente com desempenho de 49,02%.

Seguem os resultados, neste segundo trimestre de 2021, dos indicadores estratégicos que integram o OE 04:

IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição - 49,02 (medição trimestral);

IE 10 - Índice de segurança da votação - 89,07% (medição semestral);

IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral - 87,81% (medição anual do IA 32 - Percentual de participação de magistrados em ações de atualização em matéria eleitoral. Os demais indicadores de apoio que integram o IE 11 são medidos apenas nos anos eleitorais)

IE 12 - Índice de promoção da transparência - 100% (medição semestral)

A ASPLEL, unidade gestora do IE 09 (Índice de aprimoramento da gestão da eleição), sugere na análise deste período que o IA 26 (Índice de aderência ao PIE) seja suspenso retroativamente ao 2º trimestre de 2021, com prazo até o 3º trimestre, por não haver o que ser mensurado, já que não houve previsão de conclusão de atividades em relação ao PIE 2020 e que as próximas atividades com previsão de término para este ano são relacionadas ao exame das prestações de contas, com previsão de ser concluída até 30/12/2021.

Em que pesem as justificativas da unidade gestora do IE 09, esta unidade entende que deve ser mantido o mesmo percentual até então apurado para o IA 26 (índice de aderência ao PIE), tanto neste trimestre quanto no próximo, a exemplo do que ocorre em outros indicadores cujas medições são espaçadas no tempo. Isto porque o PIE é uma ferramenta viva e a ausência de iniciativas em um determinado período não descaracteriza o resultado até então mensurado. Ademais, evita-se nova revisão retroativa de resultados. O esclarecimento da manutenção do percentual apurado no primeiro trimestre pode ser expressa na análise do indicador no relativa ao terceiro trimestre, sendo certo que ao final do ciclo estratégico o desempenho final do IA 26 ficará espelhado no IE 09 e, via de consequência, no OE 04.

Tal situação parece diversa da identificada no último trimestre em relação ao IA 24 (Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições), também integrante do IE 09, suspenso retroativamente ao primeiro trimestre deste ano, uma vez que não havia planos de ação a serem implementados no período, já que todos os planos relativos à avaliação das eleições de 2018 deveriam ter sido implementados até dezembro de 2020. Desta forma, o resultado apurado ao final de 2020 revelou o esforço do tribunal em relação à implementação dos planos de ação e projetos resultantes de avaliações de eleições de 2018. Novo ciclo será iniciado com a nova leva de planos de ação relativos às eleições de 2020. Assim, a suspensão revelou a descontinuidade de um ciclo, que se iniciará com os planos de ação relativos às eleições de 2020 a partir do terceiro trimestre deste ano.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos¹. Início à construção do PIE 2022, com o cumprimento de diversas etapas (explicitadas na análise do indicador de apoio), de acordo com o plano de ação juntado ao processo SEI nº 2021.0.000018993-0. A aprovação e publicação do PIE 2022 está prevista para 30/09/2021, iniciando-se já em outubro de 2021 o ciclo de execução.

2. Elaboração dos planos de ação resultantes da avaliação das eleições de 2020.

3. Suspensão, em reunião do CGE realizada em 23/02/2021, da iniciativa estratégica "Cadastramento Biométrico de Eleitores do Estado do Rio de Janeiro - ciclo 2020/2022", em função da inviabilidade de continuidade no cenário de pandemia.

4. O Plano de Comunicação Integrada de 2021 previu a realização de duas ações no primeiro semestre de 2021 referentes à divulgação das etapas do processo eleitoral e dos mecanismos de segurança da urna. As duas ações foram executadas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Com relação ao IE 09, considerando a manutenção de medição do IA 26 neste e no próximo período, estima-se que o desempenho do indicador venha a melhorar no final do ano, seja pela expectativa de cumprimento das atividades relativas ao exame de prestação de contas previstas no PIE (IA 26), seja pela implementação dos planos de ação e projetos resultantes das eleições de 2020 a serem implementados até o final do exercício (IA 24), quais sejam "Melhoria do Processo de Trabalho 'Registrar Candidatos'", cuja previsão de conclusão é 31/08/2021, e "Estruturação dos Canais internos de Comunicação do TRE-RJ", cuja previsão de conclusão é 10/12/2021.

Quanto ao IE 10, o melhor desempenho do indicador está diretamente relacionado a ambiente externo, sobre o qual este Tribunal tem pouca ou nenhuma ingerência. Nesse sentido, a expectativa é de que o indicador permaneça estável.

Sobre o IE 11, considerando que 3 dos 4 indicadores de apoio que o integram são medidos somente em ano eleitoral, e que o IA 32 (Percentual de participação de magistrados em ações de atualização em matéria eleitoral), cuja medição é anual, tem apresentado ao longo da série história desempenho satisfatório, estima-se que se mantenha estável.

No que tange ao IE 12, estima-se que mantenha o bom desempenho, caso mantido o sistemático monitoramento do Plano de Comunicação Integrada e o empenho das unidades na execução das ações sob suas responsabilidades.

Nesse contexto, estima-se que o objetivo estratégico OE 04 venha a manter-se estável, com potencial possibilidade de melhor desempenho ao final do exercício, sobretudo se destinada a devida atenção ao IE 09.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas¹. Sistemático acompanhamento das atividades pendentes de execução no PIE 2020.

2. Contato constante com as unidades responsáveis pela execução de Planos de Ação, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual implementação dos referidos planos de ação, assim como os andamentos e/ou eventuais alterações no sistema do PIE 2022, quando o plano entrar em execução e monitoramento.

3. Fomento junto às diversas unidades do Tribunal da importância de acompanhar sistematicamente o Plano de Comunicação Integrada, visando assegurar a execução das ações previstas no documento

Riscos associados ao objetivo¹. Inobservância de prazos e ações previstos no PIE 2020 ainda pendentes de execução;

2. Atraso na implementação dos planos de ação previstos para finalizar em 2021;

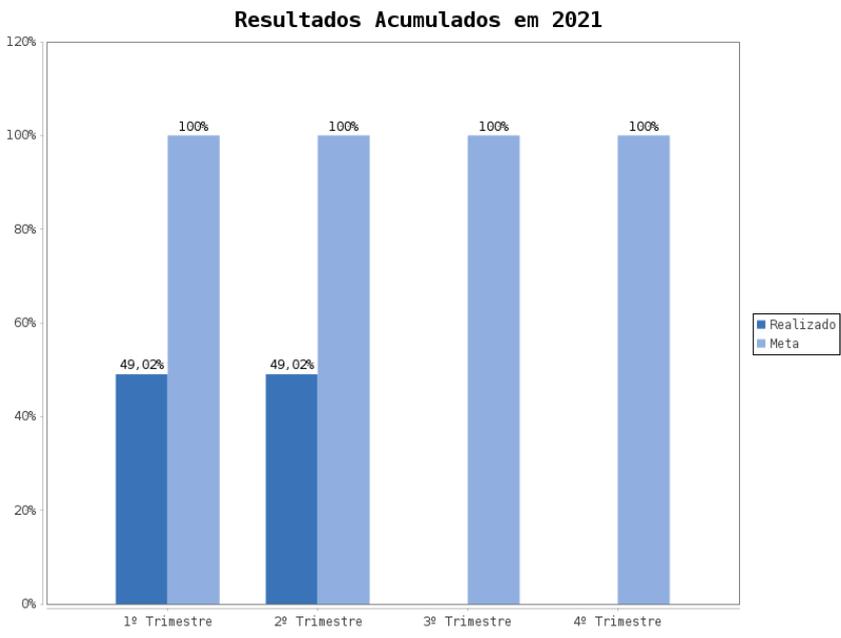
3. Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das atividades que integram o PIE 2022;

4. Inobservância do prazo para finalização e aprovação do PIE 2022, previsto para 30/09/2021;

5. Baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE e em dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como em comunicar à ASPLEL a implementação tempestiva dos referidos Planos, mediante envio dos reportes mensais à Assessoria.

IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição

Insatisfatório **Desempenho do Período: 49,02%**



Responsável: CPLAN.

Análise de contexto O indicador estratégico IE 09 (Índice de aprimoramento da gestão da eleição) registrou 49,02% de alcance da meta estabelecida para o 2º trimestre de 2021, mantendo resultado insatisfatório no período.

O IE 09 é computado a partir do desempenho de três IAs, a saber:

- IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições (suspensão);
- IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições (suspensão);
- IA 26 - Índice de aderência ao PIE - 49,02% (insatisfatório).

Em relação ao IA 24, a ASPLEL informou na análise do ciclo anterior que no primeiro trimestre de 2021 não havia previsão de implementação de nenhum Plano de Ação, pois os relativos à Avaliação das Eleições de 2018 estavam planejados para serem implementados até dezembro de 2020 e aqueles relativos às Eleições de 2020 ainda estariam em fase de elaboração.

Nesse sentido, o CGE deliberou na 2ª RAE de 2021, em 24/05, pela suspensão do IA 24 (Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições) retroativamente ao 1º trimestre, com prazo até o 2º trimestre de 2021.

Quanto ao IA 26, no trimestre em análise, a ASPLEL informa que não houve previsão de conclusão de atividades em relação ao PIE 2020 e destaca que as próximas atividades com previsão de término para este ano são relacionadas ao exame e julgamento das prestações de contas dos candidatos e partidos, cujo prazo final é 30/11/2021, e ao exame da prestação de contas de suprimento de fundos, com previsão de ser concluída até 30/12/2021.

Dessa forma, por não haver atividades previstas para serem finalizadas nos 2º e 3º trimestres deste ano, tanto do PIE 2020 quanto do PIE 2022, que se encontra em fase de construção, com previsão para iniciar sua execução apenas em outubro, não há o que ser medido nesses períodos, razão pela qual solicita que a medição e a análise do IA 26 sejam suspensas nos 2º e 3º trimestres deste ano.

Ante o exposto, sugere-se a suspensão do IA 26 retroativa ao 2º trimestre de 2021, com prazo até o 3º trimestre, por não haver o que ser mensurado, evitando-se, portanto, um impacto negativo no seu desempenho e, conseqüentemente, no desempenho dos IE 09 e OE 04.

Observa-se, por fim, que a medição do IA 26 foi replicada do 1º trimestre, tendo este indicador sido o único a contribuir para o cálculo do desempenho do IE 09. Caso seja aprovada a proposta de suspensão retroativa do IA 26, prevê-se que haverá também impacto retroativo no desempenho ora aferido para o IE 09 e o OE 04.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Quanto ao IA 26, único indicador analisado no período, a ASPLEL informa que foi dado início à construção do PIE 2022, com o cumprimento de diversas etapas (explicitadas na análise do indicador

de apoio), de acordo com o plano de ação juntado ao processo SEI nº 2021.0.000018993-0. A aprovação e publicação do PIE 2022 está prevista para 30/09/2021, iniciando-se já em outubro de 2021 o ciclo de execução.

A ASPLEL destaca que este ano foi conferida nova dinâmica de construção do PIE, quando num primeiro momento serão definidas as entregas e as unidades responsáveis e, num segundo momento, serão feitos os desdobramentos das atividades relacionadas a cada uma dessas entregas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Com a retirada da suspensão do IA 24 no 3º trimestre, o desempenho do indicador dependerá da implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das Eleições 2020 cujas finalizações estejam previstas ainda para 2021. Pelo menos dois foram identificados nessa situação no processo SEI 2020.0.000031212-4: MELHORIA DO PROCESSO DE TRABALHO “REGISTRAR CANDIDATOS” (31/08/2021) e ESTRUTURAÇÃO DOS CANAIS INTERNOS DE COMUNICAÇÃO DO TRE-RJ (10/12/2021)).

Como será solicitada a suspensão do IA 26 no 2º e 3º trimestres de 2021, o desempenho do IE 09 no 3º trimestre dependerá exclusivamente da conclusão da melhoria do processo “Registrar Candidatos”, caso não haja outros planos de ação para finalizar entre julho e setembro. Portanto, como desafio para os próximos 6 meses vislumbra-se a efetiva e tempestiva conclusão dos poucos planos de ação previstos para o período.

Em relação ao IA 26, de acordo com a ASPLEL, o principal desafio para esse período diz respeito ao dimensionamento de forma correta os prazos das entregas e atividades que integrarão o PIE 2022, de forma a permitir que a execução ocorra de acordo com o planejamento efetuado, assim como o cumprimento do cronograma de elaboração e publicação do plano (30/09/2021).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Acompanhamento pela ASPLEL dos Grupos de Trabalho do PIE 2022, de forma a assegurar que os prazos previstos sejam corretamente dimensionados.

- Contato constante com as unidades responsáveis pela execução de Planos de Ação, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual implementação dos referidos planos de ação, assim como os andamentos e/ou eventuais alterações no sistema do PIE 2022, quando o plano entrar em execução e monitoramento.

- Necessidade de atendimento pela STI dos ajustes solicitados pela ASPLEL, através dos chamados 21020404 e 21070157, no sistema PIE. O primeiro para permitir que o sistema registre o histórico das observações inseridas pelas unidades ao longo da execução do plano e o segundo permitindo o registro manual dos prazos para as entregas a serem inseridas no sistema na etapa de construção do PIE 2022.

Riscos associados ao objetivo 1. Risco de dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das atividades que integrarão o PIE 2022;

2. Risco de o PIE 2022 não ser finalizado e aprovado até a data prevista (30/09/2021);

3. Risco de a STI não atender em tempo hábil as solicitações de ajustes no sistema PIE efetuados pela ASPLEL, conforme descrito no item anterior;

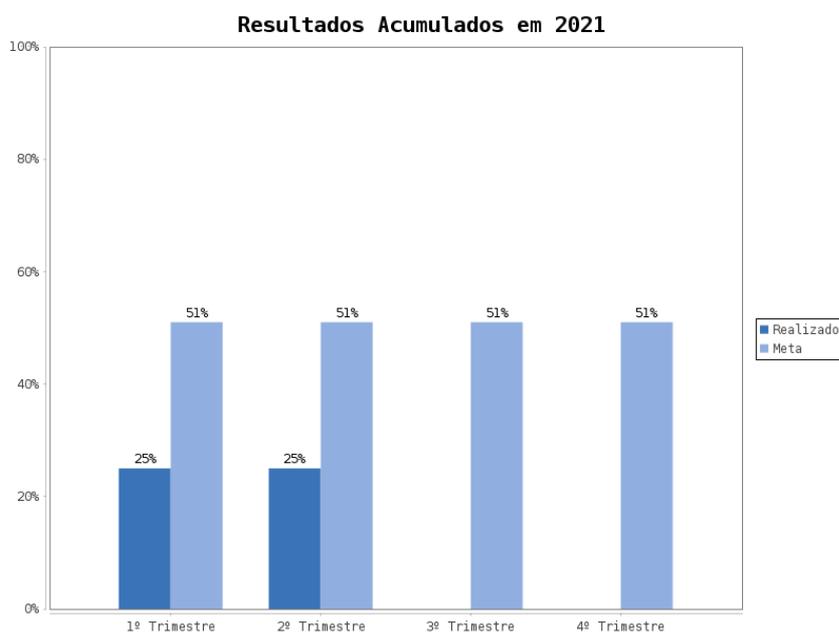
4. Risco de atraso na implementação dos poucos planos de ação previstos para finalizar em 2021;

5. Risco de baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE e em dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como em comunicar à ASPLEL a implementação tempestiva dos referidos Planos, mediante envio dos reportes mensais à Assessoria.

IA 26 - Índice de aderência ao PIE

Insatisfatório

Desempenho do Período: 49,02%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.

Análise de contexto

Trata-se de análise trimestral do IA 26 – “Índice de aderência ao PIE”, referente às atividades previstas para finalizarem nos meses de abril, maio e junho de 2021.

No trimestre em análise, não houve previsão de conclusão de atividades em relação ao PIE 2020, destacando-se que as próximas atividades com previsão de término para este ano são relacionadas ao exame e julgamento das prestações de contas dos candidatos e partidos, cujo prazo final é 30/11/2021, e ao exame da prestação de contas de suprimento de fundos, com previsão de ser concluída até 30/12/2021.

Dessa forma, por não haver atividades previstas para serem finalizadas nos segundo e terceiro trimestres deste ano, tanto do PIE 2020 quanto do PIE 2022, que se encontra em fase de construção, com previsão para iniciar sua execução apenas em outubro desse ano, não há o que ser medido nesses períodos, razão pela qual solicita-se que a medição e a análise do IA-26 sejam suspensas nos 2º e 3º trimestres deste ano.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No trimestre em análise, foi dado início à construção do PIE 2022, com o cumprimento das seguintes etapas, de acordo com o Plano de Ação, que pode ser conferido na íntegra nos autos do processo SEI n.º 2021.0.000018993-0:

- 1 – Autuar no SEI o processo de Planejamento das Eleições 2022 (2021.0.000018993-0) – em 22/04/2021;
- 2 – Elaboração de informação e encaminhamento à Diretoria Geral acerca do projeto e da proposta de estrutura do PIE 2022 (grupos e subgrupos) – de 22/04 a 07/05/2021;
- 3 - Manifestação das unidades em relação à proposta de estrutura do PIE 2022 – de 07/05 a 28/05/2021;
- 4 – Decisão quanto à estrutura mínima do PIE 2022 – em 07/06/2021;
- 5 –Encaminhamento do processo à CORZE para ciência da estrutura mínima aprovada pela Presidência e indicação de servidoras e servidores para compor os Grupos de Trabalho – em 07/06/2021;
- 6 - Indicação pela CORZE dos servidores das Zonas Eleitorais que irão participar da construção do PIE – de 11/06 a 17/06/2021;
- 7 - Definição e publicação dos integrantes dos grupos temáticos – de 17/06 a 24/06/2021;
- 8 - Criação/atualização de Hotsite para divulgação das informações relacionadas ao PIE 2022 – de 08/06 a 10/06/2021;
- 9 - Criação do ambiente PIE 2022 no sistema PIE (criação da Eleição, cadastramento de usuários e perfis) – de 13/05 a 07/07/2021

10 - Reunião da DG, com participação da ASPLEL e COSOC, e os(as) coordenadores(as) e substitutos(as) dos grupos, a fim de esclarecer sobre as etapas e critérios a serem utilizados na construção do PIE 2022 – em 29/06/2021

As próximas etapas do plano de ação seguirão de acordo com o cronograma inicialmente nele estabelecido e a previsão de término é até 30/09/2021, com a execução da atividade “Aprovação e Publicação do PIE 2022”. A partir de então, inicia-se já em outubro/2021 o ciclo de execução do PIE 2022.

Cabe destacar que este ano foi conferida nova dinâmica de construção do Plano, quando num primeiro momento serão definidas as entregas e as unidades responsáveis e, num segundo momento, serão feitos os desdobramentos das atividades relacionadas a cada uma dessas entregas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Inicialmente, ressalta-se que o ciclo de atividades das Eleições de 2020 está quase finalizado, restando pendentes apenas atividades relacionadas ao exame e julgamento das prestações de contas dos candidatos e partidos, cujo prazo final é 30/11/2021, assim como o exame da prestação de contas de suprimento de fundos, cujo prazo final é 30/12/2021.

Quanto à construção do ciclo relacionado ao Planejamento Integrado das Eleições 2022, como esclarecido no tópico anterior, este se iniciou no trimestre em análise, sob Coordenação da ASPLEL, com participação das demais unidades do Tribunal.

O principal desafio para esse período diz respeito ao dimensionamento de forma correta os prazos das entregas e atividades que integrarão o PIE2022, de forma a permitir que a execução ocorra de acordo com o planejamento efetuado

Outro desafio será cumprir o cronograma planejado na íntegra e garantir que a publicação do plano ocorra até 30/09/2021.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Buscando a melhora no desempenho do indicador, a ASPLEL, durante a construção do PIE 2022, acompanhará a atuação dos Grupos de Trabalho designados para essa tarefa, de forma a assegurar que os prazos previstos sejam corretamente dimensionados.

Quando o Plano entrar em execução, a ASPLEL, na fase de monitoramento, continuará mantendo contato com as unidades responsáveis pelas atividades nele previstas, através dos(as) Gestores(as), seus(suas) assistentes de planejamento ou servidor(a) que faça este papel, a fim de que sejam executadas e registradas no sistema, tempestivamente, as ações que o integram.

Além disso, é imperioso que a STI efetue os ajustes solicitados pela ASPLEL, através dos chamados 21020404 e 21070157, no sistema PIE. O primeiro para permitir que o sistema registre o histórico das observações inseridas pelas unidades ao longo da execução do plano e o segundo permitindo o registro manual dos prazos para as entregas a serem no sistema na etapa de construção do PIE 2022.

Riscos associados ao objetivo

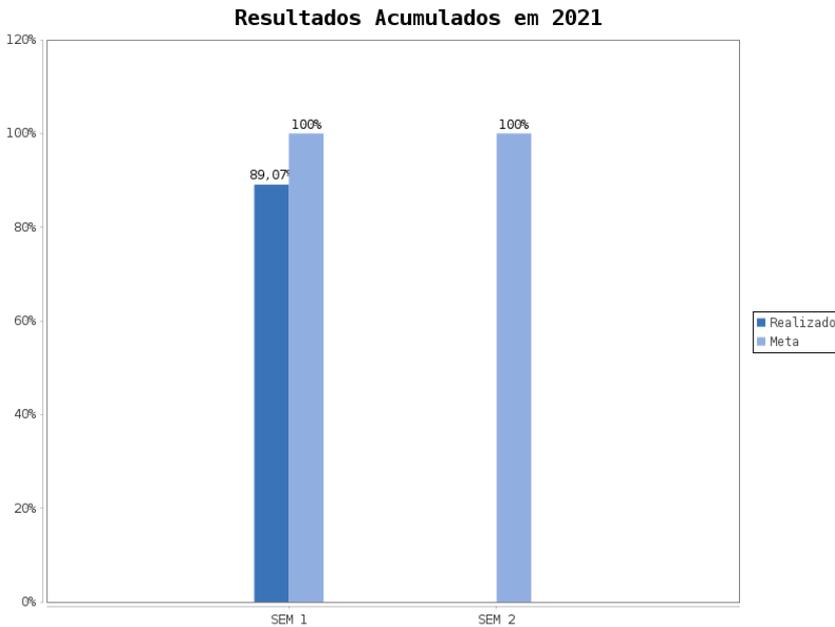
Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

- 1 - Risco de dimensionamento equivocado dos prazos previstos para início e fim das atividades que integrarão o PIE 2022;
- 2 - Risco de o Plano não ser finalizado e aprovado até a data prevista (30/09/2021);
- 3 – Risco da STI não atender em tempo hábil as solicitações de ajustes no sistema PIE efetuados pela ASPLEL, conforme descrito no item anterior;
- 4 - Baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE.

IE 10 - Índice de segurança da votação

Atenção

Desempenho do Período: 89,07%



Responsável: DG.

Análise de contexto Análise registrada pela CPLAN de ordem da sra. Diretora-Geral.

O indicador estratégico IE 10 apresentou desempenho de 89,07%, atingindo estágio de atenção, patamar levemente inferior ao alcançado nos primeiros semestres de 2020 e 2019, nos quais o indicador apresentou idêntico índice de desempenho, de 92,34%.

Dos três indicadores de apoio (IA 27, 28 e 29), apenas o IA 29, medido bianualmente, teve desempenho satisfatório no período (99,1%), por ter alcançado o resultado de 98,1% de urnas não substituídas nas Eleições 2020, melhor patamar da série histórica (2015-2016 – 97,77%, 2017-2018 – 97,52%).

Por decorrer diretamente da realização do pleito, o desempenho do IA 29 em relação às Eleições Municipais de 2020 foi tratado na análise registrada durante o ciclo de medições de janeiro deste ano.

O IA 27, que afere o percentual de eleitores com cadastro biométrico, teve resultado 58,97%, inferior às medições do 1º e 2º semestres de 2020 (59,30% e 59,19%), e apresentou desempenho de 79,04% no 1º semestre de 2021. Neste período, os efeitos da pandemia e do isolamento social mantiveram a suspensão do atendimento do atendimento presencial e da coleta biométrica e, conseqüentemente, continuaram a ter impacto sobre a progressão percentual esperada para o indicador.

O IA 28, por sua vez, encontra-se suspenso, e por essa razão não compõe o cálculo do IE 10 neste semestre. Isso porque o resultado do IA 28 foi nulo no período de 2019-2020, em razão da não utilização da biometria nas eleições de 2020, o que havia levado a 0% de desempenho frente à meta de 98,50% estabelecida para o período, conforme detalhadamente discutido na análise do IE 10 realizada no início deste ano. A suspensão do IA 28, a contar do 4º trimestre de 2020, até o final do Plano, foi deliberada pelo CGE na 1ª RAE de 2021 realizada em 26/02, em razão da decisão pela desabilitação da votação pela biometria nas Eleições de 2020, consignada no art. 1º-A da Resolução TSE nº 23.611/2019, incluído pela Resolução TSE nº 23.625/2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação à iniciativa estratégica “Cadastro Biométrico dos Eleitores do Estado do Rio de Janeiro – Ciclo 2020/2022”, que impulsiona o IA 27, a suspensão do projeto foi aprovada pelo CGE em reunião realizada em 23/02/2021, em função da inviabilidade de sua continuidade no cenário de pandemia. De acordo com o registrado na ata da reunião, além disso, o convênio com o Detran-RJ para aproveitamento de dados já estaria expirado e não haveria uma sinalização clara de quando o cadastramento seria retomado. Desse modo, aguardam-se orientações formais do TSE sobre a continuidade das ações de coleta biométrica e sobre a possibilidade de revisão da meta de 100% estabelecida pelo órgão superior para 2022. Na 2ª RAE do ano (24/05), mencionou-se a possibilidade de validação da biometria pelo aplicativo e-Título, que todavia estaria ainda em fase de testes. A questão ficou de ser reavaliada na 3ª RAE, prevista para agosto.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência para o IA 27, indicador de apoio crítico para o desempenho do IE 10, é de estabilidade ou melhoria de desempenho a partir do último trimestre de 2021, em razão dos seguintes fatores:

- Projeção de conclusão do esquema vacinal previsto no Plano Nacional de Vacinação contra o coronavírus, iniciado em março de 2021, e consequente retomada gradual das atividades presenciais e da coleta biométrica.

- Início, por parte do TSE, de testes com o aplicativo e-Título, para medição e aprimoramento da acurácia do sistema de leitura e validação de dados biométricos dos eleitores, que permitirá, de forma remota, a leitura e validação de dados biométricos migrados de outros órgãos (no caso do TRE-RJ, do DIC-DETRAN/RJ, em vista do estoque de mais de 5.000.000 de dados biométricos migrados ainda à espera de validação, e do DENATRAN).

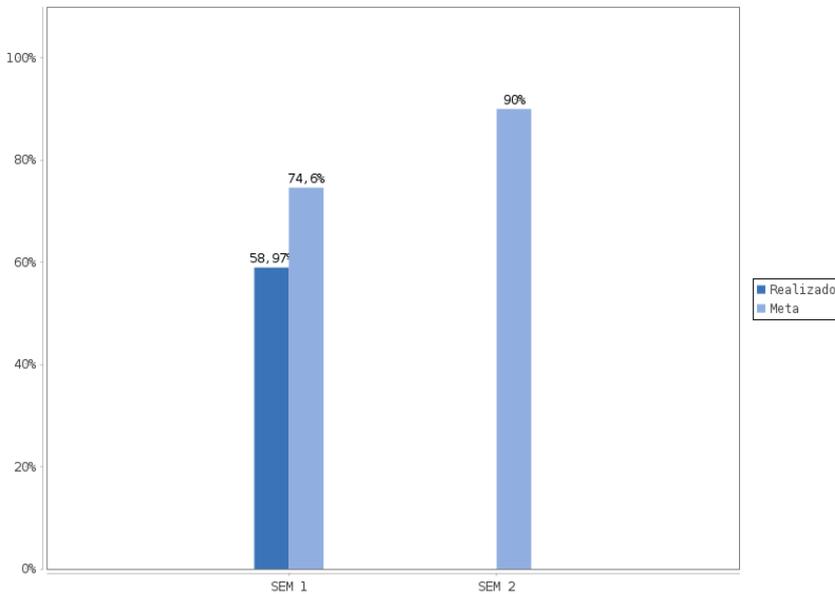
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Tendo em vista que ações relacionadas à biometria dependem sobretudo de decisões e ações de iniciativa do TSE e do arrefecimento do contexto da pandemia, não há propostas a consignar neste momento.

Riscos associados ao objetivo Considerando o atual cenário, acaso mantenham-se inalteradas as condições para validação de dados migrados de outros órgãos ou pelo e-Título e enquanto não houver cobertura vacinal suficiente para imunização para o Sars-Cov-2, há risco de permanência do impacto negativo no IA 27 e, conseqüentemente, no IE 10.

IA 27 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico

Insatisfatório **Desempenho do Período: 79,04%**

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: DG.

Análise de contexto

Análise enviada pelo Tarcio, registro de análise feito pela SEDEST. O índice de apoio apresentou desempenho de 79,04%, inferior ao atingido ao 2º semestre de 2020 (74,84%), provocando a manutenção do estado de atenção, em decorrência do recrudescimento da pandemia ocasionada pelo vírus Sars-cov-2 (COVID-19), no Estado do Rio de Janeiro, no período de janeiro a junho/2021, que motivou a manutenção da suspensão do atendimento presencial e da coleta biométrica.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em razão do recrudescimento da pandemia ocasionada pelo vírus Sars-cov-2 (COVID-19), no Estado do Rio de Janeiro, a partir de janeiro/2021, manteve-se a suspensão do atendimento presencial e, por decorrência, de qualquer coleta biométrica, não havendo realização de nenhuma ação e, tampouco, da obtenção de resultados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Iniciou-se no mês de março/2021 o Plano Nacional de Vacinação, da população maior de 18 anos, contra o vírus Sars-cov-2 (COVID-19), com projeção de conclusão do esquema vacinal, de duas doses por pessoa, para o Estado do Rio de Janeiro, em dezembro/2021, em relação aos maiores de 18 anos, o que permite a projeção de retomada do atendimento presencial e retorno da coleta biométrica, com segurança sanitária, a partir do último trimestre do ano de 2021.

Foram iniciados, também, por parte do TSE, testes com o aplicativo e-título, para medição e aprimoramento da acurácia do sistema de leitura e validação de dados biométricos dos eleitores, que permitirá, de forma remota, a leitura e validação de dados biométricos migrados de outros órgãos (no nosso caso, do DIC-DETRAN/RJ e do DENATRAN), inclusive.

Dessa forma, projeta-se a retomada de ações voltadas ao cadastramento biométrico, para o quarto trimestre do ano de 2021, relativamente, à coleta biométrica presencial, além da expectativa de liberação da utilização do aplicativo e-título, em um futuro próximo, o que facilitará a este Regional o alcance da meta de cadastramento biométrico, em razão do estoque de mais de 5.000.000 de dados biométricos migrados do DIC-DETRAN/RJ e, ainda, à espera de validação.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

...

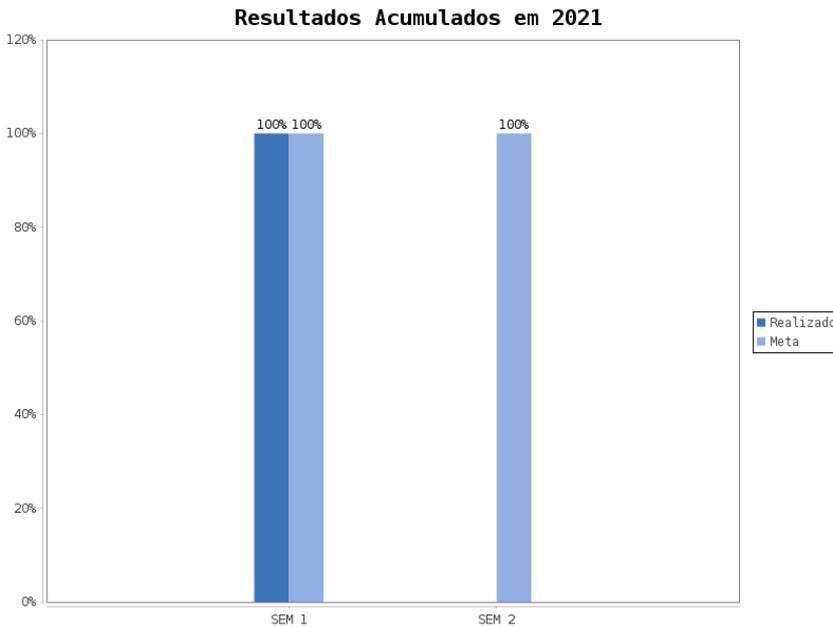
Riscos associados ao objetivo

...

IE 12 - Índice de promoção da transparência

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Responsável: ASESPR.

Análise de contexto O indicador IE 12 (Índice de Promoção da transparência) apresentou desempenho de 100% no primeiro semestre de 2021, refletindo o desempenho do IA 36 (Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos de segurança da votação, previstas no Plano de Comunicação com o Público Externo), uma vez que o segundo indicador de apoio que integra o IE 12 (IA 34 - Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos) é medido somente em anos eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos O Plano de Comunicação Integrada de 2021 previu a realização de duas ações no primeiro semestre de 2021 referentes à divulgação das etapas do processo eleitoral e dos mecanismos de segurança da urna. As duas ações foram executadas.

A campanha “Eleitor pergunta”, destinada a divulgar informações sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral a partir de perguntas feitas pelos próprios eleitores, foi uma das ações realizadas no período. A outra ação teve por objetivo divulgar informações para conscientizar o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida quanto à importância do voto, solicitando a atualização de sua situação perante a Justiça Eleitoral, com transferência para seção de fácil acesso.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Estima-se que o desempenho do IE 12 mantenha o bom desempenho observado neste período.

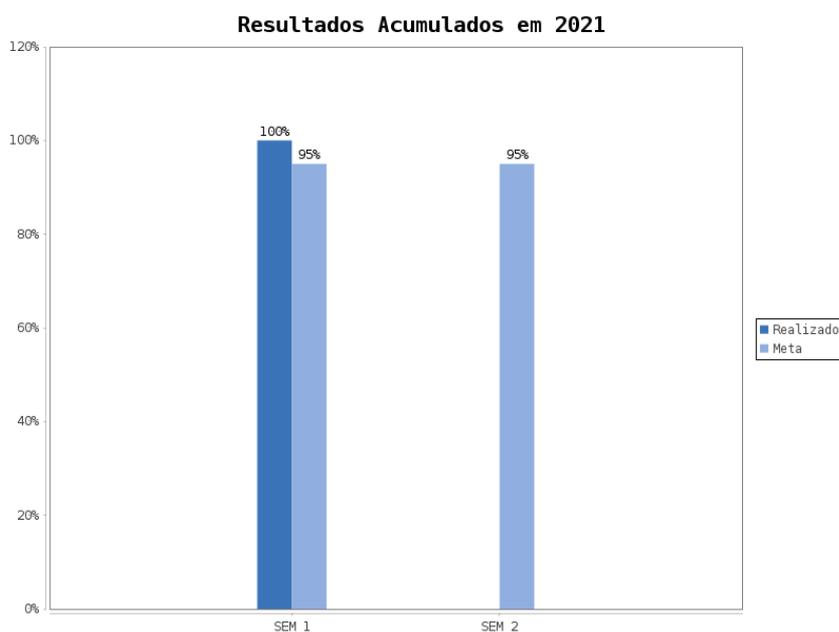
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Fomentar, junto às diversas unidades do Tribunal, a importância de acompanhar sistematicamente o Plano de Comunicação Integrada, visando assegurar a execução das ações previstas no documento.

Riscos associados ao objetivo O desempenho do indicador pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

IA 36 - Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos

Satisfatório

Desempenho do Período: 105,26%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.

Análise de contexto

Para o primeiro semestre de 2021 foram planejadas duas ações referentes à divulgação das etapas do processo eleitoral e dos mecanismos de segurança da urna e todas foram executadas. Essas iniciativas constam do Plano de Comunicação Integrada 2021. O índice do semestre foi de 100%, considerado um desempenho satisfatório.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Como dito anteriormente, foram divulgadas todas as ações que constavam do Plano de Comunicação Integrada 2021, a saber, a campanha “Eleitor pergunta”, que divulgou informações sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral a partir de perguntas feitas pelos próprios eleitores e a campanha de acessibilidade que divulgou informações para conscientizar o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida quanto à importância do voto, solicitando a atualização de sua situação perante a Justiça Eleitoral, com transferência para seção de fácil acesso.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência apresentada no relatório de análise do indicador referente ao segundo semestre de 2021 se cumpriu, tendo a segurança da urna se tornado eixo de integração das iniciativas das unidades para o Plano de comunicação 2021 e o indicador voltado à classificação de “satisfatório”. Acreditamos que o mesmo ocorrerá no segundo semestre do ano corrente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O sucesso do indicador está totalmente relacionado à execução das ações planejadas no Plano de Comunicação Integrada.

Riscos associados ao objetivo

O desempenho do indicador pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo

Satisfatório

Desempenho do Período: 91,88%



Responsável: ASESPR.

Análise de contextoAo final do segundo trimestre de 2021, observa-se que o desempenho do OE 05 (Aprimorar a comunicação com o público externo) manteve a tendência de evolução e alcançou o patamar "satisfatório", atingindo o desempenho de 91,88%. Salienta-se que o OE 05 só havia atingido patamar semelhante no segundo trimestre de 2017.

O objetivo é integrado por três indicadores estratégicos, a saber: IE 13 (Índice de adequação da comunicação com o público externo), IE 14 (Índice de gestão da comunicação) e IE 15 (Índice de relacionamento institucional com a mídia).

O IE 13 (Índice de adequação da comunicação com o público externo) apresentou desempenho de 91,73%; o IE 14 (Índice de gestão da comunicação), de 87,97%; o IE 15 (Índice de relacionamento institucional com a mídia), de 100%.

Neste período, merece destaque o IE 15, que apresentou considerável evolução em relação aos períodos anteriores, atingindo o patamar "satisfatório". O planejamento e a estruturação da ação "Encontro com a Imprensa" foi o fator decisivo para impulsionar o indicador de apoio IA 42 (Índice de estruturação da relação institucional com a mídia).

Avaliados os aspectos abrangidos pelo IE 13, depreende-se que a baixa satisfação do cliente externo com a Internet, cuja avaliação é parte do escopo do IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação), persiste como fator que mais impacta negativamente o desempenho do indicador. O índice de satisfação do cliente externo com a internet no segundo trimestre de 2021 foi de 7,69 %.

Quanto ao IE 14, verifica-se que, reiteradamente, a aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo, mensurada pelo IA 40 (Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo), fica bastante aquém do desejado. Neste semestre, das 28 ações previstas no plano de comunicação, apenas 19 foram realizadas em sua totalidade e 2 executadas parcialmente (72,14% de aderência)

Ações realizadas no último período e resultados obtidos- Criação da Solicitação de Agendamento pela VPCRE em conjunto com a TI - a implantação da ferramenta tem potencial para influenciar positivamente o desempenho do indicador de apoio IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação) e, via de consequência, o desempenho do IE 13, na medida em que o recurso pode vir a reduzir as demandas por meio da CAT e da Ouvidoria.

- Conclusão da pesquisa formulada por meio do Avalon para identificar as principais dificuldades dos servidores em relação à LAI e ao direcionamento que deve ser dado às solicitações de informações recebidas do público externo - Processo SEI nº 2020.0.000051428-2. Conforme informação obtida junto à chefe da Ouvidoria, os resultados da pesquisa estão sendo tabelados. A divulgação do material de conscientização sobre a LAI para o público interno está prevista para ocorrer entre outubro e dezembro deste ano. Assim, eventual impacto da medida sobre o IE 13 somente será passível de avaliação ao final do quarto trimestre deste ano.

- Execução da ação "Encontro com a Imprensa", no qual um representante do TRE-RJ trata, com representante(s) da imprensa, da divulgação de projetos institucionais e pautas socialmente relevantes, da antecipação de esclarecimentos em relação a temas que envolvam a imagem institucional e demais assuntos de interesse institucional. foram realizados seis encontros com a imprensa neste primeiro semestre, realizados de forma sistematizada e planejada, o que fez com que o item de controle "se o TRE-RJ possui mecanismos implantados de relacionamento com a mídia", da ficha do indicador de apoio IA 42, vinculado ao IE 15, tenha sido considerado atendido.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Estima-se que o objetivo estratégico mantenha-se estável, em vista dos seguintes fatores:

Estima-se que o IE 13 mantenha-se estável. Alguns fatores, contudo, podem vir a impulsionar o desempenho do indicador: 1. criação de meios que assegurem a avaliação e o monitoramento do desempenho do canal "Fale Conosco, o que impulsionaria o desempenho do indicador de apoio IA 37 (Índice de estruturação dos canais de comunicação); 2. avaliação do CGE favorável à exclusão do parâmetro relativo à satisfação do cliente externo com a Internet do cômputo do indicador de apoio IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação).

Quanto ao IE 14, eventual melhora de desempenho estaria associada à evolução do IA 40 (Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo), a depender do engajamento das unidades administrativas em implementarem tempestivamente as ações de comunicação previstas no plano de comunicação institucional. Contudo, avaliando-se a série histórica do referido IA 40, estima-se que o indicador mantenha-se estável.

Em relação ao IE 15, estima-se que haja piora no desempenho do indicador, uma vez que não há expectativa de implementação do item de controle remanescente da ficha do indicador, qual seja, a avaliação e o monitoramento do desempenho e da qualidade do relacionamento da organização com a mídia, e a meta estabelecida para o final do exercício (100%) prevê tal implementação.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Conclusão dos trabalhos do GT constituído pela Portaria DG nº 114/2019, que tem por objeto a estruturação dos canais de comunicação, a fim de que se delibere acerca do canal Fale Conosco e sobre as criação de meios que assegurem a avaliação e o monitoramento do desempenho, da disponibilidade e da adequação do referido canal, o que poderá impactar sobre o desempenho do IA 37.

- Ampliação a divulgação da ferramenta de "Solicitação de Agendamento", o que poderá impactar nos resultados do IA 38.

- Avaliação da oportunidade e da conveniência excluir o parâmetro relativo à satisfação do cliente externo com a Internet do cômputo do indicador de apoio IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação), considerando as informações consignadas na análise do IE 13, a seguir destacadas: " a pesquisa de satisfação do site do TRE RJ sofreu mudanças recentemente, com a adoção do Plone. Assim, ela é gerida pelo TSE e ocorre por demanda, ou seja, a pessoa tem que procurar a pesquisa para responder. A experiência vem demonstrando que somente as pessoas insatisfeitas procuram a pesquisa de satisfação. Além de ter muitas manifestações de spam na pesquisa de satisfação e várias relativas aos serviços, questionando sobre como fazer o título, quando ficará pronto etc. Desta feita, constata-se que a pesquisa hoje existente não se demonstra apta a aferir a satisfação do usuário com o site em si, ao que sugere sua exclusão do cômputo do indicador";

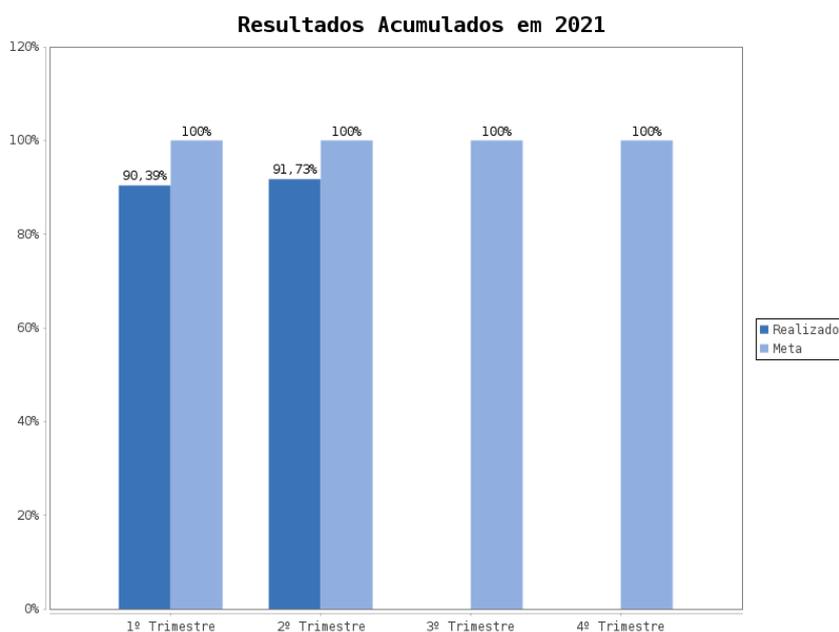
- Engajamento das unidades administrativas para execução das ações de comunicação com o público externo previstas no plano de comunicação do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo Risco de imagem do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo e de recurso à CGU, no caso de negativa ou intempestividade no atendimento das demandas de baseadas na LAI.

IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo

Satisfatório

Desempenho do Período: 91,73%



Responsável: ASESPR.

Análise de contexto O indicador IE 13 (Índice de Adequação da Comunicação com o Público Externo), integrado por três indicadores de apoio, isto é, IA 37 (Índice de estruturação dos canais de comunicação), IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação) e IA 39 (Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação), apresentou desempenho superior ao observado no 1º trimestre de 2021 (90,39%), tendo atingindo 91,37%, mantendo-se, portanto, no patamar “satisfatório”.

Todos os indicadores de apoio apresentaram desempenho superior em relação às últimas medições:

IA 37 – 96,91% (2º semestre de 2020 = 94%) – este indicador tem medição semestral;

IA 38 – 79,25% (1º trimestre de 2021 = 78,97%);

IA 39 – 99,04% (1º trimestre de 2021 = 98,21%).

No que se refere ao IA 37, impende salientar que não houve evolução no resultado desde a última medição, no 2º semestre de 2019, ocasião em que atingiu 94% de alcance dos itens de controle da estruturação dos canais de comunicação (o indicador é mensurado a partir da avaliação da estruturação de 5 itens de controle). O melhor desempenho neste período decorreu da redução da meta, de 100% para 97%.

Para que o IA 37 atinja o desempenho máximo até o final deste ciclo estratégico, resta pendente a criação de meios que assegurem a avaliação e o monitoramento do desempenho, da disponibilidade e da adequação do canal Fale Conosco. Os demais canais avaliados no escopo do indicador (CAT e Ouvidoria) já são considerados plenamente estruturados.

Salienta-se que a estruturação dos canais de comunicação e sua vinculação com a Política de Comunicação aprovada pela Resolução nº 1.104/2019, está sendo tratada por Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DG nº 114/2019, cujo prazo de conclusão estava previsto para 07/07/2021 (Portaria DG nº 49/2021).

Em relação ao IA 38, cabe destacar que embora a diferença entre os percentuais realizados nos primeiro e segundo trimestres de 2021 seja bem pequena (1º trim/2021 = 58,40% e 2º trim/2021 = 58,62%), quando avaliados individualmente cada um dos canais que integram o referido indicador de apoio (CAT, Ouvidoria e Internet), chama atenção a queda de satisfação (percentual de avaliações positivas) dos clientes externos com os serviços prestados pela CAT, neste período (94,76% x 88,79%). Já a satisfação dos clientes externos em relação à Ouvidoria e à Internet apresentaram pequena melhora - 75,94% x 76,36% e 4,50% x 7,69%, respectivamente.

Especificamente em relação à CAT, a Ouvidoria consignou na análise do IA 37 a necessidade de verificar a possibilidade de aumento da fila de espera da Central de Atendimento Telefônico, já solicitada pela unidade, mas que encontrou obstáculo em razão

da rede de linhas do Tribunal estar saturada, conforme informação do setor responsável e da empresa contratada. Observa que ao aumentar a fila de espera de ligações da CAT, evita-se que o eleitor seja "derrubado" sem atendimento.

No que tange à satisfação do cliente externo com a Ouvidoria, pondera que tanto o atraso na resposta dos cartórios às demandas da Ouvidoria, quanto o fato de a Ouvidoria não ter uma resposta positiva a dar ao eleitor nos casos de demora na análise dos requerimentos de Título Net e da dificuldade de emissão da certidão em razão dos dados divergentes e da não observância do prazo do site de 48h para baixa das multas (os eleitores reclamam que efetuaram o pagamento da multa, mas que a baixa não foi dada no prazo constante do site do Tribunal), gera uma avaliação ruim, posto que in última ratio, o eleitor está avaliando o serviço prestado pelo Tribunal como um todo e não apenas da Ouvidoria.

Em relação à Internet, observa que a pesquisa de satisfação do site do TRE RJ sofreu mudanças recentemente, com a adoção do Plone. Assim, ela é gerida pelo TSE e ocorre por demanda, ou seja, a pessoa tem que procurar a pesquisa para responder. A experiência vem demonstrando que somente as pessoas insatisfeitas procuram a pesquisa de satisfação. Além de ter muitas manifestações de spam na pesquisa de satisfação e várias relativas aos serviços, questionando sobre como fazer o título, quando ficará pronto etc. Desta feita, constata-se que a pesquisa hoje existente não se demonstra apta a aferir a satisfação do usuário com o site em si, ao que sugere sua exclusão do cômputo do indicador.

Quanto ao IA 39, das 104 demandas recebidas neste ano com base na LAI, 1 (uma) deixou de ser atendida tempestivamente.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos- Criação da Solicitação de Agendamento pela VPCRE em conjunto com a TI - a implantação da ferramenta foi extremamente positiva e valiosa para a comunicação dos eleitores com os cartórios eleitorais.

- Conclusão da pesquisa formulada por meio do Avalon para identificar as principais dificuldades dos servidores em relação à LAI e ao direcionamento que deve ser dado às solicitações de informações recebidas do público externo - Processo SEI nº 2020.0.000051428-2. Conforme informação obtida junto à chefe da Ouvidoria, os resultados da pesquisa estão sendo tabelados. Observa-se que tal pesquisa é parte de plano de ação destinado à "divulgação e conscientização do público interno sobre as informações abrangidas pela LAI, que devem ser direcionadas à Ouvidoria e sobre o tratamento que deve ser dispensado às solicitações de informações do público externo recebidas por e-mail, telefone ou pessoalmente", e visa a dar cumprimento às recomendações 8 e 9 expedidas no Relatório de Auditoria nº 02/2017, que teve por objeto a avaliação da gestão dos canais de comunicação com o público externo.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Apesar do desempenho satisfatório do IE 13, eventual melhora está fortemente condicionada ao melhor desempenho do IA 38, especialmente no que se refere à satisfação do cliente externo com a Internet.

Em vista da manifestação da unidade gestora do IA 38, no sentido de a pesquisa de satisfação do site do TRE RJ sofreu mudanças recentemente, com a adoção do Plone, passando a ser gerida pelo TSE e respondida apenas quando o usuário busca a pesquisa, torna-se necessário avaliar a pertinência de manter a aferição da satisfação do usuário externo com a Internet no cômputo do referido indicador de apoio.

Nesse viés, ressalta-se o plano de ação para tratamento dos fatores que geram insatisfação dos clientes externos com a página do Tribunal na Internet, sobretudo com a implantação no Plone, que foi enviado à DG em 24/02/2021. Considerando que não foi identificado o registro do plano de ação no SEI, bem como informações sobre sua aprovação e continuidade quanto à execução, sugere-se cotejá-lo com a consideração da Ouvidoria sobre a conveniência de exclusão da satisfação do cliente externo com a Internet do cômputo do indicador IA 38.

Caso o CGE venha a deliberar pela pertinência da exclusão proposta pela Ouvidoria, sem prejuízo da implementação do plano de ação acima mencionado, o desempenho do IE 07 será bastante impactado positivamente. Caso contrário, estima-se que o IE 13 mantenha-se estável.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Conclusão dos trabalhos do GT constituído pela Portaria DG nº 114/2019, que tem por objeto a estruturação dos canais de comunicação, a fim de que se delibere acerca do canal Fale Conosco e sobre as criação de meios que assegurem a avaliação e o monitoramento do desempenho, da disponibilidade e da adequação do referido canal, o que poderá impactar sobre o desempenho do IA 37.

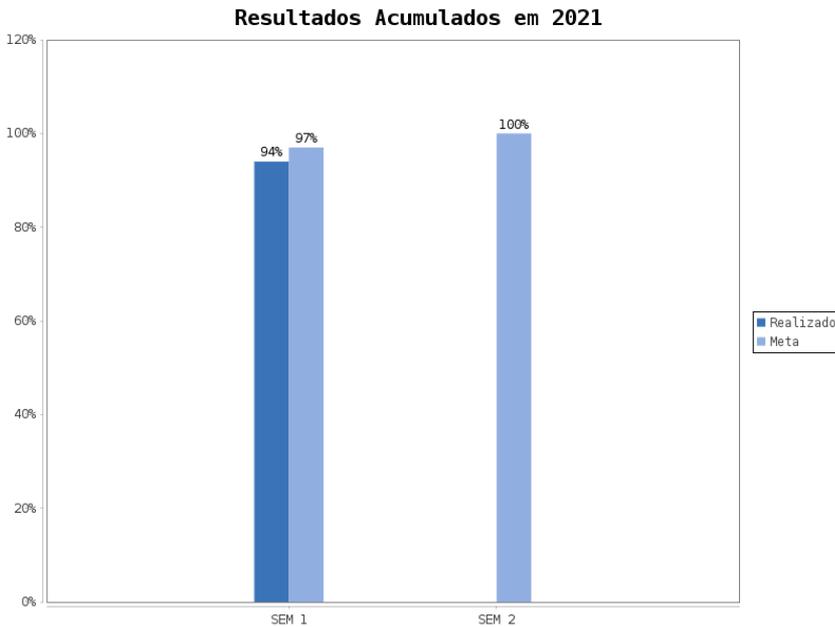
- Ampliar a divulgação da ferramenta de "Solicitação de Agendamento", o que poderá impactar nos resultados do IA 38.
- Formalização de proposta, pela Ouvidoria, para revisão do modelo de URA, de forma que comporte o aumento da fila de espera das ligações da CAT, também com vistas ao melhor desempenho do IA 38.
- Reavaliação quanto à inclusão da Ouvidoria no novo Dimensionamento da Força de Trabalho, tendo em vista as novas competências atribuídas à unidade a partir de 2020.

Riscos associados ao objetivo Risco de imagem e credibilidade do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo e de recurso à CGU, no caso de negativa ou intempestividade no atendimento das demandas de acesso à informação, em conformidade com a LAI

IA 37 - Índice de estruturação dos canais de comunicação

Satisfatório

Desempenho do Período: 96,91%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

Devido à pandemia do coronavírus, verificou-se, a partir de meados de março de 2020 uma crescente procura dos eleitores pelo atendimento via Messenger do Facebook, principalmente para informações e auxílio a operações do título-net, próximo ao fechamento do cadastro. Após o fechamento do cadastro, a demanda continuou por informações, sobre os requerimentos efetuados, baixa de multas, emissão de certidões, sobre mesários etc. Foi a principal ferramenta utilizada pelos eleitores para contato com o Tribunal. Portanto, continua importante desenvolver uma forma de medição dos atendimentos realizados por esse canal, uma vez que é o canal mais utilizado pelos eleitores atualmente.

Em setembro, as mensagens provenientes do Direct do Instagram passaram a ser direcionadas para o Messenger do Facebook também.

Em relação ao fale conosco, apesar de já estruturado, ainda não possui mecanismos de avaliação de desempenho.

A CAT já está estruturada, com pesquisa de satisfação funcionando normalmente, bem como o sistema da Ouvidoria.

Em meados de junho de 2021 foram colocados à disposição do cliente externo 2 novos meios de comunicação: o Balcão Virtual, voltado exclusivamente para o atendimento relativo a processos judiciais, já totalmente estruturado, inclusive com pesquisa de satisfação, e a Solicitação de Agendamento, canal voltado para os eleitores se comunicarem com as zonas eleitorais. Este último ainda não tem uma pesquisa de satisfação disponível para o eleitor. A Ouvidoria fez a sugestão de inclusão de pesquisa de satisfação na Solicitação de Agendamento no Sei 2021.0.000030982-0.

O canal do Youtube do TRE RJ vem sendo utilizado para a transmissão dos eventos da EJE e das sessões plenárias.

A regulamentação dos canais de comunicação está sendo tratada pelo Grupo de Trabalho nº 2621.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No primeiro semestre de 2021 foram realizadas 2.181 interações com o Messenger do Facebook (incluindo as mensagens do Instagram). Contabilização que tem sido feita manualmente, pois o Facebook não dispõe de ferramenta que contabilize por interação com o perfil.

Neste ponto, em pesquisa realizada com os demais Tribunais Regionais Eleitorais, verificou-se que nenhuma outra Ouvidoria Eleitoral é responsável por responder as mensagens no inbox do Facebook dos Tribunais.

No sistema da Ouvidoria foram registradas 1463 ocorrências só no 1º semestre de 2021, mais do que todo o ano de 2018, que se tratava de ano eleitoral.

Após as eleições, foram atualizadas as mensagens da URA da CAT, para adequar ao momento de exceção e às novas tecnologias e serviços prestados pelo TRE RJ. A CAT atendeu no primeiro semestre de 2021 65.440 ligações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a continuidade da pandemia do coronavírus e a manutenção da suspensão do atendimento presencial, os canais de comunicação com o público externo continuarão tendo uma grande procura por parte dos eleitores.

A recente criação de novos canais, ainda não permitiu sua completa avaliação, uma vez que ainda não foram completamente implementados.

E criar também uma medição de desempenho do fale conosco, que ainda não existe.

Outro desafio seria verificar a possibilidade de incremento nos postos de trabalho da CAT, tendo em vista que, junto com o Facebook, tem sido a forma de contato dos eleitores com o Tribunal. Há também a necessidade de verificar a possibilidade do aumento da fila de espera da CAT, já solicitada pela Ouvidoria, mas que encontrou obstáculo em razão de a rede de linhas do Tribunal estar saturada, conforme informação do setor responsável e da empresa contratada.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Propõe-se o aumento do número dos postos de trabalho da CAT, bem como a revisão do modelo da URA, de forma que comporte o aumento da fila de espera das ligações da CAT, para que o eleitor não seja derrubado sem atendimento.

Propõe-se também o auxílio de mais servidores à Ouvidoria na resposta aos eleitores pelo Facebook e pelo sistema da Ouvidoria, ao menos enquanto perdurar o fechamento dos cartórios para atendimento ao público externo.

Faz-se necessário, ademais, a inclusão da Ouvidoria no novo Dimensionamento da Força de Trabalho, tendo em vista que o dimensionamento da Ouvidoria foi realizado antes de a Ouvidoria virar uma Unidade independente, bem como de terem sido incluídas novas atribuições/responsabilidades à Ouvidoria ao longo do ano de 2020. O número de atendimentos da Ouvidoria, que triplicou desde o último dimensionamento, também justifica a revisão da força de trabalho da Ouvidoria estabelecida nessa última avaliação.

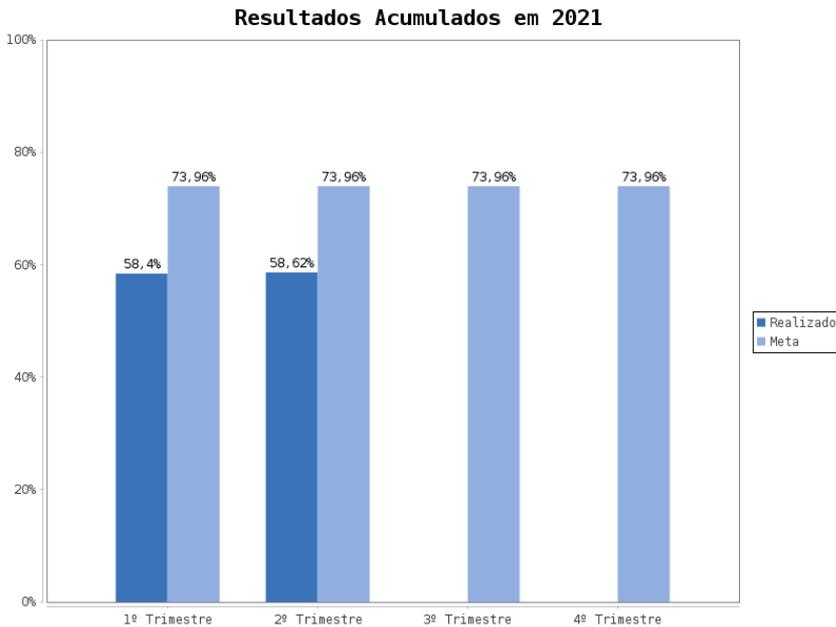
Compartilho também da análise realizada no 2º semestre de 2018, sugerindo que a unidade responsável pela CAT não seja a fiscal do contrato, uma vez que uma função não tem a ver com a outra e que é preciso que haja alguém prezando ininterruptamente pela qualidade no atendimento ao eleitor, tarefa que não pode ser acessória. A sugestão foi incluída nos Estudos de Viabilidade Técnica dos Canais de Comunicação com o público externo realizado em 2017/2018.

Riscos associados ao objetivo

O risco associado a este objetivo é o risco de imagem do Tribunal junto ao público externo, bem como de repercussões na imprensa.

IA 38 - Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação

Insatisfatório Desempenho do Período: **79,25%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto

Apesar de uma crescente melhora no índice de satisfação ao longo do ano de 2020, e o contínuo crescimento ao longo de 2021, com a permanência da suspensão do atendimento presencial, é esperada uma diminuição na satisfação do cliente externo, em razão da tanta dificuldade de contato com o Tribunal quanto em relação ao prazo de atendimento dos serviços. No sistema da Ouvidoria, por exemplo, muitas das demandas que dependem de resposta dos cartórios eleitorais não são respondidas no prazo da Resolução, necessitando de reiterações pela Ouvidoria, contatos telefônicos e às vezes encaminhamento à VPCRE

A maioria das reclamações, cerca de 25%, têm sido quanto aos prazos de análise do requerimento do Título Net. Em seguida, são relativas à baixa de multa e emissão de certidão de quitação/dados divergentes. Neste aspecto, quando o eleitor chega à Ouvidoria para reclamar que o requerimento está demorando para ficar pronto ou que não está conseguindo emitir a certidão de quitação, em função de dados divergentes, qualquer resposta que não resolva de imediato a situação não o deixará satisfeito.

A avaliação positiva da Ouvidoria é de 76,36%, que é uma avaliação boa, mas tanto o atraso na resposta dos cartórios quanto o fato de a Ouvidoria não ter uma resposta positiva a dar ao eleitor nos casos de demora na análise dos requerimentos e da dificuldade de emissão da certidão em razão dos dados divergentes e da não observância do prazo do site de 48h para baixa das multas, gera uma avaliação ruim, posto que in última ratio, o eleitor está avaliando o serviço prestado pelo Tribunal como um todo e não apenas da Ouvidoria.

A avaliação positiva da CAT está em 88,79%, o que é uma avaliação muito boa, mas sempre pode-se melhorar.

A avaliação da Internet que coloca a IA 38 como insatisfatório. A avaliação do 2º trimestre ficou em 7,69%. No entanto a pesquisa de satisfação do site do TRE RJ sofreu mudanças recentemente, com a adoção do plone. Assim, ela é gerida pelo TSE e é por demanda, ou seja, a pessoa tem que procurar a pesquisa para responder. A experiência vem demonstrando que somente as pessoas insatisfeitas procuram a pesquisa de satisfação. Além de ter muitas manifestações de spam na pesquisa de satisfação e várias relativas aos serviços, questionando sobre como fazer o título, quando ficará pronto etc

Desta feita, constata-se que a pesquisa hoje existente não se demonstra apta a aferir a satisfação do usuário com o site em si e não deveria estar no Índice de Apoio à Estratégia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último trimestre, a Ouvidoria efetuou 1352 atendimentos via sistema da Ouvidoria e facebook/Instagram do TRE/RJ.

O que mais impacta o atendimento da Ouvidoria neste momento é a questão do prazo de análise dos requerimentos do título net. A previsão de colocação de um prazo no site acredito que melhorará muito a satisfação do público externo com o

Tribunal. A questão da baixa automática da multa também tem sido uma demanda recorrente na Ouvidoria. Os eleitores reclamam que já fizeram o pagamento, mas que a baixa não foi dada no prazo constante do site do TRE/RJ.

A criação da Solicitação de Agendamento pela VPCRE em conjunto com a TI foi uma ferramenta extremamente positiva e valiosa para a comunicação dos eleitores com os cartórios eleitorais. Acredito que sua utilização mais frequente também melhorará a satisfação do cliente externo. Neste aspecto acredito ser válida uma maior divulgação dessa excelente ferramenta.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a continuidade da pandemia e a permanência do fechamento dos cartórios para atendimento presencial, o desafio na comunicação com o cliente externo continuará grande. Somente no primeiro semestre de 2021, a Ouvidoria já respondeu mais ocorrências do que todo o ano de 2018, por exemplo, que se tratava de ano eleitoral.

A previsão de colocação de um prazo pra análise dos requerimentos no site em breve e a solicitação de agendamento devem melhorar a satisfação do usuário.

A finalização dos PSIs da Ouvidoria também deve melhorar o trabalho na Unidade, apesar de o incremento ser na prática de 1 servidor apenas, mas já ajuda a dividir um pouco mais as tarefas, gerando um maior dinamismo no atendimento aos eleitores.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Apesar de já ter PSI em andamento, a Ouvidoria deveria ser inserida no novo Dimensionamento da Força de Trabalho, uma vez que a anterior foi realizada antes de ser uma Unidade independente, e tendo em vista que a Ouvidoria assumiu novas atribuições/responsabilidades.

A melhoria das informações constantes do site do TRE RJ também poderia melhorar o desempenho. Sugiro a colocação de informação no site acerca do procedimento a ser adotado para demandas urgentes, com o encaminhamento de e-mail para a zona eleitoral, anexando um documento que comprove a urgência, à semelhança do que foi feito no início da pandemia em 2020 e no recesso de final de ano.

A Ouvidoria já sugeriu também a adoção de uma pesquisa de satisfação digital, no encerramento do atendimento realizado através da solicitação de agendamento, nos mesmos moldes da já existente para a Ouvidoria e para o Balcão Virtual.

Está sendo realizado também um levantamento das manifestações da pesquisa de satisfação do site da Internet do TRE RJ, de modo a sugerir a retirada das variáveis relativas à Internet do IA 38, considerando que não está se mostrando apta a mensurar a satisfação do cliente externo com o site.

Sugiro também a reavaliação do percentual a ser atingido de satisfação dos usuários, uma vez que 95% de satisfação do usuário externo é uma meta praticamente impossível de ser atingida, além de a Ouvidoria depender de diversas unidades para cumprir com perfeição o seu papel, o que foge ao seu controle.

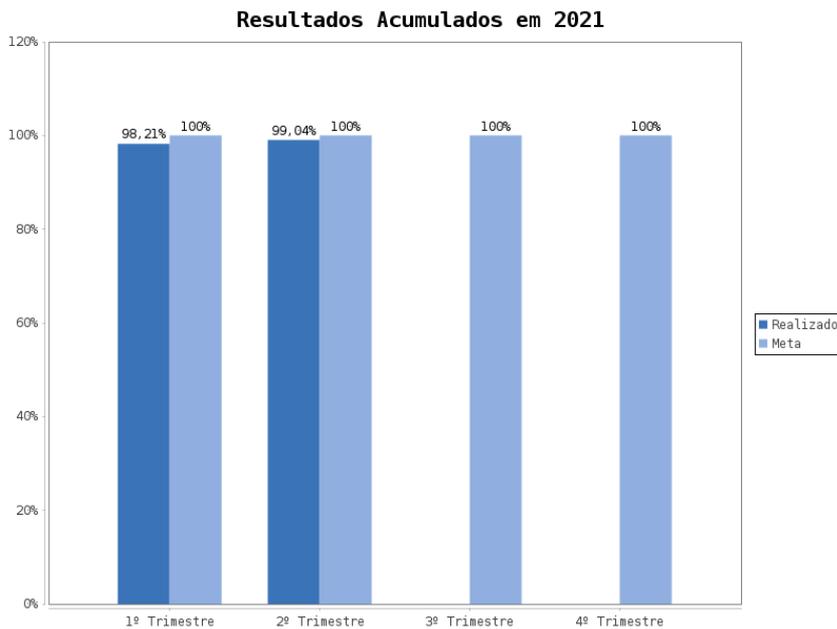
Riscos associados ao objetivo

A Ouvidoria neste momento é a imagem do Tribunal, pois as demandas dos eleitores têm vindo basicamente pelos canais de atendimento de responsabilidade da Ouvidoria.

Risco de imagem e credibilidade do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo.

IA 39 - Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação

Satisfatório Desempenho do Período: **99,04%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVÉ.

Análise de contexto

Foi atingido o percentual de 99,04% da meta, o que é um excelente resultado.

Em 2021, com a continuidade da pandemia do coronavírus e do fechamento dos cartórios, a procura pelos serviços da Ouvidoria continua aumentando. Apenas no primeiro semestre de 2021, a Ouvidoria já respondeu mais ocorrências no sistema do que todo o ano de 2018, que era ano eleitoral.

A reabertura do cadastro eleitoral em 09/12/2020, a suspensão do atendimento dos cartórios durante o período de recesso, e a ausência de um prazo especificado para a análise dos requerimentos do título net, das justificativas dos eleitores e dos mesários está gerando uma grande demanda por informações na Ouvidoria.

E temos percebido que os eleitores estão utilizando a opção ‘Pedido de Informação’ do Formulário para toda e qualquer informação, principalmente para pedidos de urgência de análise do requerimento do título net.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A Ouvidoria envidou todos os esforços para continuar atendendo todos os requerentes, mesmo durante a pandemia e o resultado foi que a avaliação positiva dos serviços da ouvidoria teve um significativo incremento. Com os cartórios eleitorais fechados para o atendimento ao público, constatou-se uma grande procura pela ouvidoria, para qualquer tipo de demanda.

O resultado foi o alcance de quase 100% da meta.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

É factível o aumento da demanda da Ouvidoria com a pandemia e a assunção de novas atribuições no ano de 2020 e 2021, sem o respectivo aumento da mão-de-obra está trazendo enormes prejuízos para os serviços da Ouvidoria, pois passamos o dia todo atendendo demandas dos eleitores.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Apesar de já ter PSI em andamento, a Ouvidoria deveria ser inserida no novo Dimensionamento da Força de Trabalho, uma vez que a anterior foi realizada antes de ser uma Unidade independente, e tendo em vista que a Ouvidoria assumiu novas atribuições/responsabilidades.

Uma providência que vai melhorar muito não só os serviços da Ouvidoria, como a imagem do Tribunal junto à sociedade vai ser a colocação de prazo de análise dos requerimentos do título net no site do TRE RJ em breve.

A melhoria das informações constantes do site do TRE RJ também poderia melhorar o desempenho. Sugiro a colocação de informação no site acerca do procedimento a ser adotado para demandas urgentes, com o encaminhamento de e-mail para a zona

eleitoral, anexando um documento que comprove a urgência, à semelhança do que foi feito no início da pandemia em 2020 e no recesso de final de ano.

Riscos associados ao objetivo

A Ouvidoria neste momento é a imagem do Tribunal, pois as demandas dos eleitores têm vindo basicamente pelos canais de atendimento de responsabilidade da Ouvidoria.

Risco de imagem e credibilidade do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo e de recurso à CGU, no caso de negativa ou intempestividade no atendimento das demandas de acesso à informação

IE 14 - Índice de gestão da comunicação

Atenção

Desempenho do Período: 87,97%



Responsável: COSOC.

Análise de contextoO indicador estratégico Gestão da Comunicação, referente ao primeiro semestre de 2021, considera a aderência ao Plano de Comunicação Social para o Público Externo, assim como as inserções positivas na mídia de matérias jornalísticas referentes ao Tribunal. O percentual de alcance da meta desse indicador estratégico foi de 87,97%, desempenho considerado merecedor de atenção. Conforme ocorrido no 2º semestre de 2020, isso se deve ao resultado heterogêneo dos indicadores que o embasam, tendo um deles alcançado excelente resultado IA 41 obteve 102,29% de alcance de meta) e o outro, resultado insatisfatório.

O índice de inserções positivas na mídia tem um desempenho estável e satisfatório há anos, dispensando, inclusive, sua análise. Já o de aderência ao Plano de Comunicação Social com o Público Externo teve um desempenho insatisfatório, devido às ações não executadas ou realizadas parcialmente, referentes a iniciativas e projetos de outras unidades administrativas.

É importante ressaltar que houve uma discreta melhora de 4,3 pontos percentuais na realização das ações do Plano de Comunicação, em comparação com a medição do IA 40 no segundo semestre de 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosA Cosoc realizou as divulgações solicitadas pelas unidades e previstas no Plano, tais como a construção do Plano Estratégico do TRE-RJ 2021-2026, ações e eventos da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-RJ), o relatório de gestão do TRE-RJ, dentre outras ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O histórico aponta leve tendência de elevação pelas unidades do Tribunal na capacidade de alcançar ainda maior êxito na realização das ações planejadas no Plano de Comunicação Integrada, tornando possível a sua divulgação e, conseqüentemente, maior adesão ao plano, gerando a melhoria do IA 40 e, conseqüentemente, do IE 14.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasO sucesso do IE 14 está totalmente relacionado à execução das ações planejadas pelas unidades, alvo de mensuração do IA 40.

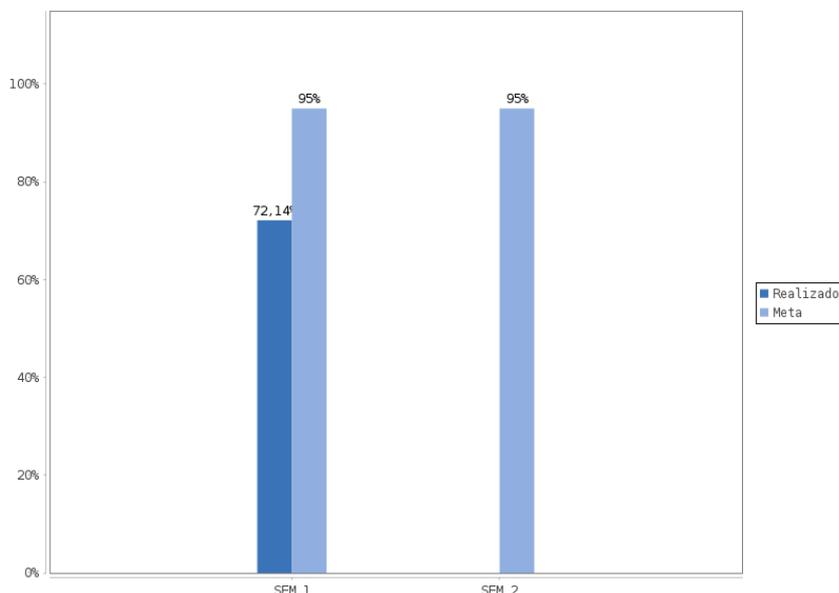
Riscos associados ao objetivoO desempenho do IA 40 pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

Quanto ao IA 41, sua estabilidade pode ser afetada em caso de sucessivas matérias negativas sobre o Tribunal na mídia.

IA 40 - Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo

Insatisfatório Desempenho do Período: **75,94%**

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.

Análise de contexto

No primeiro semestre de 2021, a aderência ao Plano de Comunicação Social para o Público Externo foi de 72,14%, com 28 ações propostas para o público externo, 19 realizadas em sua totalidade e duas executadas parcialmente. O desempenho da meta foi considerado insatisfatório.

Registra-se que o Plano de Comunicação Integrada incluiu ações de divulgação para os públicos interno e externo. Para realizar a mensuração deste IA, foram consideradas as ações planejadas e executadas para o público externo.

As ações não executadas, ou realizadas parcialmente, dizem respeito a iniciativas e projetos de outras unidades administrativas. É importante ressaltar que houve uma discreta melhora de 4,3 pontos percentuais na realização das ações, em comparação com a medição do indicador no segundo semestre de 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A Cosoc realizou as divulgações solicitadas pelas unidades e previstas no Plano, tais como a construção do Plano Estratégico do TRE-RJ 2021-2026, ações e eventos da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-RJ), o relatório de gestão do TRE-RJ, dentre outras ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O histórico aponta leve tendência de elevação pelas unidades do Tribunal na capacidade de alcançar ainda maior êxito na realização das ações planejadas, tornando possível a sua divulgação e, conseqüentemente, maior adesão ao plano.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O sucesso do indicador está totalmente relacionado à execução das ações planejadas pelas unidades. Qualquer melhora nos indicadores, portanto, depende de haver, por aquelas unidades, a proposição de ações no plano de comunicação que elas tenham efetivamente capacidade de realizar.

Riscos associados ao objetivo

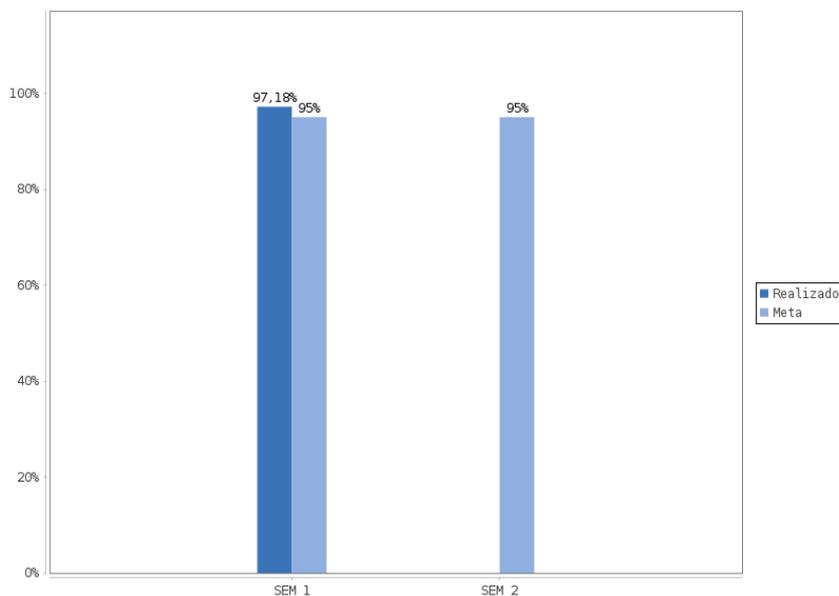
O desempenho do indicador pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

IA 41 - Índice de inserções positivas na mídia

Satisfatório

Desempenho do Período: 102,29%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.

Análise de contexto

Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

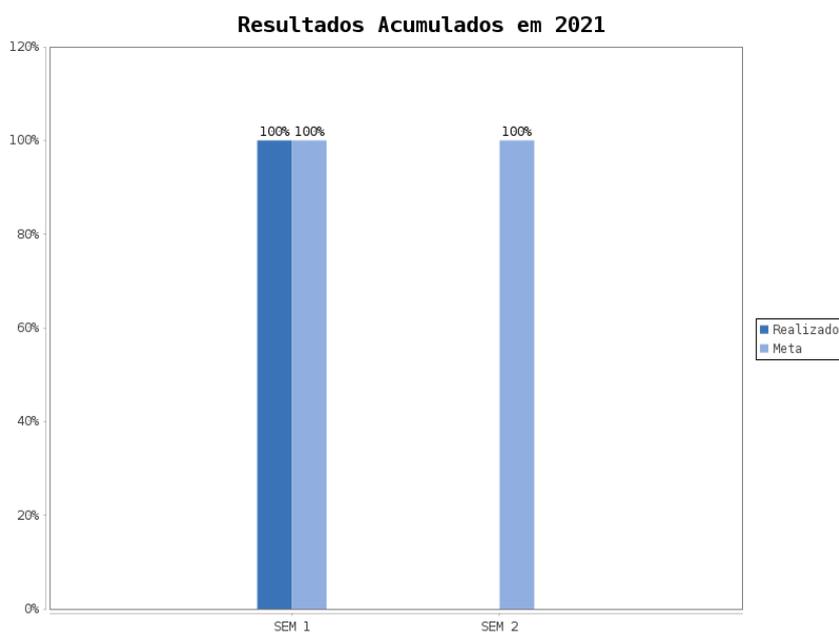
Riscos associados ao objetivo

Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Responsável: COSOC.

Análise de contextoA análise do IA 43 e do IA 42 considera a aderência das ações de relacionamento com a mídia previstas no Plano de Comunicação Social e de estruturação da relação institucional com a mídia. Verificou-se um alcance de 100% da meta, classificado como desempenho satisfatório.

Todas as três ações previstas no Plano de Comunicação Integrada 2021 referentes ao relacionamento com a mídia para o primeiro semestre de 2021 foram realizadas, o que representa 100% de aderência, considerado excelente para o período.

O destaque é para o desempenho do IA 42, que alcançou 83,3% no período, como já sinalizado na última análise feita por esta Coordenadoria. A Cosoc entende que a execução da ação “Encontro com a Imprensa”, no qual um representante do TRE-RJ trata, com representante (s) da Imprensa, da divulgação de projetos institucionais e pautas socialmente relevantes, da antecipação de esclarecimentos em relação a temas que envolvam a imagem institucional e demais assuntos de interesse institucional, é considerada como um eficaz mecanismo de relacionamento com a Imprensa.

Ademais, como já pontuado nas análises de 2020, a Cosoc repensou a forma de avaliação, monitoramento do desempenho e a qualidade do relacionamento institucional com a mídia, ao longo das oficinas de construção do Plano Estratégico 2021-2026 e propôs dois novos indicadores que auxiliarão nesta avaliação e monitoramento, por serem pertinentes ao relacionamento da instituição com a mídia. São eles: “Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal” e “Taxa de respostas à Imprensa no prazo”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosConforme apontado no relatório do IA 43, foram realizados seis encontros com a Imprensa neste primeiro semestre e o resultado foi plenamente atingido. É importante ressaltar que como prática de uma assessoria de imprensa, tais encontros já eram realizados em anos anteriores, mas, desta vez, de forma sistematizada e planejada, o que nos leva à conclusão de que passou a ser um mecanismo implantado de relacionamento.

Durante o primeiro semestre de 2021, 123 releases foram produzidos, dentre os quais notas sobre decisões judiciais proferidas pelo Plenário do TRE-RJ, que normalmente são de interesse da imprensa. Também foram respondidas pela Seção de Jornalismo 121 demandas da imprensa, ao longo do primeiro semestre.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Espera-se que o IE 15 mantenha-se estável no próximo semestre, com a manutenção das ações de relacionamento com a mídia que têm sido realizadas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasQuanto ao IA 43, seu sucesso está totalmente relacionado à execução das ações de relacionamento com a mídia planejadas no Plano de Comunicação.

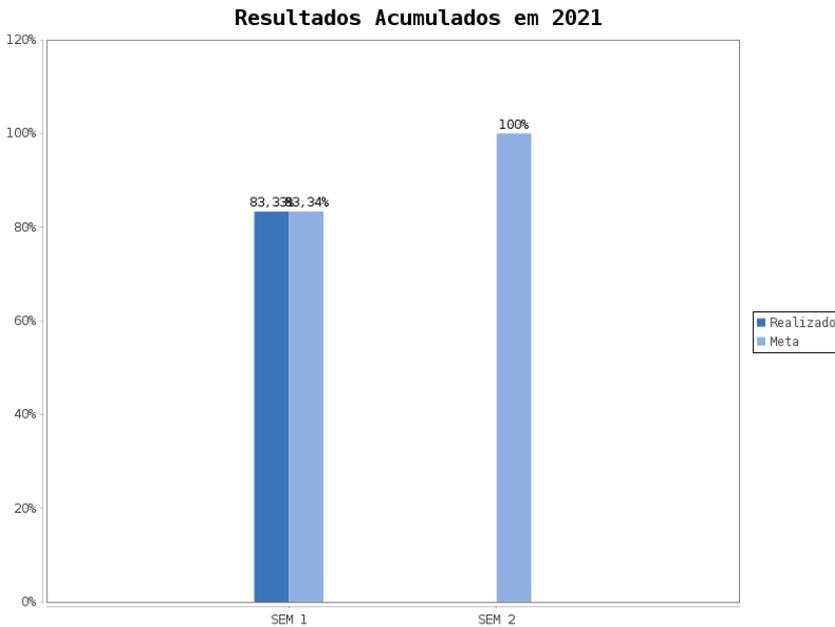
Já quanto ao IA 42, esta Coordenadoria entende que a total implementação das melhorias irá ocorrer a partir de 2022, quando do início da execução do Plano Estratégico 2021-2026, no qual foram propostos dois novos indicadores que irão permitir a avaliação e monitoramento do relacionamento da instituição com a mídia.

Riscos associados ao objetivo Não foram identificados por esta Coordenadoria.

IA 42 - Índice de estruturação da relação institucional com a mídia

Satisfatório

Desempenho do Período: 99,99%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.

Análise de contexto

Houve melhora no indicador neste primeiro semestre de 2021, tendo alcançado 83,3%, tomando como referência a análise de três questões :

- (i) se o TRE-RJ possui mecanismos implantados de relacionamento com a mídia;
- (ii) se possui diretrizes definidas de relacionamento com a mídia;
- (iii) se avalia e monitora o desempenho e a qualidade do relacionamento da organização com a mídia.

A implementação da Política de Comunicação Integrada no final do ano de 2019 e a realização do Plano Integrado de Comunicação no segundo semestre de 2020 demonstram que princípios e diretrizes foram estabelecidos.

Quanto aos mecanismos implantados de relacionamento com a mídia, a Cosoc entende que a execução da ação “Encontro com a Imprensa”, no qual um representante do TRE-RJ trata, com representante (s) da Imprensa, da divulgação de projetos institucionais e pautas socialmente relevantes, da antecipação de esclarecimentos em relação a temas que envolvam a imagem institucional e demais assuntos de interesse institucional, é considerada como um eficaz mecanismo de relacionamento com a Imprensa.

Já quanto à avaliação e monitoramento do desempenho e a qualidade deste relacionamento, esta Coordenadoria, como já pontuado nas análises de 2020, reavaliou o quesito ao longo das oficinas de construção do Plano Estratégico 2021-2026 e propôs dois novos indicadores que auxiliarão nesta avaliação e monitoramento, por serem pertinentes ao relacionamento da instituição com a mídia, a saber: “Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal” e “Taxa de respostas à Imprensa no prazo”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme apontado no relatório do IA 43, foram realizados seis encontros com a Imprensa neste primeiro semestre e o resultado foi plenamente atingido. É importante ressaltar que como prática de uma assessoria de imprensa, tais encontros já eram realizados em anos anteriores, mas, desta vez, de forma sistematizada e planejada, o que nos leva à conclusão de que passou a ser um mecanismo implantado de relacionamento.

Durante o primeiro semestre de 2021, 123 releases foram produzidos, dentre os quais notas sobre decisões judiciais proferidas pelo Plenário do TRE-RJ, que normalmente são de interesse da imprensa. Também foram respondidas pela Seção de Jornalismo 121 demandas da imprensa , ao longo do primeiro semestre.

As interações com a Imprensa, possibilitadas em especial pelo WhatsApp, permanecem e têm demonstrado eficácia e agilidade, o que nos permite atender à necessidade de a Imprensa obter informações em tempo reduzido.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O indicador deve manter o percentual alcançado, considerando a manutenção das ações até aqui implementadas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta Coordenadoria entende que a total implementação das melhorias irá ocorrer a partir de 2022, quando do início da execução do Plano Estratégico 2021-2026, no qual foram propostos dois novos indicadores que irão permitir a avaliação e monitoramento do relacionamento da instituição com a mídia.

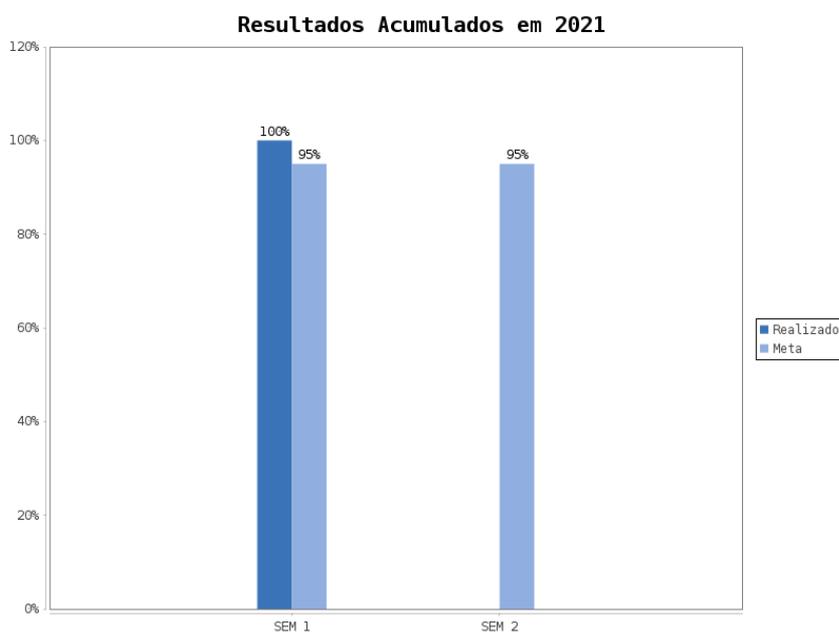
Riscos associados ao objetivo

Não foram identificados por esta Coordenadoria tais eventos.

IA 43 - Índice de aderência ao plano de relacionamento com a mídia

Satisfatório

Desempenho do Período: 105,26%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.

Análise de contexto

Todas as três ações previstas no Plano de Comunicação Integrada referentes ao relacionamento com a mídia para o primeiro semestre de 2021 foram realizadas, o que representa 100% de aderência, considerado excelente para o período.

Merece destaque a ação “Encontro com a Imprensa”, no qual um representante do TRE-RJ trata, com representante (s) da Imprensa, da divulgação de projetos institucionais e pautas socialmente relevantes, da antecipação de esclarecimentos em relação a temas que envolvam a imagem institucional e demais assuntos de interesse institucional.

O coordenador de Comunicação Social realizou seis encontros ao longo do primeiro semestre, nos quais tratou sobre pautas de interesse do Tribunal, como os serviços eleitorais 100% on-line. Além disso, mediou encontros de representantes da Presidência com a Imprensa, a respeito de temas, tais como segurança pública e atuação de milícias.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Durante o primeiro semestre de 2021, 123 releases foram produzidos, dentre os quais notas sobre decisões judiciais proferidas pelo Plenário do TRE-RJ, que normalmente são de interesse da imprensa. Também foram respondidas pela Seção de Jornalismo 121 demandas da imprensa, ao longo do primeiro semestre.

Há um esforço para que a resposta à demanda seja dada no mesmo dia da solicitação, o que só não é atingido em casos em que a solicitação é recebida em horário muito próximo do final do expediente ou quando há demora na resposta da unidade responsável pela informação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O resultado do indicador manteve o resultado positivo alcançado no segundo semestre de 2020 e tende a manter-se assim, indicando estabilidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O sucesso do indicador está totalmente relacionado à execução das ações de relacionamento com a mídia planejadas no Plano de Comunicação Integrada.

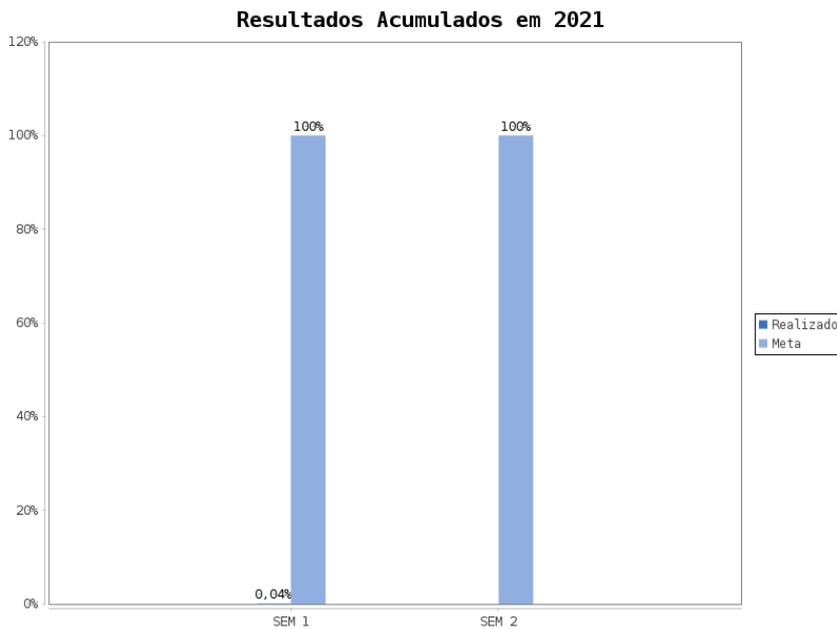
Riscos associados ao objetivo

Não foram identificados por esta Coordenadoria.

OE 06 - Estimular o exercício consciente da cidadania

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,04%



Responsável: EJE.

Análise de contextoDesempenhoInsatisfatórioAnálise de contextoFechado sem análise pela SEDEST dia 28/07/2021.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosDesempenhoInsatisfatórioAnálise de contextoFechado sem análise pela SEDEST dia 28/07/2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)DesempenhoInsatisfatórioAnálise de contextoFechado sem análise pela SEDEST dia 28/07/2021.

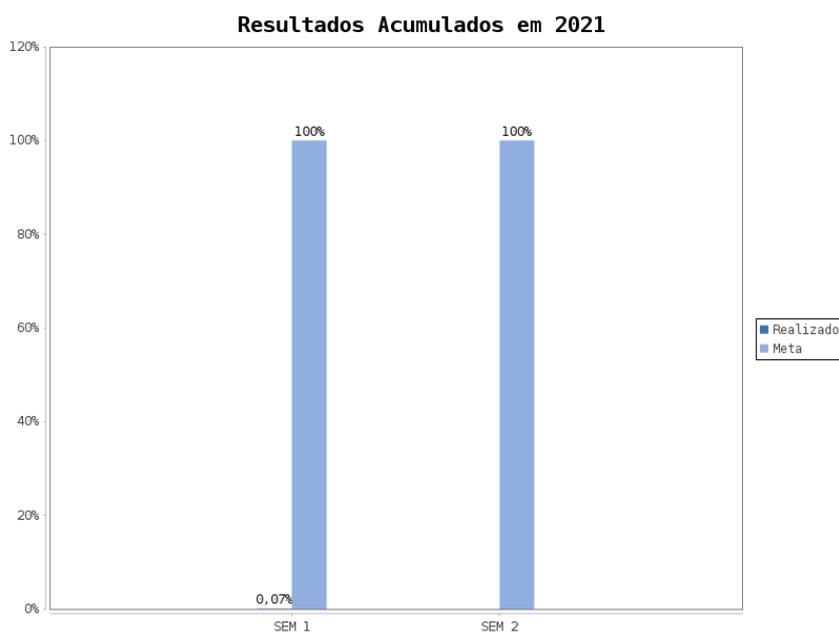
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasDesempenhoInsatisfatórioAnálise de contextoFechado sem análise pela SEDEST dia 28/07/2021.

Riscos associados ao objetivoDesempenhoInsatisfatórioAnálise de contextoFechado sem análise pela SEDEST dia 28/07/2021.

IE 16 - Número de pessoas alcançadas por ações de cidadania

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,07%



Responsável: EJE.

Análise de contexto **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

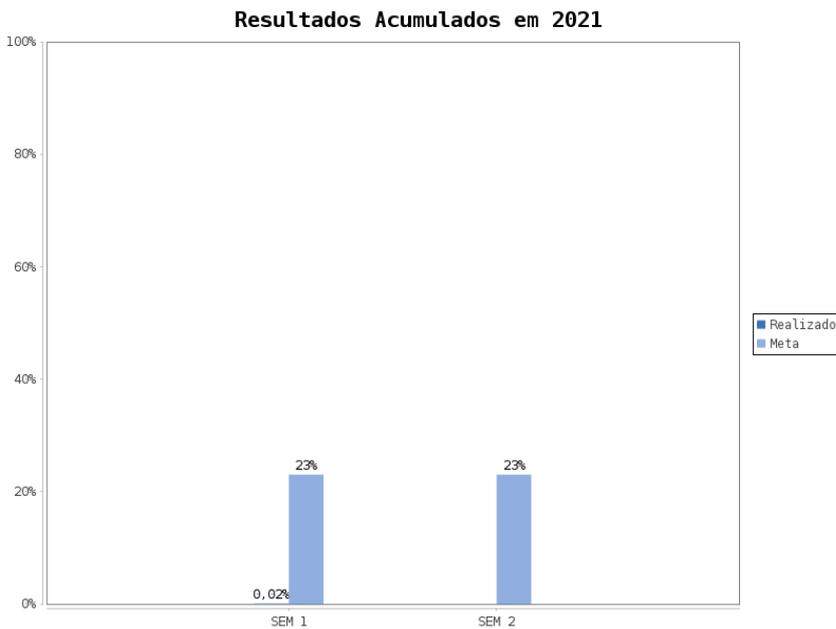
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

Riscos associados ao objetivo **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

IA 46A - Consultas realizadas e ações informativas sobre o processo e a memória eleitorais

Insatisfatório Desempenho do Período: **0,07%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COGED.

Análise de contexto

De acordo com o desempenho do indicador, verificou-se que a meta não foi atingida.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ocorre que no decurso do 2º semestre de 2020, ocorreu a migração do antigo Portal para o novo Portal da Justiça Eleitoral, demandando a necessidade de novas adequações para permitir a importação do conteúdo para o Novo Portal da Justiça Eleitoral, o que trouxe mudanças significativas na sua estrutura, embora o seu conteúdo tenha sido preservado. A aprovação da nova estrutura consta no processo SEI nº 2020.0.000021387-8.

Diante da necessidade de atualização dos Eventos Eleitorais e do Contexto Histórico até o ano de 2020, em decorrência das diversas alterações ocorridas no Portal da Justiça Eleitoral em novembro de 2020, efetuou-se nova iniciativa de atualização das informações por parte da SECGIN, unidade com a atribuição de cuidar do submenu “Memória das Eleições do RJ”, conforme o Regulamento Interno das Secretarias, modificado em 2019 e Ato GP 316/2020.

As alterações e acréscimos propostos, efetuadas no processo SEI N° 2020.0.000063427-0, consistiram nos seguintes pontos:

- Atualização das informações e revisão da legislação associada relativas aos Eventos Eleitorais ocorridos no período 1945-2015;
- Pesquisa e inclusão de novas informações relativas aos Eventos Eleitorais ocorridos no período 2016-2020, com respectiva legislação;
- Identificação de informações e elaboração de novo texto para o Contexto Histórico do período 2002-2020 – atualização e inclusões realizadas pela CEMEL;
- Alteração da imagem utilizada no submenu Memória das Eleições do RJ.

As alterações propostas foram acolhidas pela Diretoria Geral em março/2021, contudo com relação ao item “Alteração da imagem utilizada no submenu Memória das Eleições do RJ”, a DG manifestou pela substituição da imagem disponível no submenu Memória das Eleições do RJ pela imagem a ser produzida com auxílio da EJE, conforme a sugestão da CEMEL, o que ainda está em fase de desenvolvimento.

Importante ressaltar que a criação da página do Portal dos Dados Históricos, atualmente substituído pelo submenu na página da internet do Tribunal Memória das Eleições do RJ, para fazer frente às constantes consultas recebidas pelo usuário externo, sendo esta uma ação com monitoramento no Plano de Auditoria de Gestão Documental, com indicador de apoio estratégico e com previsão de ampliação pela Resolução CNJ 324/2020, demanda equipe de servidores com perfil para efetuar os estudos para análise

de documentos, seleção, preparação e aprovação de conteúdos, para inclusão e indexação de conteúdo no Portal da Justiça Eleitoral, inclusive para a implementação das propostas elencadas acima e aprovadas pela Diretoria Geral.

Com relação aos cálculos, foi solicitado no processo SEI 2021.0.000031947-8, a avaliação e pertinência da disponibilização do link de acesso ao submenu Memória das Eleições do RJ também no menu Eleições, a fim de que o usuário possa acessar o conteúdo tanto pelo menu "O TRE" quanto pelo menu "Eleições, visto que houve uma queda significativa no número mensal de acessos ao submenu Memória das Eleições em relação ao total de acessos à página principal do Portal da Justiça Eleitoral na internet.

No último ano, foi instalado o novo Portal da Justiça Eleitoral e houve mudança de lugar do submenu Portal dos Dados Históricos (atualmente Memória das Eleições do Rio de Janeiro) do menu Eleições para o menu O TRE. Esse pode ser um dos fatores que impactaram a queda do número de usuários.

Importante ressaltar que o desempenho do indicador ficou insatisfatório, o que enseja uma análise mais detalhada da metodologia aplicada e a possibilidade posterior de revisão.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Importante também ressaltar que em junho de 2020 foram nomeados novos integrantes da COGED para a CEMEL, totalizando 4 servidores da Coordenadoria com participação efetiva na Memória Eleitoral, e o grupo efetuará no curso de 2021 avaliação do impacto das mudanças no indicador, principalmente em virtude da publicação da Resolução CNJ 324/2020, que instituiu diretrizes e normas de Gestão da Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Persiste a necessidade de esforços para a consolidação dos dados eleitorais de todas as eleições, reforçando-se a necessidade de construção de um processo de trabalho para não só organizar, consolidar e disponibilizar, mas também contextualizar os dados para o público de forma fácil e acessível.

A soma de esforços da SEGDOC com a recém-criada SECGIN (Seção de Gestão da Informação e Jurisprudência) pode criar melhores possibilidades para uma atualização mais robusta do conteúdo da página dos Dados Históricos de Eleições no Rio de Janeiro.

Contudo, no atual contexto da gestão da memória, com várias demandas relacionadas ao prêmio CNJ Qualidade, faz-se necessária pensar a estruturação da memória em níveis que possibilitem o atendimento dos critérios de instituição de política de gestão da memória, dos instrumentos de gestão da memória, de ambientes de preservação da memória (físico e digital) e de unidade de memória.

Riscos associados ao objetivo

As atividades relacionadas à atualização de informações das eleições pode ser amplamente impactada caso ocorram os seguintes fatores:

deslocamento de servidores para atividades relacionadas à eleição e outras demandas prioritárias, o que poderia ocasionar adiamentos em cronogramas definidos pela SECGIN para atendimento das demandas de atualização do Portal;necessidade de servidores dedicados à gestão do submenu Memória das Eleições do RJ, com lotação mínima de servidores para encaminhar um núcleo de atividades, a fim de que seja possível manter a continuidade do negócio em razão de férias e outros afastamentos, conforme já reconhecido em decisão anterior da Administração. Importante registrar que, em 2015, à época do lançamento do Portal dos Dados Históricos, a SEGDOC dedicou a maior parte de seus esforços e atividades ao Portal dos Dados Históricos com 4 servidores e 2 colaboradores dedicados. Também deve ser registrado que há recomendação do CNJ para que seja criada a unidade de Gestão da Memória, podendo esse núcleo de atividades ser transferido para a nova unidade;ausência de um procedimento de consolidação das informações sobre as eleições de forma contínua e estruturada, o que depende da institucionalização de rotinas e articulação de diversas unidades do Tribunal, principalmente aquelas ligadas a gestão da informação e da TI;priorização pela Instituição do processo de trabalho da alimentação do Portal dos Dados Históricos, no intuito de que as áreas envolvidas possam organizar e disponibilizar os dados e informações de forma fácil e acessível ao público externo.

IE 17 - Índice de aderência ao planejamento de ações de cidadania

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Responsável: EJE.

Análise de contexto **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

Ações realizadas no último período e resultados obtidos **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

Riscos associados ao objetivo **Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021**

IA 47 - Índice de aderência ao plano de ações socioeducativas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

Riscos associados ao objetivo

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

IA 48 - Índice de aderência ao plano de ações de divulgação do processo e da memória eleitorais

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

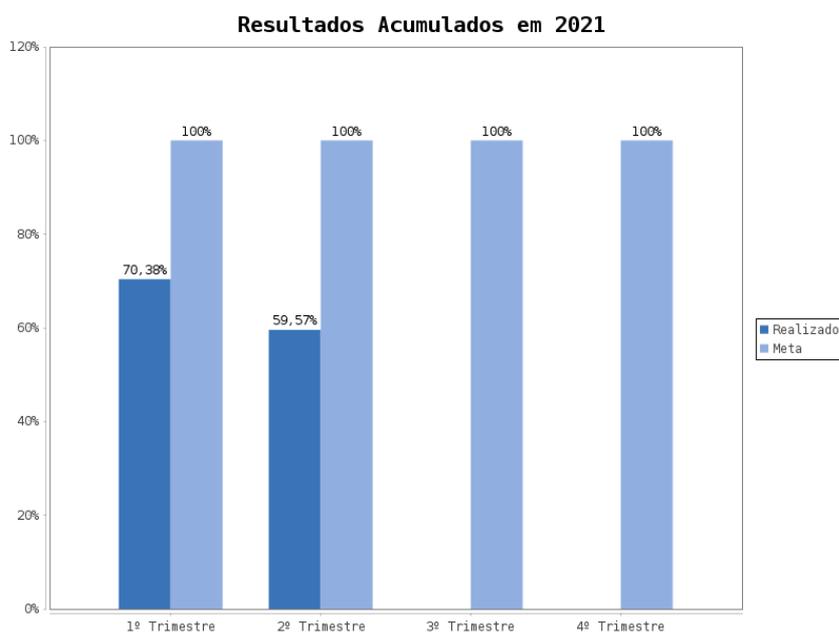
Riscos associados ao objetivo

Fechado sem análise pela SEDEST dia 16/07/2021

OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 59,57%



Responsável: SGP.

Análise de contextoApós a recuperação do 1º trimestre de 2021 (70,38) o Objetivo Estratégico "Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas" voltou a ter queda alcançando desempenho de 59,57% da meta, bem próximo do desempenho do último trimestre de 2020 (58,38).

Apesar do contexto de período não eleitoral, mais favorável ao impulsionamento das iniciativas estratégicas não diretamente vinculadas às eleições, é pertinente a preocupação registrada na análise do 1º trimestre em relação à concorrência, com a estratégia, da carga operacional, demandas de órgãos de controle e outras como a execução de planos de ação decorrentes da avaliação das eleições e a implantação do Teletrabalho.

Observa-se a necessidade de se reavaliar a gestão do clima organizacional, de forma que seja mais flexível e focada nos fatos presentes. Observa-se baixa variação do indicador, sugerindo baixa efetividade e provável efeito do foco exclusivo em ações planejadas ao final da última pesquisa.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosA gestão por competências avançou com a validação das competências técnicas pelas unidades da STI e registro das competências comportamentais já estão registradas em sistema próprio (GID).

Com relação à execução do eixo estratégico, foi concluído o treinamento Gestão Estratégica pelo Método Grumbach: 10 workshops divididos em 4 turmas. Participaram deste evento mais de 100 servidores de várias áreas distintas.

Encontra-se em fase de validação o conteúdo da Matriz de Conhecimento Eleitoral Básico já inserido na plataforma de educação a distância para posterior disponibilização para os servidores do TRE/RJ.

Módulo 1 - Registro de Candidaturas, pela SJD; Módulo 2 - Prestação de Contas, pela ASCEPA; Módulo 3 - Segurança do Sistema Eletrônico de Votação, pela STI

Foram realizados os cursos de "Comunicação Assertiva" e "Gestão por Processos".

Foram realizados 2 dos 4 treinamentos previstos na Matriz gerencial. Entretanto, o número de gestores participantes foi relativamente baixo (75) considerando-se o total de gestores previstos para o ano (285).

Das 5 ações para melhoria do clima validadas, apenas 3 foram consideradas concluídas. Porém, sem impactou no desempenho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Da análise histórica dos indicadores da SGP, observa-se que a tendência de desempenho do objetivo é incerta.

Os desafios para a melhoria do desempenho envolvem:

- a realização do ciclo de avaliação por competências (feedback, elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual e identificação das lacunas de competências com vistas ao desenvolvimento de competências comportamentais e técnicas para o PAC);

- a priorização os cursos do eixo estratégico e gerencial;
- a realização de 2 treinamentos de gestores (um para os gestores da Sede e outro para os chefes Cartórios);
- unificação dos procedimentos da Gestão por Competências e o levantamento das ocupações críticas;
- acompanhamento dos planos de ações das unidades da SGP, referentes às ocupações críticas gerenciais;
- a apresentação de nova metodologia da gestão do clima organizacional.

Importante ressaltar que os desafios apresentados devem ser considerados em um contexto de equipes reduzidas, dificuldade por parte das áreas demandantes dos treinamentos estratégico em iniciar o processo de solicitação/implementação e complexidade de alguns treinamentos que exigem tratativas mais elaboradas e demoradas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Priorização dos cursos previstos no eixo estratégico e gerencial, no PAC 2021;

Orientações às unidades para encaminharem as solicitações de cursos no eixo estratégico e gerencial, com as informações necessárias, para as respectivas contratações;

Aplicação da nova metodologia do clima organizacional a ser proposta.

Riscos associados ao objetivo Carência de servidores e dificuldades em adotar melhorias nos processos de trabalho;

Atividades operacionais que concorrem com aquelas estratégicas;

Indisponibilidade do público para participar das ações de capacitação;

Priorização de treinamentos que não façam parte do eixo estratégico ou gerencial, em caso de corte orçamentário;

Carência de competências técnicas para utilização do ambiente virtual de aprendizagem e desenvolvimento de ações de educação para EAD;

Manutenção da metodologia do clima organizacional em vigor.

IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências

Insatisfatório

Desempenho do Período: 36,08%



Responsável: CDESC.

Análise de contextoEstá em fase final o projeto piloto na Secretaria de Tecnologia da Informação, para implantação da Gestão por Competências e, a mensuração das variáveis da ficha do indicador estão sendo lançadas com base nos seus resultados.

Para a identificação das competências técnicas, as unidades da STI estão participando de treinamento a distância. Após entenderem a parte teórica que envolve a gestão por competências, as unidades elaboraram ao MAP (Mapa de Atribuição por Produto), onde foram evidenciadas as competências técnicas.

Restam a validação das competências técnicas de algumas unidades. As já validadas estão sendo lançadas no sistema, que será utilizado para a realização da avaliação por competências (Sistema GID).

O segundo trimestre ainda foi impactado pela demora na aprovação do orçamento o que acarretou na limitação do uso da verba destinada á capacitação. O evento Gestão Estratégica pelo Método Grumbach consumiu grande parte do orçamento disponível. Importante esclarecer que até a aprovação da LOA, no final de Abril do corrente exercício, estava sendo disponibilizado pelo TSE 1/12 do valor previsto do orçamento anual. Tal fato contribuiu para a dificuldade para a contratação de outros treinamentos do eixo estratégico.

O curso referente à Matriz Básica de conhecimento Eleitoral está aguardando a validação pelas unidades competentes:

Módulo 1 - Registro de Candidaturas, pela SJD; Módulo 2 - Prestação de Contas, pela ASCEPA; Módulo 3 - Segurança do Sistema Eletrônico de Votação, pela STI.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosEstão sendo lançadas no sistema que será utilizado na avaliação por competências (Sistema GID), as competências técnicas já validadas pelas unidades da STI. As competências comportamentais já estão registradas no referido sistema.Com relação à execução do eixo estratégico, foi realizado o treinamento Gestão Estratégica pelo Método Grumbach que corresponde ao item 5 do PAC. Trata-se de evento composto de 10 workshops, sendo que cada um dividido em 4 turmas. Participaram deste evento mais de 100 servidores de várias áreas distintas.Foram indicados representantes das unidades que validarão a Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral. Após tal validação, o curso será disponibilizado para os servidores do TRE/RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Com os dados lançados, será possível a realização do ciclo de avaliação por competências, feedback / elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual, e identificação das lacunas de competências com vistas ao desenvolvimento de competências comportamentais e técnicas para o PAC.

Com a finalização do evento Gestão Estratégica pelo Método Grumbach, os cursos do eixo estratégico e gerencial serão priorizados.

A SEDCOR apontou algumas dificuldades a serem enfrentadas:

1) A equipe reduzida da SEDCOR

;2) Alguma dificuldade por parte das áreas demandantes dos treinamentos estratégico em iniciar o processo de solicitação/implementação; e

3) A complexidade de alguns treinamentos que exigem tratativas mais elaboradas e demoradas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Os cursos previstos no eixo estratégico e gerencial, no PAC 2021, serão priorizados. Orientar as unidades para encaminharem as solicitações de cursos no eixo estratégico e gerencial, com as informações necessárias, para as respectivas contratações.

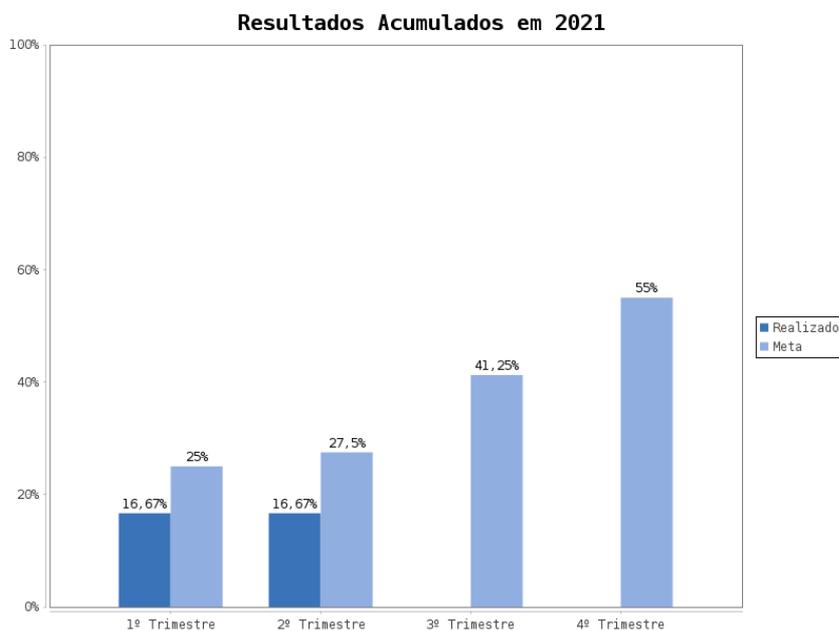
Riscos associados ao objetivo Os riscos são inerentes à carência de servidores e concorrência de atividades da coordenadoria, além da indisponibilidade do público para participar das ações em virtude da execução dos workshops do Planejamento Estratégico, finalizado no início de julho//21.

Priorização de outros treinamentos que não façam parte do eixo estratégico ou gerencial, no caso de corte orçamentário.

IA 49A - Índice de implantação da gestão por competências

Insatisfatório

Desempenho do Período: 60,61%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

Está em fase final o projeto piloto na Secretaria de Tecnologia da Informação e a mensuração das variáveis da ficha do indicador estão sendo lançadas com base nos resultados.

Com relação a identificação das competências técnicas, as unidades da STI estão participando de treinamento a distância. Após entenderem a parte teórica que envolve a gestão por competências, as unidades elaboraram ao MAP (Mapa de Atribuição por Produto), onde foram evidenciadas as competências técnicas.

A etapa final do curso consiste na validação das competências técnicas junto a cada unidade da STI

Trata-se de uma etapa demorada pois envolve reuniões com as unidades para validação das competências.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Houve suspensão do trabalho presencial e remoto no período de 26/03 a 04/04/2021 (Aviso GP nº 12/2021), o que atrasou o levantamento das competências técnicas e , conseqüentemente, afetou as etapas seguintes.

Está em fase final a validação das competências técnicas junto às unidades da STI.

As competência comportamentais já estão lançadas no sistema GID que será utilizado para a realização da avaliação por competências.

Houve alteração na ficha do indicador IA, cuja meta para 2021 ficou estabelecida em 55%.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Após a validação das competências técnicas, os dados lançados nos sistema GID (Sistema de Gestão por Competências).

Com os dados lançados, será possível a realização do ciclo de avaliação por competências, feedback / elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual, e identificação das lacunas de competências com vistas ao desenvolvimento de competências comportamentais e técnicas para o PAC.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Ter servidores dedicados, exclusivamente, para essa atividade.

A CDESC, além da implementação da Gestão por Competências, também, está responsável pelo acompanhamento dos planos de ações das ocupações críticas das unidades da SGP, que envolvem servidores da SEGEDE.

Riscos associados ao objetivo

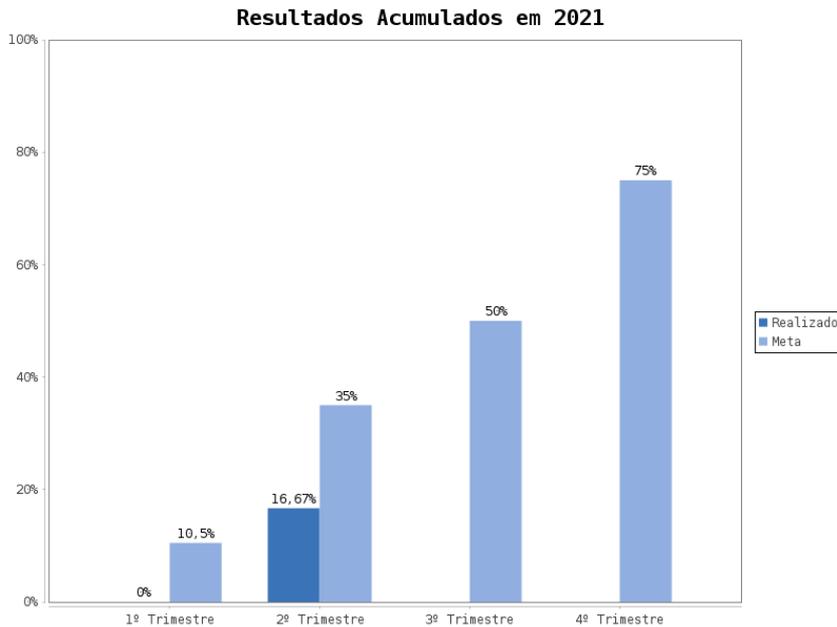
Os riscos estão relacionados a impossibilidade de dedicação exclusiva destes servidores o que pode acarretar atraso nas entregas.

Atualmente, existem dois servidores atuando na implantação da Gestão de Competências e que estão acompanhando todo o processo de levantamento de competências, inserção no sistema e, nas próximas etapas. Caso haja algum afastamento não previsto de um desses servidores, poderá haver atraso nas entregas.

IA 50 - Índice de aderência do PAC à estratégia

Insatisfatório

Desempenho do Período: 47,62%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.

Análise de contexto

O segundo trimestre ainda foi impactado pela demora na aprovação do orçamento o que acarretou na limitação do uso da verba destinada á capacitação. O evento Gestão Estratégica pelo Método Grumbach consumiu exclusivamente a verba disponível enquanto ela era disponibilizada em parcelas (um duodécimo a cada mês). Tal fato contribuiu para a dificuldade para a contratação de outros treinamentos do eixo estratégico.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi realizado o treinamento Gestão Estratégica pelo Método Grumbach que corresponde ao item 5 do PAC que compõe o eixo estratégico. Trata-se de evento composto de 10 workshops sendo que cada workshop foi dividido em 4 turmas. Participaram deste evento mais de 100 servidores de várias áreas distintas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que o segundo semestre tenha um desempenho melhor. Entretanto, há dificuldades a serem enfrentadas:1) A equipe reduzida da SEDCOR;2) Alguma dificuldade por parte das áreas demandantes dos treinamentos estratégico em iniciar o processo de solicitação/implementação; e3) A complexidade de alguns treinamentos que exigem tratativas mais elaboradas e demoradas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Aumento significativo da equipe da SEDCOR

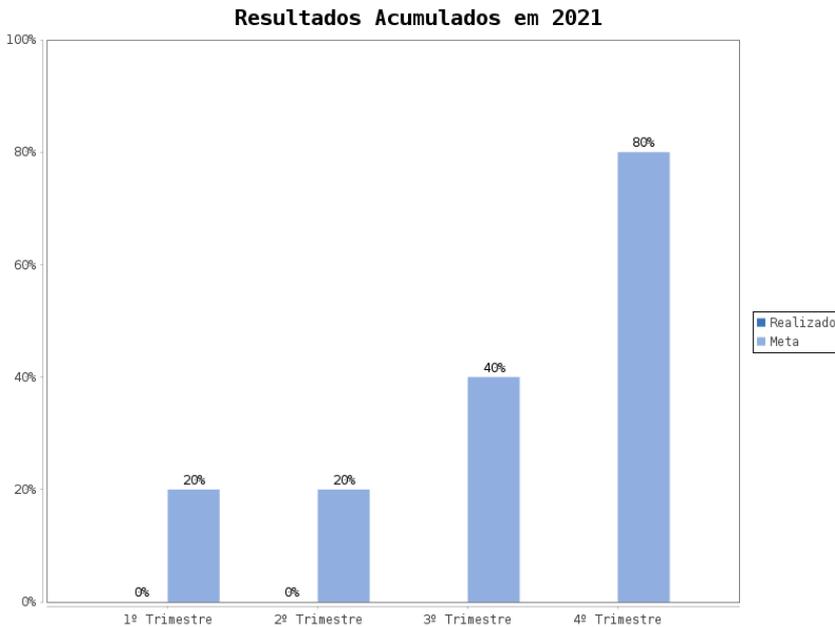
Riscos associados ao objetivo

Possibilidade de não serem realizados todos os treinamentos previstos no PAC

IA 51 - Índice de conhecimento eleitoral básico

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.

Análise de contexto

O desempenho é dificultado pelo fato de a SEDCOR estar com equipe reduzida.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram definidos os temas que vão compor a matriz. Foi construído o conteúdo para cada tema. No momento o conteúdo está sendo validado.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A finalização da matriz básica de conhecimento eleitoral e colocá-la à disposição dos servidores. Realizar trabalho de divulgação da matriz para que os servidores efetivamente participem do treinamento.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

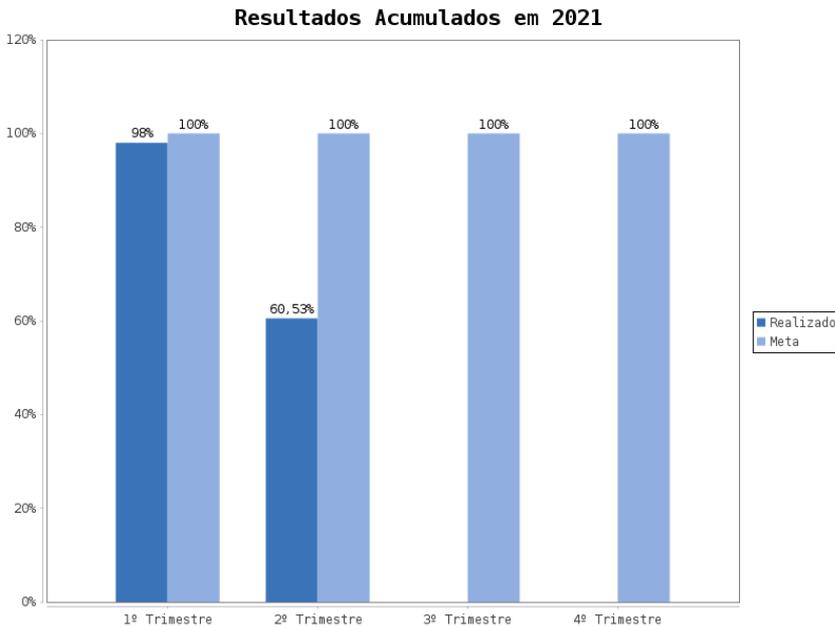
Com a conclusão da matriz ela será oferecida em turmas regulares, por meio de plataforma de ensino à distância, para que, gradativamente, um número cada vez maior de servidores participe do treinamento.

Riscos associados ao objetivo

O pequeno número de servidores da SEDCOR pode diminuir o número de ofertas de turmas e também fazer com que as turmas oferecidas sejam menores do que as planejadas inicialmente. Isto é explicado pelo fato de que uma turma de ensino à distância gera uma grande demanda de trabalho na parte operacional do treinamento como, por exemplo, retirar dúvidas sobre acesso à plataforma, sobre acesso à nota final, sobre se há necessidade de pedir averbação de horas para adicional de qualificação, etc.

IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança

Insatisfatório **Desempenho do Período: 60,53%**



Responsável: CDESC.

Análise de contexto Foram realizados 2 dos 4 treinamentos previstos na Matriz gerencial. Entretanto, o número de gestores participantes foi relativamente baixo (75) se considerarmos o total de gestores previstos para o ano (285).

A última etapa da ficha do IA 54A foi encaminhada à CPLAN, para análise, no final do mês de junho, do corrente exercício. Assim, foram cumpridas todas as etapas ali previstas.

A CDESC/SEGEDE está iniciando os procedimentos para acompanhamento dos planos de ações das unidades da SGP, referentes às ocupações críticas gerenciais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram realizados os cursos de "Comunicação Assertiva" e "Gestão por Processos". A Ficha do IA 54A foi encaminhada à CPLAN para análise. E, tão logo, o piloto da implementação da Gestão por Competências seja finalizado na STI, será realizado o levantamento das ocupações críticas das suas unidades.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência é de melhora uma vez que estão previstos dois treinamentos de gestores. Um para os gestores da Sede e outro para os chefes Cartórios. Esses cursos devem ampliar de modo significativo o número de gestores treinados.

Analisando o Mapa de Atribuição por Produtos elaborado pelas unidades da STI (Piloto da GPC), fica nítidas as ocupações críticas de cada unidade. Assim, será realizado estudo para unificar os procedimentos da Gestão por Competências e o levantamento das ocupações críticas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Priorizar as ações do eixo gerencial e estratégico.

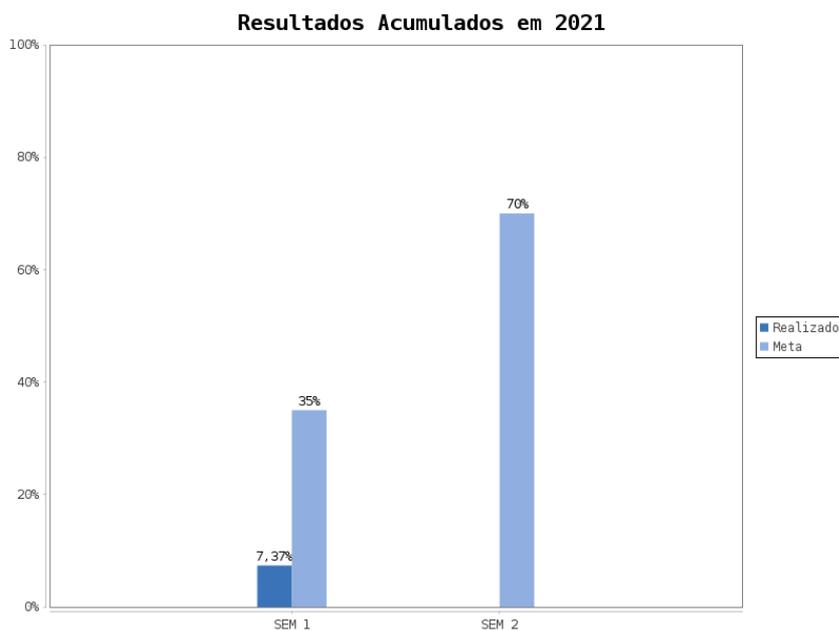
Riscos associados ao objetivo Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências para utilização do ambiente virtual de aprendizagem e desenvolvimento de ações de educação para EAD.

Corte no orçamento, o que poderá comprometer a execução dos cursos previstos no PAC.

IA 53 - Índice de capacitação na matriz gerencial

Insatisfatório

Desempenho do Período: 21,05%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.

Análise de contexto

Foram realizados 2 dos 4 treinamentos previstos na Matriz gerencial. Entretanto, o número de gestores participantes foi relativamente baixo (75) se considerarmos o total de gestores previstos para o ano (285).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Comunicação Assertiva para Lideranças (feito por 18 gestores) Gestão por Processos (feito por 57 gestores)

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de melhora uma vez que estão previstos dois treinamentos de gestores. Um para a Sede e outro para Cartórios. Esses cursos devem ampliar de modo significativo o número de gestores treinados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Realização de treinamentos voltados a um número maior de gestores.

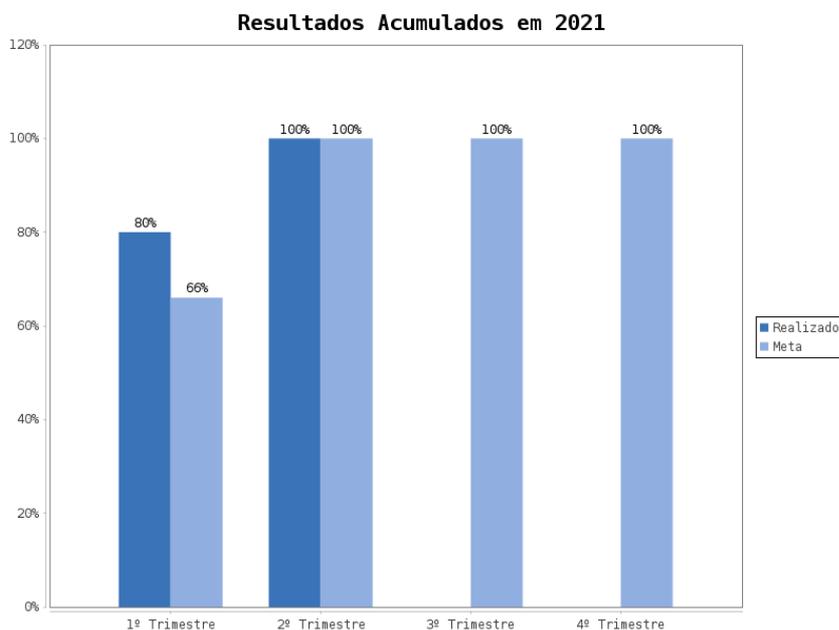
Riscos associados ao objetivo

1) Equipe insuficiente da SEDCOR 2) Os cursos a serem contratados não são treinamentos que precisam ser formatados para a realidade específica do Tribunal. Disso decorre a limitação de empresas capazes de elaborar esse tipo de curso e as tratativas são mais complexas e demoradas.

IA 54A - Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

A última etapa (5) trata da apresentação de proposta de ficha de indicador de resultado de gestão de ocupações críticas gerenciais. Junho 2021..

A ficha está tramitando no protocolo SEI 2020.0.000001829-3, tendo sido cumprida as metas previstas para até junho/2021..

A nova ficha sugerida apresenta as seguintes metas anuais: 2021 - 9% / 2022 – 18% / 2023 – 36% / 2024 – 45% / 2025 – 63% / 2026 – 72%

As metas foram previstas considerando que além da implementação nas demais unidades do Tribunal, a CDESC/SEGEDE deverá fazer o acompanhamento dos planos de ações.

Ademais, em paralelo, será realizada a implementação da Gestão por Competências.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Envio da proposta de Ficha do Indicador à CPLAN (SEI 2020.0.000001829-3)

A CDESC/SEGEDE iniciará o acompanhamento das ações propostas de iniciativa de cada unidade da SGP.

Após consolidação dos planos de ação foi verificado que mais de 75% das 107 ações propostas são iniciativas da própria da unidade incentivando a transferência de conhecimento e experiência entre os servidores.

As ações que objetivarem capacitação de servidores, será sugerida a inclusão no PAC 2022.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Está em fase final de validação das competências técnica na STI.

Logo após, será realizada a avaliação por competências.

Tão logo finalize a implementação da GPC na STI, será realizado o processo de identificação das ocupações críticas de suas unidades.

A implementação da GPC está sendo realizada na STI. Ocupações críticas foi realizada na SGP.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Houve cumprimento de todas as etapas previstas na Ficha do Indicador (PE 2016/2021).

Riscos associados ao objetivo

O riscos estão relacionados a impossibilidade de dedicação exclusiva de servidores para execução da última etapa, considerando a equipe reduzida e envolvida em outros projetos igualmente relevantes.

Atualmente, existem dois servidores atuando no projeto de ocupações críticas. Caso haja algum afastamento não previsto de um desses servidores, poderá haver atraso nas entregas.

IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional

Atenção

Desempenho do Período: 81,79%



Responsável: CSINT.

Análise de contextoO clima organizacional é a atmosfera psicológica que prevalece no ambiente interno da empresa, que deve ser convenientemente gerenciado, de forma que a satisfação das pessoas contribua para o êxito continuado dos processos de mudança organizacional planejada. Sendo a atmosfera subjetiva da organização, é composto de diversas variáveis, o que lhe confere instabilidade, fluidez e complexidade, típicos de ambientes humanos. Assim, o clima atua diretamente nos ambientes de trabalho, ainda que não se tenha, ou queira ter, qualquer conhecimento sobre ele. A gestão do clima, por sua vez, demanda monitoramento constante, agilidade e respostas rápidas. Planejar a melhoria do clima organizacional a longo prazo, a partir de dados passados, sem permanente reavaliação de sua pertinência, é completamente ineficaz. Ainda que, a partir de sequenciais resultados de pesquisa de clima se verifique a insatisfação sobre os mesmos fatos ou fatores, esses podem ocorrer por causas distintas, dada a volatilidade das emoções do ser humano. Outro fator de grande importância a se observar é que nem sempre a melhoria de fatores mais mal avaliados em pesquisa de clima são aqueles que elevam o moral do grupo, vindo a ser os impulsionadores da melhoria da gestão do clima organizacional. Dito isto, o desempenho deste semestre, com relação à implantação de planos de melhorias, aponta para a impossibilidade de se ter aplicado essa visão de gestão do clima, flexível e focada nos fatos presentes, no último período, uma vez que se focou apenas nas ações planejadas ao final da última pesquisa.

Note-se que, desde a última pesquisa, o desempenho tem se mantido sem muita alteração. Isso porque as ações previstas inicialmente não mudaram e a respectiva execução foi impactada pela pandemia de covid-19, durante todo o ano de 2020. Com exceção do último semestre, que expressou mudanças na mediação das variáveis. O plano de ação do clima, na forma proposta pela metodologia em vigor, não previa a submissão à alta administração, mas apenas ao CGLGP. Assim, ao ser submetido à apreciação superior, foram consideradas válidas apenas 5 ações, das quais 3 foram consideradas concluídas. Contudo, essa alteração não impactou no desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNo período, não foram realizadas ações do clima, diante das dificuldades importas pela pandemia de covid-19, em que pesem outras medidas para melhoria do clima terem sido realizadas, mas que não contavam do plano de ação inicial.

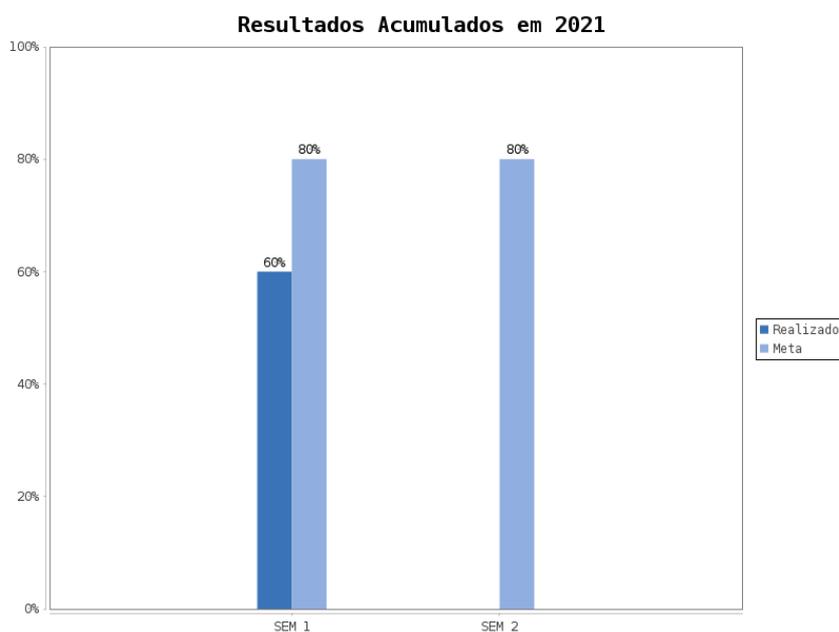
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O desafio será apresentar nova metodologia da gestão do clima organizacional para que os esforços da SGP sejam demonstrados no desempenho de seus indicadores.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAplicação da nova metodologia do clima organizacional a ser proposta.

Riscos associados ao objetivoManutenção da metodologia do clima organizacional em vigor.

IA 56 - Índice de implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional

Insatisfatório Desempenho do Período: 75,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSINT.

Análise de contexto

As 8 ações de melhoria decorrentes da última pesquisa do clima organizacional foram submetidas à apreciação superior, com o seguinte resultado: iniciativa 1 (Vacinação dos servidores contra gripe em 2021) – cancelada pela inviabilidade de sua realização neste exercício; iniciativa 2 (Celebração de convênio com o TJRJ) – aprovada, tendo em vista que o aludido convênio já foi firmado em 16/12/2020; iniciativa 3 (Criação de clube de vantagens do TRE/RJ) – aprovada, visto que oferecerá benefícios aos servidores em diversas áreas (saúde, educação, bem estar), tais como psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, cursos de línguas, programas de emagrecimento (Vigilantes do Peso), clínicas de vacinação, sem ônus para o Tribunal; as iniciativas 4 e 5 (Criação do Espaço de Convivência e Acompanhamento das ações em andamento referentes ao plano de evacuação e capacitação de Brigadistas) foram desconsideradas, tendo em vista que dependem do retorno ao trabalho presencial. As iniciativas deverão ser retomadas em momento oportuno; a iniciativa 6 (Estudo para implantação de processo de seleção interna para ocupação de função comissionada) foi considerada concluída; a iniciativa 7 (Estudo em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação, visando ao aprofundamento do diagnóstico de comunicação), foi considerada parcialmente concluída, em razão da entrega do Calendário de Anual de Atividades (ocorrido em 2020), levando-se em consideração, ainda, que foi constituído grupo de trabalho multidisciplinar para apresentação de proposta sobre melhoria dos canais de comunicação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Iniciativa 2 (Celebração de convênio com o TJRJ) – aprovada, tendo em vista que o aludido convênio já foi firmado em 16/12/2020

No que concerne à iniciativa 6 (Estudo para implantação de processo de seleção interna para ocupação de função comissionada), a Administração recentemente enfrentou a questão, por ocasião da edição do Ato GP nº 148/2021, que alterou o Ato GP nº 273/2019, definindo que o preenchimento das funções comissionadas, quando não houver indicação do titular da unidade, ocorrerá com seleção por perfil profissional, motivo pelo qual, foi considerada concluída.

Iniciativa 7 (Estudo em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação, visando ao aprofundamento do diagnóstico de comunicação), foi considerada parcialmente concluída, em razão da entrega do Calendário de Anual de Atividades (ocorrido em 2020), levando-se em consideração, ainda, que foi constituído grupo de trabalho multidisciplinar para apresentação de proposta sobre melhoria dos canais de comunicação.

O desempenho do IA alcançou 75% da meta, ou seja, insatisfatório.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

As ações sobrestadas por conta do trabalho remoto em razão da pandemia de covid-19 devem permanecer sobrestadas até que o trabalho presencial retome na integralidade. Assim, prevê-se que mais ações sejam implementadas no próximo período.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A proposta é alterar o processo de gestão do clima organizacional. Da forma como é a metodologia atual, apenas são consideradas ações do clima que foram previamente planejadas com base na pesquisa. Isso não leva em consideração todas as demais ações que são realizadas para responder a situações do momento, não planejadas, e que são as que mais impactam, na verdade, no clima organizacional. Trabalhar os resultados da pesquisa é fundamental, mas se manter preso a eles é ineficaz. Ações previstas logo após a realização da pesquisa nem sempre são as mais importantes semanas e meses depois. O clima é dinâmico, é uma resposta ao que acontece a cada dia. Uma boa gestão do clima deve ser diária e passível de alteração rápida.

Riscos associados ao objetivo

A manutenção da gestão do clima e da medição das ações da maneira ora vigente não refletirão os esforços empenhados na melhoria real do clima organizacional. Além disso, não auxiliarão a unidade responsável pelo clima a realizar as ações que realmente são relevantes, pois há sempre a preocupação de se ter bom desempenho. Isso pode acarretar um esforço direcionado ao alvo errado apenas para a efetivação do planejamento proposto e das metas estipuladas.

OE 08 - Fortalecer a governança institucional

Atenção

Desempenho do Período: 83,94%



Responsável: ASESPR.

Análise de contexto Com índice de 83,94% ao final do segundo trimestre de 2021, o objetivo OE 08 apresentou desempenho equivalente ao alcançado ao final do primeiro trimestre de 2021 (84,04%), mantendo-se no patamar de "atenção".

O OE 08 é calculado a partir do desempenho dos 4 (quatro) indicadores estratégicos, a seguir relacionados:

IE 21 - Índice de gestão participativa – 96,44% (medição semestral - 2º semestre de 2020 = 94,25%)

IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança – 92,54% (medição semestral) - 2º semestre de 2020 =91,85%)

IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia – 63,66% (medição trimestral)) - 1º trimestre de 2020 =66,67%)

IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle – 86,99% (medição trimestral)) - 1º trimestre de 2020 =86,99%)

Dos resultados aferidos neste segundo trimestre de 2021 que, à exceção do IE 23, todos os indicadores estratégicos que integram o OE 08 apresentaram desempenho igual ou superior aos último período de medição.

O IE 23 foi impactado negativamente pelo baixo desempenho do IA 62 (Índice de execução das iniciativas estratégicas), cujo percentual de alcance da meta foi de 0%. Já os demais indicadores de apoio que integram o IE 23 apresentaram desempenhos satisfatórios: IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia) - 100% e IA 64 (Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica) – 90,98%.

O baixo índice de execução de iniciativas estratégicas deve-se à redução da composição do portfólio de iniciativas estratégicas, que ao final do período, após a revisão do PDE pelo CGE, em maio de 2021, contava com apenas 12 iniciativas estratégicas, o que dá um peso maior para cada etapa prevista para execução, em relação ao conjunto de etapas para todas as iniciativas estratégicas.

Depreende-se, por fim, que até o final do presente ciclo estratégico, o impulsionamento do OE 03 está fortemente associado ao melhor desempenho do IE 23, com especial ênfase para o IA 62. O IA 64 (Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica), também integrante do IE 23, merece atenção, na medida a manutenção de seu bom desempenho (90,98%) está associada à implantação das RACs em 3 nova unidades (PR, SVPCRE e SJD).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos 1. Publicação, pelos comitês/comissões/conselho previstos nas fichas técnicas do IA 101 e IA 102, do cronograma anual de reuniões e das atas de reunião e relatórios no submenu "Comitês e Comissões" do menu "Transparência e Prestação de Contas" do sítio eletrônico do TRE-RJ, conforme deliberações do CGE nas RAEs de 03/12/2020 e 26/02/2021. A exceção cabe ao CPETI, cujas atas de 2021 não foram localizadas no site ao tempo desta análise, em que pese quatro das seis estejam publicadas na intranet;

2. Abertura de processos no sistema SEI para formalização da atuação dos comitês/comissões/conselho previstos nas fichas técnicas do IA 101 e IA 102, onde estão, ao menos, registradas as pautas das reuniões e comparecimento dos presentes,

conforme deliberações do CGE nas RAEs de 26/02/2021 e 24/05/2021: já cumpridas pelo CGLGP (2019.0.000058132-1), CGLAIS (2019.0.000045115-0), CORZE (2021.0.000010831-0), CGR (2021.0.000034663-7) e CPETI (2021.0.000005725-2 – em que pese, no caso deste último, o processo esteja restrito à consulta);

3. Aprovação do Plano de Trabalho Anual do Conselho Permanente de Ética, disponível na página do CPETI, na Intranet e na Internet, dando-se cumprimento ao item de controle V do IA 60. O planejamento das ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética sob a forma de plano de trabalho anual contribuiu para a melhor organização e transparência das atividades. Destacam-se as seguintes atividades, realizadas em consonância com o referido plano:

- Janeiro de 2021: Criação da página do CPETI no portal dos comitês, na Intranet, e no Portal da Transparência, na Internet, para divulgação de informações sobre o Conselho, meios de contato, legislação e normas correlatas, agenda e atas de reuniões, dentre outros;

- Março de 2021: Divulgação do resultado do questionário de diagnóstico aplicado em julho de 2020;

- Maio de 2021: Realização da I Semana da Ética do TRE-RJ.

4. Realização da reunião inaugural do Conselho de Governança: ocorrida em 22/03/2021, a primeira reunião do Conselho de Governança teve como pauta a apresentação do cronograma e da metodologia de elaboração do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026;

5. Instituição do Comitê de Governança de Contratações: a minuta do ato normativo instituidor do CGovCON foi elaborada conjuntamente pelas unidades vinculadas à Diretoria-Geral (CPLAN, GABDG e ASJURI) como fruto de plano de ação decorrente da retomada das Reuniões de Análise Crítica (RACs) da DG. A instância interna de apoio à governança foi prevista na Resolução TRE-RJ nº 1119/2019 e sua formalização, até então pendente, deu-se através da publicação do Ato GP nº 150/2021, em 04/06/2021; 6. Estruturação das páginas dos Comitês e Comissões de apoio à governança no sítio eletrônico do Tribunal na internet: a medida visa conferir transparência e estimular o planejamento antecipado e o registro formal das atividades dos Comitês e Comissões;

7. Implantação da RAC na Escola Judiciária Eleitoral (EJE), em cumprimento ao cronograma de implantação da RAC no 1º semestre de 2021, aprovado pelo CGE na 1ª RAE de 2021 (26/02);

8. Criação da ASGERI - Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) No que se refere ao IE 21 (Índice de gestão participativa), estima-se melhor desempenho dos indicadores de apoio IA 101 (Índice de realização de reuniões de gestão participativa) e IA 102 (Índice de participação nas reuniões de gestão participativa), uma vez que o Comitê Gestor Regional do 1º Grau - CGR, cuja composição havia expirado em 28/02/2021, foi recomposto com a publicação do Ato GP nº 190/2021, em 29/06/2021.

Quanto ao terceiro indicador de apoio que integra o IE 21, isto é, o IA 103 (Índice de participação do público interno na construção/avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário), ressalta-se que a meta para 2021 é de 5 pontos percentuais acima da meta de 2020, sendo necessário, portanto, a adesão de, ao menos, 300 servidores e magistrados à pesquisa, que este ano, por decisão da Rede de Governança Colaborativa, será unificada e disponibilizada pelo TSE. Assim, embora o novo cenário de aplicação da pesquisa, associado ao aumento da meta, consista em um desafio, a cultura de adesão à consulta vem se solidificando, o que leva a crer que o indicador mantenha-se, ao menos, estável.

Em relação ao IE 22 (Índice de estruturação do mecanismo de liderança) estima-se a evolução de seu desempenho. No que tange ao IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos), está prevista a realização de reunião entre o CPETI e outros colegiados e unidades em cuja pauta serão abordados os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas, o que visa ao atendimento do item de controle IX do IA 60. Estima-se, ainda, o melhor desempenho do IA 61 (Índice de estruturação do sistema de governança), considerando a expectativa de conclusão dos documentos relativos à Gestão de Pessoas e Gestão de TIC e a revisão do documento relativo a Gestão de Riscos.

Sobre o IE 23 (Índice de execução e monitoramento da estratégia), o cenário de contenção causado pela pandemia ainda gera incertezas sobre qualquer possibilidade de recuperação do indicador. Além do próprio monitoramento da pandemia, que ora parece arrefecer, ora parece piorar com a chegada de novas variantes, deixando em completa nebulosidade o caminho à frente, o principal desafio a ser enfrentado nos próximos seis meses será a construção do novo portfólio com base no cabedal de informações e sugestões levantadas durante o processo de formulação da estratégia 2021-2026.

Outro aspecto que pode prejudicar o desempenho do IE 23 é a impossibilidade de implantação das RACs em 3 novas unidades (PR, SVPCRE e SJD).

Já o IE 24 (Índice de adequação do mecanismo de controle) tem bom potencial para a melhora de seu desempenho, sobretudo com a expectativa de impulsionamento do IA 65 (Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos) e do IA 68A (Índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria), em vista das ações que vem sendo desenvolvidas na esfera de controles de controles internos, merecendo destaque a criação da ASGERI - Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos.

Avaliados os contextos em que vem se desenvolvendo os indicadores estratégicos, estima-se que se mantenha estável, com tendência de melhora.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas1. Publicação pelo CPETI das atas de reunião de 2021 no submenu "Comitês e Comissões" do menu "Transparência e Prestação de Contas" do sítio eletrônico do TRE-RJ, conforme deliberações do CGE nas RAES de 03/12/2020 e 26/02/2021;

2. Manutenção da realização das reuniões de comitês e comissões por videoconferência, sobretudo aquelas que envolvem representantes de zonas eleitorais, uma vez que essa modalidade favorece a participação de todos, independentemente da unidade de lotação.

3. Identificação das medidas necessárias e implantação dos mecanismos para garantir a recepção, o tratamento e o acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas.

4. Realização da reunião inaugural do Comitê de Governança de Contratações;

5. Continuidade do reforço do prazo para as unidades publicarem seus respectivos planos de ação da RAC no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo1. Risco à manutenção dos percentuais de participação de servidores que não laboram na Sede do Tribunal caso as reuniões dos Comitês, Comissões e Conselho previstos nos IAs 101 e 102 passem a ocorrer de forma exclusivamente presencial.

2. Indisponibilidade de representantes dos comitês e comissões para participar das reuniões destinadas a tratar dos mecanismos para acompanhamento de denúncias.

3. Identificação de medidas necessárias à implantação dos mecanismos previstos no item de controle IX cuja implementação seja complexa e/ou onerosa e extrapole o exercício de 2021.

4. Indisponibilidade de mecanismos apropriados para garantir a recepção, o tratamento e o acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas, o que pode impactar a efetivação do sistema de governança do Tribunal ou mesmo a imagem institucional.

5. Tempo reduzido para a implementação dos quesitos do IA 61 ainda não plenamente adotados.

6. Agravamento da pandemia e da situação de distanciamento social, o que pode impedir a retomada das iniciativas estratégicas correntemente suspensas ou provocar a paralisação de outras iniciativas estratégicas.

7. Dificuldade no cumprimento dos prazos de execução dos trabalhos previstos na unidade de auditoria interna, o que poderá causar impacto na execução do PAA, em razão do reduzido quantitativo de pessoal e da complexidade de execução da auditoria de contas anuais.

IE 21 - Índice de gestão participativa

Satisfatório

Desempenho do Período: 96,44%



Responsável: DG.

Análise de contexto

Análise registrada pela CPLAN de ordem da sra. Diretora-Geral.

O indicador estratégico IE 21 (Índice de Gestão Participativa) mede o índice de participação dos servidores na gestão e governança do TRE-RJ e a aderência das reuniões previstas para tais abordagens, assim como a participação do público interno na construção da estratégia nacional.

O IE 21 registrou 96,44% de alcance da meta estabelecida para o 1º semestre de 2021, atingindo desempenho satisfatório no período.

O IE 21 é computado a partir do desempenho de três IAs, a saber:

- IA 101 - Índice de realização de reuniões de gestão participativa – 122,45%, desempenho limitado a 100% (satisfatório);
- IA 102 - Índice de participação nas reuniões de gestão participativa - 130,56%, desempenho limitado a 100% (satisfatório);
- IA 103 - Índice de participação do público interno na construção/avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário - 89,33% (satisfatório) – Obs.: Indicador anual, medido apenas no 2º semestre. Entra no cômputo do IE 21 neste período o percentual aferido no 2º semestre de 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos¹. Realização, no 1º semestre de 2021, pelos Comitês e Comissões que compõem os IAs 101 e 102, do seguinte quantitativo de reuniões, segundo variáveis lançadas no Gerir pelas unidades responsáveis:

CGLGP - 2 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 66,7% de participação dos servidores;

CGLAIS - 2 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 150% de participação dos servidores (em ambas as reuniões houve a participação de um representante juntamente com seu suplente, caso em que ambos são computados);

CGR - 0 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 0% de participação dos servidores (a composição do CGR disposta na Resolução TRE-RJ nº 1145/2020 expirou em 28/02/2021; o CGR foi recomposto com a publicação do Ato GP nº 190/2021, em 29/06/2021);

CPETI - 6 reuniões efetivamente realizadas de 6 esperadas, com índice de 166,7% de participação dos servidores;

CORZE - 2 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 94,4% de participação dos servidores.

O GABDG, responsável pelas análises dos IAs 101 e 102, destaca que o término das atividades relacionadas à realização das Eleições 2020 importou na maior dedicação dos integrantes nas comissões e comitês para os quais designados, com a realização das reuniões em quantidade e frequência mais próximas das desejadas. Ressalta ainda a realização do quantitativo integral das reuniões

previstas para o CPETI e a frequente e ativa atuação da Comissão de Representantes de Zonas Eleitorais, pelo papel que exerce e por ser a Comissão com maior nº de representantes eletivos (9) dentre os comitês/comissões/conselho que compõem o indicador.

2. Publicação, pelos comitês/comissões/conselho previstos nas fichas técnicas do IA 101 e IA 102, do cronograma anual de reuniões e das atas de reunião e relatórios no submenu "Comitês e Comissões" do menu "Transparência e Prestação de Contas" do sítio eletrônico do TRE-RJ, conforme deliberações do CGE nas RAEs de 03/12/2020 e 26/02/2021. A exceção cabe ao CPETI, cujas atas de 2021 não foram localizadas no site ao tempo desta análise, em que pese quatro das seis estejam publicadas na intranet.

Destaca-se da análise efetuada pelo GABDG o seguinte impacto positivo advindo das deliberações do CGE em comento: "A título exemplificativo, pontua-se que o cronograma de reuniões estabelecido pela CORZE na primeira reunião de seus membros no presente exercício vem se servindo de importante diretriz no estabelecimento da data da reunião trimestral daquela Comissão com a Administração, contribuindo também para a construção de uma pauta que melhor concilie as temáticas que evidenciam o interesse da Administração com as diversas demandas e anseios dos servidores das zonas eleitorais."

3. Abertura de processos no sistema SEI para formalização da atuação dos comitês/comissões/conselho previstos nas fichas técnicas do IA 101 e IA 102, onde estão, ao menos, registradas as pautas das reuniões e comparecimento dos presentes, conforme deliberações do CGE nas RAEs de 26/02/2021 e 24/05/2021: já cumpridas pelo CGLGP (2019.0.000058132-1), CGLAIS (2019.0.000045115-0), CORZE (2021.0.000010831-0), CGR (2021.0.000034663-7) e CPETI (2021.0.000005725-2 – em que pese, no caso deste último, o processo esteja restrito à consulta).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência é de que em 2021 os Comitês, Comissões e Conselho tenham funcionamento mais fluido e com maior participação dos servidores eletivos que os compõem, os quais, em grande parte, laboram nos cartórios eleitorais e têm dificuldades de se afastar de suas funções no período eleitoral, como observado em 2020.

Note-se que, com o progresso do esquema vacinal contra a Covid-19 e a perspectiva de retomada em algum grau do trabalho presencial nos próximos meses, será interessante avaliar a possibilidade de as reuniões que envolvam integrantes das Zonas Eleitorais sejam mantidas por videoconferência, uma vez que essa modalidade favorece a presença dos participantes que não laboram na Sede do Tribunal.

Quanto ao IA 103, a tendência é de estabilidade ou melhora de desempenho com relação à participação dos servidores e magistrados no processo participativo de definição das Metas de 2022, caso seja possível ao menos repetir com o mesmo empenho do exercício em análise a divulgação da pesquisa, que este ano, por decisão da rede de Governança Colaborativa será unificada e disponibilizada pelo TSE.

Contudo, é necessário levar em consideração que para 2021 a meta estabelecida é 5 pontos percentuais acima da meta de 2020, passando de 15% a 20%. Portanto, será preciso que pelo menos cerca de 300 servidores e magistrados prestigiem a consulta, ou seja, 40 respondentes a mais em relação ao medido em 2020.

Deve-se observar, ainda, se a variável Tserv, que computa todos os servidores do Tribunal, incluindo os requisitados, e serve de base de cálculo deste indicador, estará compatível, no mês de dezembro, com o quantitativo de público interno à época da aplicação da pesquisa (julho), de forma a não repetir a distorção ocorrida em 2020.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Publicação pelo CPETI das atas de reunião de 2021 no submenu "Comitês e Comissões" do menu "Transparência e Prestação de Contas" do sítio eletrônico do TRE-RJ, conforme deliberações do CGE nas RAEs de 03/12/2020 e 26/02/2021, e verificação quanto ao cabimento da abertura dos autos 2021.0.000005725-2 à consulta de qualquer interessado do público interno.

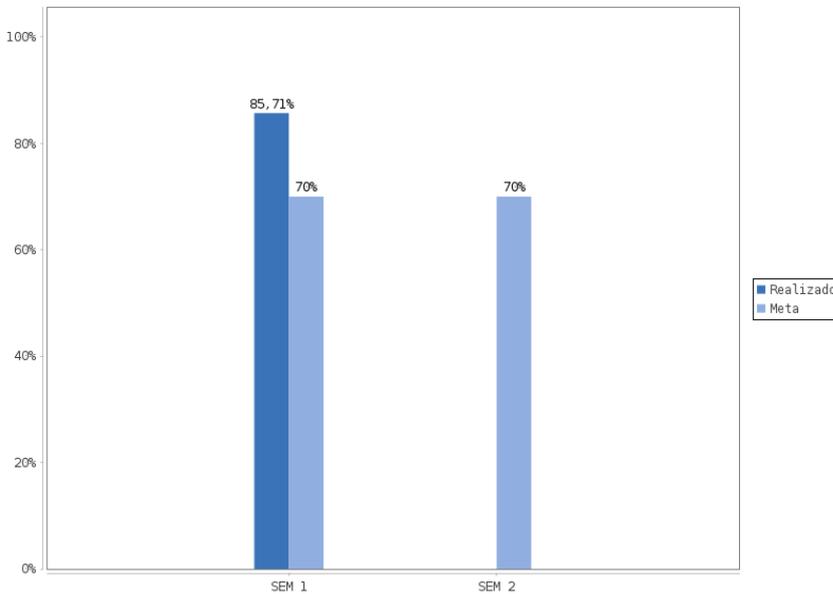
Riscos associados ao objetivo- Risco à manutenção dos percentuais de participação de servidores que não laboram na Sede do Tribunal caso as reuniões dos Comitês, Comissões e Conselho previstos nos IAs 101 e 102 passem a ocorrer de forma exclusivamente presencial.

IA 101 - Índice de realização de reuniões de gestão participativa

Satisfatório

Desempenho do Período: 122,45%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABDG.

Análise de contexto

O indicador em questão objetiva aferir se as reuniões das Comissões/Comitês integrados por servidores estão ocorrendo periodicamente, de forma que esteja assegurada a participação do público interno deste Tribunal - por intermédio de seus representantes - nas decisões administrativas afetas à área de atuação da comissão/comitê.

O resultado do indicador no período foi satisfatório, superando a meta definida. A expectativa realizada na última análise das variáveis confirmou-se, restando demonstrada que o término das atividades relacionadas à realização das Eleições 2020 importou na maior dedicação dos integrantes nas comissões e comitês para os quais designados, com a realização das reuniões em quantidade e frequência mais próximas das desejadas.

Cabe, nesse sentido, destacar que o Conselho Permanente de Ética, único dos comitês/comissões que compõe o indicador com periodicidade mensal de reuniões – os demais são trimestrais -, realizou o quantitativo integral de reuniões previstas para o período (no total de 6) e que os outros, à exceção do Comitê Regional de priorização do 1º grau de jurisdição, realizaram suas reuniões dentro da frequência planejada para o período avaliado.

Sob tal aspecto, merece destaque a frequente e ativa atuação da Comissão de Representantes de Zonas Eleitorais, especialmente pelo papel que exerce e por ser, dentre as Comissões/comitês que compõem o indicador, aquela que possui maior representatividade de servidores.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O impacto da ação objeto de deliberação na última RAE de 2020 - referente à apresentação de agenda de reuniões anual - foi substancialmente positivo, na medida em que a formalização de um cronograma antecipado de encontros auxiliou a organização das comissões/comitês e de seus integrantes, contribuindo para a realização das reuniões em uma frequência mais próxima da esperada em cada trimestre medido.

A título exemplificativo, pontua-se que o cronograma de reuniões estabelecido pela CORZE na primeira reunião de seus membros no presente exercício vem se servindo de importante diretriz no estabelecimento da data da reunião trimestral daquela Comissão com a Administração, contribuindo também para a construção de uma pauta que melhor concilie as temáticas que evidenciam o interesse da Administração com as diversas demandas e anseios dos servidores das zonas eleitorais.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Há uma expectativa positiva para que nos próximos períodos as reuniões passem a ocorrer com a frequência prevista, uma vez que os impactos advindos da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus sobre as rotinas administrativas começam a ser

atenuados com a retomada gradual dos servidores ao trabalho presencial e à medida que a campanha de vacinação avança no Estado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Diante do desempenho bastante satisfatório do indicador, não há, por ora, proposição de melhoria.

Riscos associados ao objetivo

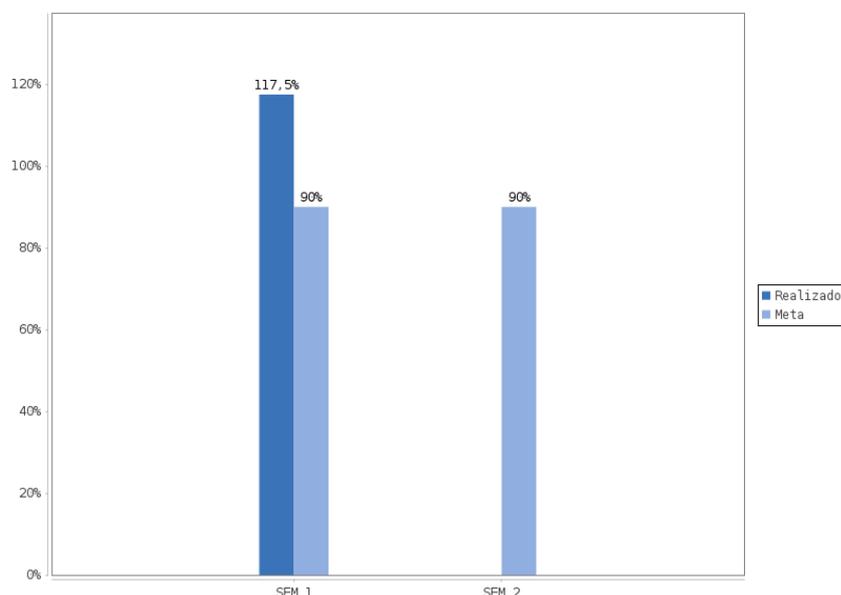
.

IA 102 - Índice de participação nas reuniões de gestão participativa

Satisfatório

Desempenho do Período: 130,56%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABDG.

Análise de contexto

O indicador em questão objetiva aferir se os componentes das Comissões/Comitês, que representam os servidores, estão efetivamente participando das reuniões, de forma que, na prática, realmente esteja havendo participação do público interno deste Tribunal nas decisões administrativas afetas à área de atuação da comissão/comitê.

O resultado do indicador no período foi satisfatório, superando a meta definida. Apenas o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas computou ausência de um representante em cada uma das duas reuniões realizadas no semestre em análise. Não obstante, verifica-se que a reunião do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde realizada no 1º trimestre de 2021, assim como a reunião realizada no 2º trimestre, contou com a participação adicional de 1 servidor, além dos 2 integrantes que compõem o Comitê.

Da mesma forma, as reuniões do Conselho Permanente de Ética, retomadas após a finalização das atividades afetas à realização do Pleito Eleitoral/2020, contaram com a participação integral dos 2 membros titulares, sendo acrescidas com a presença de membros suplentes, a demonstrar o maior envolvimento dos seus componentes na gestão participativa, o que contribui para o enriquecimento do debate das matérias postas à deliberação do CPETI e, destarte, para a maior representatividade dos servidores.

Cumprir destacar, também, a grande adesão dos servidores representantes da Comissão de Representantes das Zonas Eleitorais nas duas reuniões realizadas no semestre com a Administração, sendo contabilizada apenas uma ausência na reunião realizada no 1º trimestre de 2021, o que consubstancia um incremento significativo na gestão participativa em relação à análise do último semestre.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O impacto da ação objeto de deliberação na última RAE de 2020 - referente à apresentação de agenda de reuniões anual - foi substancialmente positivo, na medida em que a formalização de um cronograma antecipado de encontros auxiliou a organização das comissões/comitês e de seus integrantes, contribuindo para a realização das reuniões em uma frequência e com a aderência mais próxima da esperada em cada trimestre medido.

A título exemplificativo, pontua-se que o cronograma de reuniões estabelecido pela CORZE na primeira reunião de seus membros no presente exercício vem se servindo de importante diretriz no estabelecimento da data da reunião trimestral daquela Comissão com a Administração, contribuindo também para a construção de uma pauta que melhor concilie as temáticas que evidenciam o interesse da Administração com as diversas demandas e anseios dos servidores das zonas eleitorais.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Vislumbra-se que nos próximos períodos as reuniões passem a ocorrer com uma maior adesão dos integrantes dos comitês/comissões, uma vez que os impactos advindos da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (COVID-19) sobre as rotinas administrativas começam a ser atenuados com a retomada gradual dos servidores ao trabalho presencial e à medida que a campanha de vacinação avança no Estado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como proposta de ação, sugere-se que as unidades responsáveis pela medição das variáveis sejam instruídas a registrarem no campo “observações” dados mais específicos, com o objetivo de facilitar a análise a cargo desta unidade. Nesse sentido, a informação, ao menos, do processo instaurado para o registro das reuniões realizadas e/ou a justificativa para a não realização de reunião prevista no período auxiliaria na busca das respectivas atas de reuniões e no melhor entendimento das demais ocorrências analisadas (a exemplo da maior aderência de participantes ou da maior incidência de faltas).

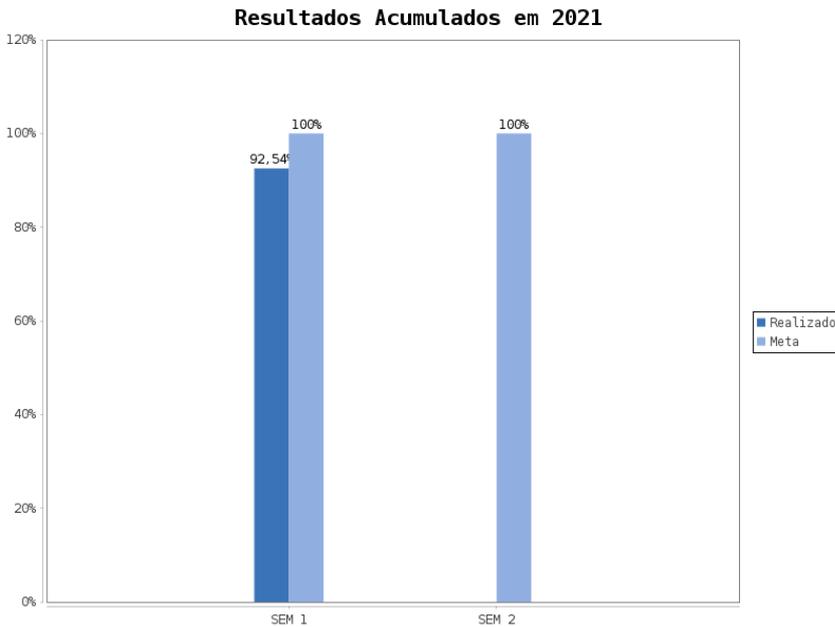
Riscos associados ao objetivo

.

IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança

Satisfatório

Desempenho do Período: 92,54%



Responsável: ASESPR.

Análise de contexto O indicador IE 22 (Índice de estruturação do mecanismo de liderança), integrado por dois indicadores de apoio, isto é, IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos) e IA 61 (Índice de estruturação do sistema de governança), manteve o desempenho satisfatório e um pouco superior ao observado no 2º semestre de 2020, tendo atingido o índice de 92,54%.

O desempenho do indicador estratégico foi impulsionado do IA 60, que atingiu o desempenho de 100%. Por outro lado, observa-se pequena queda de desempenho do IA 61, que alcançou 85,08%, um pouco inferior, portanto, aos 88,76% obtidos no segundo semestre de 2020.

No que se refere ao IA 60, o item de controle V, relativo à efetiva realização das ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética para o público alvo, foi considerado concluído com a publicação do Plano de Trabalho Anual do CPETI, no primeiro semestre de 2021. Assim, dos 10 (dez) itens de controle que compõem o indicador, 1 (um) resta pendente de total implementação, a saber, “IX. Os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estão implantados”.

Quanto ao IA 61, o indicador permaneceu com a mesma leitura obtida no final do semestre anterior, 77/130 pontos dos quesitos do questionário de aferição, o que se traduz em 59,23% de resultado. Face ao aumento da meta, de 66,73% em 2020 para 69,62% no primeiro semestre de 2021, o desempenho decresceu 3,68 pontos percentuais em relação ao período anterior, de 88,76% para 85,08%, permanecendo em estágio de “atenção”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Aprovação do Plano de Trabalho Anual do Conselho Permanente de Ética, disponível na página do CPETI, na Intranet e na Internet, dando-se cumprimento ao item de controle V do IA 60.

O planejamento das ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética sob a forma de plano de trabalho anual contribuiu para a melhor organização e transparência das atividades. Destacam-se as seguintes atividades, realizadas em consonância com o referido plano:

- Janeiro de 2021: Criação da página do CPETI no portal dos comitês, na Intranet, e no Portal da Transparência, na Internet, para divulgação de informações sobre o Conselho, meios de contato, legislação e normas correlatas, agenda e atas de reuniões, dentre outros;

- Março de 2021: Divulgação do resultado do questionário de diagnóstico aplicado em julho de 2020;

- Maio de 2021: Realização da I Semana da Ética do TRE-RJ

Foram desenvolvidas, ainda, outras ações voltadas para o aprimoramento da governança institucional, em que pese o decréscimo do desempenho do IA 61, a seguir elencadas:

- Realização da reunião inaugural do Conselho de Governança: ocorrida em 22/03/2021, a primeira reunião do Conselho de Governança teve como pauta a apresentação do cronograma e da metodologia de elaboração do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026;

- Avanço na identificação dos principais papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ: conclusão dos documentos relativos à Gestão de Riscos e Gestão de Contratações. Os documentos referentes à Gestão de Pessoas e Gestão de TIC, embora já consolidados, encontram-se em pendência de revisão e disponibilização ao tempo desta análise, razão pela qual pretende-se computar a conclusão do escopo mínimo apenas no próximo semestre. Vislumbra-se como necessária, ainda, a revisão do documento relativo à Gestão de Riscos, tendo em vista que, com a criação da Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos - ASGERI, vinculada à Diretoria-Geral, pela Resolução TRE-RJ nº 1173/2021, são esperadas alterações nos papéis e responsabilidades previstos no Regulamento Administrativo do Tribunal e nos normativos de gerenciamento de riscos;

- Instituição do Comitê de Governança de Contratações: a minuta do ato normativo instituidor do CGovCON foi elaborada conjuntamente pelas unidades vinculadas à Diretoria-Geral (CPLAN, GABDG e ASJURI) como fruto de plano de ação decorrente da retomada das Reuniões de Análise Crítica (RACs) da DG. A instância interna de apoio à governança foi prevista na Resolução TRE-RJ nº 1119/2019 e sua formalização, até então pendente, deu-se através da publicação do Ato GP nº 150/2021, em 04/06/2021;

- Estruturação das páginas dos Comitês e Comissões de apoio à governança no sítio eletrônico do Tribunal na internet: a medida visa conferir transparência e estimular o planejamento antecipado e o registro formal das atividades dos Comitês e Comissões.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Estima-se a evolução do desempenho do IE 22. No que tange à estruturação de padrões éticos, está prevista a realização de reunião entre o CPETI e outros colegiados e unidades em cuja pauta será abordados os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas, objeto do item de controle IX do IA 60.

Estima-se, ainda, o melhor desempenho do IA 61, considerando a expectativa de conclusão dos documentos relativos à Gestão de Pessoas e Gestão de TIC e a revisão do documento relativo a Gestão de Riscos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Identificação das medidas necessárias e implantação dos mecanismos para garantir a recepção, o tratamento e o acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas.

- Realização da reunião inaugural do Comitê de Governança de Contratações;

- Estruturação das reuniões e atividades do Conselho de Governança.

Riscos associados ao objetivo- Indisponibilidade de representantes dos comitês e comissões para participar das reuniões destinadas a tratar dos mecanismos para acompanhamento de denúncias.

- Identificação de medidas necessárias à implantação dos mecanismos previstos no item de controle IX cuja implementação seja complexa e/ou onerosa e extrapole o exercício de 2021.

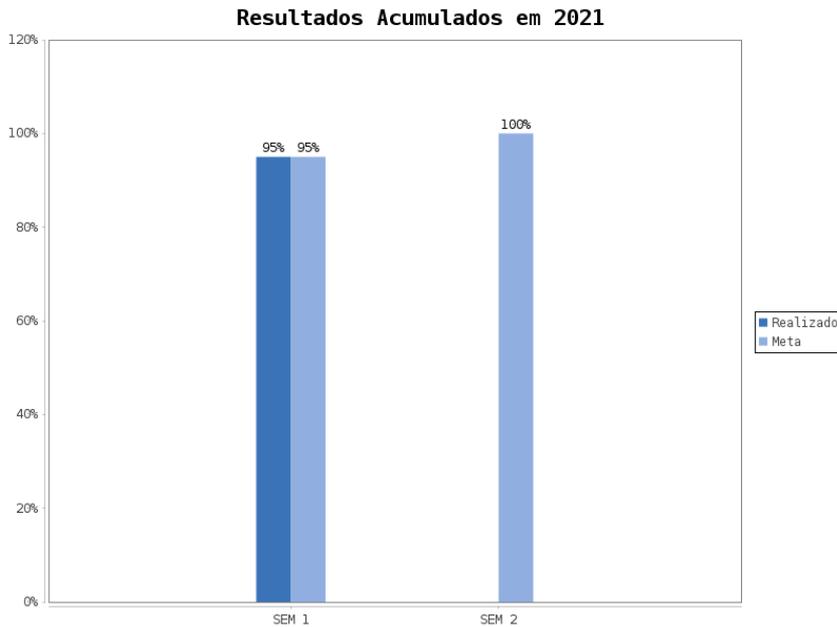
- Indisponibilidade de mecanismos apropriados para garantir a recepção, o tratamento e o acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas, o que pode impactar a efetivação do sistema de governança do Tribunal ou mesmo a imagem institucional.

- Tempo reduzido para a implementação dos quesitos do IA 61 ainda não plenamente adotados.

IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASESPR.

Análise de contexto

O indicador "IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos" apresentou no 1º semestre de 2021 desempenho superior ao observado ao final de 2020, atingindo o resultado de 95%. Considerando a meta estabelecida para o período, isto é, 95%, o desempenho alcançado foi de 100%.

O melhor desempenho deve-se à aprovação e publicação do Plano de Trabalho Anual do Conselho Permanente de Ética, que prevê, em observância ao item de controle V, as ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta, as quais estão sendo gradualmente implementadas.

Inobstante o excelente desempenho, salienta-se que dos 10 (dez) itens de controle que compõem o indicador, 1 (um) resta pendente de total implementação, a saber, "IX. Os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estão implantados".

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Aprovação do Plano de Trabalho Anual do Conselho Permanente de Ética, disponível na página do CPETI, na Intranet e na Internet, dando-se cumprimento ao item de controle V do IA 60.

O planejamento das ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética sob a forma de plano de trabalho anual contribuiu para a melhor organização e transparência das atividades. Destacam-se as seguintes atividades, realizadas em consonância com o referido plano:

- Janeiro de 2021: Criação da página do CPETI no portal dos comitês, na Intranet, e no Portal da Transparência, na Internet, para divulgação de informações sobre o Conselho, meios de contato, legislação e normas correlatas, agenda e atas de reuniões, dentre outros;

- Março de 2021: Divulgação do resultado do questionário de diagnóstico aplicado em julho de 2020;

- Maio de 2021: Realização da I Semana da Ética do TRE-RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Embora com desempenho bastante satisfatório, a fim de que a estruturação dos padrões éticos seja plenamente atendida faz-se necessário implementar o requisito contido no item de controle IX.

Ressalta-se que o Plano de Trabalho mencionado no tópico anterior prevê a realização de reuniões com outros comitês/comissões cujo escopo de atuação tenha convergência temática com o CPETI, a fim de estabelecer o alinhamento e o direcionamento de ações, visando otimizar recursos e produzir resultados mais efetivos para o Tribunal.

Conforme informação obtida junto ao CPETI, a referida reunião está sendo agendada, com previsão para ocorrer na segunda quinzena de julho, ocasião em que será abordada a questão de que trata o item de controle IX.

Nesse sentido, é possível prever que o requisito venha a ser atendido até o final do ciclo estratégico vigente, dando-se integral cumprimento ao IA 60.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Priorização da identificação das medidas necessárias e implantação dos mecanismos para garantir a recepção, o tratamento e o acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas.

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade de representantes dos comitês e comissões para participar das reuniões destinadas a tratar dos mecanismos para acompanhamento de denúncias.

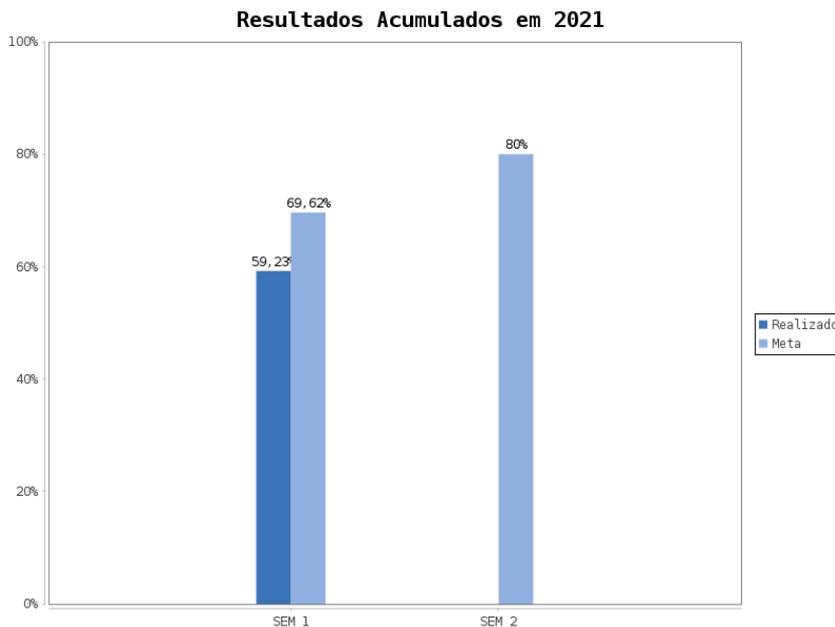
Identificação de medidas necessárias à implantação dos mecanismos previstos no item de controle IX cuja implementação seja complexa e/ou onerosa e extrapole o exercício de 2021.

Indisponibilidade de mecanismos apropriados para garantir a recepção, o tratamento e o acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas, o que pode impactar a efetivação do sistema de governança do Tribunal ou mesmo a imagem institucional.

IA 61 - Índice de estruturação do sistema de governança

Atenção

Desempenho do Período: 85,08%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.

Análise de contexto

O indicador permaneceu com a mesma leitura obtida no final do semestre anterior, 77/130 pontos dos quesitos do questionário de aferição, o que se traduz em 59,23% de resultado. Face ao aumento da meta, de 66,73% em 2020 para 69,62% no primeiro semestre de 2021, o desempenho decresceu 3,68 pontos percentuais em relação ao período anterior, de 88,76% para 85,08%, permanecendo em estágio de “atenção”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em que pese o decréscimo de desempenho, algumas ações para aprimoramento da governança institucional foram levadas a efeito no período:

1. Realização da reunião inaugural do Conselho de Governança: ocorrida em 22/03/2021, a primeira reunião do Conselho de Governança teve como pauta a apresentação do cronograma e da metodologia de elaboração do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026;

2. Avanço na identificação dos principais papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ: conclusão dos documentos relativos à Gestão de Riscos e Gestão de Contratações. Os documentos referentes à Gestão de Pessoas e Gestão de TIC, embora já consolidados, encontram-se em pendência de revisão e disponibilização ao tempo desta análise, razão pela qual pretende-se computar a conclusão do escopo mínimo apenas no próximo semestre. Vislumbra-se como necessária, ainda, a revisão do documento relativo à Gestão de Riscos, tendo em vista que, com a criação da Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos - ASGERI, vinculada à Diretoria-Geral, pela Resolução TRE-RJ nº 1173/2021, são esperadas alterações nos papéis e responsabilidades previstos no Regulamento Administrativo do Tribunal e nos normativos de gerenciamento de riscos;

3. Instituição do Comitê de Governança de Contratações: a minuta do ato normativo instituidor do CGovCON foi elaborada conjuntamente pelas unidades vinculadas à Diretoria-Geral (CPLAN, GABDG e ASJURI) como fruto de plano de ação decorrente da retomada das Reuniões de Análise Crítica (RACs) da DG. A instância interna de apoio à governança foi prevista na Resolução TRE-RJ nº 1119/2019 e sua formalização, até então pendente, deu-se através da publicação do Ato GP nº 150/2021, em 04/06/2021;

4. Estruturação das páginas dos Comitês e Comissões de apoio à governança no sítio eletrônico do Tribunal na internet: a medida visa conferir transparência e estimular o planejamento antecipado e o registro formal das atividades dos Comitês e Comissões.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Tendência de melhoria de resultados, considerando que há expectativa de que no segundo semestre de 2021 seja possível dar seguimento às ações mencionadas no campo anterior.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Realização da reunião inaugural do Comitê de Governança de Contratações;
- Estruturação das reuniões e atividades do Conselho de Governança.

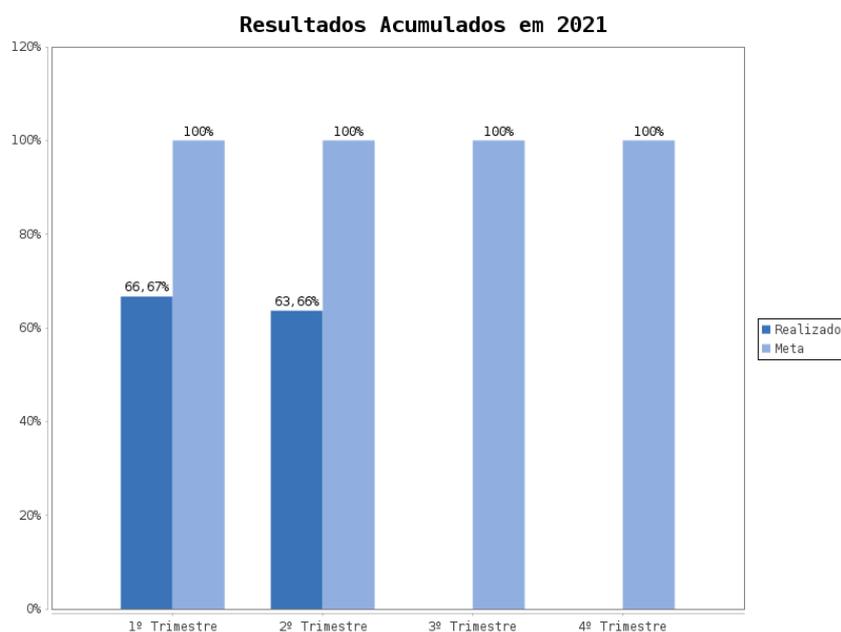
Riscos associados ao objetivo

- Tempo reduzido para a implementação dos quesitos ainda não plenamente adotados.

IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia

Insatisfatório

Desempenho do Período: 63,66%



Responsável: CPLAN.

Análise de contexto O indicador estratégico IE 23 (Índice de execução e monitoramento da estratégia) registrou 63,66% de alcance da meta estabelecida para o 2º trimestre de 2021, atingindo resultado insatisfatório no período.

Os indicadores de apoio do IE 23 tiveram o seguinte desempenho no período:

IA 62 (Índice de execução das iniciativas estratégicas) – 0% (Insatisfatório)

IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia) - 100% (Satisfatório)

IA 64 (Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica) – 90,98% (Satisfatório)

Em que pese o desempenho insatisfatório, cerca de 3 pontos percentuais abaixo do alcançado no 1º trimestre (66,67%), este ainda supera todos os percentuais trimestrais atingidos em 2020 (1º trim. - 33,33%, 2º trim. - 39,31%, 3º trim. - 49,48%, 4º trim. 45,42%).

Com relação às iniciativas estratégicas, o resultado e desempenho nulos do IA 62 repetem a performance obtida no 1º trimestre de 2021. A SEDINE, unidade responsável pela análise do IA 62, aponta como fator preponderante para tanto a redução ainda maior da composição do portfólio de projetos estratégicos, que ao final do período, após revisão do PDE pelo CGE em maio, contava com apenas 12 iniciativas estratégicas, o que dá um peso maior para cada etapa prevista para execução, em relação ao conjunto total de etapas para todas as iniciativas estratégicas.

Em relação às RAEs, cabe registrar que a 2ª RAE de 2021 foi realizada tempestivamente em 24/05, tendo o IA 63 alcançado, portanto, 100% de desempenho no período em análise. Na 1ª RAE 2019, que avaliou o resultado do 4º trimestre de 2018, foi aprovada a proposta de dispensa de análise para indicadores que tenham aferido desempenho satisfatório no trimestre e estejam com o status de indicadores controlados. O IA 63 apresenta resultado e desempenho de 100% desde o 1º trimestre de 2020 tendo atingido o status de "indicador controlado" e, portanto, sendo dispensado de análise.

Com relação às RACs, dando continuidade à retomada de desempenho iniciada no 1º trimestre do ano, o resultado do IA 64, se considerado somente o período de abril a junho, seria de 50%, isto é, 6 unidades de um total de 12 realizaram as RACs e publicaram tempestivamente seus planos de ação no Portal da Estratégia (DG, SAU, SGP, STI, SSG e EJE). Porém, como indicador é cumulativo, o resultado aferido foi de 37,50%, o que, em face da meta estabelecida (41,22%), resulta em 90,98% de desempenho. Ressalte-se a expressiva melhoria no indicador, se comparado com os números obtidos em 2020, quando foi profundamente afetado pelo cenário atípico decorrente da pandemia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos 1. Manutenção do contato da SEDINE, mesmo que de modo virtual, com os gerentes de projetos que tinham atividades previstas no período, a fim de dar o suporte possível no que fosse necessário para uma condução mais efetiva das iniciativas, diante das limitações impostas.

2. Diagnóstico aprofundado realizado no âmbito dos workshops de elaboração do Plano Estratégico 2021-2026 e levantamento prolífico de possíveis iniciativas estratégicas para composição do portfólio do PDE 2022-2024.

3. Realização tempestiva da 2ª RAE de 2021 em 24/05.

4. Aprovação pelo CGE na 2ª RAE de 2021, realizada em 24/05, da implantação da Reunião de Análise Crítica (RAC) na Presidência, VPCRE e SJD, no 2º semestre de 2021. Dessa forma, até o final deste ano, a RAC estará implementada em dez unidades, o que representa 83% do total de doze, o que aumenta a possibilidade do desempenho do IA 64 permanecer satisfatório nas próximas medições de 2021.

5. Implantação da RAC na Escola Judiciária Eleitoral (EJE), em cumprimento ao cronograma de implantação da RAC no 1º semestre de 2021, aprovado pelo CGE na 1ª RAE de 2021 (26/02).

6. Reforço na comunicação com as unidades quanto aos prazos de realização das RACs e publicação dos planos de ação através de alertas incluídos no Relatório de Avaliação do Desempenho da Estratégia referente ao 1º trimestre, na apresentação da última RAE e duas vezes encaminhado por mensagem eletrônica, assim como foi produzido e encaminhado pela SEGEST um vídeo lembrete.

7. Dilação do prazo para as unidades realizarem a RAC e publicarem o respectivo Plano de Ação no Portal da Estratégia, de 07/06 para 09/06, em razão do feriado de Corpus Christi e de dificuldades de agendamento decorrentes da realização dos workshops de formulação da nova estratégia institucional.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Sobre o IA 62, o cenário de contenção causado pela pandemia ainda gera incertezas sobre qualquer possibilidade de recuperação do indicador. Além do próprio monitoramento da pandemia, que ora parece arrefecer, ora parece piorar com a chegada de novas variantes, deixando em completa nebulosidade o caminho à frente, o principal desafio a ser enfrentado nos próximos seis meses será a construção do novo portfólio com base no cabedal de informações e sugestões levantadas durante o processo de formulação da estratégia 2021-2026.

Em relação ao IA 63, e a tendência é que em 2021 o indicador permaneça alcançando 100% de desempenho, não sendo previstas quaisquer dificuldades especiais para este exercício.

Em relação ao IA 64, o principal desafio a ser enfrentado nos próximos seis meses será a implantação das RACs em 3 novas unidades (PR, SVPCRE e SJD). Contudo, se obtido êxito, o desempenho do indicador poderá sustentar a tendência de melhoria ao final do ciclo estratégico.

Ante o exposto, são esperadas melhorias de desempenho para o IE 23 nos próximos 6 meses.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas1. Continuidade do reforço do prazo para as unidades publicarem seus respectivos planos de ação da RAC no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo1. Agravamento da pandemia e da situação de distanciamento social, o que pode impedir a retomada das iniciativas correntemente suspensas ou provocar a paralisação de outras iniciativas estratégicas.

2. Não haver um mínimo arrefecimento do distanciamento social a partir do 2º semestre 2021, em decorrência de atrasos na disponibilização de vacinação à população ou do espalhamento de variantes ainda mais contagiosas, frustrando até mesmo o cenário mais conservador admitido para a retomada de projetos importantes.

3. Oportunidade decorrente do fato de que os Assistentes de Grandes Projetos foram todos designados, o que enseja possibilidade de se construir uma sinergia maior entre estes, o escritório de projetos (SEDINE) e os patrocinadores.

IA 62 - Índice de execução das iniciativas estratégicas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.

Análise de contexto

O resultado para o trimestre foi mais uma vez nulo (0%), repetindo o que havia ocorrido no trimestre anterior, ficando porém mais distante ainda da meta trimestral a ser atingida, que seria de 63,05% para este período. Assim, por conta da não variação, em pontos percentuais, em relação ao primeiro trimestre, o grau de insatisfatório foi o obtido, em termos gerais de apuração. Se for estabelecida uma comparação com o mesmo período de 2020, quando ainda já havia um contexto bastante desfavorável de pandemia causada pela Covid 19, há uma diferença de 10 (dez) pontos percentuais, para menos, indicando piora no resultado apurado. Mais uma vez, é preciso levar em conta que a composição do portfólio de projetos estratégicos encontra-se ainda mais reduzida do que anteriormente, por conta da revisão ocorrida durante neste trimestre, após reunião do CGE em maio, que definiu a nova composição do portfólio presente no PDE 2.0. Isto dá um peso maior para cada etapa prevista na execução, em relação ao conjunto total de etapas para todas as iniciativas estratégicas. No contexto atual, ao final do trimestre só restavam 12 (doze) iniciativas para serem executadas até o final do ciclo estratégico.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Pelo fato de que o cenário marcado por restrições de mobilidade não sofreu alterações significativas, visto que não há ainda um controle pleno da pandemia advinda do Covid-19, a SEDINE vêm procurando manter, dentro das limitações impostas, contatos virtuais com os gerentes de projeto, a fim de dar o suporte possível no que for necessário para uma condução mais efetiva das iniciativas. Embora este não seja um ano marcado pelo calendário eleitoral, é o ano em que se construirá o novo planejamento estratégico do TRE-RJ, com impacto direto sobre as iniciativas que virão a compor este para os próximos anos. O trabalho de construção foi feito com o apoio de uma consultoria externa, através de workshops direcionados, onde se buscou mapear as necessidades da Instituição em termos de objetivos, indicadores e projetos, com registro das informações em uma solução de TI via Web específica para isso. Assim, ainda que os resultados obtidos não possam ser mensurados de maneira concreta de imediato, certamente este esforço de diagnóstico e proposição de iniciativas trará benefício ao longo dos próximos anos, quando se efetivar a realização do Plano Estratégico no TRE-RJ e se puder monitorar o desempenho das iniciativas previstas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A situação de pandemia ainda sem controle pleno, mesmo com o avanço da vacinação e manutenção dos protocolos sanitários, não permite vislumbrar uma melhoria significativa nos próximos meses na execução dos projetos estratégicos, por conta das restrições de mobilidade impostas. Contudo, deverá ser possível observar que, com a criação e ocupação plena das funções exercidas pelos Assistentes de Grandes Projetos, que já passaram por um ciclo básico de capacitação e foram posicionados na

gerência de alguns projetos estratégicos, se percebe uma melhoria qualitativa no uso da metodologia e dos documentos necessários ao gerenciamento de projetos do TRE-RJ, somado a um acompanhamento metodológico mais constante naquelas iniciativas há mais tempo em curso. Acrescente-se que com a finalização da formulação do Planejamento Estratégico para o TRE-RJ para o ciclo dos próximos anos, a construção de um novo portfólio de projetos estratégicos também poderá trazer etapas adicionais que terão impacto efetivo no indicador em questão .

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Ainda que o IA 62 seja recepcionado pela nova versão do Planejamento Estratégico, ou seja substituído por indicadores equivalentes, permanece a necessidade de uma gestão mais efetiva de cada uma das etapas previstas nos projetos componentes do Portfólio Estratégico do TRE-RJ, seja este o atual ou o futuro, enquanto resultado do novo Plano Estratégico em construção. Isto pode ser conseguido por meio de ações regulares de capacitação para os Assistentes de projetos e gerentes das iniciativas mais novas, aumento no esforço de integração entre o Escritório de Projetos e os Gerentes de Projeto, para que estes últimos possam adquirir maior familiaridade com o uso da metodologia e documentos usados no gerenciamento de projetos do TRE-RJ .

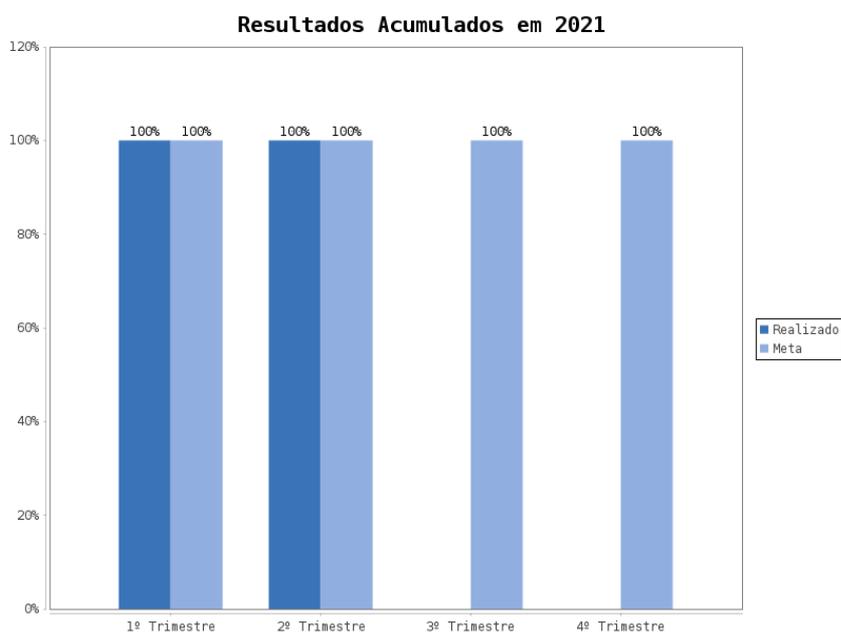
Riscos associados ao objetivo

Considerando-se o cenário externo, mais especificamente os condicionantes relacionados ao controle da pandemia Covid-19, é possível afirmar que o ambiente de riscos associado ao indicador deve ficar mais favorável do que no contexto atual, pela possibilidade de retomada do regime de trabalho presencial num horizonte mais próximo. Além das iniciativas que receberam autorização da Alta Administração para início no terceiro trimestre, outras que estavam com diversas etapas em atraso poderão ser retomadas, o que certamente terá impacto em resultados futuros, contribuindo positivamente para que se chegue mais próximo ou se alcance a meta prevista. Um outro risco, de natureza positiva, é o fato de que o grupo formado pelos Assistentes de Grandes Projetos, agora dedicados exclusivamente à função de gerentes de projetos estratégicos, deverão ter maior desenvoltura e familiaridade com a metodologia de gerenciamento de projetos utilizada no TRE-RJ, o que poderá ser traduzido em maior efetividade na condução das etapas previstas em cada projeto, com reflexo direto no resultado do indicador em questão.

IA 63 - Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGEST.

Análise de contexto

Na 1ª RAE 2019, que avaliou o resultado do 4º trimestre de 2018, foi aprovada a proposta de dispensa de análise para indicadores que tenham aferido desempenho satisfatório no trimestre e estejam com o status de indicadores controlados.

O IA 63 apresenta resultado e desempenho de 100% desde o 1º trimestre de 2020, tendo atingido o status de "indicador controlado" e, portanto, sendo dispensado de análise.

A 2ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) deste ano ocorreu no dia 24/05 e abordou as avaliações relativas ao 1º trimestre de 2021. Portanto, a RAE prevista no 2º trimestre do ano foi realizada dentro do prazo estabelecido no Ato GP nº 069/2020 (maio) e atendeu aos critérios relacionados na ficha técnica do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IA 64 - Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica

Satisfatório

Desempenho do Período: 90,98%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGEST.

Análise de contexto

Considerações Iniciais

A Reunião de Análise Crítica (RAC) tem por objetivo disseminar a estratégia no âmbito das diversas unidades e níveis hierárquicos, além de promover a gestão participativa. Dessa forma, com a realização sistemática das RACs, espera-se um maior alinhamento das áreas com o planejamento estratégico e uma melhor comunicação interna nos temas afetos à estratégia.

A periodicidade da RAC é trimestral, tendo como referência a ocorrência das RAEs (Reuniões de Análise da Estratégia). Portanto, cada unidade deve realizar um total de 4 RACs por ano. Para efeito deste indicador, considera-se um total de 12 unidades: PRES, VPCRE, EJE, COSOC, DG, SAD, SSG, STI, SJD, SGP, SAU, SOF.

O processo de realização das Reuniões de Análise Crítica (RAC) foi iniciado no segundo semestre de 2018, nas unidades DG (Diretoria-Geral) e SGP (Secretaria de Gestão de Pessoas). Em 2019, conforme cronograma elaborado pela Assessoria de Planejamento (atual CPLAN), ocorreu a implementação escalonada da RAC em mais 4 unidades:

SAU (Secretaria de Auditoria Interna), SSG (Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais), STI (Secretaria de Tecnologia da Informação) e SAD (Secretaria de Administração). **Análise de Contexto**

Para efeito de cálculo do indicador, contabiliza-se a realização da RAC no período considerando a publicação no Portal da Estratégia do Plano de Ação resultante da RAC da unidade. Cabe registrar que, conforme deliberado na 4ª RAE de 2019 (25/11/2019), os prazos para realização das RACs e publicação do plano de ação resultante da reunião passaram a ser de 2 semanas (14 dias) após a RAE.

Logo, tendo em vista que a 2ª RAE de 2021 foi realizada no dia 24/05, o prazo para a publicação do Plano de Ação era até o 07/06. No entanto, excepcionalmente foi autorizada a dilação do prazo de realização das RACs referentes ao 1º trimestre de 2021 e publicação dos planos de ação correspondentes, do dia 07/06 para o dia 09/06, conforme despacho da Diretoria-Geral no dia 31/05 (documento nº 1761991 do Processo nº 2021.0.000017699-5). A decisão foi embasada nos seguintes fatores:

- as unidades em que a RAC já foi implementada sinalizaram o conflito de agenda entre o período de realização das RACs previstas para a data de 07/06 e a ocorrência, na mesma data, do primeiro dia da oitava semana de Workshops para a elaboração do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026.

- as dificuldades de adiantamento das RACs previstas no dia 07/06 para a semana de 31/05 a 04/06, em vista do feriado de Corpus Christi e outros compromissos.

Assim, considerando que as unidades DG, SAU, SGP, STI, SSG e EJE publicaram seus respectivos Plano de Ação da RAC no Portal da Estratégia no dia 09/06, foram contabilizadas seis unidades que realizaram a Reunião de Análise Crítica no período em

análise. Com isso, o indicador atingiu o resultado de 50%, ou seja, de um total de doze unidades, seis realizaram a RAC e publicaram o Plano dentro do prazo. No entanto, considerando o valor acumulado, o IA 64 alcançou 37,50% de resultado, o que representa 90,98% da meta de 41,22% estipulada para o período, pois foram contabilizadas nove RACs (três no 1º trimestre; e, seis, no 2º trimestre), de um total de vinte e quatro reuniões previstas (doze, no 1º trimestre; e, doze, no 2º trimestre). Com relação ao mesmo período do ano anterior, o aumento foi expressivo, pois o IA 64 teve desempenho nulo no 2º trimestre de 2020, indicando que nenhuma unidade realizou a RAC.

Portanto, conforme previsto na última análise, o IA 64 permaneceu alcançando status satisfatório, consolidando em 2021 a efetiva melhora do indicador, que em 2020 havia apresentado resultado insatisfatório próximo a um desempenho nulo

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Na 2ª RAE de 2021, realizada no dia 24 de maio, o CGE aprovou a implantação da Reunião de Análise Crítica (RAC) na Presidência, VPCRE e SJD, no 2º semestre de 2021. Dessa forma, até o final deste ano, a RAC estará implementada em dez unidades, o que representa 83% do total de doze. Com isso, aumenta a possibilidade do desempenho do IA 64 permanecer satisfatório nas próximas medições de 2021.

2. No dia 31 de maio, foi realizada a primeira Reunião de Análise Crítica na EJE, em cumprimento ao cronograma de implantação da RAC no 1º semestre de 2021, aprovado pelo Comitê Gestor da Estratégia (CGE) na 1ª RAE de 2021, que ocorreu no dia 26 de fevereiro.

3. As unidades foram informadas do prazo para realizarem a RAC e publicarem seus respectivos planos de ação da RAC no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ, através das seguintes formas: tópico 7 (Informativos e Agradecimentos) do último Relatório de Avaliação do Desempenho da Estratégia (enviado no dia 17/05), última RAE (data: 24/05) e mensagem eletrônica (enviada no dia 18/05). A fim de reforçar o prazo de realização da reunião e publicação do Plano de Ação, a SEGEST/CPLAN enviou, no dia 28/05, mensagem eletrônica para as unidades com RAC implementada e, divulgou, no dia 07/06, um vídeo.

4. Dilação do prazo para as unidades realizarem a RAC e publicarem o respectivo Plano de Ação no Portal da Estratégia, conforme mencionado do tópico anterior.

Com relação aos resultados obtidos, a avaliação é que, com exceção da primeira, cujo impacto no indicador só será observado no próximo trimestre, as ações contribuíram diretamente para o desempenho satisfatório do IA 64 no 2º trimestre de 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que, no próximo trimestre, o indicador permaneça alcançando satisfatório. Conforme destacado no tópico “análise de contexto”, observa-se que as unidades efetivamente retomaram a realização da RAC neste ano. Além disso, a implantação da RAC em mais três unidades no 2º semestre contribuirá para que o indicador alcance as metas estipuladas neste ano.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Realizar as RACs por videoconferência, enquanto não for possível reunir presencialmente todos os gestores da unidade em um mesmo ambiente, devido ao cenário de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19.

2. Reforçar o prazo para as unidades publicarem seus respectivos planos de ação da RAC no Portal da estratégia na Intranet do TRE-RJ. A iniciativa mostrou-se efetiva no 2º trimestre e deverá permanecer sendo realizada pela SEGEST/CPLAN como ação contínua junto às unidades com RAC já implementada.

Riscos associados ao objetivo

1. Descumprimento do prazo para a realização da reunião e para a publicação do Plano de Ação.

2. Permanência das regras de distanciamento social. Considerando que o processo da RAC é relativamente novo permanece o desafio para as unidades com RAC implementada estruturarem as reuniões num ambiente virtual, através de videoconferência. Nesse cenário, cabe ressaltar que a dificuldade é ainda mais significativa para implementar as RACs nas demais unidades.

IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle

Atenção

Desempenho do Período: 86,99%



Responsável: SAU.

Análise de contextoNo 2º trimestre de 2021, o IE 24 alcançou 86,99% da meta estabelecida para o período, resultado idêntico ao aferido no 1º trimestre de 2021, permanecendo seu desempenho em status de atenção.

Merece destaque que, na 3ª RAE de 2020, realizada em 28.08.2020, aprovou-se proposta de suspensão do IA 69A, em razão da falta de confiabilidade dos dados extraídos do Portal BR. A prorrogação da suspensão foi aprovada na 1ª e na 2ª Reunião de Análise da Estratégia de 2021, enquanto o CGE não aprecia a proposta de desativar o indicador.

Assim, neste 2º trimestre, o resultado do IE 24 baseou-se nos outros quatro indicadores de apoio, dos quais apenas o IA 66 foi medido, permanecendo os demais com os valores apurados no 4º trimestre de 2020.

No que tange ao IA 66, conforme informado pela SEDEST, houve revisão das suas metas para o ano de 2021. Isso porque, a partir deste ano, a SEDEST passou a adotar, quando do desdobramento das metas, uma avaliação quanto ao superdimensionamento das metas.

Nesse sentido, o IA 66 foi considerado um indicador superdimensionado, haja vista que nunca atingiu 70% da meta para ele estabelecida. A revisão das metas foi realizada segundo o seguinte critério: (média dos valores de 2018, 2019 e 2020) + 50%.

Assim, segundo as novas metas definidas, o indicador alcançou 116,33% da meta estabelecida, atingindo desempenho satisfatório, mantidos aptos à medição 4 (quatro) dos 8 (oito) processos críticos identificados, ou seja, 50% dos processos críticos monitorados. Registre-se que não houve incremento no número de processos monitorados em relação ao trimestre anterior.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosEm relação ao monitoramento dos oito grupos de processos críticos selecionados pelo CGE para ser objeto de análise e melhorias, quatro encontravam-se aptos à medição no período: "Monitorar a Estratégia", "Monitorar a Execução Orçamentária", "Realizar Avaliação das Eleições" e "Fiscalizar Propaganda Eleitoral".

Segundo registrado pela SEDPRO, considerando os esforços da unidade na realização de diagnósticos e na execução dos projetos de melhoria de processos, todos os processos passíveis de monitoramento tiveram seu acompanhamento efetivado no período.

Consigne-se que houve a publicação dos Boletins de Processo no Portal da Estratégia de todos os processos monitorados pelo menos duas vezes, bem como seu desempenho avaliado, todavia não houve a medição dos 3 (três) indicadores dos processos "Monitorar a Execução Orçamentária", com periodicidade mensal de medição, tendo sido medidos 2 (dois) indicadores em abril e 1 (um) indicador em maio.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência é de manutenção do IA 66 acima de 100% nos próximos períodos de medição, sobretudo com a finalização dos projetos de melhoria dos processos "Julgar Prestação de Contas" e "Registrar Candidatos".

Como se trata do único indicador de apoio medido trimestralmente, haja vista a suspensão do também trimestral IA 69A, seu desempenho na próxima medição determinará a oscilação de desempenho do IE 24, embora a tendência seja de repetição do resultado, considerando que os valores dos indicadores de apoio acima de 100% são limitados a esse valor para evitar distorções.

Permanece o desafio no que concerne à operacionalização dos planos de trabalho no contexto da nova realidade trazida pela pandemia da COVID-19, o que demanda capacidade de adaptação a fim de superar as dificuldades que se apresentarem.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasComo apontado pela SEDPRO, a necessidade de desenvolvimento do trabalho em regime domiciliar trouxe novos desafios e, principalmente, inovações na forma de gestão do dia a dia e na execução dos projetos de melhoria.

O caminho adotado, e que deve ser mantido, relaciona-se com a avaliação constante da metodologia utilizada e a promoção dos ajustes necessários conforme a situação.

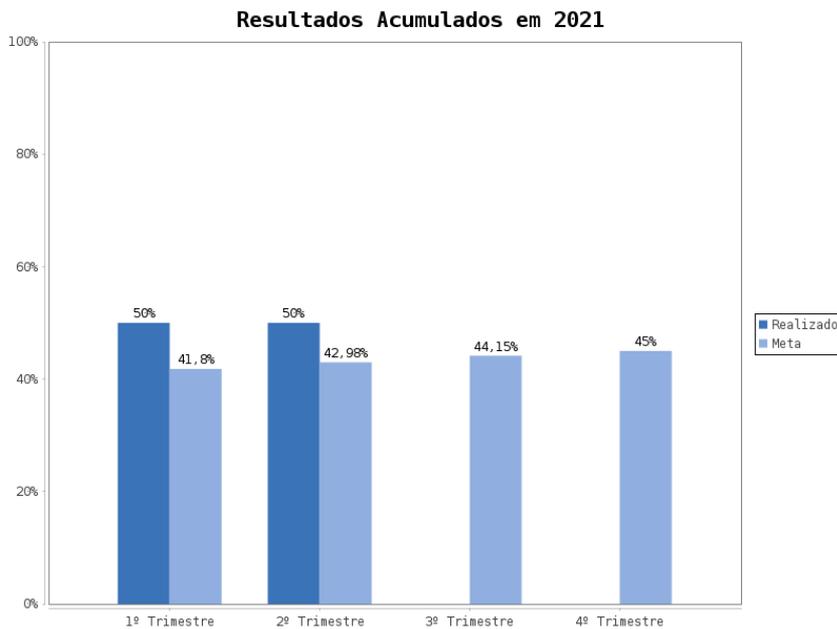
Outrossim, é necessário que os gestores dos processos críticos em monitoramento continuem envidando esforços no sentido de realizar a avaliação do desempenho dos processos nos prazos estabelecidos, com a publicação dos Boletins do Processo, e a medição de seus indicadores.

Riscos associados ao objetivoDevido ao novo contexto de trabalho, podem ocorrer dificuldades na execução dos planos de trabalho pelas unidades, o que pode impactar no resultado do IA66 quanto ao incremento de novos processos monitorados;Demandas externas podem impactar a realização dos planejamentos;Dificuldade no cumprimento dos prazos de execução dos trabalhos previstos na unidade de auditoria interna, o que poderá causar impacto na execução do PAA, em razão do reduzido quantitativo de pessoal e da complexidade de execução da auditoria de contas anuais.

IA 66 - Índice de processos críticos monitorados

Satisfatório

Desempenho do Período: 116,33%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDPRO.

Análise de contexto

Dos processos críticos para estratégia, 8 grupos, quais sejam: 1) Informar e orientar a sociedade sobre serviços prestados pelo TRE-RJ; 2) Fiscalizar propaganda eleitoral; 3) Julgar prestação de contas; 4) Planejar e avaliar as eleições; 5) Gerir a estratégia; 6) Contabilizar e controlar a execução orçamentária; 7) Contabilizar e controlar a execução financeira e 8) Registrar candidatos; foram selecionados em reunião realizada pelo Comitê de Gestão da Estratégia em 22/09/2017 para serem objeto de análise e melhorias. Considerando o fim do plano estratégico vigente, em dezembro de 2021, a unidade SEDPRO elaborou plano para execução de projetos de melhoria dos processos ainda não trabalhados até o momento.

Entretanto a permanência de alguns impactos sofridos pelas unidades do tribunal, em decorrência de pandemia, além do desenvolvimento de ações vinculadas à revisão do plano estratégico do Tribunal no primeiro semestre de 2021, afetou a execução do plano de trabalho desenvolvido pela unidade.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação ao monitoramento dos oito grupos de processos críticos, encontravam-se aptos à medição no período (2º trimestre de 2021) quatro: "Monitorar a Estratégia", "Monitorar a Execução Orçamentária", "Realizar Avaliação das Eleições" e "Fiscalizar Propaganda Eleitoral".

Considerando os esforços desta unidade na realização de diagnósticos e execução dos projetos de melhoria de processos, bem como, no monitoramento dos processos já estruturados (realizado por suas áreas gestoras com apoio da SEDPRO), todos os processos passíveis de monitoramento tiveram seu acompanhamento efetivado no período.

Em paralelo foram realizados trabalhos de estruturação do mapeamento de processos da COGED em resposta à achado de auditoria; identificação de melhorias, elaboração de RAD e alteração na base de conhecimento do "Priorizar Soluções de TIC" em conjunto com a unidade gestora indicada, apoio à STI no mapeamento de 6 processos internos em atendimento a recomendações de órgãos de auditoria externa. Além de finalização dos trabalhos de desdobramento da arquitetura de processos e elaboração da matriz de criticidade dos processos de negócio

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A finalização dos projetos de melhoria dos processos "Julgar Prestação de Contas" e "Registrar Candidatos", que neste momento de análise apresentam atraso na execução, indicam tendência de elevação no indicador para os próximos períodos de medição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A necessidade de desenvolvimento de trabalho em regime domiciliar trouxe novos desafios e, principalmente, inovações na forma como a gestão do dia a dia e a execução de projeto de melhoria. O caminho adotado pela unidade relaciona-se com avaliação constante da metodologia utilizada na gestão de processos e a promoção dos ajustes necessários considerando em cada situação.

Riscos associados ao objetivo

Considerando que todas as atividades desta SEDPRO envolvem a participação de outras unidades e considerando a manutenção das atividades em regime domiciliar, os desafios enfrentados em 2020 adentram em 2021 podendo causar atrasos e até minimizar os ganhos necessários ao indicador.

OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ

Insatisfatório

Desempenho do Período: 71,97%



Responsável: SSG.

Análise de contexto Período ainda sob os efeitos da pandemia, que pode começar a arrefecer com o avanço da vacinação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Conclusão da licitação para modernização do Data Center, projeto estratégico complexo e importante para o desenvolvimento de várias questões de TI, que teve um cronograma bastante prejudicado mas ultrapassou essa etapa bastante importante.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Desafio dos próximos 6 meses é conciliar ações estruturantes importantes, com as demandas de eleição que já começarão a ganhar certa urgência.

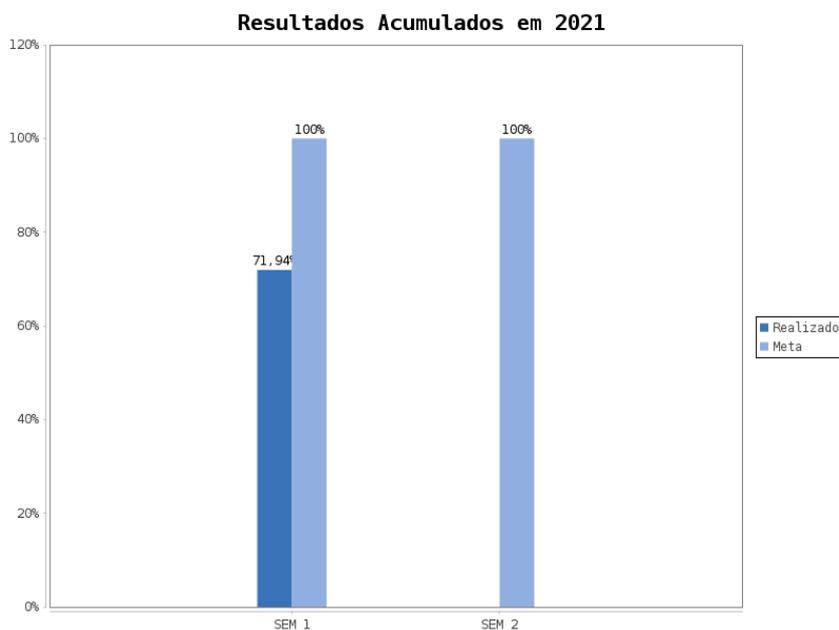
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A infraestrutura imobiliária sempre será o caminho crítico a ser percorrido pela SSG para a melhora do indicador no médio/longo prazo.

Riscos associados ao objetivo Riscos orçamentários.

IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura

Insatisfatório

Desempenho do Período: 71,94%



Responsável: COENG.

Análise de contexto O IE 25 é formado por 5 (cinco) indicadores de apoio:

IA 70A - Índice de unidades com instalações padronizadas;

IA 71A - Índice de unidades com instalações acessíveis;

IA 73A - Índice de unidades com condições adequadas de segurança;

IA 74A - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis; e

IA 75A - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados.

Dos indicadores de apoio supracitados, o IA 71 e IA 75 obtiveram desempenho satisfatório para o 1º semestre de 2021. O IA 75 atingiu 99,99% de alcance da meta e o IA 71 ultrapassou os 100% (113,28%).

O IA 70 apresentou uma porcentagem de 72,22% de alcance da meta, realizando 10,67 % para uma meta de 14,78% e o IA 73 realizou 75,84% de uma meta de 97,19%, o que significa 78,04% de alcance de meta. Portanto, o desempenho de ambos os indicadores foi considerado insatisfatório.

Já o IA 74 atingiu o percentual de 81,38 % de alcance da meta, realizando 66,29% para uma meta de 81,46%, sendo solicitada atenção quanto ao seu desempenho.

Diante dos dados, o indicador IE 25 apresentou um desempenho global de 86,33%.

Deve-se considerar que a precária infraestrutura imobiliária e sua grande pulverização e heterogeneidade prejudicam os procedimentos de padronização, conseqüentemente o IA-70. No entanto, a Resolução nº 1063/2018, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro tem contribuído significativamente para melhorar o desempenho do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Apesar de ainda estarmos sob forte impacto das restrições causadas pela Pandemia de Covid-19, neste semestre fizemos a mudança das quatro zonas eleitorais de São João do Meriti (88ª, 89ª, 186ª e 187ª) e também a 57ª ZE de Paraty, e isto se refletiu nos indicadores, já que todas as zonas eleitorais que vierem a ser instaladas em novos endereços, obrigatoriamente serão acessíveis (IA-71), padronizadas (IA-70), sustentáveis na medida do possível (IA-74) e compatíveis com o trabalho e serviços prestados (IA-75), já que as obras/serviços necessários para tal são negociados previamente com os respectivos proprietários.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Conforme supracitado, ainda estamos sob forte efeito da Pandemia do Covid-19, e ainda persistem inúmeras incertezas sobre o momento que poderemos retornar minimamente ao ambiente corporativo com normalidade, portanto,

qualquer análise ou previsão mais profunda, esbarra nesse cenário, e não nos parece adequado nos comprometermos com metas que acabem sendo impossíveis de serem cumpridas.

Entretanto, temos previsão para este segundo semestre, de realizarmos as mudanças das quatro zonas eleitorais de Bangu (24ª, 230ª, 233ª, 234ª e 238ª), já que o Sulacap Shopping solicitou o espaço ora ocupado por esta Justiça Especializada, das duas zonas eleitorais de Cabo Frio (96ª e 256ª) e das sete zonas eleitorais de São Gonçalo (36ª, 68ª, 69ª, 87ª, 132ª, 133ª e 135ª).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Cabe informar, que já está em curso no âmbito da SSG/COENG uma nova estratégia que visa melhorar muito a infraestrutura imobiliária, que consiste basicamente do agrupamento de vários cartórios de uma mesma região e/ou municípios em um único imóvel, com a instalação de Centrais de Atendimento ao Eleitor e Polos Permanentes, logicamente adaptados dentro uma padronização (IA-70), acessíveis (IA-71), sustentáveis (IA-74) e compatíveis com os trabalhos e serviços prestados (IA-75).

Desta forma, o que se pretende é diminuir, sensível e gradativamente, o número de imóveis, e conseqüentemente diminuir os custos de suas respectivas manutenções, primeiro porque as instalações estarão novas, portanto, não deverão demandar tantas manutenções corretivas, priorizando-se, desta forma, as manutenções preventivas, que poderão ser programadas dentro de um cronograma geral anual de manutenção, abrindo-se o caminho para a contratação da manutenção por serviço e não por postos de trabalho.

Outra estratégia que aliada à supracitada também irá contribuir de sobremaneira para a melhoria da infraestrutura deste Tribunal é passar a licitar todos os projetos e obras de engenharia de médios e grandes portes, deixando apenas os pequenos projetos e intervenções, para serem desenvolvidos pelas seções técnicas da COENG.

As duas estratégias juntas têm inúmeras outras vantagens, entre as quais podemos citar:

1. Diminuição do custo com manutenção, já que a SEMANT passará a atuar somente em pequenas intervenções, e assim poderá focar todos os seus recursos na manutenção preventiva, que também restará facilitada pela padronização, e, portanto, poderemos promover uma razoável diminuição dos postos de manutenção, liberando assim, recursos orçamentários para outras ações, como por exemplo, os projetos e obras de médios e grandes portes que passarão a ser licitados;

2. Com a implantação de novos polos permanentes, estaremos mitigando de uma única vez, um grande risco, e um grande problema, quais sejam:

a. O risco a ser mitigado é que passaremos distribuir as urnas eletrônicas por vários locais, diminuindo drasticamente o risco de ocorrência de sinistro que venha a danificar grande quantidade de urnas, comprometendo até a realização de uma eleição;

b. E o problema que também será mitigado é o de transporte das urnas para os polos, visto que as urnas já neles estarão, e os recursos economizados aqui poderão ser utilizados para prover os cartórios/polos de alternativas melhores para o transporte das urnas para os locais de votação;

c. Como ganho secundário, teríamos ainda um grande alívio nas atividades da SEGEIM em anos eleitorais, pois teria muito menos imóveis a alugar, ou mesmo nenhum, já que é do conhecimento de todos, que a locação de imóveis temporários para polos sempre é muito onerosa, trabalhosa e estressante.

3. Também como ganho secundário, mas não menos importante, ao esvaziarmos o prédio da Central de Armazenamento de Urnas Eletrônicas (CAUE), poderíamos transformá-lo num prédio totalmente administrativo, resolvendo assim o grave problema da taxa de ocupação nos edifícios da Sede.

Para corroborar as informações acima, atualmente estamos em fase de negociação para locação de imóvel que possa abrigar as 24ª, 230ª, 233ª, 234ª e 238ª Zonas Eleitorais de Bangu, além dos polos de Campo Grande e Santa Cruz, polos esses que recorrentemente nos trazem grandes desafios na obtenção de local apropriado, e desta forma, teremos mais dois polos fixos, atendendo todos os aspectos de padronização, acessibilidade, segurança, sustentabilidade e compatibilidade com os trabalhos e serviços desenvolvidos.

Também estamos aguardando que o Shopping Partage de São Gonçalo finalize a área de mall e de storage, para que possamos iniciar as adaptações com vistas a transferência das sete zonas daquele município, a qual deverá ocorrer até o final deste segundo semestre de 2021.

Com esta mudança o atual local que abriga parte das zonas eleitorais de São Gonçalo (Rua Feliciano Sodré, nº 153, Centro – São Gonçalo/RJ), por se tratar de imóvel cedido, passará a ser utilizado como Polo Fixo, resolvendo de forma definitiva a instalação de outros dois polos que mais nos causam dificuldade para locação (São Gonçalo e Alcântara).

Finalizando, informamos que para o próximo ano temos a intenção de obtermos imóveis adequados para promovermos a mudança das zonas eleitorais de Nova Iguaçu e Belford Roxo, além das já programadas e de menor impacto

Riscos associados ao objetivo O maior risco a que estamos sujeitos é o de não conseguirmos implementar as estratégias acima descritas e permanecermos na atual, que se mostra totalmente inapropriada e ineficaz.

Outro risco que não pode ser desprezado ainda é o de um recrudescimento da Pandemia, que jogará por terra todo e qualquer planejamento.

IA 70A - Índice de unidades com instalações padronizadas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 72,22%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.

Análise de contexto

O IA 70 é composto de outros cinco índices. São eles: IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis; IA 72 - Índice de unidades com mobiliário adequado; IA 73 - Índice de unidades com condições adequadas de segurança; IA 74 - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis e IA 75 - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados.

O IA 70 - Índice de unidades com instalações padronizadas, faz parte do IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura. Logo, o não atendimento deste item irá impactar diretamente o IE 25 e, conseqüentemente, o OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ.

O IA 70 - Índice de unidades com instalações padronizadas tem ligação direta com as determinações da Resolução nº 1063/2018 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e está alinhado com o objetivo - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ, previsto no Plano Estratégico do TRE-RJ.

Neste sentido a SSG/COENG vêm implantando nova Estratégia Imobiliária (EI) que visa não só mitigar diversos problemas encontrados para atendimento ao IA 70, mas também diversos outros de ordem administrativa e operacional.

Em síntese o que se pretende é implantar é significativo aumento no número de polos fixos, captando-se imóveis que possam abrigar várias zonas eleitorais de uma região ou município, além de um polo fixo para armazenamento permanente das urnas eletrônicas e uma CAE, que em anos eleitorais possa ser facilmente desmontada para aumento da área operacional do polo, e rapidamente remontada após os pleitos.

Desta forma, por serem imóveis maiores, as negociações para locação passarão, obrigatoriamente, pelo compromisso dos proprietários em executarem todas as intervenções que sejam necessárias, tais intervenções serão negociadas de forma que o atendimento aos Indicadores supracitados sejam totalmente contemplados. Assim, gradativamente, à medida da implantação da nova EI, os indicadores começarão a caminhar para as metas estabelecidas, sem que seja necessário utilizarmos os recursos internos deste TRE/RJ, que assim poderão ser utilizados nos outros imóveis que não poderão ser enquadrados na nova EI, seja porque estão instalados em Fóruns, Shopping Centers, prefeituras, ou qualquer outro impedimento.

Importante destacar que esta EI aparentemente poderá provocar um aumento no custo com locações, mas na realidade tal aumento não necessariamente ocorrerá, já que outros imóveis locados serão entregues, diminuindo assim o impacto orçamentário, ou até mesmo apenas compensando-se.

Além disso, há outras vantagens econômicas na implantação desta nova Estratégia Imobiliária que devem ser consideradas, a saber:

- Redução gradativa da necessidade de captação de imóveis para implantação de polos, que a cada ano mostra-se mais difícil e mais onerosa, e com isso significativa redução nas atividades nas unidades desta COENG (SEGEIM, SEFISC, SEPROJ e SEMANT), visto que as adaptações serão mais simples, e projetadas e instaladas apenas uma vez;

- Redução do número de imóveis a serem mantidos e mantidos, que por si só já é uma grande vantagem, em face da complexidade dos processos de pagamento das locações, que envolvem inúmeras unidades de várias secretarias;

- Padronização gradativa das instalações, já que as intervenções que serão realizadas nos imóveis captados serão projetadas dentro de padrões pré-estabelecidos, abrindo-se caminho para futura contratação de manutenção por demanda;

- Redução drástica com o custo de transporte de urnas para os polos, visto que a maioria já estará nos respectivos polos, isso sem falar na logística de tal transporte, que exige inclusive escolta policial;

Também não podemos descartar a possibilidade de conseguirmos mais recursos orçamentários para locações, considerando que haverá uma grande diminuição nos custos de locações para polos, já que cada vez mais teremos polos fixos.

Entretanto, o maior e mais importante objetivo desta EI é a de distribuir as urnas eletrônicas por vários locais distintos, de forma a mitigar os riscos de que um sinistro possa destruir um grande número delas, que poderia inclusive inviabilizar a realização de um futuro pleito.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Segundo os dados levantados, o índice avaliado foi insatisfatório, já que o desempenho no 1º semestre de 2021 foi de 10,67%, abaixo da meta de 14,78% prevista para o período. Informamos que no semestre em questão a aferição do desempenho do IA 70 também restou prejudicada por conta da pandemia, de modo que o quantitativo de unidades padronizadas não sofreu alteração, já que ainda não iniciamos o processo de mudança das ZE's de São Gonçalo, o que deverá ocorrer ainda neste ano.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A Resolução nº 1063/2018, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se o local para instalação levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento aos índices IA71, IA72, IA73, IA74 e IA75.

Neste contexto, o IA 75 se mostra o índice mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Portanto, a regra é que a área, as instalações elétricas e hidráulicas, a cobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano vem o IA 71 que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou fóruns novos. Nos demais imóveis raramente o IA 71 está integralmente contemplado, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação ou primeira locação é o momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário. Uma vez atendidas às exigências dos IA's 75 e 71 dificilmente haverá obstáculos para o atendimento aos IA's 72, 73 e 74.

Considerando-se a implantação da nova Estratégia Imobiliária da SSG/COENG já citada anteriormente, já identificamos algumas unidades pelas quais pretendemos implantá-la, que são em ordem de prioridade:

1. Todas as Zonas Eleitorais de Bangu (24ª, 230ª, 233ª, 234ª e 238ª), haja vista que o Sulacap Shopping, onde atualmente estão instaladas, solicitou o espaço e não dispõe de outro que possamos utilizar, então tal mudança se tornou urgente. Atualmente estamos em fase final da escolha do imóvel mais adequado, para então iniciarmos negociação com o proprietário com vistas não só ao valor do aluguel, mas também das obras e serviços que serão necessários, considerando o atendimento à todos os Indicadores supracitados;

2. Todas as Zonas Eleitorais de São Gonçalo (36ª, 68ª, 69ª, 87ª, 132ª, 133ª e 135ª), visto que o contrato foi assinado em 24/02/2021, e temos a expectativa de mudarmos as ZE's para o novo local até outubro próximo.

3. Todas as Zonas Eleitorais de Nova Iguaçu (27ª, 84ª, 156ª, 157ª, 158ª e 159ª), tendo em vista a solicitação da área ocupada por este Tribunal no Sulacap Shpping, a pesquisa imobiliária sofreu pequeno atraso, mas atualmente já temos alguns imóveis vistoriados, e estamos analisando aqueles que melhor podem servir às nossas necessidades, para então negociarmos com os proprietários as obras e serviços necessários, além dos respectivos aluguéis, para então escolhermos o que mais vantagens trará a este Tribunal, para prosseguirmos com a locação.

4. Todas as Zonas Eleitorais de Belford Roxo (152ª, 153ª, 154ª e 155ª), essa ação ainda não foi iniciada também por conta da situação de Bangu, mas pretendemos iniciar a pesquisa imobiliária já no início do próximo ano.

Logicamente devemos considerar que neste ano ainda estaremos trabalhando sob o impacto das restrições impostas pela pandemia da Covi-19, portanto, que limitou e ainda limita significativamente nossa capacidade operacional, nem sempre por questões operacionais nossas, mas sim externas.

Também fica claro que outras ações semelhantes deverão surgir nos próximos anos, e serão acrescentadas à lista acima, podendo inclusive vir a alterar as prioridades, mas tudo isso será relatado nas próximas análises.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1063/2018, recomenda-se a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ.

A nova Estratégia Imobiliária (EI) proposta pela SSG/COENG e já amplamente citada anteriormente, vai justamente ao encontro das diretrizes das Resoluções supracitadas, pois estaremos promovendo a concentração da nossa estrutura imobiliária, e paralelamente também realizando a padronização de suas instalações.

Riscos associados ao objetivo

Um dos grandes riscos associados ao objetivo é a precária infraestrutura existente, especialmente naqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, da capilaridade e falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ que tornam complexas as adequações, e em alguns imóveis não são sequer possíveis, portanto, o atendimento a todos os indicadores, passarão, necessariamente, pela mudança de algumas ZE's, que passarão pelo mesmo protocolo já citado acima, botando a carga do proprietário as obras e serviços com vistas ao atendimento a todos os indicadores.

Justamente com vistas à mitigação deste risco, é que a SSG/COENG vêm implantando a nova Estratégia Imobiliária como citado acima, pois à medida que novos imóveis forem sendo captados, já serão modificados e adaptados de forma a atenderem a todos os indicadores formadores do IA 70, e com isso, gradativamente, ir melhorando os indicadores IE 25 e OE 09.

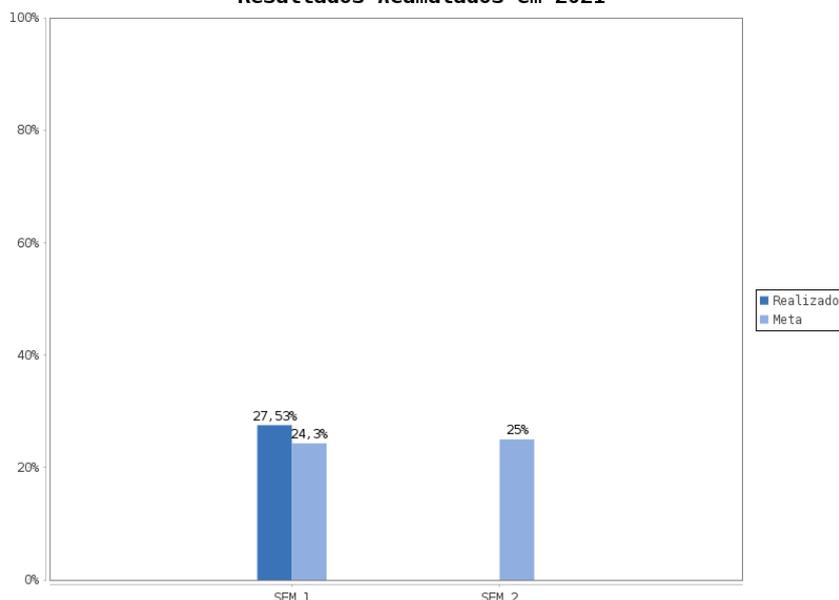
A descentralização das responsabilidades e uma possível falha de comunicação entre as unidades que medem os Índices de Apoio IAM 71, IA 72, IA 73, IA 74 e IA 75 que compõem o IA 70 são riscos para o cumprimento das metas, e talvez deva ser estudada uma forma para mitigação de tal risco, já que o comprometimento do IA 70 também acarretará o comprometimento do IE 25, e conseqüentemente do OE 09 também.

IA 71A - Índice de unidades com instalações acessíveis

Satisfatório

Desempenho do Período: 113,28%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROJ.

Análise de contexto

O IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis compõe o IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura. Logo, o não atendimento deste item irá impactar diretamente o IE 25 e, conseqüentemente, o OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ.

O desempenho do IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis tem ligação direta com:

(A) as determinações da Resolução nº 1063/2018 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro;

(B) com o projeto de Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais (protocolo nº 76321/2013), sobrestado por decisão administrativa; e

(C) com os procedimentos de instalação implementados pela SEMANT, tais como barras de apoio, corrimãos e equipamentos sanitários.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Segundo os dados levantados, o índice avaliado foi satisfatório, mostrando um desempenho de 27,53% no primeiro semestre de 2021, dentro da meta de 24,30% prevista para o período, atingindo um total de 1 prédio administrativo, 2 polos eleitorais permanentes e 46 zonas eleitorais com instalações acessíveis, com a inclusão, neste semestre, dos polos eleitorais permanentes de Angra dos Reis e Duque de Caxias e dos cartórios de São João de Meriti (88ª, 89ª, 186ª e 187ª) e Paraty (57ª).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1063/2018, a tendência é a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ.

Um dos grandes problemas é a precária infraestrutura existente, especialmente daqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, a pulverização e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam complexas as adequações.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Para progredir satisfatoriamente em relação às metas deve-se focar na infraestrutura e na transferência daqueles imóveis que agregam o maior número de unidades do TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo

A realidade atual da unidade responsável pelo indicador, com um quantitativo insuficiente de servidores para aperfeiçoar processo de padronização e para gerenciar as adequações das unidades do TRE-RJ, assim como a grande quantidade de imóveis

ainda existentes não passíveis de adequação decorrentes do longo tempo sem políticas de transferências para imóveis acessíveis, são riscos para o cumprimento das metas.

IA 72A - Índice de células de atendimento biométrico com mobiliário ergonomicamente adequado

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COMAP.

Análise de contexto

O agravamento da pandemia no primeiro semestre de 2021 provocou o atraso na instrução do procedimento licitatório de registro de preços destinado à aquisição do mobiliário que compõe as células de atendimento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A homologação dos itens que compõem o mobiliário foi realizada nos dias 21/06/2021 e 06/07/2021, já tendo sido iniciadas, respectivamente, a instrução dos primeiros pedidos dos itens já registrados e a preparação para a formalização das atas dos itens com homologação tardia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio, diante das incertezas decorrentes da pandemia, relaciona-se à definição (em andamento) e à execução tempestiva do cronograma de substituição das células nos cartórios eleitorais. Contudo, a expectativa é que a meta de 40% estipulada para o segundo semestre seja alcançada.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Intensificar a conscientização de todas as Unidades envolvidas da necessidade de priorização das atividades referentes à distribuição e instalação das novas células nos cartórios.

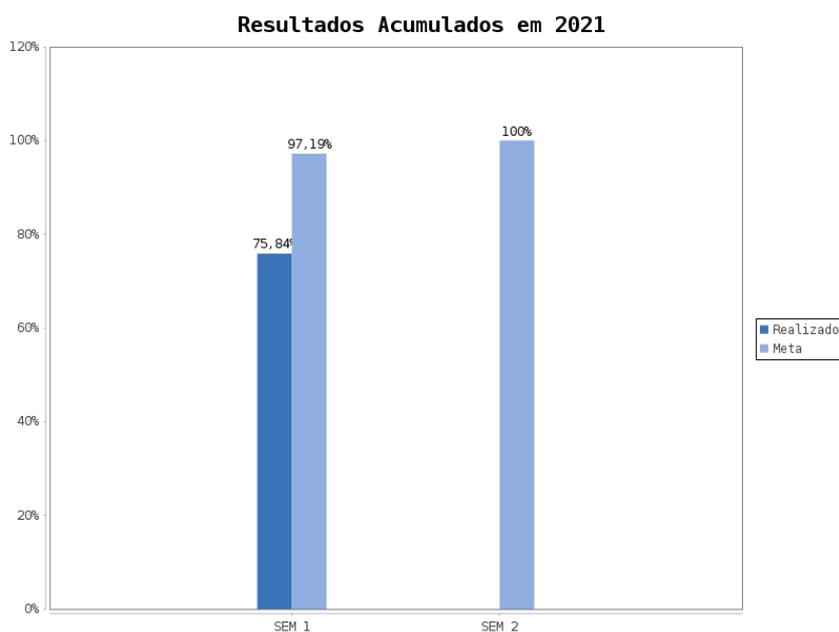
Riscos associados ao objetivo

O risco maior, no presente momento, refere-se à entrega tempestiva e conforme, pelos fornecedores, dos materiais adquiridos. Eventuais atrasos na entrega ou inexecuções parciais ou totais podem inviabilizar o cumprimento da meta estabelecida.

IA 73A - Índice de unidades com condições adequadas de segurança

Insatisfatório

Desempenho do Período: 78,04%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASEGUR.

Análise de contexto

O desempenho não foi alcançado pois a meta do indicador que era 80% foi projetado para 97,19%. Aumentamos a meta para melhor atender as Zonas Eleitorais mas em função da Pandemia Covid 19, algumas ações de incremento na segurança das unidades, em especial no que diz respeito ao reforço no policiamento, não puderam ser concretizadas ante as dificuldades que todos os órgãos públicos experimentaram, em especial a PM do Estado do Rio de Janeiro.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Outras ações como a melhoria das instalações, entretanto, puderam ser efetivadas, o que aumentou o número de Zonas Eleitorais melhor atendidas em relação a última medição, a despeito das dificuldades que se apresentaram no período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a expectativa positiva do arrefecimento na pandemia, considerando a vacinação de boa parcela da população, e com vistas ao pleno funcionamento das unidades, entendemos ser possível melhorar os índices para alcançar as metas estabelecidas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Incrementar o aumento do policiamento ofertado pelos órgãos de segurança pública e alocar, quando possível, as unidades em locais mais seguros estruturalmente.

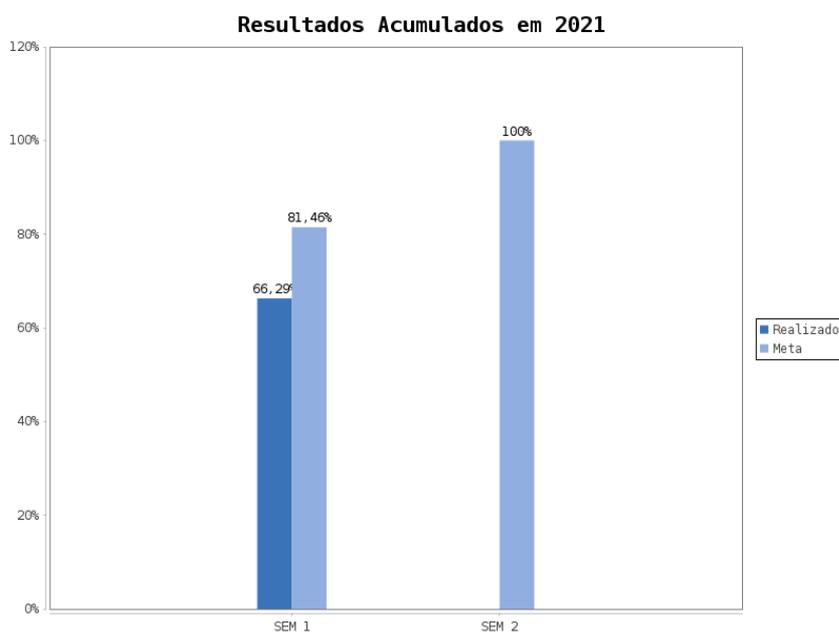
Riscos associados ao objetivo

Manutenção das condições ruins de pandemia que hoje ainda se apresentam.

IA 74A - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis

Atenção

Desempenho do Período: 81,38%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEMANT.

Análise de contexto

Este indicador está com status **ATENÇÃO**, por alguns motivos:

1. Não há estoque de torneiras com fechamento automático, nem de lâmpadas LED, elementos fundamentais para o cumprimento da meta
2. A aquisição das lâmpadas LED estão em fase final de contratação através dos processos SEI nº19120-0/2021 e 2067200/2021;
3. A aquisição das torneiras automáticas está tramitando no processo SEI nº 53930-7/2020,
4. Importante ressaltar que a substituição destes elementos deverá ser feita ao mesmo tempo, não só por questões de logística, evitando-se mais de uma ida a cada local para este fim, mas por questões do próprio objetivo, pois o enquadramento de um local como **SUSTENTÁVEL**, passa obrigatoriamente pela substituição de todos os elementos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

tramitação dos processo de aquisição LED:

19120-0/2021 e 20672-0/2021 (elétrica e lógica):

Início em 23/04/2021. O processo está em fase de cotação de preços

tramitação dos processo de aquisição torneiras automáticas:

53930-7/2020

entregues em 28.06.20 20 unidades

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a recente chegada das torneiras automáticas(20 unidades), 28.06.2020, daremos início as substituições, obedecendo ao planejamento da Seção

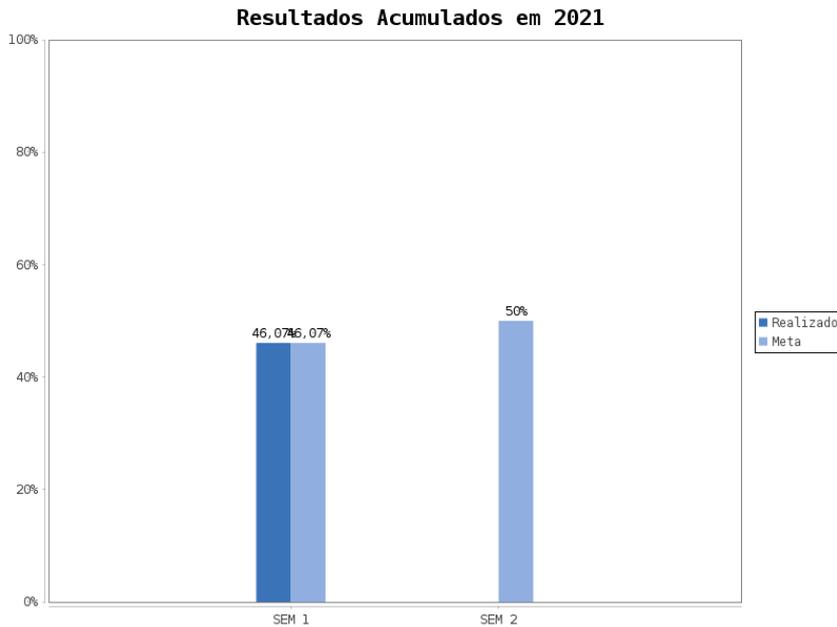
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

Fator que vem impactando negativamente para que a SEMANT possa atuar com maior eficiência, é o fato de que, não raramente, os fornecedores de materiais, contratados pela modalidade de Registro de Preços, não conseguem nos atender no prazo estabelecido, ou pior, simplesmente não entregam os materiais, alegando que a crise econômica alterou os preços, e assim não conseguem nos entregar os materiais pelos preços registrados

IA 75A - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados

Satisfatório Desempenho do Período: **99,99%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEFISC.

Análise de contexto

Análise durante período de pandemia, o que pode ter afetado cronograma de mudanças e intervenções visando a melhorias. Ressalvo que esta unidade apenas informa sobre o estado de conservação dos imóveis, sem interferir diretamente nas ações corretivas, portanto não cabe informar se ocorreu ou não algum impacto.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Transferência de Paraty e São João de Meriti para novos imóveis adequados e acessíveis.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Estabilidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

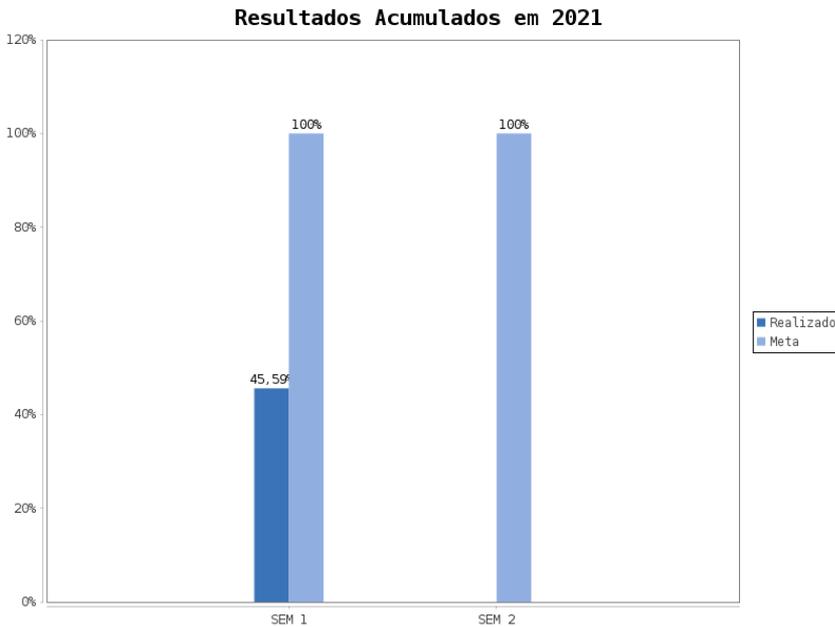
Incremento de uma equipe de vistoria (técnicos em edificações e eletricidade terceirizado) permitiria vistoriar os imóveis com intervalos adequados. Atualmente as informações são baseadas em relatórios de vistorias motivadas por outras demandas, uma vez que não é possível com a equipe atual programar vistorias especialmente dedicadas para informar sobre o estado de conservação. Algumas unidades foram vistoriadas pela última vez há mais de 5 anos, portanto possivelmente houve alterações não consideradas na análise.

Riscos associados ao objetivo

Dificuldade de promover as melhorias necessárias nos imóveis, especialmente devido à grande variedade de soluções construtivas utilizadas e escassa equipe na Coeng para contratar todas as soluções necessárias.

IE 26 - Índice de eficiência da gestão da infraestrutura imobiliária

Insatisfatório Desempenho do Período: 45,59%



Responsável: SSG.

Análise de contexto Período de análise ainda bastante influenciado pelos efeitos da pandemia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram implementadas melhorias nos processos de compra de material, que vem permitindo a manutenção de estoque mais adequados. Vem sendo implementado também um mecanismo para mensurar o valor de custo de cada uma das ordens de serviço abertas no CONSEG. O incremento desses dados, aliado ao projeto do diagnóstico dos imóveis tende a produzir melhora na quantificação e qualificação das compras e contratações relacionadas à gestão imobiliária e de infraestrutura.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) O retorno ao trabalho presencial tende a produzir maior demanda por manutenção da infraestrutura imobiliária, que pode se demonstrar como uma demanda represada.

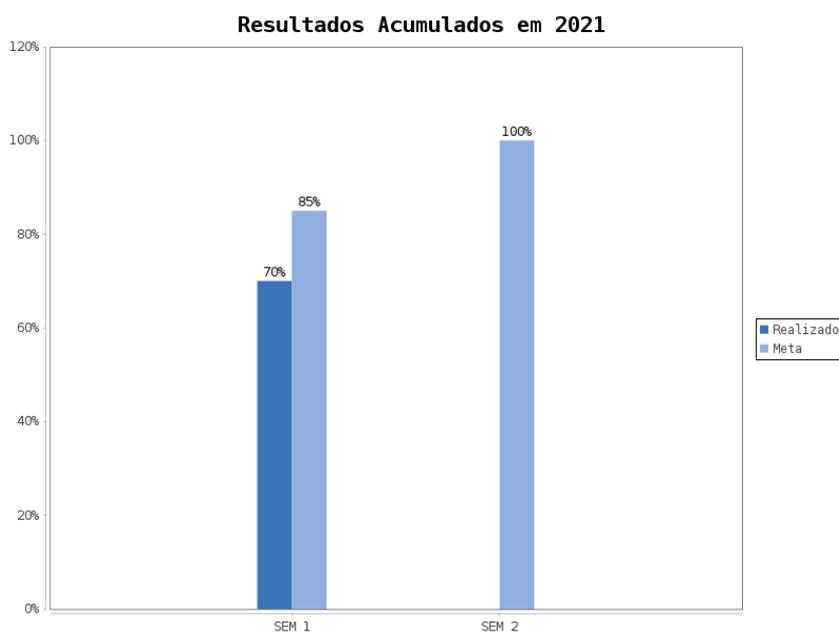
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A conclusão do projeto de diagnóstico imobiliário tende a produzir melhora nas manutenções preventivas, o que facilita muito a gestão já que as comprar de material ficam mais corretas e mão-de-obra terceirizada poderá apresentar um cada vez menor ociosidade.

Riscos associados ao objetivo Restrições orçamentárias para realizar as transferências de imóveis necessárias.

IA 76 - Índice de desenvolvimento do modelo de gestão imobiliária

Atenção

Desempenho do Período: 82,35%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SSG.

Análise de contexto

Indicador está sendo analisado num momento em que a pandemia de COVID 19 dá sinais que será superada mas o desafio ainda continua.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Com a melhora na pandemia, transferências puderam ser finalizadas, com considerável melhora nas estruturas dos Municípios de Paraty e São João de Meriti.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Demandas urgentes de transferência são os principais problemas para o semestre. Por outro lado o projeto diagnóstico da instalações caminha para uma conclusão antes do prazo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A contínua busca por racionalidade da estrutura, com a diminuição do número de imóveis e melhor da infraestrutura daqueles que permanecerão ocupados.

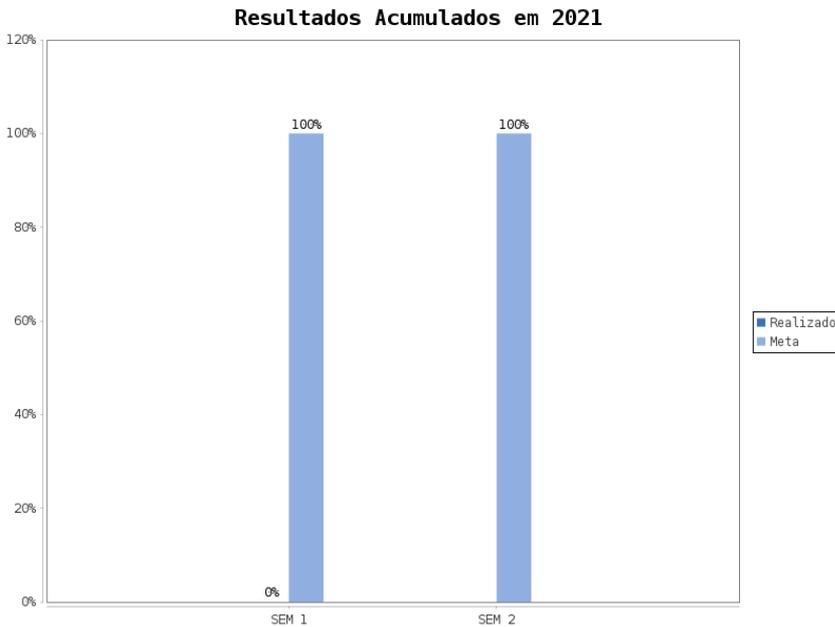
Riscos associados ao objetivo

Falta de oferta de imóveis adequados ao nosso perfil de locação e a falta de orçamento.

IA 77A - Índice de execução do plano de obras

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.

Análise de contexto

"O Plano de Obras contempla 4 (quatro) iniciativas: 1. Contratação de empresa para execução de obra para instalação de sistema de combate a incêndio e pânico nos edifícios Sede do TRE-RJ em 2021; 2. Contratação de empresa para execução da reforma das subestações e das instalações elétricas no Núcleo Administrativo do Caju em 2020/2021; 3. Contratação de empresa para execução de reforma de parte do muro do Núcleo Administrativo do Caju em 2020; 4. Contratação de empresa para execução da obra de reforma e recuperação das fachadas frontal e posterior do edifício 194 da Sede do TRE-RJ em 2020 e contratação de empresa para execução da obra de reforma e recuperação das fachadas frontal e posterior do edifício 198 da Sede do TRE-RJ em 2021; Cada iniciativa está dividida em 4 (quatro) etapas: 1. Projeto Básico; 2. Projeto Executivo e orçamentação; 3. Obra licitada; 4. Obra executada e recebida;

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Atualmente nenhuma das quatro iniciativas concluiu a primeira etapa referente à conclusão do Projeto Básico, portanto, o desempenho do índice é de 0%.

Entretanto, devemos considerar o forte impacto negativo provocado pelas restrições impostas pela Pandemia da Covid-19, visto que inúmeras ações tiverem que ser adiadas, sem previsão de quando poderão ser reiniciadas.

Importante ressaltar também o grande impacto negativo causado pelo constante surgimento de pequenas intervenções em caráter de "urgência" e algumas de "emergência", tais como renovações de contratos que necessitam de várias pesquisas, e que causam a paralisação dos grandes projetos em andamento, prejudicando assim seu desenvolvimento, já que estes requerem uma dedicação quase exclusiva, e não temos efetivo suficiente para executar as pequenas intervenções, sem paralisar as grandes.

Isto já foi identificado pela COENG, e mais adiante, serão informadas as ações que já estão em curso, com vistas a eliminar, ou ao menos mitigar tais problemas, sem alterar significativamente o efetivo da Coordenadoria.

Os projetos do Muro e Elétrica do Caju estão sendo realizados com recursos próprios e encontram-se ainda na fase de elaboração de Projeto Básico, cujos Estudos Técnicos Preliminares em fase de tramitação, esperamos em breve poder tramitar os respectivos Projetos Básicos, enquanto os Projetos das Fachadas e de Combate a Incêndios da Sede serão fruto de contratação de empresa para suas respectivas elaborações, cujo Termos de Referência já está em elaboração, dentro da nova estratégia para desenvolvimento de projetos, a qual será mais bem explicada adiante.

Há de se destacar, que o projeto de combate a incêndios já tem projeto aprovado junto ao Corpo de Bombeiros Militar do RJ (CBMRJ), desenvolvido pela Empresa Kitfire Tecnologia em Sistemas de Incêndio Ltda-EPP, que, entretanto não cumpriu

integralmente o contrato nº 30/2018, e inclusive recebeu severa punição, fato este que gerou a necessidade de nova contratação para conclusão dos trabalhos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Esta análise restou prejudicada ainda em face das restrições impostas pela Pandemia da Covid-19, e diante deste quadro, é que o desempenho do objetivo permaneceu inalterado.

Neste momento, estamos envidando esforços para implantação de novos protocolos e processos de trabalho visando à melhoria do desempenho futuro, conforme descrito no próximo item.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Neste exercício a COENG implantou um novo protocolo de ações com vistas à execução de projetos, obras ou serviços de engenharia, que envolvam intervenções de médios e grandes portes, que em síntese consistirá na contratação (licitação) dos projetos, envolvendo aí todos os elementos necessários à futura contratação das obras ou serviços (DOD, EP, PB, TR, etc).

Desta forma, as equipes da SEPROJ e SEFISC, ficarão responsáveis apenas pela elaboração dos projetos das pequenas intervenções, e logicamente também pela fiscalização dos contratos dos projetos, dos serviços e obras de maior porte.

Como ganho secundário, mas não de menor importância, a SEMANT passará a ficar responsável apenas pelas intervenções de pequeno porte, e assim, poderá focar e destinar seus recursos na MANUTENÇÃO, que é seu objetivo principal.

Lembrando, que nesta situação, poderemos inclusive promover significativa redução nos custos do contrato de postos de manutenção, liberando assim recursos orçamentários para as contratações supracitadas.

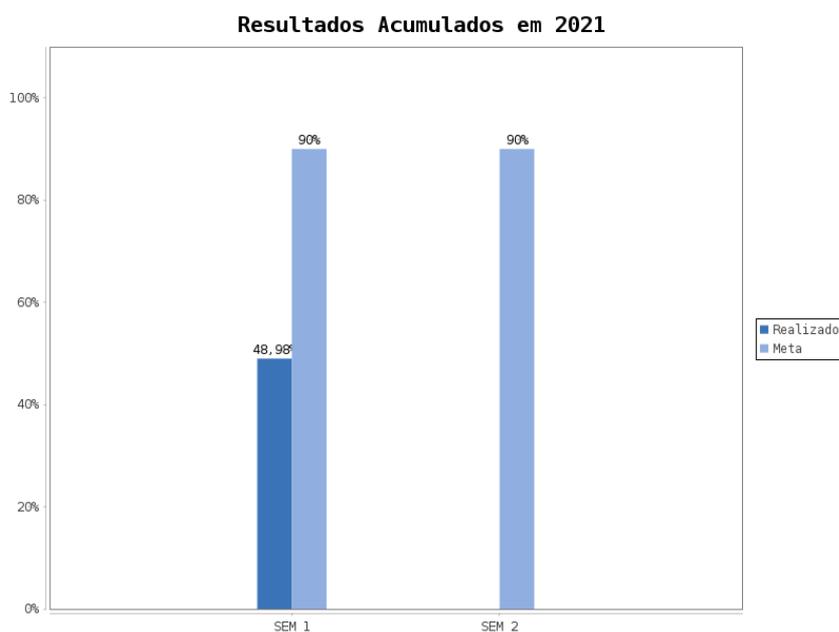
Riscos associados ao objetivo

O maior risco que podemos identificar de imediato é que se não conseguirmos implementar o novo protocolo acima citado, continuaremos no modelo atual, que, claramente, não se mostra adequado, já que não dispomos de mão de obra em quantidade suficiente para desenvolver tantas ações concomitantemente, e também carecemos de algumas especialidades de engenharia que fazem muita falta, entre as quais podemos citar: Engenheiro Mecânico e Engenheiro de Segurança.

Também não podemos desprezar os riscos relativos às restrições impostas pela Pandemia, pois como já afirmado acima, permanecem inúmeras incertezas quanto ao retorno das atividades presenciais, o que por si só, já causa grandes dificuldades para conclusão de algumas etapas, principalmente as que envolvam análises e discussões de projetos, que ficam muito prejudicadas se não forem presenciais, na realidade ficam praticamente inviáveis, pois as soluções tecnológicas que dispomos não nos permitem realizá-las com um mínimo de qualidade para tomada de decisões tão importantes.

IA 78 - Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações

Insatisfatório Desempenho do Período: 54,42%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSSG.

Análise de contexto

O presente indicador demonstra o desempenho do Tribunal na execução das contratações de infraestrutura propostas para 2021.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O desempenho do IA 78 (Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações) foi insatisfatório no primeiro semestre de 2021.

Para esse período, 49 contratações estavam planejadas e 24 foram concretizadas, sendo que 4 delas não constavam do planejamento e foram, posteriormente, validadas pela Administração.

Além dessas, embora não tenha sido considerada no cômputo, também foi formalizada 1 contratação que estava prevista para o 1º dia do 2º semestre.

Merecem registro algumas situações particulares que, apesar de necessárias, e até, em sua maioria, positivas para o Tribunal, distorceram o resultado da medição: 10 contratações para aquisição de materiais foram dispensadas, em virtude da evolução irregular do estoque no período, e 2 contratações de serviços foram dispensadas em razão de ineficácia na prestação dos serviços, passando a fazer parte do escopo do próximo contrato de postos de manutenção predial; 3 contratações tiveram a data de planejamento alterada para o 2º semestre.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em razão dos itens que se encontram em fase de conclusão, esperamos alcançar um melhor desempenho do indicador na medição do próximo semestre.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A continuidade do processo de monitoramento do Plano de Contratações, pelos gestores, e o acompanhamento mensal das contratações em atraso.

Riscos associados ao objetivo

A data limite da fase de planejamento de algumas contratações, previstas para o primeiro semestre, ocorre no ano anterior. Algumas delas, inclusive, são anteriores à própria elaboração do Plano de Contratações, para as quais as unidades tomam ciência meses após terem sido estabelecidas.

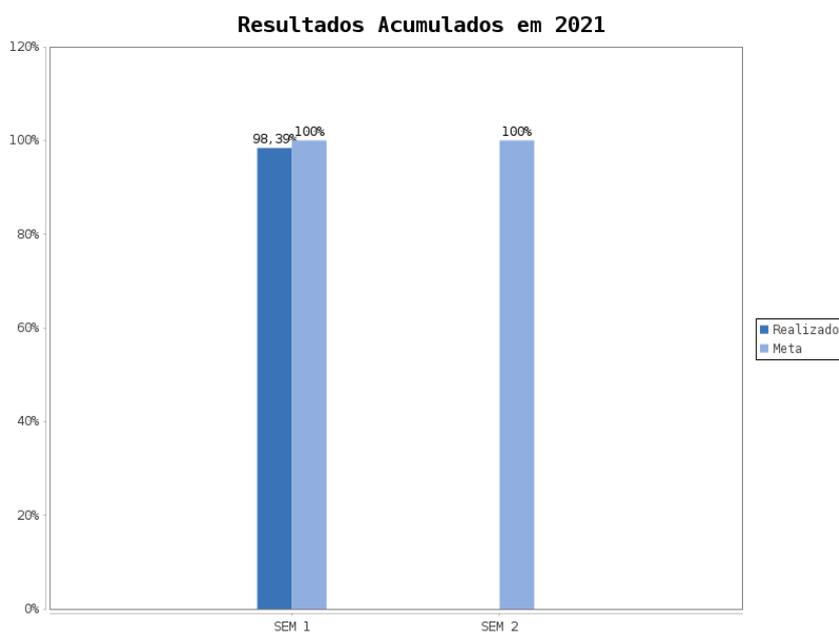
Além disso, como as eleições 2020 e todo o seu processo de desmobilização se estendeu até o início de 2021, suas atividades, bem como todas as adversidades inerentes à pandemia, dificultaram a formalização tempestiva de diversos processos de contratação.

Em relação às compras de materiais de consumo, este ano a COENG implementou uma nova forma de gestão do estoque e elaboração dos pedidos de aquisição, o que alterou a sincronia de execução em relação ao PAC, que já estava estabelecido. Esperamos que, no próximo ano, essa medida traga um impacto positivo na aderência ao planejamento.

IE 27 - Índice de atendimento às demandas de serviços

Satisfatório

Desempenho do Período: 98,39%



Responsável: SSG.

Análise de contexto A medição e análise acontecem num contexto em que os indicadores da pandemia estão arrefecendo com o avanço da vacinação. No entanto, há que se considerar que o trabalho presencial ainda bastante reduzido contribuiu para a diminuição de algumas demandas, o que permitiu que passivos fossem atacados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Intensificação das ações de manutenção preventiva e de coleta de dados para avanço do projeto de diagnóstico da estrutura de imóveis.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) O período à frente trás a perspectiva de aumento de demandas de manutenção com a retomada do trabalho presencial de forma mais intensa e o desafio é manter o nível de agilidade e efetividade dos atendimentos

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A diminuição da quantidade de imóveis atualmente ocupados, com substituição por espaços maiores e de melhor infraestrutura tendem a fazer com a que a pressão sobre os serviços de manutenção e transporte sejam menores.

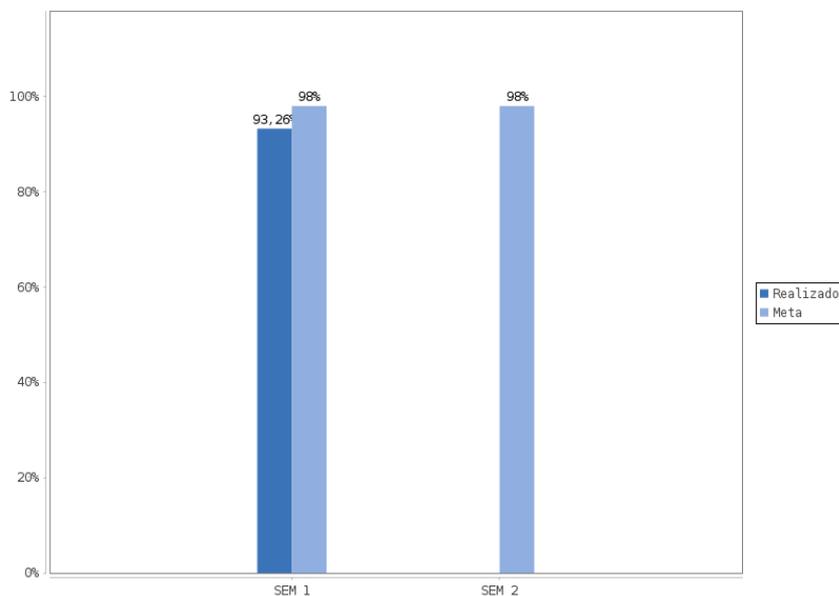
Riscos associados ao objetivo Restrições orçamentárias.

IA 79 - Índice de atendimento à demanda de manutenção da Sede

Satisfatório

Desempenho do Período: 95,16%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEMANT.

Análise de contexto

A sede possui uma situação específica , com equipe própria de manutenção, sem necessidade de deslocamento para atender as demandas, fato que contribui para um atendimento mais rápido.

O PRIMEIRO semestre de 2021 já apresenta um percentual bem acima do esperado, 93,26%, com a adaptação ao cenário COVID 19.

É importante ressaltar que mesmo com um resultado satisfatório, ainda não foi suficientemente adequado para atingirmos os 98%, percentual exigido, visto que ainda enfrentamos severos problemas, como perda de profissionais, expediente suspenso devido ao Covid 19,e a demora na entrega de materiais, impactando negativamente o índice, o qual vamos continuar perseguindo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

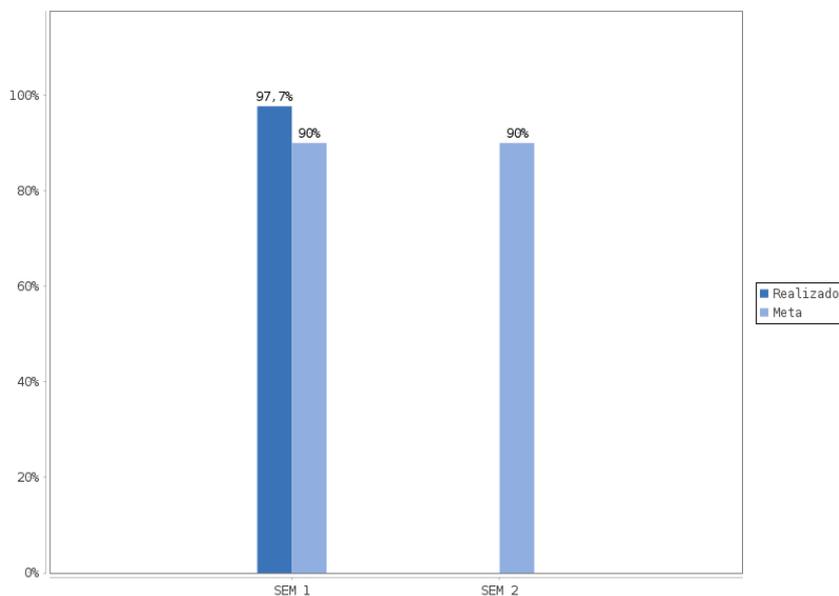
Riscos associados ao objetivo

IA 80 - Índice de atendimento à demanda de manutenção dos Cartórios

Satisfatório

Desempenho do Período: 108,56%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEMANT.

Análise de contexto

No primeiro semestre de 2020 ,tivemos um desempenho mais que satisfatório, todos os nossos índices melhoraram substancialmente, 97,70%, com aumento considerável de demanda e queda no tempo de atendimento.

O resultado de 97.70 %, superou as nossas expectativas, pois mesmo enfrentando período de pandemia, conseguimos superar os limites inicialmente definidos para a Seção.

Também contribuem para este bom desempenho a equipe de Servidores e Colaboradores Terceirizados, com foco nas demandas das ZÉ's e otimização dos recursos disponíveis

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

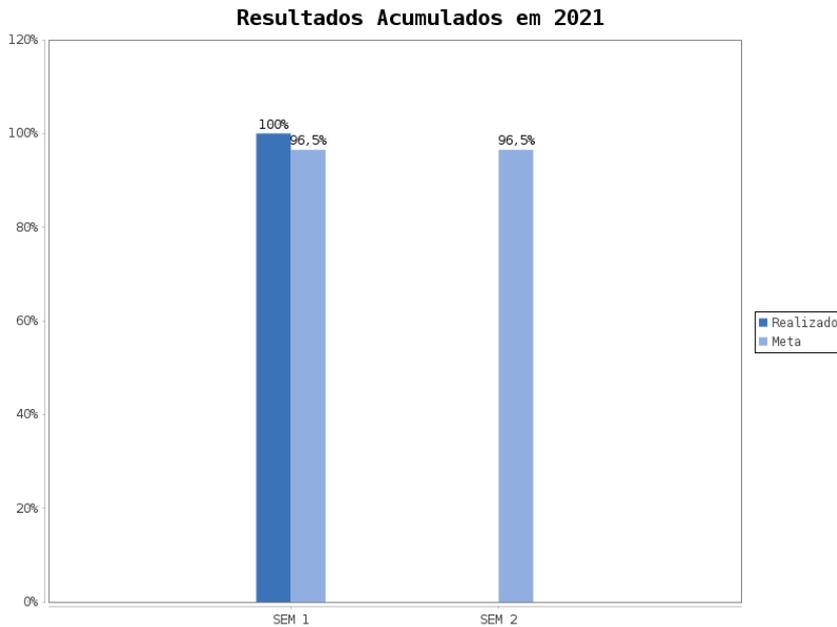
Riscos associados ao objetivo

A inadimplência de alguns fornecedores de materiais continua sendo um problema para a capacidade de realização da Semant. A crise financeira agravou esta situação, com muitos fornecedores não entregando os produtos ou entregando com atraso.

IA 81 - Índice de atendimento à demanda de transporte

Satisfatório

Desempenho do Período: 103,63%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECTRA.

Análise de contexto

O desempenho neste primeiro semestre foi de 100% de atendimento das demandas de transporte, cuja meta era de 96,5%, resultando um percentual de alcance da meta de 103,63%. Isto foi possível devido às contínuas ações dirigidas a manutenção dos veículos da frota deste Tribunal, tanto preventiva como corretiva, e a busca permanente pela otimização da utilização dos recursos.

Apesar das metas alcançadas nos últimos semestres, há muito o que melhorar, haja vista que, conforme já manifestamos anteriormente, as fórmulas de cálculo servem apenas para os interesses estatísticos do CNJ, não refletindo exatamente as dificuldades e necessidades de melhoria do modelo de transporte do Tribunal, como demonstramos no Estudo de Terceirização de Frota (processo SEI nº 2019.0.000047440-1). O custo por quilômetro rodado aliado à hora parada em boa parte das ordens de serviço encarecem demasiadamente o serviço prestado.

Cabe destacar a idade média da frota acima de 10 anos (com a idade média dos caminhões ultrapassando os 20 anos), o que dificulta, atrasa e onera substancialmente a manutenção. Não há como prever até quando a frota poderá atender com segurança nossas necessidades.

Pelos motivos acima elencados, já estamos encerrando o planejamento com dois pilotos autorizados através do estudo de terceirização supramencionado, a serem licitados e colocados em operação ainda neste segundo semestre. E para 2022 e 2023, teremos novas etapas de terceirização visando aprimorar e gerar diversos benefícios ao Tribunal, dentre eles, economia, segurança e qualidade nos serviços prestados por esta Seção de Transporte que são essenciais para o regular funcionamento da maioria das demais unidades.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Otimização realizada com inteligência e coordenação para aliar as recomendações de distanciamento oriundas da pandemia de Covid-19 à necessidade de economia e eficiência nos atendimentos, com análise individual de todas as ordens de serviço, a fim de programar os veículos e os roteiros mais indicados e alinhados aos interesses do Tribunal.

Orientações constantes aos condutores de veículos e aos supervisores de tráfego visando manter a qualidade e eficiência dos serviços prestados pela Seção de Transportes.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O envelhecimento da frota certamente é o maior desafio do Tribunal nos próximos meses. Além da idade média dos veículos, a frota foi muito exigida em 2020 no período eleitoral e requer uma manutenção mais robusta, a qual vem sendo

executada com cuidado e planejamento haja vista os recursos financeiros disponíveis e avaliando a cada veículo se ainda compensa seu aproveitamento pela idade e pelo seu estado geral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Acelerar as contratações para terceirização parcial da frota do Tribunal, visando aliviar parcialmente a pressão sobre os nossos veículos, e conseqüentemente, diminuindo a necessidade de manutenção corretiva, além de aprimorar a segurança e qualidade do serviço prestado, gerando, ainda, economia nos gastos com transporte.

Riscos associados ao objetivo

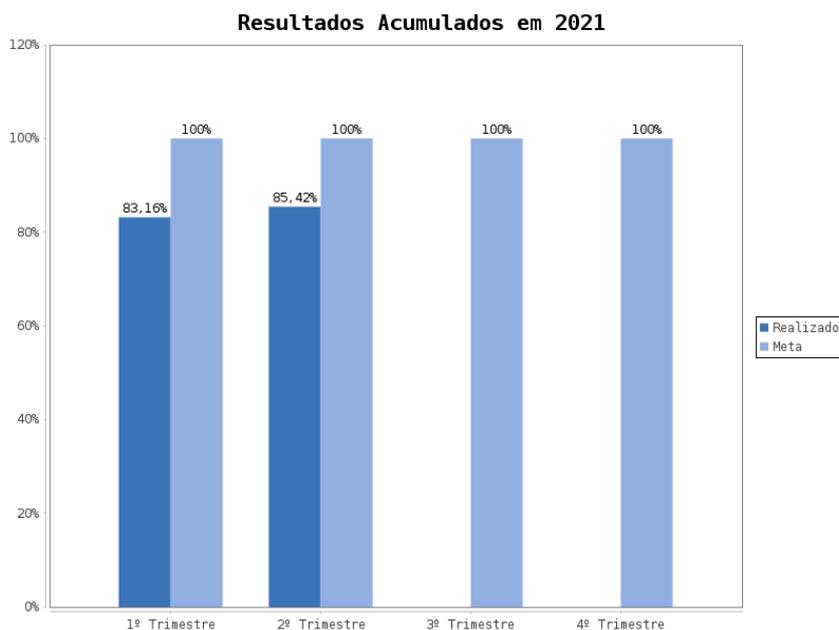
Primeiramente, a eventual resistência ao novo, característica humana natural, após a implementação das novas formas de atendimento.

As dificuldades para a manutenção de veículos devido ao aumento considerável e constante nos valores das peças e serviços após o início da pandemia de COVID-19.

OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC

Atenção

Desempenho do Período: 85,42%



Responsável: STI.

Análise de contexto O objetivo OE 10 tem como base quatro indicadores estratégicos, que são: - IE 29 - Índice de governança em TIC; - IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos; - IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura de suporte a TIC; - IE 32 - Índice de modernização das soluções; Os quais correspondem respectivamente a 30%, 20%, 30% e 20% da composição do desempenho do Objetivo Estratégico. O índice de desempenho medido para o trimestre foi de 85,42%, que aponta um status de atenção. Porém, houve uma pequena melhora no desempenho em comparação ao trimestre anterior, que foi de 82,42%. Os indicadores IE 29 e IE 30 obtiveram resultado insatisfatório, enquanto que os indicadores IE 31 e IE 32 apresentaram resultado satisfatório. O IE 29 foi impactado negativamente principalmente pelo IA 85 que trata do Índice de aderência da execução do orçamento de TIC, por conta do orçamento do projeto de modernização do Data Center que ainda não foi executado. Já o IE 30, foi impactado negativamente pelo desempenho ruim do IA 86 - Índice de adequação dos equipamentos aos padrões, em razão de não ter sido possível dar andamento à substituição de computadores nos cartórios e sede e devido ao atraso na implantação do projeto de outsourcing de impressão nos cartórios. Todavia, mesmo com as adversidades trazidas pela pandemia, a TI conseguiu manter um bom nível de atendimento nos serviços que eram essenciais, e permitiu a continuidade do trabalho dos servidores via acesso remoto. O indicador IE 31 se manteve com bons índices, o que demonstra que mantivemos a infraestrutura de TI em bom funcionamento. O bom resultado do IE 32 é o resultado de diversos novos projetos entregues.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Algumas ações realizadas no último trimestre:

- Foi finalizado e aprovado o novo PDTIC (Plano Diretor de TIC) no âmbito do CGTIC;
- Foram iniciadas ações para alavancar nosso índice de governança do CNJ (iGovTic), estão sendo feitos mapeamentos de diversos processos de trabalho de TIC;
- Foram feitas diversas ações de saneamento de dados para o DataJud, de acordo com os novos critérios de pontuação para o prêmio de qualidade 2021, divulgados recentemente pelo CNJ.
- Está sendo instalada a nova Rede sem fio: A implantação está em andamento, a previsão de conclusão é no próximo semestre.
- Solução de Correio: estão em andamento os estudos para aquisição de nova solução de correio eletrônico. A previsão da contratação ainda é para 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Acreditamos que o desempenho do objetivo deverá variar positivamente, dado que existe a expectativa de melhora dos indicadores IE 29 e IE 30. O IE 29, deverá ter melhora significativa, já que a licitação do Data Center ocorreu em junho, e garantirá assim a execução de uma boa parte do orçamento planejado. O IE 30 também deve ter melhores resultados, tendo em

vista as ações a serem realizadas no segundo semestre de 2021, que são: a finalização da implantação do outsourcing nas zonas eleitorais da capital e a instalação dos microcomputadores adquiridos em final de 2020 nas unidades da Sede e nas zonas eleitorais. O IE 31 deve apresentar estabilidade. O IE 32 deve apresentar estabilidade, dado que as unidades conseguiram se estabilizar para executar o trabalho remoto, porém o significativo aumento da demanda por soluções pode suplantar o ganho de produtividade. Nos próximos 6 meses as unidades da TI estarão envolvidas em muitas atividades novas relacionadas a grupos de trabalho e normativos recém publicados, como a nova Política de Segurança da Informação do TSE, a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Também estão sendo feitos mapeamentos de diversos processos de trabalho, com o objetivo de aumentar nossa pontuação no iGovTic. Essas atividades extras, exigem mais tempo e dedicação das unidades. O desafio é ser capaz de continuar provendo os serviços de TI e executando os projetos de forma eficaz, e atender também estas novas demandas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A chegada de novos servidores concursados, gerou impacto positivo na execução de tarefas mais simples, porém ainda precisam de mais tempo de adaptação para executar tarefas ou projetos mais complexos.

Também entendemos ser muito importante a continuidade do plano de ação para recomposição da força de trabalho de TIC.

Riscos associados ao objetivo A TI está envolvida em muitos planos de ação e grupos de trabalho em áreas diversas, o que pode prejudicar o andamento das entregas relacionadas ao objetivo estratégico.

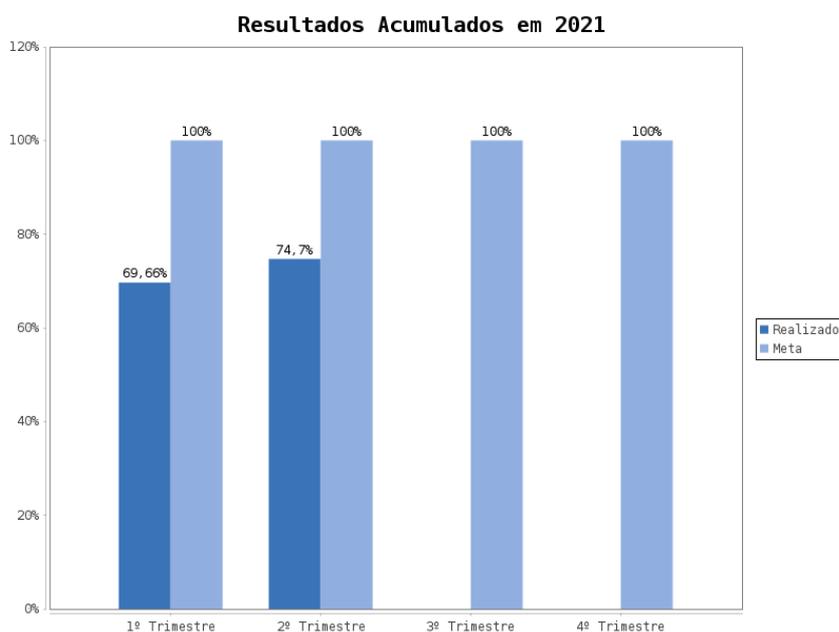
Alguns planos de ação, grupos de trabalho e auditorias que envolvem servidores da TI:

- Grupos de trabalho diversos relacionados à LGPD;
- Plano de Melhorias - Avaliação das Eleições 2020;
- Plano de ação da ENTIC-JUD;
- Plano Diretor de TIC (2021-2023);
- Planos de ação de segurança da informação – Resolução CNJ nº 396/2021 (ENSEC-PJ);
- Auditoria de Gestão de Ativos de TIC;
- Ação Coordenada de Auditoria 2021 - Acessibilidade Digital;
- Plano de ação para melhoria dos índices de governança do iGovTic;

IE 29 - Índice de governança em TIC

Insatisfatório

Desempenho do Período: 74,70%



Responsável: STI.

Análise de contextoNo trimestre em questão houve leve melhora no índice do indicador estratégico que passou de 69,66% de atingimento da meta para 74,70%. Os IAs 83 e 84 continuaram com bom desempenho, similar ao trimestre passado. Porém, o IA 85 que trata do Índice de aderência da execução do orçamento de TIC teve resultado insatisfatório, apesar de ter subido 16 pontos percentuais com relação ao trimestre anterior.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFoi dado andamento, na medida do possível, ao planejamento das contratações previstas, o que geraria impacto positivo no IA 85. Porém, o que o impacta muito foi a falta de execução do orçamento do projeto de modernização do Data Center.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Com o andamento das licitações, inclusive a do Dacenter que ocorreu em junho deste ano, deverá ocorrer uma grande melhora no desempenho deste indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasComo meio de melhorar o desempenho, se faz essencialmente necessário melhorar o IA 85. Assim, a realização das contratações previstas se faz essencial.

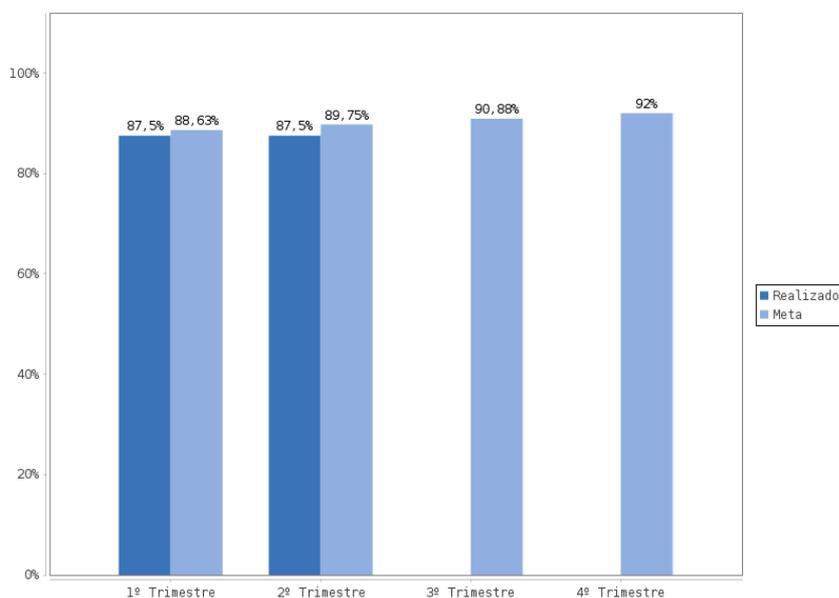
Riscos associados ao objetivoNovos recursos, de aproximadamente 10 milhões de reais, foram disponibilizados para a TI para que sejam investidos em cibersegurança. Porém, estamos aguardando orientações do TSE para direcionar este orçamento, para que seja investido de forma conjunta com outros regionais. Existe algum risco de que esse alinhamento para os investimentos demore e assim prejudique a execução deste orçamento.

IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 97,49%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

O indicador apresentou desempenho satisfatório, mantendo o mesmo desempenho do trimestre anterior.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No trimestre foi feita a atualização das publicações na Internet, o que manteve a pontuação destes itens.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O Plano Diretor de TIC foi elaborado e está em processo de aprovação. Acreditamos que sua aprovação ocorra no terceiro trimestre, o que nos permitirá sua publicação na internet e assim pontuarmos no último item restante para o indicador.

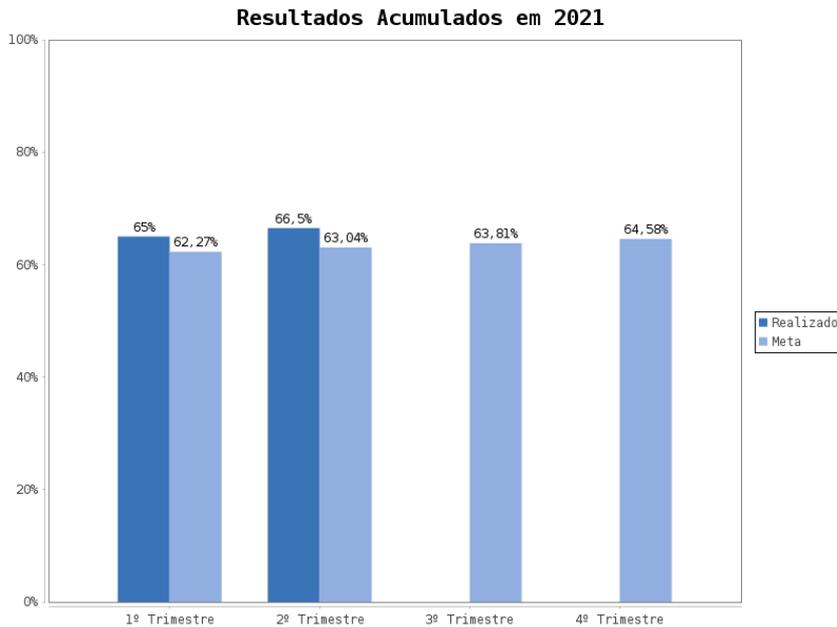
Riscos associados ao objetivo

Destaca-se que a implantação de ações de melhoria da transparência tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e da pouca disponibilidade de pessoal dedicado exclusivamente à área de planejamento e governança na STI. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas.

IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação

Satisfatório

Desempenho do Período: 105,49%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.

Análise de contexto

O 2º trimestre de 2021 ficou caracterizado pelos esforços para a formulação do novo plano estratégico do Tribunal. Durante esse processo, foram pensadas iniciativas para a segurança da informação e evidenciou-se a necessidade de criação de novos indicadores para os próximos anos, mais alinhados com recentes diretrizes normativas expedidas pelo CNJ, como a ENTIC-JUD e a ENSEC-PJ.

Nesse último período, a área de gestão da segurança da informação também esteve envolvida no projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ocorreram iniciativas de segurança da informação na Comsi e foram criadas duas minutas de norma, uma voltada à gestão de ativos e outra à de acessos.

A entrega da minuta da norma destinada aos acessos fez evoluir a implementação do item III – “A organização dispõe de política de controle de acesso à informação e aos recursos e serviços de TI formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório”, levando à conquista de 3 pontos, que aumentaram o cumprimento da meta para 105,49%.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

No campo normativo espera-se editar a norma de controle de acesso.

Há avanços na implementação da gestão de riscos e a DG finalizou a seleção dos processos críticos para o Tribunal, faltando apenas desdobrá-los em processos de trabalho e identificar os ativos de suporte para que possam ser realizadas as primeiras análises de risco e avaliada a melhor forma de instituir a gestão de riscos de segurança da informação.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Para manter o crescimento do indicador e satisfazer as prementes demandas de compliance, advindas tanto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais quanto de normativos do CNJ sobre cibersegurança, será necessário selecionar e concentrar o trabalho em ações que surtam efeito em todas essas frentes, como a normatização da gestão de acessos.

Riscos associados ao objetivo

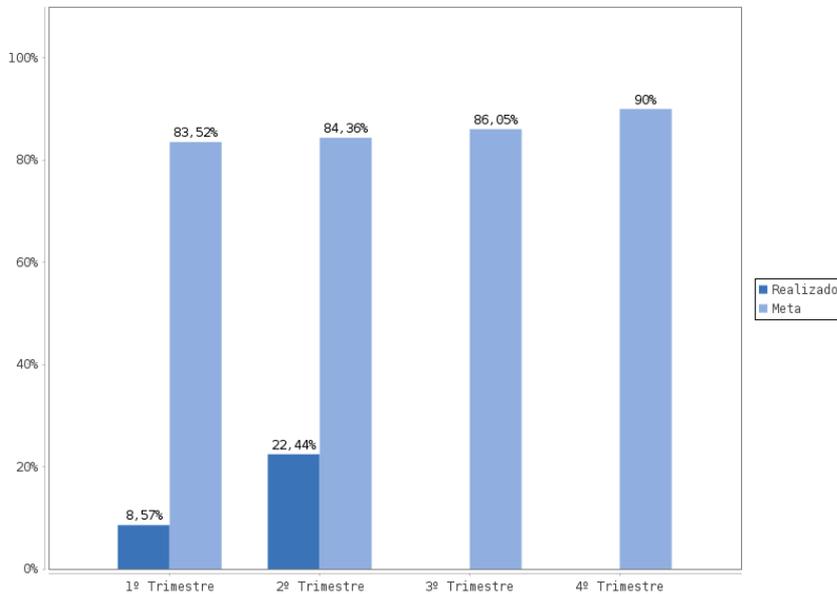
O risco de concorrência com as medidas para implementação e gerenciamento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais se concretizou e a ASINFO está dividindo seu empenho entre duas tarefas.

Há, também, a necessidade de atingir objetivos de segurança da informação, propostos pelo CNJ, que não coincidem com aqueles que servem de referência ao indicador, o que pode desviar o foco de atuação das unidades organizacionais, dispersando os esforços.

IA 85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC

Insatisfatório Desempenho do Período: **26,60%**

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

O alcance da meta vinha sendo bastante prejudicado em razão da não execução do projeto Modernização do Datacenter, o qual impactava em parte muito significativa do orçamento e tem grande influência no resultado do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com o andamento das licitações, inclusive a do Dacenter que ocorreu em junho deste ano, deverá ocorrer uma grande melhora no desempenho.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Alguns projetos de aquisição/contratação estão praticamente finalizados, de modo que deverá haver uma agilização para a realização das licitações. Planeja-se a ampliação das previsões de aquisição de bens permanentes de modo a aproveitar as sobras orçamentárias decorrentes da não realização de serviços durante as interrupções geradas pela pandemia.

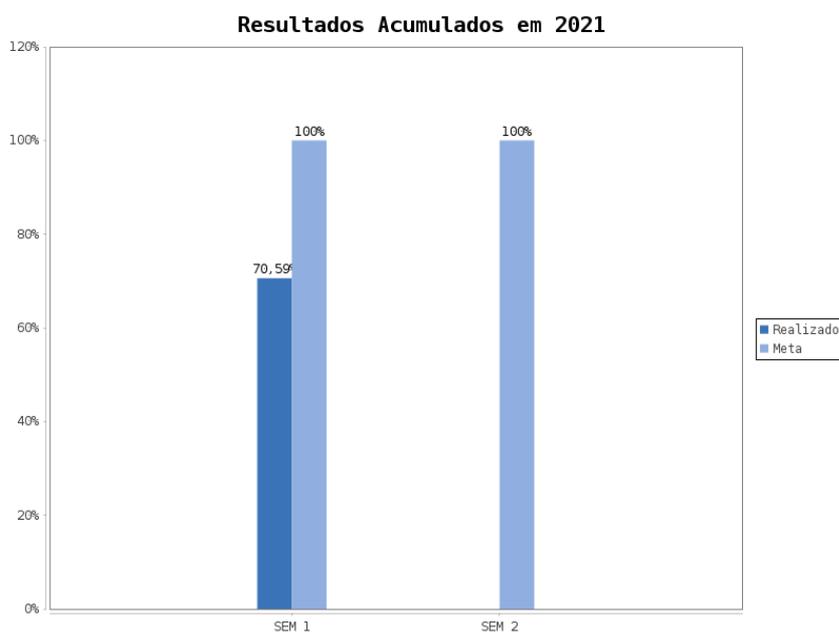
Riscos associados ao objetivo

Novos recursos, de aproximadamente 10 milhões de reais, foram disponibilizados para a TI para que sejam investidos em cibersegurança. Porém, estamos aguardando orientações do TSE para direcionar este orçamento, para que seja investido de forma conjunta com outros regionais. Existe algum risco de que esse alinhamento para os investimentos demore e assim prejudique a execução deste orçamento.

IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos

Insatisfatório

Desempenho do Período: 70,59%



Responsável: COLOG.

Análise de contexto Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que o resultado realizado ficou em 70,59% da meta estabelecida.

Porém, verifica-se que somente o IA86 apresentou desempenho insatisfatório, com 43,91% de alcance da meta. Os IA87 e IA88 alcançaram 103,83% e 94,55% da meta estabelecida.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foi iniciada a implantação dos serviços de outsourcing de impressão nas zonas eleitorais da capital, com atualização das impressoras e multifuncionais de mais de 20% dessas zonas eleitorais.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência do indicador é de melhora, tendo em vista as ações a serem realizadas no segundo semestre de 2021, que são: a finalização da implantação do outsourcing nas zonas eleitorais da capital e a instalação dos microcomputadores adquiridos em final de 2020 nas unidades da Sede e nas zonas eleitorais. Com essas ações, o IA86 será impactado positivamente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Como propostas para a melhora do desempenho estão a distribuição de novos computadores para as zonas eleitorais e para as unidades da Sede para substituição daqueles que estão inadequados (com previsão de término em novembro de 2021 para as zonas eleitorais e em abril de 2021 para a Sede) e a contratação e implantação dos serviços de outsourcing de impressão para as zonas eleitorais do interior (com previsão de término no primeiro semestre de 2022).

Riscos associados ao objetivo Os riscos associados ao objetivo são:

- Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor;
- Não distribuição dos novos computadores por problemas relacionados à pandemia;
- Não contratação e implantação do outsourcing para as zonas eleitorais do interior por problemas na licitação ou do fornecedor;
- Não contratação dos serviços de suporte à infraestrutura, o qual disponibiliza as equipes responsáveis pela instalação dos equipamentos para substituição;
- Não finalização da “imagem” que será utilizada para a instalação dos novos microcomputadores por problemas técnicos.

IA 86 - Índice de adequação dos equipamentos aos padrões

Insatisfatório Desempenho do Período: **43,91%**



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Análise de contexto

Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que o resultado realizado ficou muito abaixo da meta estabelecida (43,91%).

Porém, para uma análise mais completa do indicador, foram feitos os cálculos separadamente por subgrupos de equipamentos (impressora e micro) e de unidades (sede e zonas).

SUBGRUPOS:

- Impressoras Sede – IASE 206 / TISE 238 = 86,55%
- Impressoras ZEs – IAZE 1.068 / TIZE 1.073 = 99,53%
- Microcomputadores Sede – MASE 150 / TMSE 1.035 = 14,49%
- Microcomputadores ZEs – MAZE 336 / MAZE 1.662 = 20,22%

Esse resultado, foi decorrente, principalmente, dos impactos da Pandemia de COVID-19 nas atividades presenciais, os quais inviabilizaram a execução, conforme anteriormente previstas, das atividades necessárias para a realização da substituição dos computadores inadequados das unidades da Sede e das zonas eleitorais.

No que se refere às impressoras, o desempenho se manteve estável, conforme anteriormente previsto.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Seguem as ações realizadas no último período e resultados obtidos de cada subgrupo:

- Impressoras Sede – não houve ações no último período.
- Impressoras ZEs – foi iniciada a implantação dos serviços de outsourcing de impressão nas zonas eleitorais da capital, com atualização das impressoras e multifuncionais de mais de 20% dessas zonas eleitorais.
- Microcomputadores Sede e Microcomputadores ZEs – não houve ações no último período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Segue a análise de tendência de cada subgrupo:

- Impressoras Sede – Subgrupo que novamente manteve o seu bom desempenho, tendo em vista implementação de projeto de outsourcing de impressão. Deve manter a estabilidade no próximo semestre.
- Impressoras zona eleitoral – Subgrupo que novamente manteve o seu bom desempenho, tendo em vista o início da implantação do projeto de outsourcing de impressão. Deve manter a estabilidade no próximo semestre.

– Microcomputadores Sede e Microcomputadores ZEs – Subgrupo que mantém desempenho muito baixo. Porém, com a previsão de restabelecimento do contrato de suporte à infraestrutura, o qual disponibiliza as equipes responsáveis pela instalação dos equipamentos para substituição, e de finalização da “imagem” de instalação com as versões mais atualizadas dos sistemas, verifica-se uma tendência de melhora do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como propostas para a melhora do desempenho estão a distribuição de novos computadores para as zonas eleitorais e para as unidades da Sede para substituição daqueles que estão inadequados (com previsão de término em novembro de 2021 para as zonas eleitorais e em abril de 2021 para a Sede) e a contratação e implantação dos serviços de outsourcing de impressão para as zonas eleitorais do interior (com previsão de término no primeiro semestre de 2022).

Riscos associados ao objetivo

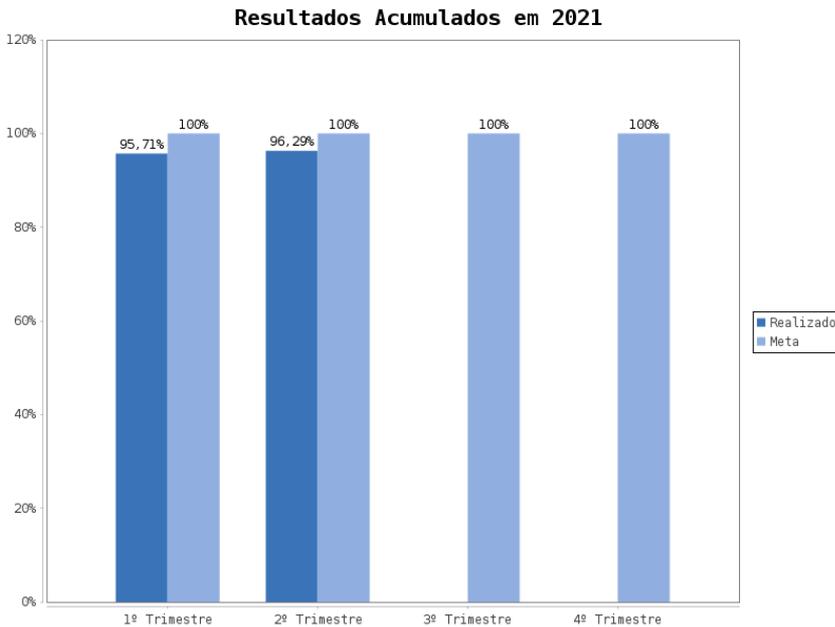
Os riscos associados ao objetivo são:

- Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor;
- Não distribuição dos novos computadores por problemas relacionados à pandemia;
- Não contratação e implantação do outsourcing para as zonas eleitorais do interior por problemas na licitação ou do fornecedor;
- Não contratação dos serviços de suporte à infraestrutura, o qual disponibiliza as equipes responsáveis pela instalação dos equipamentos para substituição;
- Não finalização da “imagem” que será utilizada para a instalação dos novos microcomputadores por problemas técnicos.

IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 96,29%



Responsável: COINF.

Análise de contexto O IE31 no geral apresentou desempenho satisfatório no 2º trimestre com 96,29% de alcance da meta; Como esperado o IA89 ficou abaixo da meta com um alcance de 88,89%. Os itens que precisam ser melhorados são: Modernização do Data Center, solução de backup e implantação de nova rede sem fio. O IA 90 alcançou 100% da meta, houve uma melhora na variável relativa ao serviço de correio eletrônico que após a troca do equipamento servidor vem apresentando uma maior estabilidade. O IA 91 continua com bom desempenho, a satisfação dos usuários internos continua estável.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Solução de Backup: Incluída no Plano de Contratações de 2021 a aquisição de uma nova Biblioteca de Fitas (Tape Library) com o objetivo de ampliar a capacidade de backup do Tribunal, aumentar a eficiência nos processos de backup e restauração de dados, além de substituir a biblioteca de fitas atualmente em uso, servindo como importante dispositivo de backup com capacidade de retenção em médio e longo prazo. Rede sem fio: A implantação está em andamento, a previsão de conclusão é no próximo semestre. Solução de Correio: está em andamento os estudos para aquisição de nova solução de correio eletrônico através do processo SEI nº 2020.0.000031835-1. Os estudos preliminares foram finalizados, agora está em elaboração o Termo de Referência, a previsão da contratação ainda é para 2021. Em paralelo, estamos tentando participar, junto com mais quatro regionais, da Ata de registro de Preços que está sendo elaborada pelo TRE-PA. Além da troca do equipamento servidor da solução atual, após um trabalho de análise para remoção de contas inativas, foi possível aumentar o espaço de armazenamento para os usuários de cartório que contam agora com 500 Mb. A performance do equipamento servidor e das rotinas de backup estão sendo monitoradas para avaliarmos melhor os impactos dessa mudança. Foi enviada proposta para ajustes necessários ao IA 90 e criação de novo indicador, para que tenhamos um índice que reflita de forma adequada, a disponibilidade dos serviços essenciais de TIC.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A licitação do Data Center foi concluída, o desafio agora é assinar o contrato e iniciar a execução do projeto de forma a finalizar antes da eleição. Elaboração dos Estudos Preliminares e Termo de Referência para a contratação da Biblioteca de Fitas. A SEPROD está bem sobrecarregada com atividades de instalação de sistemas (Auditse, Infodip, E-Social) e com as atividades previstas nos Planos de Ação relativos à Segurança da Informação. Implantar a solução de wi-fi contratada atendendo as exigências da nossa Política de Segurança da Informação. O regime de trabalho remoto dificulta um pouco as ações de infraestrutura necessárias para a implantação dos equipamentos nos andares da SEDE (passagem de cabos, instalações). Finalizar o Termo de Referência para a aquisição de nova solução de Correio Eletrônico.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Suporte da STI e Administração para que a SEREDE tenha fôlego para implantar a solução de wi-fi, juntamente com o projeto VPN sob sua responsabilidade. Suporte da STI e

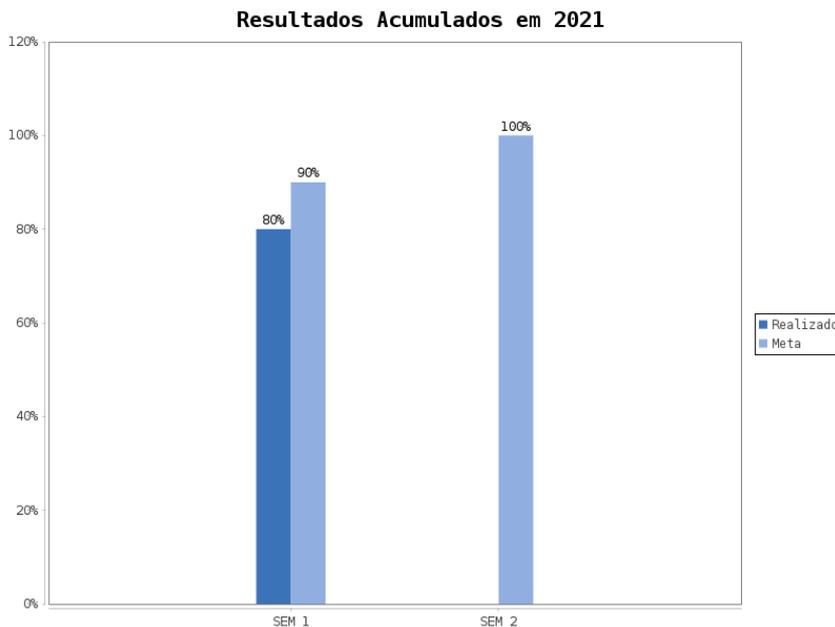
Administração para que as unidades envolvidas consigam priorizar a elaboração dos Estudos Preliminares e Termo de Referência para a aquisição de solução de Correio Eletrônico e Biblioteca de Fitas. Nossas unidades sofrem com a escassez de recursos, de pessoal e com as exigências cada vez maiores de órgãos controladores, da alta administração e de seus usuários. O suporte da STI e Administração a que nos referimos se refere a um entendimento dessa situação, que nossas unidades não conseguem dar conta do volume dessas demandas (operacionais, gestão TI, auditorias e segurança da informação) e manter um nível de suporte adequado sem causar prejuízo às atividades de sustentação dos serviços de TI.

Riscos associados ao objetivo Enquanto o Projeto de Modernização do Data Center não for implantado, o tribunal ficará exposto aos riscos inerentes à indisponibilidade dos serviços e sistemas que contam com a infraestrutura do Data Center atual e em desacordo com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Enquanto não implantarmos uma nova solução de rede sem fio aderente à Política de Segurança do Tribunal não estaremos alinhados totalmente com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Enquanto não implantarmos uma nova solução de correios, continuaremos a ter dificuldades com a aplicação atual que já demonstra estar no seu limite e não apresenta mais opções para uma possível melhoria em seu desempenho.

IA 89 - Índice de aderência a requisitos mínimos de nivelamento da infraestrutura de TIC

Atenção

Desempenho do Período: 88,89%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto

· O índice alcançado no período permaneceu em 80% ficando abaixo da meta estabelecida com o status de desempenho em Atenção.

· Mas tivemos avanços importantes em todos os quesitos, apesar de não estarem sendo refletidos no resultado final.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

· Data Center: O pregão eletrônico para o serviço de modernização do Data Center foi realizado no dia 11/06/2021. A licitação encontra-se em fase final, com análise dos recursos apresentados.

· Rede sem fio: A implantação foi iniciada no primeiro semestre de 2021.

· Solução de Backup: A Norma de Segurança da Informação para o processo de cópia e armazenamento dos dados (backup) foi aprovada e publicada em fevereiro de 2021, através do Processo SEI nº 2019.0.000021486-8. Foi incluída no Plano de Contratações de 2021 a aquisição de uma nova Biblioteca de Fitas (Tape Library) com o objetivo de ampliar a capacidade de backup do Tribunal, aumentar a eficiência nos processos de backup e restauração de dados, além de substituir a biblioteca de fitas atualmente em uso, servindo como importante dispositivo de backup com capacidade de retenção em médio e longo prazos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

· Finalizar o processo de licitação e dar início a execução do projeto Data Center no segundo semestre de 2021.

· Realização da contratação da Biblioteca de Fitas.

· A solução contratada de rede sem fio implementada e operacional nos dois prédios da Sede do TRE-RJ, atendendo as exigências da nossa Política de Segurança da Informação.

· Implementar a rede sem fio no prédio da Central de Armazenamento de Urnas Eletrônicas, situado na Rodrigues Alves, região do Porto Maravilha.

· Aquisição de equipamentos de ativos de rede de alto desempenho (Switches) a serem instalados na sede do TRE-RJ.

· Realizar a aquisição de software de Backup.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

· Contar com o apoio da SOF para que consiga captar o orçamento complementar junto ao TSE, necessário à aquisição dos ativos de rede de alto desempenho e software de Backup.

Riscos associados ao objetivo

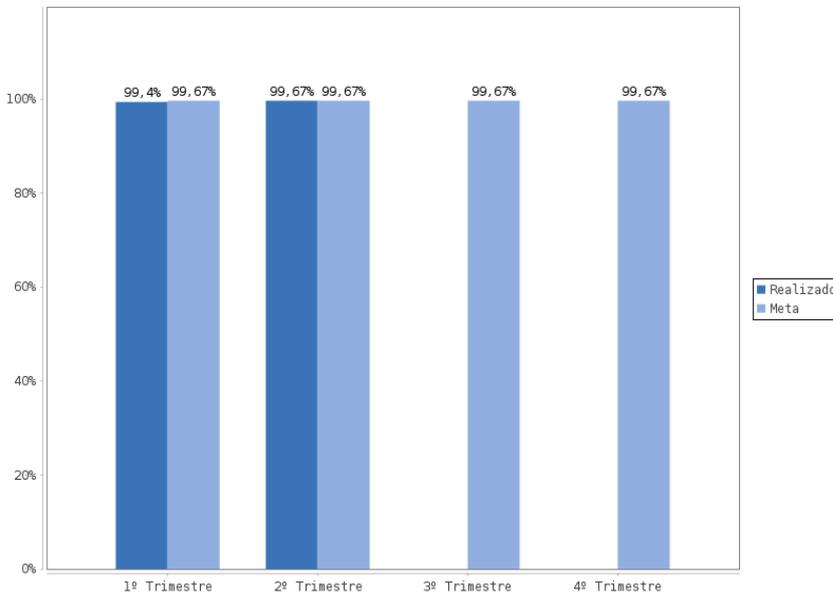
- Em caso de atraso na implantação do Projeto de Modernização do Data Center, o tribunal continuará exposto aos riscos inerentes à indisponibilidade dos serviços e sistemas que contam com a infraestrutura do Data Center.
- Em caso de atraso na aquisição da Biblioteca de Fitas (Tape Library), a eficiência nos processos de backup e restauração de dados restarão limitados.

IA 90 - Índice de disponibilidade de sistemas e serviços essenciais de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROD.

Análise de contexto

O indicador IA90, no 2º trimestre de 2021, alcançou o valor calculado no período de 99,94%. Houve melhora no valor do indicador em relação ao primeiro trimestre de 2021. O valor do indicador acumulado do ano de 2021, de 99,67%, coincide com a meta, que é de 99,67%. A variável que apresentou o pior desempenho no trimestre, comparada às demais, foi "DispLinkInternet" (99,77%). No caso desta variável, houve alguns eventos de falha de acesso à internet registrados pelo software de monitoramento utilizado pelo Tribunal, embora de curta duração, mas que contribuíram para uma queda de desempenho desta variável. Alertamos que a medição desta variável está sujeita a imprecisões, já que a Seprod não possui meios técnicos adequados (ferramentas) para aferir com exatidão a disponibilidade dos links do TRE-RJ com a internet. Por este motivo, foi solicitada a revisão do indicador IA90, retirando da Seprod a medição da variável "DispLinkInternet", que ficaria sob responsabilidade da Seção de Redes Locais (Serede), também da Coinf, pois esta é a unidade que administra tais enlaces de comunicação de dados, tendo meios de aferir o desempenho com precisão. Já o desempenho da variável "DispCorreio" melhorou em relação ao trimestre anterior. Em março de 2021 houve a substituição do servidor de correio eletrônico (devido a falha catastrófica), por equipamento de contingência. A partir daí houve maior estabilidade do serviço de correio, refletindo nos valores da variável em abril, maio e junho (99,94%, 99,98% e 99,83%, respectivamente).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram finalizados os estudos técnicos preliminares para aquisição de solução de colaboração e comunicação, incluindo em seu escopo a funcionalidade de correio eletrônico, com o objetivo de substituir a solução de correio eletrônico atual, que vem apresentando episódios de instabilidade, além de encontrar-se defasada tecnologicamente, possuir capacidade de armazenamento local insuficiente para as necessidades atuais do Tribunal, e não possuir recursos e funcionalidades que estão sendo demandados pelo Tribunal, como por exemplo o envio/recebimento de mensagens criptografadas. No momento está em elaboração o Termo de Referência para esta contratação. Também neste período ocorreu o Pregão para o novo datacenter (construção de sala segura certificada), ainda não finalizado na data de realização desta análise.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência de desempenho do indicador IA90 nos próximos 6 meses é de estabilidade, com possibilidade de ligeira queda, tendo em vista que as principais iniciativas e projetos que podem melhorar o desempenho deste indicador (e por consequência do objetivo estratégico associado), provavelmente não estarão totalmente implantados dentro deste período. Tanto o projeto de modernização do datacenter (construção de sala segura certificada), quanto a aquisição de nova solução de colaboração

e comunicação não deverão estar operacionais neste horizonte de tempo, pois são projetos que demandam tempo razoável para conclusão, especialmente o projeto de modernização do datacenter, que envolve obras de engenharia. O principal desafio para a manutenção do desempenho do indicador IA90 está associado à infraestrutura física do ambiente central de processamento (datacenter), que atualmente não é adequada aos requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, conforme determina a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 211 de 15/12/2015 (ENTIC-JUD), em seu artigo 24, inciso VII. Outros desafios a serem enfrentados são: (a) a necessidade de atualização da solução de correio eletrônico corporativo (elaboração de documentação de aquisição em andamento); (b) necessidade de atualização da infraestrutura de computadores servidores virtualizados, que depende da aquisição de licenças de software de virtualização para sua implementação, e também de computadores servidores; (c) necessidade de modernização da solução de backup (cópia de segurança) utilizada pelo Tribunal, compatibilizando-a com novas versões de sistemas operacionais, de aplicações e de equipamentos de backup; (d) aquisição de novo equipamento de backup offline, tendo em vista que o equipamento anteriormente utilizado encontra-se com defeito e com suporte técnico descontinuado pelo fabricante (elaboração de documentação de aquisição em andamento); (e) necessidade de migração de alguns computadores servidores que hospedam serviços e sistemas (alguns essenciais), que se encontram defasados tecnologicamente (em andamento); (f) instalação de software IPS (para análise dos acessos realizados à rede do TRE-RJ).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Visando a melhora futura do desempenho das ações realizadas, estão sendo levadas adiante as seguintes iniciativas: (a) capacitação contínua dos servidores da Seprod, de forma a provê-los de conhecimentos e competências técnicas adequadas para o correto gerenciamento dos serviços e sistemas, e para a resolução de problemas - ainda este ano, realização de treinamento no software VMWare vSphere visando capacitar dois novos servidores da Seprod, que entraram em exercício em dezembro/2020 e em 2021; (b) projeto para modernização do datacenter do TRE-RJ (projeto em andamento, licitação realizada mas ainda não finalizada na data de realização desta análise); (c) elaboração de documentação necessária para aquisição de solução de colaboração e comunicação (em andamento); (d) elaboração de estudos visando a modernização da solução de backup (cópia de segurança) utilizada pelo Tribunal, compatibilizando-a com novas versões de sistemas operacionais e de aplicações, iniciativa que englobará a aquisição novos equipamentos de backup, além da aquisição de suporte técnico para a mesma; (e) elaboração de estudos visando a modernização da infraestrutura de computadores servidores virtualizados, de forma a prevenir a indisponibilidade dos serviços e sistemas neles hospedados.

Riscos associados ao objetivo

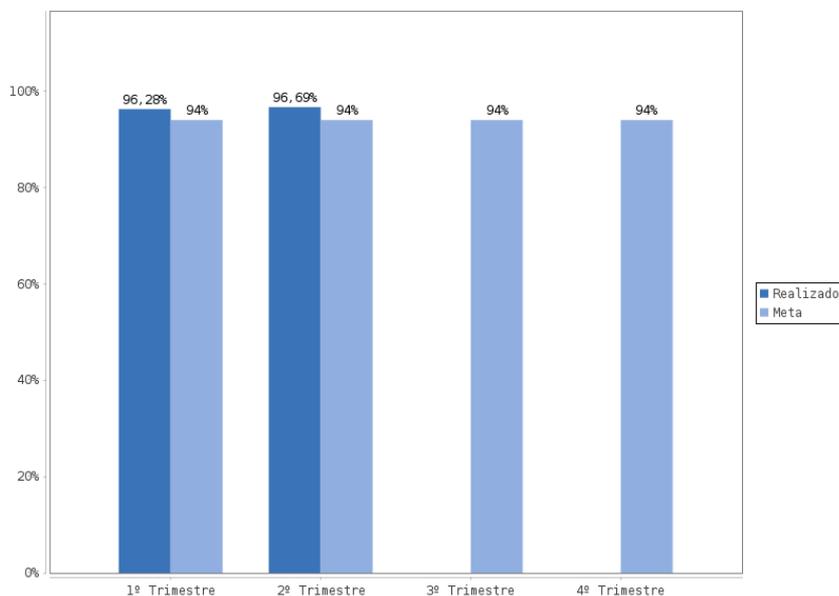
Os principais riscos identificados, e que podem afetar negativamente o desempenho das variáveis do indicador IA90, e o objetivo estratégico associado, são: infraestrutura (hardware e software) inadequada, deficiente e sem suporte técnico/manutenção; oscilações no fornecimento de energia elétrica e sinistros diversos (acidentes, roubo de bens e informações, sabotagens etc.). O investimento na infraestrutura física e de segurança atua em vários destes riscos, possibilitando mais segurança e maior disponibilidade dos sistemas e serviços essenciais de TIC. Também há riscos à disponibilidade de sistemas e serviços essenciais pelo uso de hardware e de software obsoleto e sem contrato de manutenção em vigor, riscos estes combatidos com a aquisição de novos equipamentos, aquisição/manutenção de software de infraestrutura e a configuração adequada destes ativos. Por fim, há riscos de segurança da informação (roubo ou sequestro de dados, por exemplo), combatidos, por parte da Seprod, com o uso de software de infraestrutura atualizado (não obsoleto) e corretamente configurado (importância da capacitação contínua e do número adequado de servidores para dar conta destas tarefas), além de utilização de ferramentas de análise e prevenção, como software IPS.

IA 91 - Índice de satisfação dos usuários internos de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 102,86%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

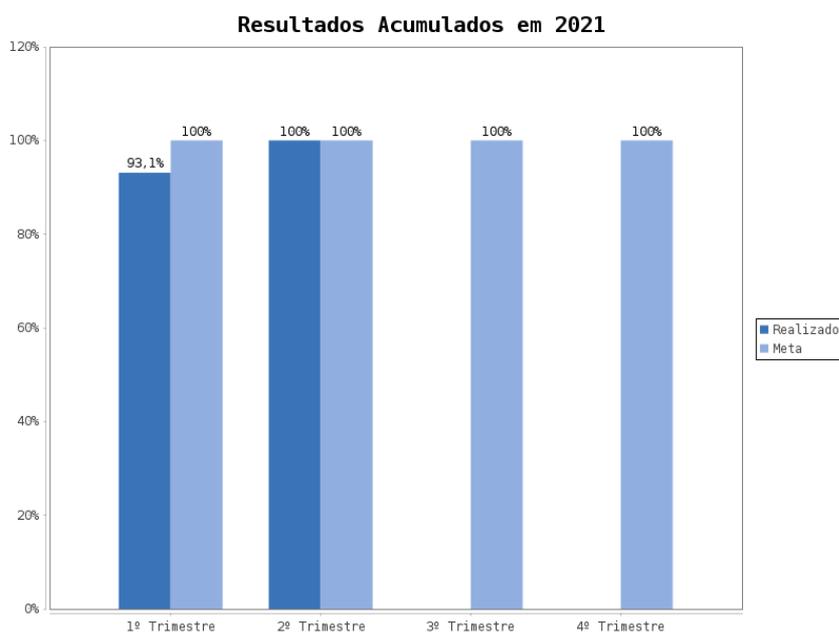
Riscos associados ao objetivo

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

IE 32 - Índice de modernização das soluções

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Responsável: CSCOR.

Análise de contexto A chegada de mais servidores do quadro; o investimento na integração desses novos integrantes nas equipes para que pudessem efetivamente contribuir com o desenvolvimento de soluções; e a melhoria do processo de trabalho permitiu que a meta fosse alcançada e até superada neste segundo período de 2021.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Fizemos melhorias no acompanhamento das atividades, trabalhamos mais com o conceito de MVP (Minimum Viable Product) e integramos os novos servidores ao trabalho. Além disso, revisamos as demandas pendentes de períodos anteriores para cancelar o que já não era mais necessário.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Para os próximos meses temos muitos normativos, planos de ações estratégicas e segurança da informação. Todas essas normas e planos têm impactos na demanda por novas soluções ou melhorias nas soluções existentes. Esperamos um aumento de demandas para o próximo período.

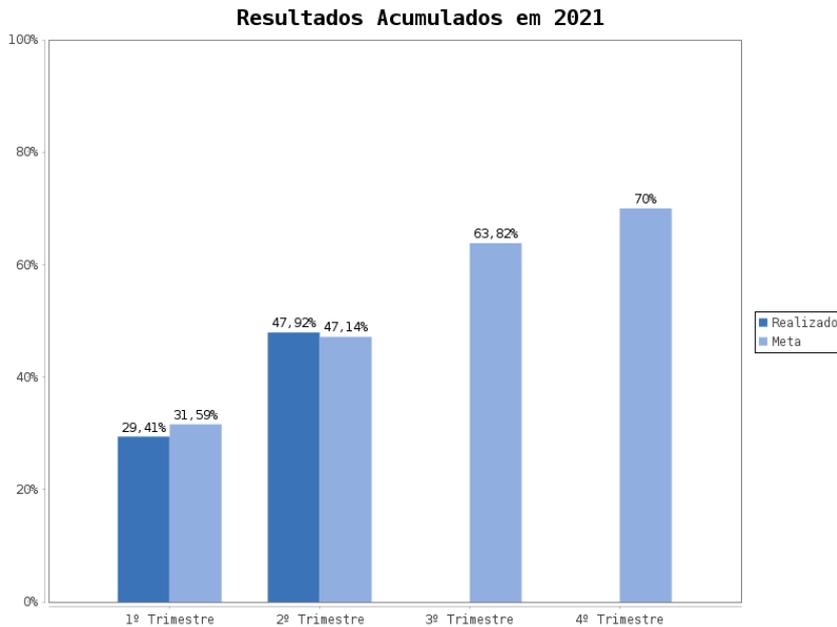
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Continuar com o plano de ação para recomposição da força de trabalho de TIC é o que pode garantir que as equipes de desenvolvimento continuem atendendo ao Tribunal, conseguindo espaço e tempo para inovações e garantia de mais segurança cibernética nas soluções desenvolvidas.

Riscos associados ao objetivo A necessidade de participação de técnicos em um número cada vez maior de grupos de trabalho que demandam cada vez mais resultados complexos, pode impactar no não alcance da meta de entrega de sistemas e soluções.

IA 92 - Índice de atendimento da demanda por sistemas e automação de rotinas

Satisfatório

Desempenho do Período: 101,65%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.

Análise de contexto

Em relação ao primeiro trimestre de 2021 tivemos um aumento do 30% na quantidade de demandas atendidas. Já a quantidade de novas demandas aumentou 59% de 2021 T1 para T2. As quantidade de demandas pendentes do período anterior se manteve no mesmo valor. Com esses números, podemos observar que, apesar da crescente necessidade de novas demandas por soluções de TI que o Tribunal apresenta, as equipes conseguiram entregar valor, alcançando a meta proposta. Vemos que o passivo de demandas pendentes do período anterior não aumentou, o que se deve, em parte, ao aumento considerável de cancelamento de demandas em relação ao primeiro trimestre.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O investimento na integração e mentoria dos novos servidores feita pelos técnicos mais experientes e chefes de seções trouxe ganhos, de tal modo que esses novos servidores já conseguiram contribuir bastante com as entregas, o que contribuiu para o aumento das demandas atendidas. Por outro lado, a Coordenadoria fez uma aprimoramento nas ferramentas e métodos de medição das variáveis melhorando o processo; fez avaliação de demandas antigas que estavam pendentes e que foram canceladas por perda de razão/objetivo. Isso resultou na estabilidade e melhor organização do passivo de demandas pendentes.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Neste ano o CNJ publicou diversos normativos, dentre eles a nova ENTIC JUD, Justiça 4.0, Juízo 100% digital. Somando-se a outros normativos como LGPD, PSI e uma forte preocupação com ilícitos cibernéticos sobretudo para as eleições de 2022, nossos técnicos têm sido alocados em número cada vez maior e com mais exigência de tempo de dedicação a grupos de trabalho para tratar da implementação dessas questões no TRE-RJ. Em que pese a real necessidade de termos pessoal técnico nesses grupos de trabalho, não temos contingente suficiente para atender a toda essa demanda, então, se não encontrarmos uma alternativa, a tendência esperada é que as equipes entreguem menos sistemas por estarem alocada nos grupos de análises e planejamento de implantação de ações no Tribunal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Formar outras pessoas, municiá-las de conhecimentos e capacitá-las para participar dos grupos de trabalhos, liberando os técnicos especialistas para continuarem a desenvolver e implementar as soluções e ferramentas necessárias para as áreas de negócio do Tribunal, pode ser um caminho para solução da falta de pessoal.

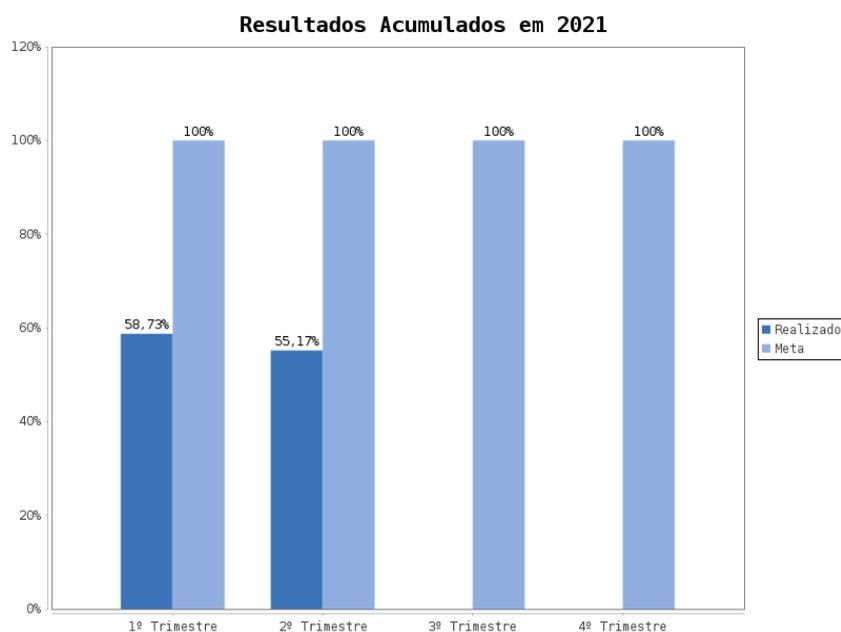
Riscos associados ao objetivo

Neste momento, o que se pode perceber como maior risco para o não alcance da meta de entrega de soluções é a alocação dos desenvolvedores nos grupos de trabalho para análise e planejamento de diversas ações e normas, diminuindo assim a capacidade de entrega de sistemas e soluções.

OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos

Insatisfatório

Desempenho do Período: 55,17%



Responsável: SOF.

Análise de contexto

O objetivo apresentou desempenho **INSATISFATÓRIO**, com índice de 55,17%, inferior ao registrado no 2º trimestre do ano de 2020 que foi de 63,87%. Verificou-se que o resultado foi impactado pelo baixo desempenho do Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia de 0%, e, também, pela queda do índice de eficiência da gestão orçamentária em relação ao ano anterior.

A imprevisibilidade da pandemia proporcionou uma série de adequações nas rotinas dos servidores, bem como na manutenção do Tribunal. As unidades gestoras reprogramaram suas atividades, em razão da inexecução contratual, com vistas a otimização da gestão orçamentária.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Acompanhamento mensal da execução de iniciativas estratégicas na gestão de processos do dia a dia.

Abertura do processo (2021.0.000029501-3), a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, bem como cumprir os ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que estabelece a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Indicação da real possibilidade de um cenário de piora no resultado do objetivo deve ser considerada, uma vez que ao longo do exercício, poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, com potencial prejuízo da aderência ao planejado nas despesas agregadas, traduzindo no desempenho insatisfatório do indicador de eficiência da gestão orçamentária.

Efeito inverso, fora do ponto de vista do indicador, tendência de resultado positivo em relação a execução orçamentária, com previsão de vultosas aquisições de bens permanentes importantes.

Ressalta-se que, como o orçamento do corrente exercício foi elaborado em junho de 2020, período de incertezas frente à pandemia, há tendência de baixa aderência com a estratégia em 2021. Alguns projetos não executados em 2020, poderão ser efetivados neste ano, sem orçamento inicialmente previsto; já, outros, alocados no orçamento vigente, talvez não sejam concretizados, o que arriscará o desempenho do objetivo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Aprimorar os processos de planejamento orçamentário para as iniciativas estratégicas que venham a constar do portfólio de projetos do TRE-RJ, com a finalidade de se obter uma execução mais efetiva nesse aspecto. A SEDINE sugere que isto pode ser conseguido tanto por capacitações adicionais para os gerentes de projetos recentes e os Assistentes para grandes projetos, ou pelo aumento no esforço de integração entre o Escritório de Projetos e

os gerentes, visando sedimentar uma cultura de planejamento orçamentário com o uso efetivo da metodologia de gerenciamento de projetos no TRE-RJ.

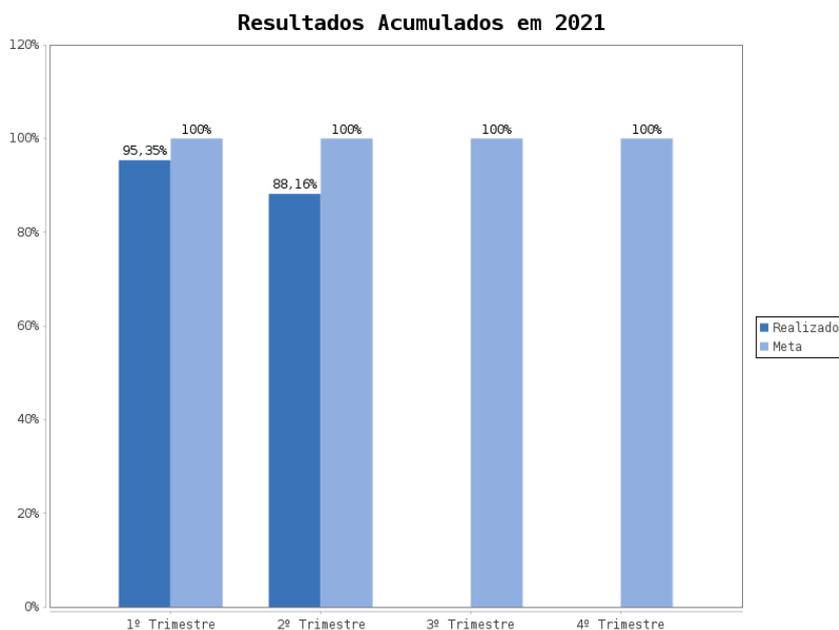
Intensificar junto às unidades gestoras responsáveis o monitoramento dos contratos a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma ágil, com o objetivo de aproveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, ou devolução ao TSE, em tempo hábil.

Riscos associados ao objetivo Tendência de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, em razão das incertezas decorrentes da Pandemia COVID-19.

IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária

Atenção

Desempenho do Período: 88,16%



Responsável: CORÇA.

Análise de contexto A Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021 foi sancionada em 22/04/2021. Assim, a dotação orçamentária para o período em análise foi disponibilizada pelo TSE somente no final de abril para atender às despesas do exercício.

Considerando esse fato, o índice de índice de 68,77% registrado no trimestre para uma meta prevista de 78%, que representa um desempenho de 88,16% ao objetivo do indicador registrado no trimestre, pode ser considerado satisfatório em relação às restrições relativas à liberação tardia da dotação orçamentária.

Destaca-se o remanejamento de valores inicialmente programados para despesas diversas a fim de atender à demanda do processo do data-center, no montante aproximado de seis milhões de reais, o que comprometeu a aderência da execução orçamentária com o planejado, mas que se fez necessário pela prioridade do projeto.

A imprevisibilidade da pandemia, proporcionou uma série de adequações nas rotinas dos servidores, bem como na manutenção do Tribunal. As unidades gestoras reprogramaram suas atividades, promovendo ajustes em diversos contratos de locação de mão-de-obra, resultante da inexecução e até mesmo suspensão das transações, com vistas a otimização da gestão orçamentária de suas Unidades.

Podemos citar como exemplo as seguintes contratações: arquivistas, carregadores, energia elétrica, correios, mensageiros, estagiários, diárias e passagens em geral.

Consequência dessa reprogramação de despesas, bem como o remanejamento de dotações, proporcionam considerável impacto na gestão orçamentária do TRE, repercutindo na aderência ao planejado, impulsionando negativamente o desempenho final do objetivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Solicitação de crédito adicional para atender à despesa com o data center, viabilizando a tramitação do processo em fase de licitação.

Abertura de processo (2021.0.000029501-3) a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, instituindo a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias, com vistas a mitigação de perdas orçamentárias.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados, considerando a continuidade dos efeitos gerados pela pandemia Covid-19.

Indicação da real possibilidade de um cenário de piora no resultado do IE deve ser considerado, uma vez que ao longo do exercício poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, com potencial prejuízo da aderência ao planejado nas despesas agregadas, traduzindo no desempenho insatisfatório do indicador.

Efeito inverso, fora do ponto de vista do indicador, tendência de resultado positivo em relação a execução orçamentária, com previsão de vultosas aquisições de bens permanentes importantes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasIntensificar as reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária.

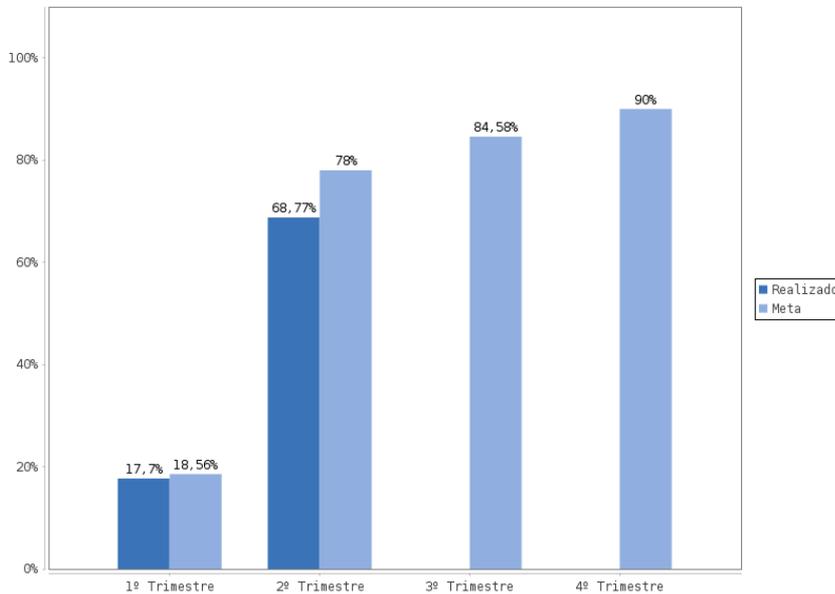
Riscos associados ao objetivoCenário de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vistas as incertezas decorrentes da continuidade da Pandemia COVID-19.

IA 93 - Índice de execução planejada do orçamento de custeio (exceto iniciativas estratégicas e despesas de pessoal)

Atenção

Desempenho do Período: 88,16%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CORÇA.

Análise de contexto

A Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021 foi sancionada em 22/04/2021. Assim, a dotação orçamentária para o período em análise foi disponibilizada pelo TSE somente no final de abril para atender às despesas do exercício. Considerando esse fato, o índice de índice de 68,77% registrado no trimestre para uma meta prevista de 78%, que representa um desempenho de 88,16% ao objetivo do indicador registrado no trimestre, pode ser considerado satisfatório em relação às restrições relativas à liberação tardia da dotação orçamentária. Destaca-se o remanejamento de valores inicialmente programados para despesas diversas a fim de atender à demanda do processo do data-center, no montante aproximado de seis milhões de reais, o que comprometeu a aderência da execução orçamentária com o planejado, mas que se fez necessário pela prioridade do projeto. A imprevisibilidade da pandemia, proporcionou uma série de adequações nas rotinas dos servidores, bem como na manutenção do Tribunal. As unidades gestoras reprogramaram suas atividades, promovendo ajustes em diversos contratos de locação de mão-de-obra, resultante da inexecução e até mesmo suspensão das transações, com vistas a otimização da gestão orçamentária de suas Unidades. Podemos citar como exemplo as seguintes contratações: arquivistas, carregadores, energia elétrica, correios, mensageiros, estagiários, diárias e passagens em geral. Consequência dessa reprogramação de despesas, bem como o remanejamento de dotações, proporcionam considerável impacto na gestão orçamentária do TRE, repercutindo na aderência ao planejado, impulsionando negativamente o desempenho final do objetivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Solicitação de crédito adicional para atender à despesa com o data center, viabilizando a tramitação do processo em fase de licitação. Abertura de processo (2021.0.000029501-3) a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, instituindo a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias, com vistas a mitigação de perdas orçamentárias.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados, considerando a continuidade dos efeitos gerados pela pandemia Covid-19. Indicação da real possibilidade de um cenário de piora no resultado do IE deve ser considerado, uma vez que ao longo do exercício poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, com potencial prejuízo da aderência ao planejado nas despesas agregadas, traduzindo no desempenho insatisfatório do indicador. Efeito inverso, fora do ponto de vista do indicador, tendência de resultado positivo em relação a execução orçamentária, com previsão de vultosas aquisições de bens permanentes importantes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Intensificar as reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária.

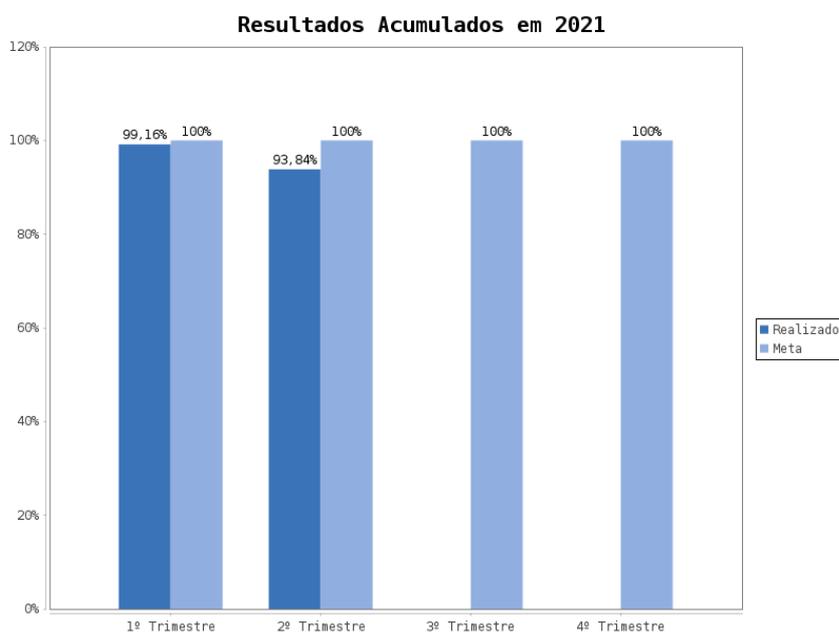
Riscos associados ao objetivo

Cenário de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vistas as incertezas decorrentes da continuidade da Pandemia COVID-19.

IE 34 - Custo de manutenção da estrutura

Satisfatório

Desempenho do Período: 93,84%



Responsável: COFIN.

Análise de contextoO indicador IE 34, apesar de seu desempenho ser SATISFATÓRIO, passou a apresentar alguns indicadores de apoio classificados no estágio de Atenção, devido ao aumento médio de 30% dos custos, comparado com o segundo semestre/2020, que representam 64% do valor da variável (CLimpT - Custo de serviços de limpeza, CManutPredT - Custo de Manutenção predial (subelemento 24), CLocT - Custo de locação, CEnEletM - Custo mensal de energia elétrica do TRE-RJ e CEstoq - Custo de estoquistas).

Esses custos devem merecer melhor atenção da administração, para que o indicador não apresente desempenho insatisfatório nas próximas avaliações.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

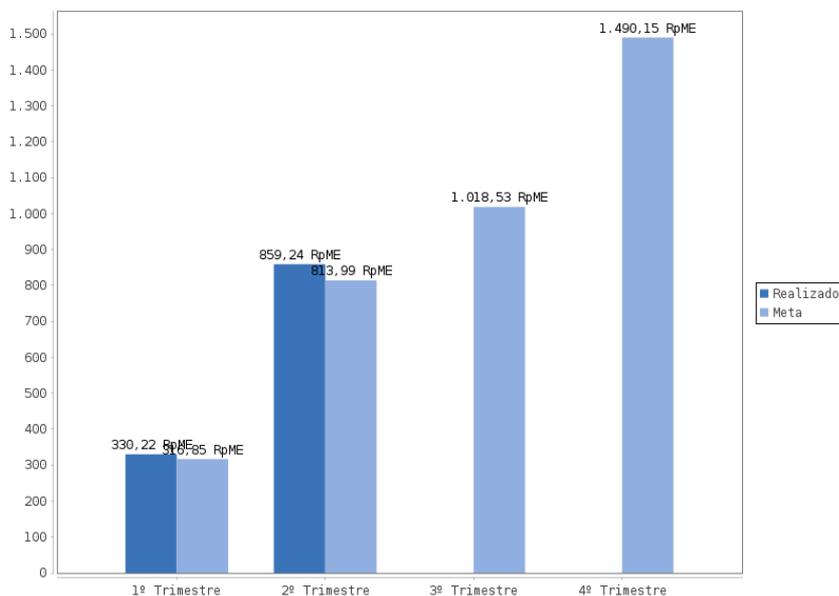
Riscos associados ao objetivo

IA 95 - Custo de manutenção das instalações por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 94,44%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SSG.

Análise de contexto

Período de medição ainda bastante impactado pelos efeitos da pandemia, com grande parcela dos servidores ainda em trabalho remoto.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A manutenção da grande maioria dos servidores em trabalho remoto produziu uma redução significativa na execução de contratos estimados e consumo de material elétrico.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é a retomada do trabalho presencial, com potencial aumento de custos, pressionando o indicador para um resultado pior no próximo período de análise

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A melhora constante na estrutura imobiliária, que tende a provocar, a médio/longo prazo uma diminuição de custos (menos manutenção, instalações hidrosanitárias e elétricas mais eficientes, etc.).

Riscos associados ao objetivo

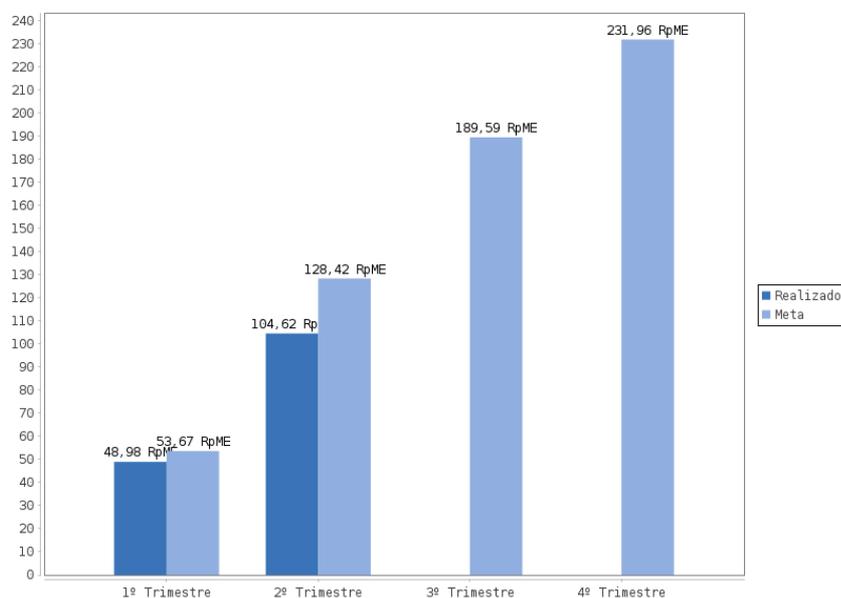
Possíveis pressões inflacionárias nas contratações e/ou cortes orçamentários por eventual queda de arrecadação, com impacto direto na melhora da estrutura imobiliária já que é preciso investimento para torna-la mais eficiente e barata.

IA 96 - Custo de serviços de comunicação por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 118,53%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

A partir dos dados apresentados, verifica-se que o custo do CTelef em relação ao custo total apurado, representa 39% do custo total apurado. Destaco, que a análise deste indicador fica prejudicada em razão de que as gestões de custo da telefonia e a de comunicação de dados encontram-se em unidades distintas. Assim, para uma análise efetiva seria necessário maior conhecimento dos custos de telefonia o que, s.m.j., deveria ser alvo de análise pelo gestor da área responsável pelo acompanhamento contratual.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O custo de comunicação de dados deve sofrer ligeiro aumento em razão da projeção para a instalação de circuitos de acesso à Internet que serão utilizados para contingência de comunicação com os cartórios eleitorais por meio do projeto VPN. Como estes circuitos apresentam menor custo, a elevação não deve ser tão significativa. A retomada das instalações depende da finalização dos testes da configuração nos equipamentos que montarão as VPNs assim como da possibilidade de atendimento presencial tanto dos cartórios como da contratada.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Destaco que os projetos estratégicos VPN e VoIP ainda não permitem que se tenha previsão do impacto que os mesmos irão gerar. Todavia, espera-se que tenham impacto positivo no indicador em razão da expectativa de que possam contribuir para uma redução dos custos de comunicação de dados e telefonia. No entanto, o projeto VPN, num primeiro momento, irá gerar mais pressão sobre os custos em razão de que o novo circuito irá atuar inicialmente como uma ampliação da capacidade do link de comunicação e como contingência para o primeiro circuito de comunicação de dados.

Riscos associados ao objetivo

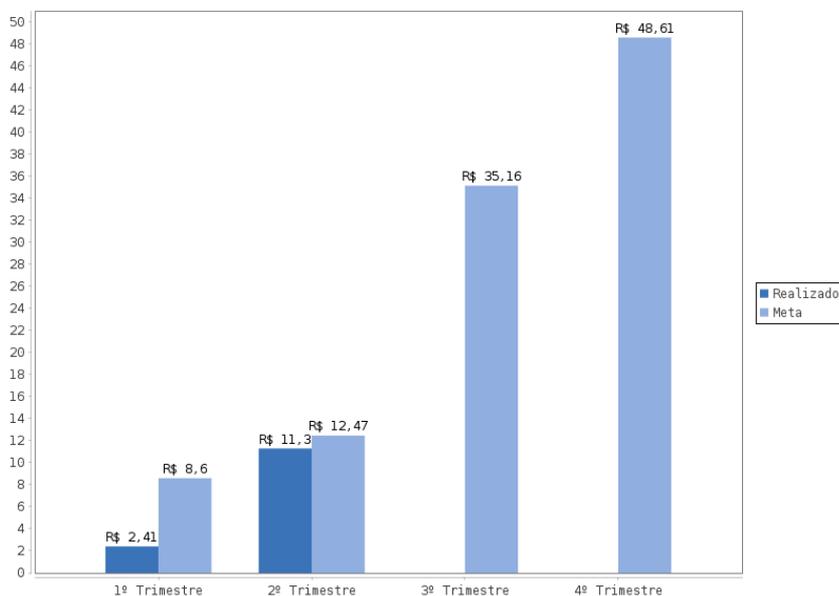
Destaca-se que a implantação de ações de melhoria tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e de não ter sido finalizada ainda a contratação de postos de trabalho para apoio aos serviços de suporte à infraestrutura. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida em todas as atividades e novos projetos do TRE-RJ.

IA 97 - Custo de material de consumo por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 109,41%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

Mais uma vez, o indicador foi impactado pela suspensão do trabalho presencial a partir da metade de março de 2020, assim como pela adoção do trabalho remoto e a prestação de serviços ao público externo, essencialmente, por meio digital.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Assim como nos períodos anteriores, o trimestre transcorreu sob pequena retomada do trabalho presencial, não havendo de se falar em ações para o resultado obtido.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Principal desafio é compreender a nova realidade para reavaliar, talvez, o próprio indicador ou, pelo menos, sua meta.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Dependerá da nova forma de jorna de trabalho e, conseqüentemente, o tipo de estrutura que que será demandada para mensuração dos custos,

Riscos associados ao objetivo

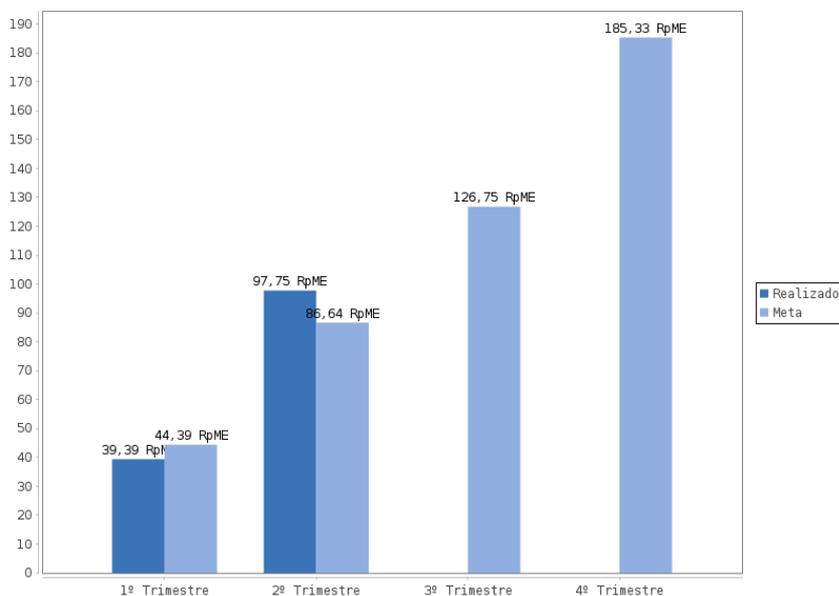
Como já dito, nos parâmetros atuais, não vemos risco ao objetivo. No entanto, uma nova realidade imporá uma nova forma de medição e/ou avaliação de desempenho.

IA 98 - Custo de serviços de transporte por eleitor

Atenção

Desempenho do Período: 87,18%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SECTRA.

Análise de contexto

Claramente o envelhecimento da frota, apontado constantemente nas análises no GERIR e demonstrado no Estudo de Viabilidade de Terceirização da Frota do Tribunal (Processo SEI nº 2019.0.000047440-1), que ultrapassa 10 anos (os caminhões sozinhos ultrapassam 20 anos), culminou com um gasto de R\$ 238.282,03, o que, apesar de todos os esforços nos demais quesitos, prejudicou o resultado neste primeiro semestre.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Seguimos com a política interna de orientações constantes aos colaboradores terceirizados e com otimização das demandas recebidas. Intensificamos os estudos e elaboração dos Estudos Preliminares, Mapas de Riscos e Termos de Referências para terceirização de parte da frota (processos SEI 2021.0.000007076-3 e 2021.0.000007077-1), os quais já se encontram em fase final de planejamento para contratação ainda neste segundo semestre de 2021, que certamente desafogará parte dos gastos com manutenção da frota própria do TRE/RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A pandemia de Covid-19 e suas consequências geram dificuldades de difícil previsão, e dentre elas, podemos destacar: o aumento exponencial dos combustíveis e das peças/serviços automotivos, exposição aos efeitos da pandemia dos colaboradores terceirizados (motoristas e supervisores de tráfego) que necessitamos administrar diariamente para manter o serviço de transporte do Tribunal em funcionamento e a idade da frota que ainda resultará em demandas robustas de manutenção até que possamos ter grande parte dos serviços de forma terceirizada.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A implementação imediata dos dois contratos pilotos de terceirização dos serviços de transporte (processos SEI 2021.0.000007076-3 e 2021.0.000007077-1), visando maior segurança, agilidade, conforto e economia de recursos do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

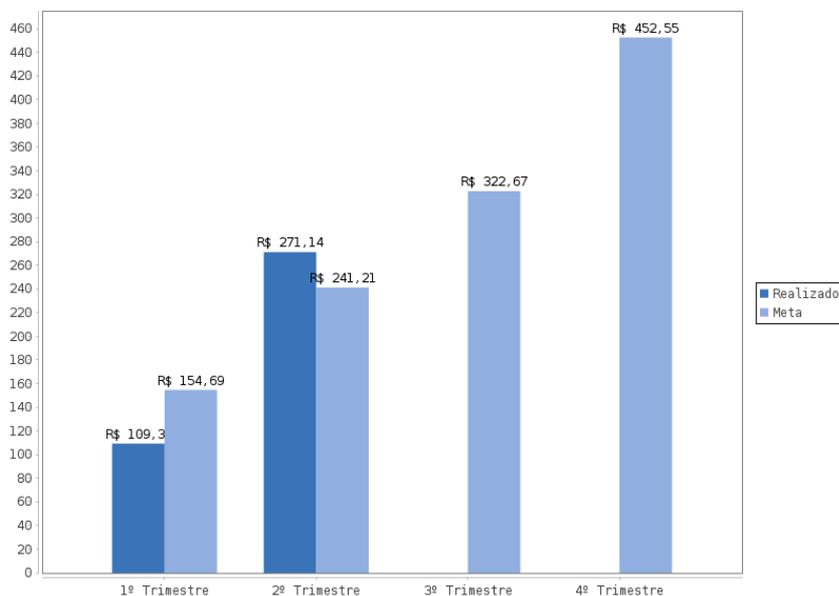
Eventuais dificuldades nas licitações dos contratos acima e as dificuldades elencadas no item dos principais desafios (aumento exponencial dos combustíveis e das peças/serviços automotivos, exposição aos efeitos da pandemia dos colaboradores terceirizados, idade da frota própria, etc)

IA 99 - Custo de apoio administrativo por eleitor

Atenção

Desempenho do Período: 87,59%

Resultados Acumulados em 2021



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

O resultado da medição nos fez buscar junto à SOF uma explicação para o desempenho aparentemente inferior. O que se constatou nos contratos de mão de obra mais onerosos é que no 1º trimestre não ocorreu o pagamento de todos os meses (1, no máximo 2 meses), concentrando, nestes, casos o pagamento de mais faturas no 2º trimestre. Esse deslocamento deve ter ocorrido por um atraso no processamento dos pagamentos do início do exercício.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não há de se falar em ações que culminaram no resultado ora medido. O modo de trabalho e de prestação de serviços atuais, decorrentes da pandemia, ainda são determinantes para o desempenho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Alguns devem sofrer incremento com a retomada, ainda que parcial, do trabalho e da prestação de serviços, mas, nas condições atuais, não ameaçam o desempenho do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Será preciso compreender as novas condições de trabalho e prestação de serviço para uma reavaliação dos custos e da meta.

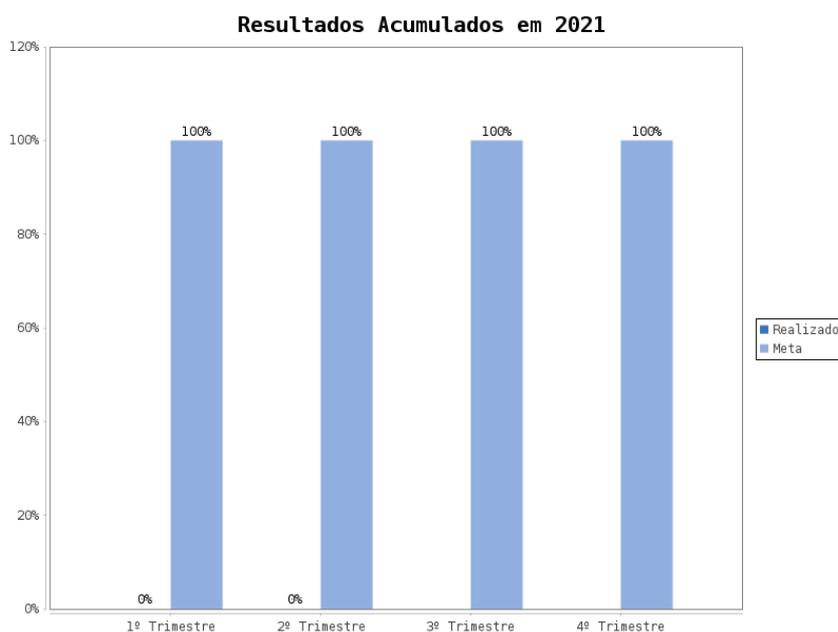
Riscos associados ao objetivo

Neste momento, não visualizamos riscos, uma vez que não vislumbramos aumento significativo dos custos de manutenção em relação aos parâmetros definidos antes da pandemia.

IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Responsável: CPLAN.

Análise de contexto O indicador de apoio IA 100 (Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas), único vinculado ao IE 35 (Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia), teve resultado nulo no 1º e 2º trimestres de 2021, ou seja, não houve execução orçamentária para nenhuma das iniciativas estratégicas constantes no PDE vigente e que compõem a proposta orçamentária, com valor total previsto para o exercício de R\$ 2.275.771,64.

Portanto o desempenho do IA 100 frente à meta de 22,36% esperada para o período foi de 0%, assim como o desempenho do IA 35.

Observa-se da série histórica que os resultados do IA 100, que são cumulativos ao longo do ano, tendem a ser baixos nos dois primeiros trimestres de cada exercício, pois os projetos, no início do ano, não costumam estar desenvolvidos o suficiente para haver contratação e empenho, havendo tendência de recuperação a partir do 3º trimestre. Não obstante, nota-se da série histórica que o inédito resultado nulo em um 2º trimestre:

2017.2 – 11,93% / 2018.2 – 6,62% / 2019.2 – 11,24% / 2020.2 – 5,91% / 2021.2 – 0%

As iniciativas previstas em proposta orçamentária e que compõem a base de cálculo da medição são as seguintes:

- 1) Instalação de sistema de combate a incêndio: R\$ 957.367,00;
- 2) Reforma das instalações elétricas do anexo do Edifício-Sede: R\$ 800.000,00;
- 3) Contratação de acesso à internet - VPN: R\$ 372.404,64;
- 4) Reestruturação do processo socioeducativo: R\$ 146.000,00.

Considerando a meta de 36,4% estabelecida para o exercício, será necessário empenhar até o final do exercício o valor total de R\$ 828.380,86.

À parte as dificuldades já conhecidas em se obter a aderência nos dois primeiros trimestres do ano, podem ainda ser apontados as seguintes circunstâncias agravantes para o baixo resultado do IA 100 no 1º semestre de 2021:

- Suspensão da execução de projetos devido à pandemia de Covid-19: o CGE decidiu em reunião realizada em 30/04/2020 pela suspensão de alguns projetos em razão da pandemia, especialmente aqueles em que há necessidade de intervenções físicas, dentre os quais o da Rede Privada Virtual – VPN, cujo prosseguimento se revelou prejudicado em razão do isolamento social. O prolongamento desse contexto e a manutenção da suspensão do expediente presencial no 1º semestre de 2021 continuam prejudicando o andamento dos projetos estratégicos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Mesmo com as restrições de mobilidade decorrentes do cenário de pandemia, a SEDINE tem procurado manter o contato com os gerentes de projeto, mesmo que de modo virtual, a fim de dar o suporte possível no que for necessário para uma condução mais efetiva das iniciativas, diante das limitações impostas. A SEDINE

destaca a realização no 2º trimestre dos workshops de construção do novo Plano Estratégico do Tribunal, ressaltando que o esforço de diagnóstico e proposição de iniciativas trará frutos ao longo dos próximos anos, permitindo um planejamento e execução mais efetivos, em especial no que diz respeito ao aspecto financeiro e orçamentário.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A SEDINE destaca que, considerando que o orçamento de 2021 foi solicitado em fevereiro de 2020, cenário anterior à pandemia, a tendência para o IA 100 em 2021 é de baixa aderência, e acrescenta que projetos não executados em 2020 poderão necessitar de orçamento em 2021, sem que para eles tenha sido solicitada qualquer verba, e projetos que deveriam estar maduros para serem executados podem não ter a efetividade desejada, contribuindo para uma piora no desempenho global do indicador .

Ademais, nas reuniões do Comitê de Gestão da Estratégia realizadas em 23/02 e 04/03, nas quais foram revisados os orçamentos estratégicos solicitados para 2021, restou consignado:

Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ – Foi aprovado pelo CGE o encerramento do projeto e a apresentação de novo projeto com escopo ampliado e especificação do orçamento necessário para 2021. De acordo com a SSG, a mudança de escopo do projeto é um fato inevitável, visto que o projeto demanda uma intervenção na estrutura do prédio que poderia ser aproveitada para o saneamento de outras pendências antigas, e que em 2021 poderia ser contratada a empresa para elaboração dos projetos, mas que a execução das intervenções necessárias ocorreria em 2023, considerando-se a inviabilidade de execução em 2022, por ser este um ano eleitoral.

Modernização das instalações elétricas do Núcleo Administrativo do TRE-RJ – haverá necessidade de rever o valor de R\$ 800.000,00 por conta dos reajustes que vem ocorrendo em materiais como os cabos. O CGE aprovou prazo para a especificação do valor orçamentário necessário para 2021.

Rede Privada Virtual – VPN – A STI sinalizou que, com relação à contratação dos links para o interior, o valor solicitado para 2021 (R\$ 372.404,64) não seria utilizado, visto que ainda não encontraram uma solução para fazer a contratação de todo o interior.

Reestruturação do Projeto Socioeducativo – Foi aprovada pelo CGE alteração do escopo do projeto e especificação do orçamento para 2021: R\$ 20.160,00 dos R\$ 146.000,00 previstos, em razão do cenário desfavorável, restrições de aglomeração no local, sobrecarga de atividades nas escolas e secretarias de educação, por conta da necessidade de repor conteúdos atrasados etc., fatores que dificultariam a execução do projeto com o escopo originalmente previsto.

Portanto, há indicativos de que o percentual de aderência medido no IA 100 ao fim deste exercício ano será novamente muito baixo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasOs resultados insatisfatórios obtidos para o indicador em questão sinalizam a necessidade de aprimoramento nos processos de planejamento orçamentário para as iniciativas estratégicas que venham a constar do portfólio de projetos do TRE-RJ, a fim de que se obtenha uma execução mais efetiva neste aspecto. A SEDINE sugere que isto pode ser conseguido tanto por capacitações adicionais para os gerentes de projetos recentes e os Assistentes para grandes projetos, ou pelo aumento no esforço de integração entre o Escritório de Projetos (SEDINE) e os gerentes, a fim de sedimentar uma cultura de planejamento orçamentário com o uso efetivo da metodologia de gerenciamento de projetos no TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo- Risco de baixa execução dos projetos com alocação orçamentária na proposta de 2021, tendo em vista que o cenário de pandemia ainda perdura, parte dos projetos foram paralisados em 2020 e, em outros, revelaram-se necessárias alterações significativas de escopo.

IA 100 - Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.

Análise de contexto

Pelo fato de que não houve execução orçamentária, neste trimestre, para as iniciativas constantes no PDE em vigor, constantes na proposta orçamentária de 2021, o resultado para o indicador foi nulo (0%), revelando um desempenho insatisfatório em relação ao previsto para o exercício (R\$ 2.275.771,64). Assim, a distância para a meta do trimestre ficou em 22,36%, indicando uma piora em relação ao trimestre anterior, mesmo considerando-se que naquele trimestre o resultado também foi nulo. Deve-se, contudo, levar em conta que o período analisado ainda se encontra sob a influência de um contexto pandêmico adverso em função da Covid-19, com restrições de mobilidade e agravamento de alguns condicionantes, incluindo os de caráter econômico, que acabam impactando a execução orçamentária, direta ou indiretamente, de um modo geral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Por conta de não haver se formado ainda um cenário de controle absoluto da pandemia, mantendo-se dessa forma as restrições de mobilidade existentes desde o ano passado, restou à SEDINE procurar manter contato, ainda que de modo virtual, com os gerentes dos projetos estratégicos, a fim de dar o suporte possível e necessário à execução das etapas previstas. Entretanto, mesmo num ano não eleitoral, o TRE-RJ se viu diante do desafio de iniciar a construção do novo Plano Estratégico, que terá abrangência sobre diversas atividades da instituição nos próximos anos. Com a ajuda de uma consultoria especializada, envolvendo diversos segmentos da administração, foram realizados workshops para diagnóstico e mapeamento das necessidades da instituição em termos de objetivos, indicadores, processos e projetos que comporão o novo Plano. Todas estas informações foram registradas numa solução de TI acessível por um navegador web, para garantir a transparência do que foi coletado, analisado e proposto. Assim, ainda que os resultados não possam ser mensurados de imediato, este esforço de diagnóstico e proposição de iniciativas terá seus frutos ao longo dos próximos anos, permitindo um planejamento e execução mais efetivos, em especial no que diz respeito ao aspecto financeiro e orçamentário.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Mantém-se, pela mensuração do resultado obtido no trimestre, a tendência de baixa aderência para o IA100 em 2021, levando-se sempre em consideração que o orçamento de 2021 foi construído em fevereiro de 2020, portanto num contexto anterior à pandemia causada pela Covid-19. Deve ser ressaltado também que projetos não executados em 2020 poderão necessitar de orçamento em 2021, como é o caso da Implantação do Data Center, sem que para eles tenha sido solicitada qualquer verba, e projetos que deveriam estar maduros para serem executados podem não ter a efetividade desejada, contribuindo para uma piora no desempenho global do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Ainda que o IA100 venha a ser recepcionado na futura construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo, ou substituído por um ou mais indicadores que tratem da execução orçamentária, permanece a sinalização de uma necessidade de aprimoramento nos processos de planejamento orçamentário para as iniciativas estratégicas que venham a constar do portfólio de projetos do TRE-RJ, a fim de que se obtenha uma execução mais efetiva neste aspecto. Isto pode ser conseguido tanto por capacitações adicionais para os gerentes de projetos recentes e os Assistentes para grandes projetos, ou pelo aumento no esforço de integração entre o Escritório de Projetos (SEDINE) e os gerentes, a fim de sedimentar uma cultura de planejamento orçamentário com o uso efetivo da metodologia de gerenciamento de projetos no TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo

Levando-se em consideração o cenário externo, especificamente aquele relacionado ao controle da pandemia causada pela Covid-19, por conta das restrições de mobilidade que ele vêm impondo desde o ano passado, é possível afirmar que há uma perspectiva de melhora, inclusive com a retomada do trabalho em regime presencial, até o final do ano. Assim, evidencia-se um risco positivo, pela retomada na execução de etapas dos projetos que estavam suspensas, ou execução tempestiva daquelas que estavam atrasadas. Um outro risco, também de natureza positiva, é o fato de que o grupo formado pelos Assistentes de Grandes Projetos e os atuais gerentes de projetos, ao adquirem maior familiaridade com o uso da metodologia e a cultura de gerenciamento de projetos, possam contribuir para uma maior efetividade na execução das etapas que envolvam execução orçamentária, aumentando dessa forma a aderência e aproximando os resultados das metas estabelecidas para o indicador em questão.